



PRODUTO 03
**CENÁRIOS PROJETADOS E PROPOSTAS
PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR E
DA LEI DE USO, OCUPAÇÃO E
PARCELAMENTO DO SOLO**

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E SOCIAL DE GUARULHOS

VOLUME 02 RELATÓRIO DO CICLO DE
PALESTRAS

GUARULHOS – SP / 2012

**ambiEnS**
cooperativa





Ambiens Sociedade Cooperativa

Fone: (41) 3013-2160 / Fax (41) 3013-2161

Rua Treze de Maio, 778, cj 14 São Francisco

Curitiba - PR

CEP 80510 - 030

Página Internet: www.coopere.net

E-mail: ambiens@coopere.net

Cenários Projetados e Propostas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos – SP. Volume 2: Ciclo de Palestras

Angela Pilotto, Tomás Antonio Moreira, Alexandre Pedrozo, Fernando Boari, Josias Rickli Neto. Curitiba: Ambiens, 2012.

Curitiba. Ambiens 2012. (Cenários Projetados e Propostas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos – SP) 1. Programação do Ciclo; 2. Desenvolvimento Urbano e Rural; 3. Saneamento Ambiental; 4. Mobilidade Urbana e Políticas Sociais; 5. Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda; 6. Inclusão e Participação Social; 7. Meio Ambiente e Orçamento Participativo, 8. Destaques do Ciclo de Palestras.

EQUIPE AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA

COORDENAÇÃO GERAL

Angela Pilotto I Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Tomás Antonio Moreira I Arquiteto e Urbanista, Ph.D. em Estudos Urbanos

EQUIPE

Alexandre Pedrozo I Arquiteto e Urbanista, especialista em Gestão do Solo Urbano.

Artur Coelho I Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Bruno Meirinho I Advogado, mestrando em Geografia.

Fernando Boari I Arquiteto e Urbanista.

Josias Rickli Neto I Biólogo, Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Ramon José Gusso I Sociólogo, Mestre em Sociologia-Política.

Débora Furlan I Estagiária de arquitetura e urbanismo.

Ana Cláudia Stangarlin Froes I Estagiária de arquitetura e urbanismo.

CONSULTORES

Alan Cannell I Engenheiro, Mestre em Transportes.

Cássio Freitas Almeida I Estatístico, Mestre em Estatística.

Juliana Seixas Pilotto I Engenheira Civil, Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental

LISTA DE ABREVIATURAS

CA	Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor
CAA	Coordenadoria dos Assuntos Aeroportuários
CFSS	Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade
CIPPD	Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CIR	Coordenadoria de Igualdade Racial
CJ	Coordenadoria da Juventude
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
CPM	Coordenadoria de Políticas para Mulheres
DIT	Departamento de Informática e Telecomunicações
SAAE	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SAM	Secretaria de Administração e Modernização
SAS	Sec. de Desenvolvimento e Assistência Social
SC	Secretaria de Cultura
SD	Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SE	Secretaria de Educação
SF	Secretaria de Finanças
SG	Secretaria de Governo
SH	Secretaria de Habitação
SM	Secretaria de Meio Ambiente
SN	Secretaria para Assuntos de Segurança Pública
SO	Secretaria de Obras
SS	Secretaria de Saúde
SSP	Secretaria de Serviços Públicos
ST	Secretaria do Trabalho
STT	Secretaria de Transporte e Trânsito

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIVISÃO DO MUNICÍPIO SEGUNDO TOPOGRAFIA E DISPONIBILIDADE HÍDRICA	43
FIGURA 2 - TÓPICOS DA DISCUSSÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	46
FIGURA 3 - ORGANOGRAMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E QUADRO GERAL DA EQUIPE.....	93
FIGURA 4 - DIVISÃO TERRITORIAL POR INSPETORIAS REGIONAIS	94
FIGURA 5 - RONDAS 2010.....	95
FIGURA 6 - AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS.....	100
FIGURA 7 - ANÁLISE TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO	135
FIGURA 8 - DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO SEGUNDO TRIBUTAÇÃO PRÓPRIA	136
FIGURA 9 - ATUAL MODELO UTILIZADO PELA PREFEITURA	139
FIGURA 10 -VISÃO DA EVOLUÇÃO DA GEOTECNOLOGIA.....	140
FIGURA 11 -SISTEMA GEO CORPORATIVO DESENVOLVIDO.....	140
FIGURA 12 -BASE ÚNICA E DE USO COMUM PARA INTERESSES DIVERSOS.....	141

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PROGRAMAÇÃO DO CICLO DE PALESTRAS	9
3. DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.....	10
3.1. RELATÓRIO PALESTRAS	10
3.1.1. <i>Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU)</i>	10
3.1.2. <i>Secretaria de Habitação (SH)</i>	12
3.1.3. <i>Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade (CFFS)</i>	14
3.2. DEBATE.....	15
3.3. APRESENTAÇÃO DE SLIDES POWER POINT.....	18
3.3.1. <i>Apresentação Secretaria de Desenvolvimento Urbano 01</i>	18
3.3.2. <i>Apresentação Secretaria de Desenvolvimento Urbano 02</i>	22
3.3.3. <i>Apresentação Secretaria de Habitação</i>	30
3.3.4. <i>Apresentação Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade</i>	34
3.4. FOTOS	37
3.5. LISTA DE PRESENÇA	38
4. SANEAMENTO AMBIENTAL.....	42
4.1. RELATÓRIO PALESTRAS	42
4.1.1. <i>Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)</i>	42
4.1.2. <i>Secretaria de Serviços Públicos (SSP)</i>	45
4.1.3. <i>Secretaria de Obras (SO)</i>	47
4.2. DEBATE.....	49
4.3. APRESENTAÇÃO DE SLIDES POWER POINT.....	51
4.3.1. <i>Apresentação Sistema Autônomo de Água e Esgoto</i>	51
4.3.2. <i>Apresentação Secretaria de Serviços Públicos - Plano Diretor Funerário</i>	57
4.3.3. <i>Apresentação Secretaria de Serviços Públicos - Plano Diretor de Resíduos Sólidos</i>	64
4.3.4. <i>Apresentação Secretaria de Obras</i>	72
4.4. FOTOS	86
4.5. LISTA DE PRESENÇA	87
5. MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS SOCIAIS.....	91
5.1. RELATÓRIO PALESTRAS	91
5.1.1. <i>Secretaria de Educação (SE)</i>	91
5.1.2. <i>Secretaria para Assuntos de Segurança Pública (SN)</i>	92
5.1.3. <i>Secretaria de Saúde (SS)</i>	95
5.1.4. <i>Secretaria de Transporte e Trânsito (STT)</i>	97
5.1.5. <i>Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer (SD)</i>	98
5.2. DEBATE.....	100
5.3. APRESENTAÇÃO DE SLIDES POWER POINT.....	103
5.3.1. <i>Apresentação Secretaria de Educação</i>	103
5.3.2. <i>Apresentação Secretaria para Assuntos de Segurança Pública</i>	106
5.3.3. <i>Apresentação Secretaria de Saúde</i>	109
5.3.4. <i>Apresentação Secretaria de Transportes</i>	111
5.3.5. <i>Apresentação Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer</i>	121
5.4. FOTOS	130
5.5. LISTA DE PRESENÇA	131
6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA	134
6.1. RELATÓRIO PALESTRAS	134
6.1.1. <i>Secretaria do Trabalho (STT)</i>	134
6.1.2. <i>Secretaria de Finanças (SF)</i>	135

6.1.3.	<i>Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários (CAA)</i>	136
6.1.4.	<i>Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)</i>	137
6.1.5.	<i>Secretaria de Administração e Modernização (SAM)</i>	139
6.2.	DEBATE.....	141
6.3.	APRESENTAÇÃO DE SLIDES POWER POINT	145
6.3.1.	<i>Apresentação Secretaria de Trabalho</i>	145
6.3.2.	<i>Apresentação Secretaria de Finanças</i>	148
6.3.3.	<i>Apresentação Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários</i>	151
6.3.4.	<i>Apresentação Secretaria de Desenvolvimento Econômico</i>	154
6.3.5.	<i>Apresentação da Secretaria de Administração e Modernização</i>	158
6.4.	FOTOS	161
6.5.	LISTA DE PRESENÇA	162
7.	INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	165
7.1.	RELATÓRIO PALESTRAS	165
7.1.1.	<i>Coordenadoria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida (CIPPD)</i>	165
7.1.2.	<i>Secretaria de desenvolvimento e assistência social (SAS)</i>	166
7.1.3.	<i>Coordenadoria de Políticas para Mulheres (CPM)</i>	167
7.1.4.	<i>Secretaria de Cultura (SC)</i>	168
7.1.5.	<i>Coordenadoria da Juventude (CJ)</i>	168
7.1.6.	<i>Coordenadoria de igualdade racial (CIR)</i>	168
7.2.	DEBATE.....	169
7.3.	APRESENTAÇÃO DE SLIDES POWER POINT	171
7.3.1.	<i>Apresentação Coordenadoria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida</i>	171
7.3.2.	<i>Apresentação Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social</i>	177
7.3.3.	<i>Apresentação Coordenadoria de Políticas para Mulheres</i>	184
7.3.4.	<i>Apresentação Coordenadoria de Políticas da Juventude</i>	201
7.3.5.	<i>Apresentação Coordenadoria de Igualdade Racial</i>	206
7.4.	FOTOS	212
7.5.	LISTA DE PRESENÇA	213
8.	MEIO AMBIENTE E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	215
8.1.	RELATÓRIO PALESTRAS	215
8.1.1.	<i>Secretaria de Meio Ambiente (SM)</i>	215
8.1.2.	<i>Secretaria de Governo (SG)</i>	218
8.2.	DEBATE.....	218
8.3.	APRESENTAÇÃO DE SLIDES POWER POINT	220
8.3.1.	<i>Apresentação Secretaria de Meio Ambiente</i>	220
8.3.2.	<i>Apresentação Secretaria de Governo</i>	224
8.4.	FOTOS	225
8.5.	LISTA DE PRESENÇA	226
9.	DESTAQUES DO CICLO DE PALESTRAS	227

APRESENTAÇÃO

Este documento é referente ao terceiro produto do contrato administrativo nº 006001/2011, celebrado entre a Prefeitura de Guarulhos e a Ambiens Sociedade Cooperativa. A Ambiens foi a equipe vencedora da licitação na modalidade Pregão (presencial) nº 267/2011 regida pelo edital nº 267/11-DCC. O objeto deste contrato é a prestação de serviços técnicos para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social, instituído pela Lei Municipal nº 6.055, de 30 de dezembro de 2004.

O processo de revisão foi iniciado em outubro de 2011, com a Etapa 1 - Planejamento, que teve como produto o Plano de Trabalho, no qual foram estabelecidas metodologia, atividades e etapas de trabalho. Seguiu com a Etapa 2 - Análise da Situação Atual, quando se desenvolveram as leituras técnica, comunitária e jurídica da realidade do Município de Guarulhos, tendo em vista as principais transformações desde a elaboração do Plano Diretor entre 2002 e 2004.

O Produto 03, intitulado Cenários Projetados e Propostas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, é resultado da Etapa 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão, a qual teve como objetivo construir pré-cenários para o período 2012-2022 e definir propostas preliminares para a Revisão do Plano Diretor. O Produto 03 se divide em três volumes:

- Volume 01 - Cenários projetados e propostas para Revisão do Plano Diretor;
- **Volume 02 - Relatório do Ciclo de Palestras** (aqui apresentado);
- Volume 03 - Relatório das atividades da Etapa 03.

Todas as etapas de trabalho contaram com atividades relativas ao processo participativo de Revisão do Plano Diretor, em diferentes instâncias e espaços, especialmente com a participação da equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Grupo de Trabalho Intersecretarias, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor, a qual foi constituída durante a Etapa 2.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao VOLUME 02 - RELATÓRIO DO CICLO DE PALESTRAS do Produto 03 - Cenários Projetados e Propostas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

Ao longo da realização da Etapa 02 da Revisão do Plano Diretor constatou-se a necessidade de discussão mais ampla acerca dos Planos Setoriais. Desta forma, foi organizada nova atividade, denominada “Ciclo de Palestras”, cujo objetivo foi promover entre as secretarias municipais o debate sobre a Revisão do Plano de forma integrada, conforme Termo de Aditamento nº01-006001/2011-DCC.

O Ciclo de Palestras ocorreu entre os dias 16 de abril e 04 de maio de 2012 e contou com a exposição de 24 órgãos municipais entre secretarias, coordenadorias e autarquias. Foram convidados técnicos das secretarias afins, membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor (CA).

O relatório está organizado por dia do Ciclo com a apresentação de um relato das palestras e do debate¹, apresentações dos slides em formato *Power Point*, memória fotográfica e lista de presença. Ao final deste relatório estão pontuados os principais aspectos do Ciclo de Palestras com relação à Revisão do Plano Diretor. Os conteúdos apresentados e debatidos no Ciclo foram incorporados no desenvolvimento da Etapa 03, especialmente na formulação de cenários e propostas apresentados no Volume 01 e na revisão do produto da Etapa 02 - Análise da Situação Atual.

¹ O relato das palestras e debates foi realizado durante as palestras e complementado posteriormente a partir do áudio gravado e das apresentações de *Power Point*.

2. PROGRAMAÇÃO DO CICLO DE PALESTRAS

TEMA	SECRETARIA	
DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL Segunda-feira 16/04/2012 14:00hs Local: Paço Municipal	SDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
	SH	Secretaria de Habitação
	CFSS	Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade
SANEAMENTO AMBIENTAL Terça-feira 17/04/2012 14:00hs Local: Adamastor	SAAE	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
	SSP	Secretaria de Serviços Públicos
	SO	Secretaria de Obras
MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS SOCIAIS Quarta-feira 18/04/2012 14:00hs Local: Paço Municipal	STT	Secretaria de Transporte e Trânsito
	SE	Secretaria de Educação
	SS	Secretaria de Saúde
	SN	Secretaria para Assuntos de Segurança Pública
	SD	Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA Quinta-feira 19/04/2012 14:00hs Local: Paço Municipal	SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
	ST	Secretaria do Trabalho
	SF	Secretaria de Finanças
	SAM	Secretaria de Administração e Modernização (DIT)
	CAA	Coordenadoria dos Assuntos Aeroportuários
INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL Sexta-feira 20/04/2012 14:00hs Local: Paço Municipal	CJ	Coordenadoria da Juventude
	CIPPD	Coordenadoria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
	CPM	Coordenadoria de Políticas para Mulheres
	SAS	Sec. de Desenvolvimento e Assistência Social
	SC	Secretaria de Cultura
	CIR	Coordenadoria de Igualdade Racial
MEIO AMBIENTE E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO * Sexta-feira 04/05/2012 9:00hs Local: Adamastor	SM	Secretaria de Meio Ambiente
	SG	Secretaria de Governo

3. DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

Data: 16 de abril de 2012

Local: Paço Municipal

Secretarias Palestrantes: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Habitação e Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade.

3.1. Relatório palestras

O Ciclo de Palestras foi aberto pelo Sr. Álvaro Garruzi, Secretário de Desenvolvimento Urbano (SDU), que compôs a mesa de abertura com a participação de Plínio Soares, Gestor do Departamento de Gestão Urbana (SDU), Orlando Fantazzini, Secretário de Habitação (SH), Miguel Choueri, coordenador da Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários (CAA), Salete da Silva, da Comissão de Acompanhamento (CA) e Roberto Moreno, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU). O Sr. Álvaro Garruzi falou sobre o trabalho a ser desenvolvido durante a semana do Ciclo de Palestras e seguiu com a palestra de abertura.

3.1.1. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU)

Álvaro Garruzi (SDU): o município tem grande importância no contexto nacional em função do estabelecimento de um nó modal (viário, aéreo e também ligação com o porto). Entretanto, também teve uma urbanização desenfreada a partir da década de 1970, havendo uma produção irregular da ocupação municipal, o que não foi possível conter em virtude de vários aspectos.

Apresentou a produção do espaço urbano do Município de Guarulhos a partir da década de 1970 no contexto nacional de reforma urbana. Em 1971 foi elaborado no município o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para 10 anos. Já em 2004, em função do Estatuto da Cidade, elaborou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social, que está vigente até hoje. Finalmente, em 2007, foi elaborada a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do solo.

Discorreu sobre o processo de uso e ocupação do solo municipal e também o processo de planejamento, pensado neste período dos últimos 40 anos, o que para Guarulhos foi demarcado principalmente através do Plano Diretor, conforme pode ser visto na apresentação. Posteriormente, com relação ao planejamento municipal, também falou da importância atual da elaboração dos planos setoriais, como: (i) Plano Diretor de Drenagem; (ii) Plano Diretor de Resíduos Sólidos; (iii) Plano Diretor Funerário; (iv) Plano Local de Habitação de Interesse Social, (v) Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável e (vi) Mobilidade Urbana.

Segundo Sr. Álvaro Garruzi, a necessidade de Revisão do Plano Diretor decorre principalmente do tempo e defasagens, pois existem grandes mudanças em termos de constituição de desenvolvimento urbano no Município de Guarulhos. Falou sobre o desenvolvimento municipal a partir do sistema viário existente e planejado e a constituição do desenvolvimento municipal em virtude desse sistema.

Atualmente um dos principais problemas diz respeito à habitação das classes mais baixas. Propõe que devem ser pensadas alternativas e instrumentos para resolução dos

problemas habitacionais. Além disso, também é necessária a discussão de instrumentos de financiamento da cidade, vetores de expansão e articulação dos planos setoriais.

Segundo o Senhor Secretário, a importância, assim como o desafio da elaboração do Plano Diretor, seria o diálogo travado entre o poder público e a iniciativa privada e atenção ao processo democrático de elaboração.

Na sequência, realizou-se apresentação pelo Sr. Plínio Soares, Gestor do Departamento de Gestão Urbana da SDU, sobre as etapas já concluídas e as que virão no processo de Revisão do Plano Diretor.

Plínio Soares (SDU): tratou do processo atual de planejamento do Município de Guarulhos, sobre a necessidade do fortalecimento de uma cultura de planejamento em longo prazo - para pelo menos 10 anos – baseado no cenário de uma série de diretrizes de investimentos que o município já vem implementando através de seus planos e ações. Disse que a elaboração do Plano se dá na prospecção do momento em que estamos através de cenários futuros. Na construção das leituras do momento atual e cenários futuros são pensadas variáveis que se sobrepõem e se comunicam no desenvolvimento do município, com todas as interfaces possíveis, a fim de que as propostas de futuro sejam sustentáveis e não prejudiquem a qualidade de vida no município.

Fez um retrospecto do acelerado crescimento municipal a partir dos anos 1950 até o momento atual de Guarulhos, e enfatizou que hoje o crescimento tem uma relação metropolitana em função dos investimentos viários, onde há uma população que migra de São Paulo para outras cidades por várias questões econômicas e sociais, com destaque para Guarulhos, O crescimento atual não tem mais ênfase na capital, mas sim em alguns municípios limítrofes, em virtude da qualidade de vida e preço da terra, além de outras questões.

Falou da tendência de crescimento que hoje está ao norte do aeroporto e também nos bairros do Pimentas e Bonsucesso, onde uma série de áreas de preservação tornaram-se ocupadas no decorrer do tempo. Diz que esta é uma questão a ser superada no sentido de conciliação do crescimento urbano com as questões ambientais. A aprovação de unidades habitacionais nas regiões do Pimentas e Bonsucesso é ainda crescente, são regiões onde se tem lançamentos de imóveis. Entretanto, ainda existem muitos vazios urbanos, como também deficiência de infraestrutura pública. Com isso, ressalta a necessidade de avaliação destes vetores de crescimento urbano, suas características e questões.

Além do número de licenças expedidas, apresentou a quantidade de áreas construídas, assim como também o número de unidades construídas. O acelerado crescimento do setor imobiliário tem uma relação muito próxima com as políticas sociais do governo federal, principalmente o Programa Minha Casa Minha Vida, assim como com a geração de renda no município. Disse o Senhor Plínio que a quantidade aprovada de alvarás nos últimos anos monta um cenário do município para o ano de 2014, que atualmente não estão construídos, mas devem ser considerados na prospecção de como será o município. Além disso, existem vários outros indutores de crescimento municipal que, também, devem ser identificados e analisados.

Com relação especificamente à Revisão do Plano Diretor, o trabalho é constituído em quatro momentos importantes, e que se iniciou com a mobilização e constituição dos grupos de trabalho e momentos participativos. Em seguida houve o desenvolvimento da leitura técnica, leitura dos marcos jurídicos, contribuição dos diversos setores da prefeitura e leitura comunitária, formada pela comissão de acompanhamento e população de um modo geral. Esta fase atual refere-se a um ciclo de debates para fechamento das leituras, com o intercâmbio das políticas setoriais e discussões sobre as condições atuais do desenvolvimento urbano. Com este fechamento haverá discussão aberta sobre os cenários

para o município, constituídos a partir de pactuação do entendimento da situação atual. E, por fim, a produção das diretrizes e legislação municipal.

3.1.2. Secretaria de Habitação (SH)

Orlando Fantazzini (SH): apresentou questões relativas à habitação, principalmente sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), o qual foi construído participativamente e atualmente está homologado. Pediu para o Sr. Rodney apresentar o PLHIS.

Rodney Tonelotto (SH): fez a apresentação sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social, falando sobre o processo participativo e as etapas de construção, conforme se pode observar nos slides. Disse que por não haver dados do IBGE de 2010 à época, foram utilizadas prospecções da Fundação João Pinheiro e outros dados de levantamentos da própria prefeitura nos diversos planos existentes.

Para avaliar a real necessidade da carência habitacional houve conceituação entre aqueles núcleos que necessitam de urbanização simples e complexa:

- Urbanização simples: (a) núcleos com alto grau de consolidação de domicílios; (b) necessidade de remoção de até 5% dos domicílios, por conta de obras de infraestrutura, desadensamento, etc., e (c) não detectada situação de risco que envolva remoções e (d) Infraestrutura parcialmente implantada;
- Urbanização complexa: (a) núcleos com alto grau de remoções por questão de risco, ocupação de faixas de preservação ambiental; (b) necessidade de remoção de mais de 5% dos domicílios por risco, ou obras de urbanização; (c) condições gerais precárias das habitações; e (d) infraestrutura inexistente ou com alta demanda por obras.

Foram caracterizados os núcleos que precisam de remoção total, por estarem completamente situados em áreas de risco ou proteção ambiental. Diferindo da regularização parcial, apresentada anteriormente, em virtude de que nos núcleos com remoção total não há necessidade de regularização, nem ao menos parcial.

Para o cálculo do déficit habitacional foi caracterizada a demanda das famílias entre 0 a 5 salários mínimos, identificadas entre demandas dispersas e nucleadas: (i) dispersas referem-se a individuais dispersos no município; e (ii) nucleadas são restritas à núcleos habitacionais cadastrados. Abordou as dificuldades da identificação das demandas sem os dados atualizados do censo.

O déficit calculado diz respeito ao qualitativo e o quantitativo. O qualitativo trata da urbanização simples e complexa, as quais não demandam novas unidades habitacionais, mas ações voltadas à melhoria habitacional. A demanda é nucleada e as ações previstas são de Urbanização Simples e Complexa, Assistência Técnica e Melhoria Habitacional e Regularização Jurídica (não é computada projeção de crescimento para o período 2009-2025). Os números referentes a esta questão podem ser observados nos slides.

O déficit quantitativo está relacionado à demanda para produção de novas unidades habitacionais e se refere à demanda nucleada e dispersa. Na demanda nucleada estão envolvidos domicílios com necessidade de remoção, já na demanda dispersa estão envolvidos os dados do déficit habitacional básico (DHB), projetado para as famílias com faixa de renda entre 0 a 5 salários mínimos/mês, no período de 2000 a 2025. Este déficit abrange famílias em domicílios rústicos ou improvisados, conviventes e ônus excessivo com aluguel. A ação prevista é a produção habitacional em áreas livres e remanejamento em

áreas nucleadas de urbanização (remanejamento de famílias muitas vezes). No caso da demanda dispersa há projeção para até 2025. Os números referentes a esta demanda podem ser observados nos slides e referem-se a estimativas e não cadastramento.

Na estimativa de demanda nucleada para o PLHIS foi utilizado o método de cálculo do número de domicílios por: a) dados sobre cadastro e titulação de CDRU pela Secretaria de Habitação; b) contagem por foto aérea até cerca de 50 domicílios e c) estimativa por caracterização e índice de adensamento. Os números relativos à demanda nucleada dizem respeito: a) ZEIS L – 23 parcelamentos e b) NÚCLEOS – 269 núcleos. Na época haviam sido cadastrados 394 núcleos (número presente em estimativa anterior pela SH). Entretanto, atualmente, por conta da revisão do mapa de núcleos, com inclusão de novos e fusão de outros, estão cadastrados 365 núcleos.

Relatou que depois disso está sendo feito um trabalho de comparação entre levantamentos feitos no PLHIS e os dados lançados pelo IBGE 2010, porém foi identificado que existem vários casos onde as duas contagens não batem em virtude de que a metodologia do IBGE não inclui núcleos pequenos ou que estão inseridos nos bairros.

Ainda existe necessidade de se fazer o levantamento de núcleo por núcleo, com cadastros e identificação da real necessidade e assim concluir a política de habitação com a promoção da moradia. A revisão de 2013 do PLHIS vai consolidar os números identificados atualmente com novas análises.

Pensou-se em sete programas habitacionais no PLHIS por tipo de atendimento do déficit, são estes: II - Programa de Regularização Jurídica das Áreas Públicas Ocupadas e de Loteamentos Particulares; III - Programa de Regularização Fundiária Integrada de Assentamentos Precários; IV - Programa de Desenvolvimento Institucional; V - Programa de Assistência Técnica e Melhoria Habitacional; VI - Locação Social em Parque Público e VII - Programa de Apoio à Produção Privada.

Para construção dos cenários foi realizada uma avaliação do desempenho de investimento institucional na habitação e procurou-se manter este padrão, seguindo a prática recente de investimento. As metas propostas foram divididas entre normativas e institucionais.

Os cenários variam na questão de investimento público e números de regularizações, desde a regularização integral de todas as demandas até a situação de manter os mesmos gastos executados hoje. Tais cenários consideram a análise dos investimentos necessários para resolução integral ou parcial até o ano de 2025 da questão habitacional.

Elaborou-se ainda um mapa da situação da terra no município identificando as áreas conforme a restrição ou possibilidade de ocupação. Também foram elaborados cálculos de custo para efetivar a política habitacional, desde as áreas necessárias até os custos construtivos.

Por fim, afirmou que o Plano Diretor pode auxiliar no estabelecimento do regramento para o uso e ocupação do solo para o Município de Guarulhos. Assim é o entendimento da questão habitacional e o uso da terra.

Orlando Fantazzini (SH): o Secretário falou sobre os instrumentos necessários para a efetivação da política habitacional no município, em que seria impossível avançar com o plano e o zoneamento existente. Diz que o Programa Minha Casa Minha Vida trouxe um avanço na questão habitacional, entretanto o mercado atuou na especulação elevando o valor da terra, dificultando encontrar terrenos no valor adequado. Explicou também que com as restrições colocadas no zoneamento atual, em que existem várias dificuldades para se dispor de áreas para a habitação, há necessidade de mudar a tipologia utilizada e aumentar as áreas com possibilidade de construção. A Revisão do Plano Diretor para a Secretaria de

Habitação torna-se fundamental para o avanço na intervenção habitacional para o Município de Guarulhos, disponibilizando mais áreas para habitação.

3.1.3. Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade (CFFS)

Carlos Salgado (CFFS): falou sobre a agricultura urbana e periurbana na contribuição para o planejamento do desenvolvimento integrado do Município de Guarulhos. Iniciou colocando a questão para reflexão de como e onde se pretende buscar alimentos em 10, 15, 20 anos? Disse que Guarulhos tem tradição agrícola, se desenvolveu como cinturão agrícola abastecendo a grande São Paulo na década de 1960, e que hoje tem apenas 1/3 das áreas agricultáveis da época.

No Fundo social é realizado um trabalho com a agricultura urbana e periurbana, que se refere ao cultivo agrícola em pequenas áreas, mesmo dentro ou no entorno da cidade. Apontou as possibilidades deste tipo de agricultura no uso de varandas, pequenos espaços e hortas comunitárias. A agricultura está dentro da estratégia do Fundo Social em função da segurança alimentar, através dos programas: compra direta da agricultura familiar, restaurantes comunitários, saúde com casca e tudo, banco de alimentos, restaurantes escola, feira do produtor e agricultura urbana periurbana e familiar.

No Fundo foi criada uma estrutura para trabalhar com agricultura, por meio da assistência técnica, apoio à comercialização, tecnologias de agricultura em pequenos espaços e organização social. Este programa abrange as hortas urbanas, hortas comunitárias, hortas escolares, além disso, a formação de uma questão de educação alimentar, nutricional e ambiental.

Dentro da agricultura, no Fundo Social, foi optado como estratégia, pela agroecologia e a criação de animais de médio e pequeno porte. Porém, o código de zoonose ainda impede a implantação da segunda estratégia. Como objetivo do trabalho é dar um novo significado as áreas abertas (desocupadas), substituindo os bota-foras de resíduos, gerar trabalho e renda através do comércio solidário, além de colaborar com a educação. O público alvo são produtores do município e os beneficiários dos programas de transferência de renda. Falou da importância do programa para inclusão social de um público que não é absorvido pela indústria, assim como aqueles que têm origem no campo, que muitas vezes torna-se excedente e não consegue se adaptar ao mercado. As ações propostas são de informar e orientar a respeito de recursos técnicos e financeiros da melhoria da produtividade, assim como, a existência de projetos governamentais.

A opção política é de agricultura sustentável por meio de diagnosticar a situação dos remanescentes agrícolas, transição para a agroecologia e produção agrícola agro ecológica. Considera que principalmente para a agricultura periurbana está na mudança da agricultura convencional para a agroecologia, o que se refere a mudanças no tipo de produção que beneficia a qualidade de vida dos produtores e consumidores e também o meio ambiente, com a proteção das águas. Afirmou que 10% dos produtores do município atualmente já mudaram ou estão em fase de transição para a agroecologia.

O apoio encontrado para o desenvolvimento deste trabalho está na cooperação técnica da Universidade de São Carlos, através de bolsistas que estão semanalmente no município trabalhando em conjunto com os produtores. A perspectiva é a transição para a agroecologia e quando não for possível, o auxílio técnico e correto do uso dos insumos agrícolas. Existe também uma parceria com a EDP Bandeirante a qual disponibiliza as áreas não edificantes para o uso agrícola de hortas comunitárias. Tem uma parceira internacional interessante da Rede MERCOCIDADES/PROJETO INNOVA – Guarulhos Semeando o

Futuro, que tem um projeto com um recorte de gênero, por trabalhar com 50 mulheres vinculadas a programas de transferência de renda.

Apontou que atualmente existe déficit de áreas para a produção, entretanto as terras do município têm grande capacidade de produção, inclusive na Cantareira. Diz que mesmo dentro das áreas de proteção ambiental existe a possibilidade de cultivo de algumas culturas agrícolas, sem maiores prejuízos para a qualidade ambiental.

Destacou a importância de o Plano Diretor incorporar a questão agrícola, reservando áreas agrícolas para manter a proximidade da produção junto à moradia. Hoje este tema não está contemplado no plano atual nem no zoneamento, o que prejudica os produtores que não conseguem alcançar os benefícios de programas de incentivo governamentais.

Falou dos benefícios da agricultura para o município, que é uma tendência para as cidades tanto para alimentação quanto para a proteção ambiental. Disse que há uma capacitação com os produtores sobre a interação com o meio ambiente na proteção do solo, água e flora. Falou da compatibilidade da agroindústria nas regiões de mananciais, as quais não são poluentes, já que os resíduos são utilizados na própria agricultura. Além disso, o atendimento das políticas públicas como PAA, PNAE e Comercialização Direta, onde há uma demanda de produtos da agricultura familiar que o município atualmente não consegue dar conta.

Atualmente existe uma problemática na produção agrícola dentro do município em função do perímetro urbano do Município de Guarulhos corresponder a extensão territorial total, já que os benefícios dispostos pelo governo federal estão somente disponíveis para proprietários de áreas rurais. Tal situação faz com que não haja possibilidade de venda dos produtos para o poder público no programa de comercialização direta. Desta forma, para a inclusão social de uma série de produtores rurais o município deveria criar novamente a categoria de rural na categorização do uso e ocupação do solo municipal.

Para finalizar frisou que a agricultura é uma atividade produtiva e também preservacionista, sendo compatível principalmente com a região norte do município.

3.2. Debate

Após a fala do Sr. Carlos Salgado o Sr. Álvaro Garruzi abriu o debate.

Plínio Soares (SDU): falou sobre as diferentes perspectivas possíveis para o desenvolvimento do município, em que o planejamento para os próximos 10 – 15 anos tem que levar em consideração toda a complexidade existente. Há várias possibilidades e olhares sobre o uso e ocupação do solo, principalmente de áreas desocupadas, que vão desde a proteção ambiental até os vários usos agrícola e habitacional. São questões importantes para a reflexão neste momento de pensar Guarulhos.

Gilmar Santos (MNL e CMDU): destacou a importância do momento de discussão. Na questão habitacional existe o déficit existente e somado a ele a projeção deste para os próximos 15 anos. Atualmente nesta questão a cidade tem evoluído, porém considera que os investimentos estão concentrados no centro, enquanto a população que vive nas "bordas" tem necessidades diferentes e algumas vezes não acessa tais investimentos. Afirmou que deu uma volta por Guarulhos, por quase todos os bairros, observando o diagnosticado no PLHIS e do Rodoanel, considera que a cidade é viável havendo espaço para toda a população e todos os tipos de produção. A questão a ser pensada é como fazer isso?

Falou da ansiedade sobre o material formulado no Plano Diretor considerando que existe a possibilidade de se propor um formato de desenvolvimento sustentável para o município. Hoje, olhando para o Plano Diretor de 2004, observa-se a carência de instrumentos e espera que isso não ocorra na próxima revisão, que as questões sejam outras. Colocou novamente a questão “qual é a cidade que nós queremos?” como será Guarulhos de 2025 com todos esses investimentos que estão sendo feitos e também as grandes obras, estas são questões que devem ser refletidas neste momento.

Roberto Moreno (IAB e CMDU): quando elaboraram o Plano Diretor de 2004 achava-se que o município havia perdido as características e aptidão agrícola, atualmente observa-se que isso não ocorreu desta forma. Na questão da habitação há necessidade de se pensar instrumentos para introdução dos terrenos vazios no mercado de terras inibindo a especulação imobiliária, estes instrumentos já estão dispostos no Estatuto da Cidade, é necessário apenas regulamentação pelo Plano Diretor. Na questão dos financiamentos rurais existe a necessidade de alteração do perímetro urbano através do zoneamento, fazendo com que a categoria rural volte a existir e os produtores possam ser inseridos nos programas federais. Falou sobre o conceito de capacidade de suporte urbano e perguntou até quanto queremos crescer sem perder a qualidade de vida. Repetiu a pergunta do Sr Gilmar sobre que cidade queremos. Afirmou que há discussões atuais e índices sobre a cidade sustentável, e que acha que Guarulhos já tem suficiente maturidade para construir uma discussão sobre a sustentabilidade.

Julio Saavedra (CMDU): há necessidade de integração institucional entre todas as secretarias para as discussões sobre a urbanização e desenvolvimento. Os diferentes conteúdos devem ser colocados e discutidos em conjuntos para um diagnóstico produtivo. Disse que esta integração torna-se importante no que se refere à discussão do futuro da cidade e parabeniza a iniciativa. Para os arquitetos a discussão urbana pontua também a necessidade de mudar as perspectivas sobre o projeto arquitetônico, principalmente sobre questões de economia de materiais e energia.

Ângela Pilotto (Ambiens): falou da importância do espaço para a articulação entre as diversas secretarias e planos setoriais, que serve para balizar as discussões futuras do Plano Diretor. Destacou que o grupo que participa hoje da discussão é muito heterogêneo, com diferentes graus de apropriação e entendimentos. A apresentação do Plínio sobre o cenário é importante para se refletir sobre a produção e reprodução da cidade, se o desenvolvimento continuar da maneira que está atualmente o cenário será um, agora se existir perspectiva de mudança para caminhar em outra direção, as ações necessárias são muitas nas diferentes secretarias. Pensar a cidade que se quer para daqui dez anos também implica equalização de diferentes perspectivas sobre o uso e ocupação do solo. No seu entendimento há necessidade de mudança radical de paradigmas sobre a maneira de atuar na cidade.

Luis Fernando (CFFS): reforçou sobre a importância da agricultura para o futuro do município e fez um convite a todos os presentes para conhecerem os programas de agricultura existente. Perguntou se nos programas habitacionais existem perspectivas de áreas para a agricultura.

Eduardo Pestana (CA): espera de Guarulhos que e não se torne uma futura São Paulo, com aquele adensamento, espera que o desenvolvimento seja horizontal e não vertical, com grandes áreas verdes e espaço para agricultura.

Orlando Fantazzini (SH): atualmente os maiores problemas encontrados na habitação de interesse social estão nas construtoras para a classe média, em virtude da questão da terra, agora depois da construção do Rodoanel haverá outro problema com os empreendimentos de logísticas que terão interesse nos terrenos vagos, havendo uma competição por usos nos terrenos vazios. Sobre a questão de pensar em áreas agrícolas nos projetos habitacionais atualmente é inviável em virtude do preço da terra, mas que isso

deve ser mais bem discutido e pensar possibilidades e soluções. Considerou que o momento é propício para a inserção de vários conteúdos para o futuro de Guarulhos e que hoje o esforço está em equacionar os vários interesses para o desenvolvimento.

Plínio Soares (SDU): encerrou a mesa falando da importância das discussões e do próximo encontro e convida a todos para estarem presentes.

Álvaro Garruzi (SDU): agradeceu a participação de todos.

3.3. Apresentação de Slides Power Point

3.3.1. Apresentação Secretaria de Desenvolvimento Urbano 01



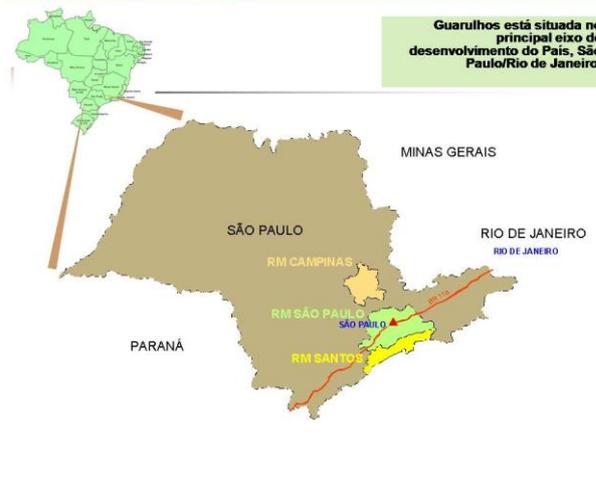
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social

GUARULHOS NO CONTEXTO MUNDIAL



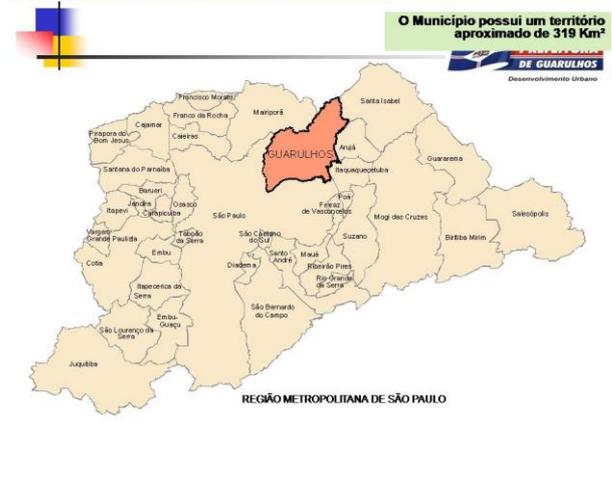
O Município de Guarulhos localiza-se no Estado de São Paulo, na região Sudeste do Brasil.

GUARULHOS NO CONTEXTO NACIONAL



Guarulhos está situada no principal eixo de desenvolvimento do País, São Paulo/Rio de Janeiro.

LOCALIZAÇÃO DE GUARULHOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



O Município possui um território aproximado de 319 Km²

POLÍTICA URBANA – HISTÓRICO

CONSTITUIÇÃO DE 1988

- Contexto nacional de urbanização desenfreada, com o crescimento desordenado das cidades, grandes demandas sociais, agravadas pelas disparidades inter-regionais e inter-essenciais.
- Ambiente econômico marcado pela inflação, dívida pública crescente, queda na taxa de investimento e as mais variadas crises, pela exploração de mão de obra barata, o resultado foi um País marcado pela extrema concentração de renda e riqueza, gerando especulação de terras, favelas, pobreza e exclusão social.
- Movimento Nacional pela Reforma Urbana da década de 80: na busca pela redemocratização e organização de movimentos sociais por melhorias urbanas - em campanha prévia à Constituição de 1988 conseguiu que fosse avaliada pelo congresso Constituinte a Emenda Popular da Reforma Urbana - com 250.000 assinaturas - gerando o capítulo de Política Urbana da Constituição Federal aprovada em 1988 - Art. 182 e 183.

ESTATUTO DA CIDADE

Os Art. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 foram regulamentados através da Lei Federal 10257/01 – Estatuto da Cidade. MIN. DAS CIDADES

Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Define que a política urbana deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante uma série de diretrizes gerais, entre elas:

- garantia do direito a cidades sustentáveis;
- gestão democrática;
- cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade
- planejamento do desenvolvimento das cidades;
- oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos;
- regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda; entre outros.

Para garantir a gestão democrática da cidade o artigo 43 do Estatuto estabelece os seguintes mecanismos:

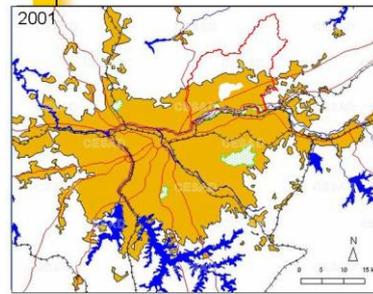
- órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- debates, audiências e consultas públicas;
- conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Marco Legal

- 1971 - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para 10 anos
- 1988 - Constituição Federal
- 1990 - Lei Orgânica do Município
- 2001 - Estatuto da Cidade
- 2004 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social
- 2007 - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano

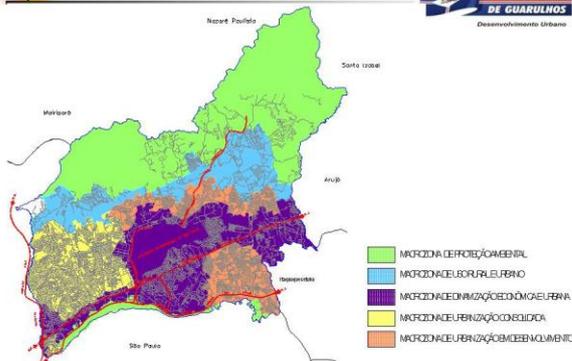


EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



A expansão urbana do município sempre esteve ligada ao processo de evolução da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo. A acessibilidade foi outro fator determinante da ocupação, pois após a evolução trazida pelas estações de trem, foi ao longo das rodovias e principais eixos viários de acesso que a cidade se desenvolveu.

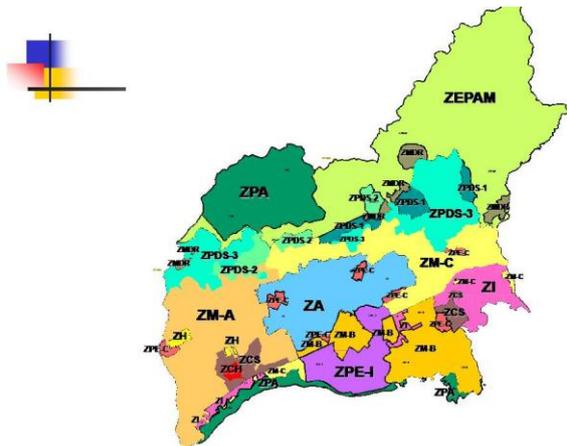
MACROZONEAMENTO



Zoneamento Lei 6253/07



Lei que tem a função de disciplinar o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no Município, em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município, estabelecendo regras que atendam as peculiaridades de cada região da cidade.



Eixos Estratégicos



- Cidade Para Todos
- Desenvolvimento Econômico e Emprego
- Desenvolvimento social
- Mobilidade urbana
- Financiamento da Cidade
- Participação Cidadã
- Articulação Metropolitana

Avanços que obtivemos com o Plano Diretor

Avançamos na elaboração de diversos Planos Diretores Setoriais:

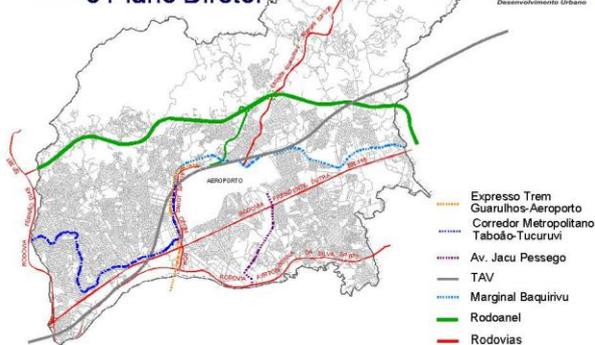
- ▣ Plano de saneamento (Água e Esgoto) PDSA
- ▣ Plano Diretor de Drenagem
- ▣ Plano Diretor de Resíduos Sólidos
- ▣ Plano Diretor Funerário
- ▣ Plano Local de Habitação de Interesse Social
- ▣ Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável
- ▣ Mobilidade Urbana:
 - Plano Viário
 - Sistema Integrado de Transporte Coletivo – Bilhete Único
 - Plano Ciclo viário
 - Escola Pública de Trânsito

Por que é necessário revisar o Plano Diretor?

Guarulhos está incluída nos principais projetos estratégicos da região sudeste, com destaque grandes projetos previstos como:

- ▣ PAC
- ▣ Minha Casa Minha Vida
- ▣ Rodoanel Metropolitano
- ▣ TAV – Trem de Alta Velocidade
- ▣ Trem de Guarulhos
- ▣ Corredor Metropolitano
- ▣ Copa do Mundo 2.014
- ▣ Olimpíadas 2.016
- ▣ Ampliação do Aeroporto Internacional

Por que é necessário revisar o Plano Diretor?



Desafios a serem Superados como Plano Diretor

Em relação ao Minha Casa Minha Vida:

- ▣ Definir ações que estimulem o mercado a investir prioritariamente na faixa salarial de 0 a 3 salários mínimos;
- ▣ Seja através de parcerias público/privadas;
- ▣ Revisão das macro-zonas definidas no PD; regras mais simplificadas de uso e ocupação do solo.

Desafios a serem Superados como Plano Diretor

- ▣ Refletir sobre novos instrumentos de gestão e financiamento da cidade;
- ▣ definir novos vetores de expansão,
- ▣ articular o Plano de mobilidade urbana aos demais programas e eixos estratégicos definidos no Plano Diretor.

Qual a importância do Plano Diretor

O plano diretor é o espaço ideal para estabelecer o diálogo permanente entre o Poder Público e a iniciativa privada, fazendo com que possam surgir novas alternativas econômicas.

Articular e envolver os diversos agentes públicos e privados que atuam no município, comprometendo-os com o desenvolvimento local é condição fundamental para o êxito do projeto.

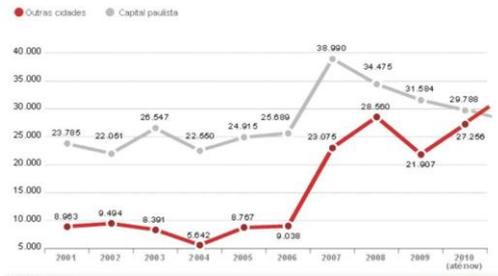


Reflexão

“O mais importante na revisão periódica do Plano Diretor é o processo de planejamento participativo, o qual possibilitará a constante revisão das diretrizes de desenvolvimento urbano, econômico e social.”

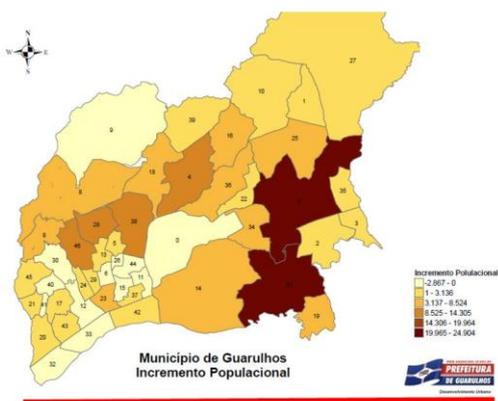


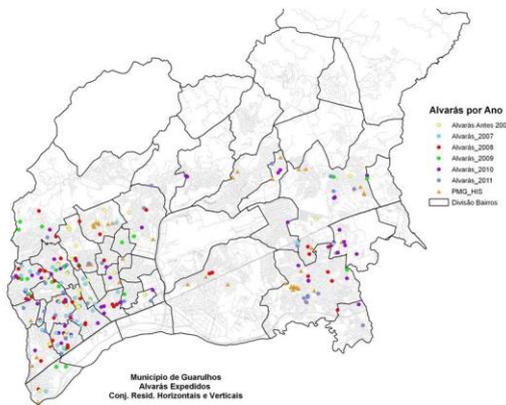
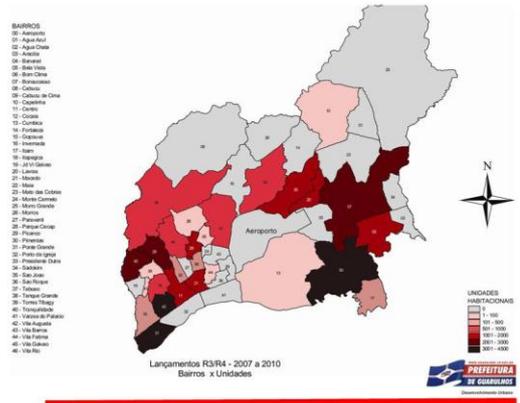
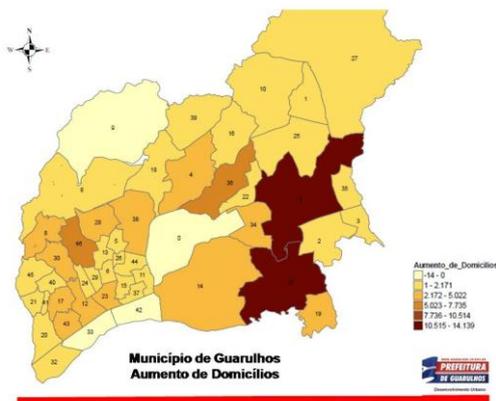
LANÇAMENTOS RESIDENCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



- Estoque de reserva territorial dotada de boa infra-estrutura;
- Localização privilegiada; Alta demanda habitacional;
- Preço relativamente barato dos terrenos se comparados com São Paulo
- Proximidade com a capital e com fácil acesso;

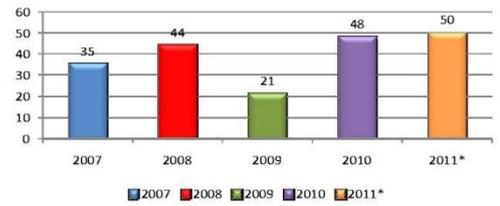
- Cidade que concentra riquezas e população com renda;
- Regras claras de uso e ocupação do solo definidas pelo PD, Lei de Zoneamento e suas regulamentações;
- Legislação mais permissiva e menos burocrática que SP; CAT utilizado em seu potencial máximo.
- Preço do metro quadrado mais acessível que em SP;
- Economia diversificada de serviços, indústria e logística.





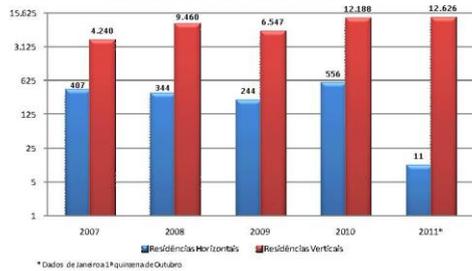
Alvarás Expedidos - 2007 à 2011

Uso Residencial Vertical e Horizontal



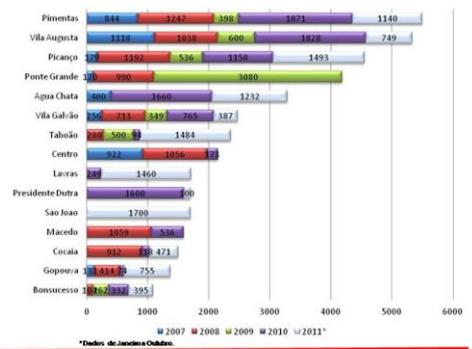
Unidades Habitacionais - 2007 à 2011*

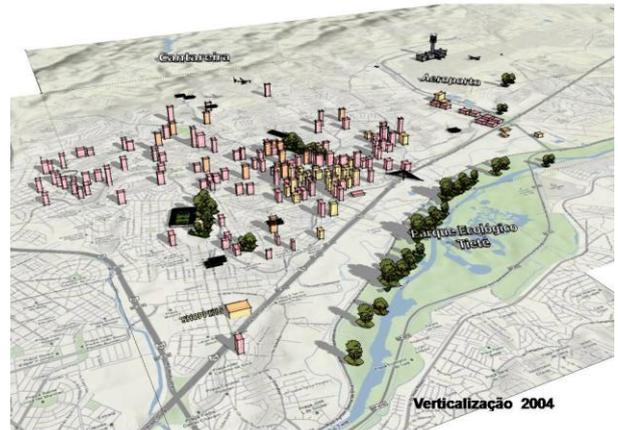
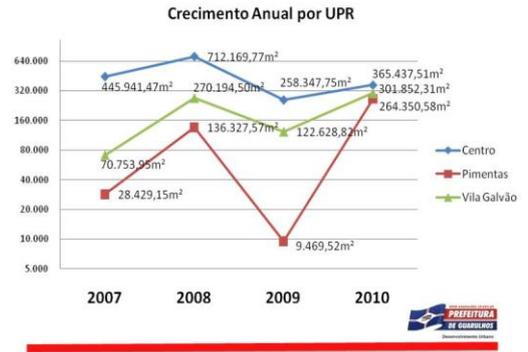
Residências Horizontais e Verticais

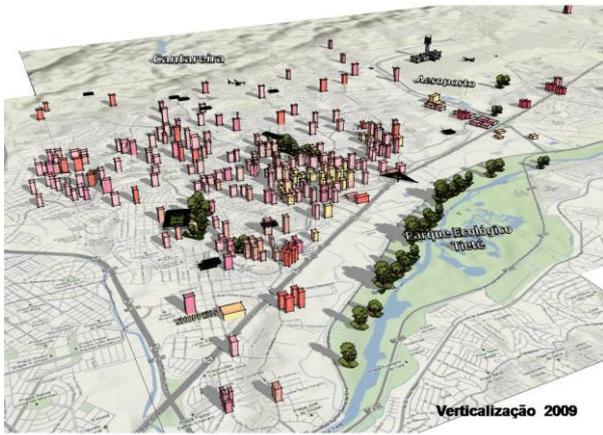


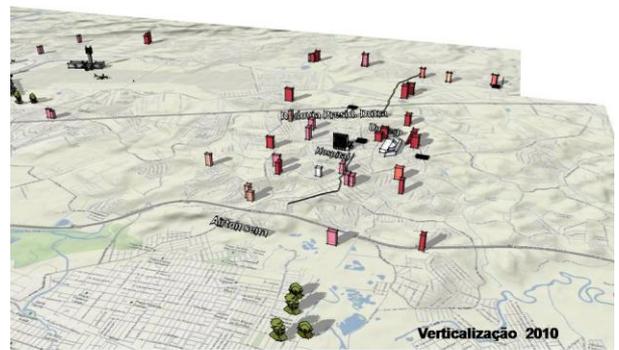
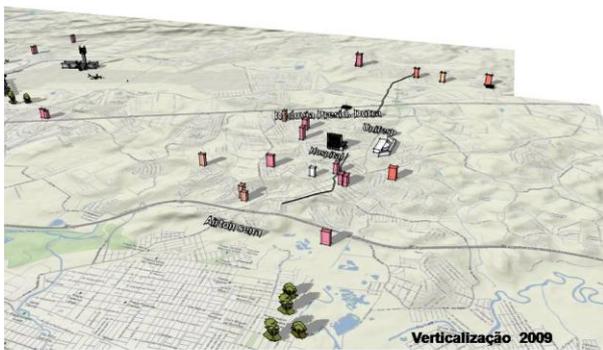
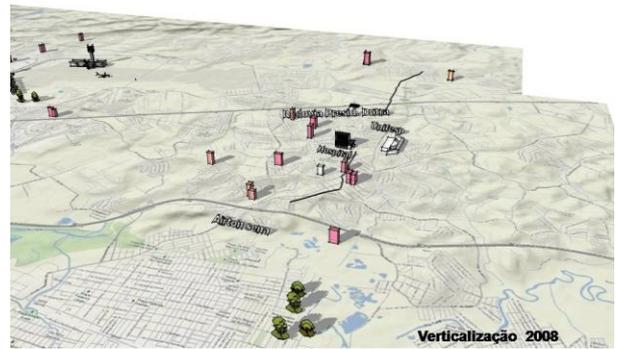
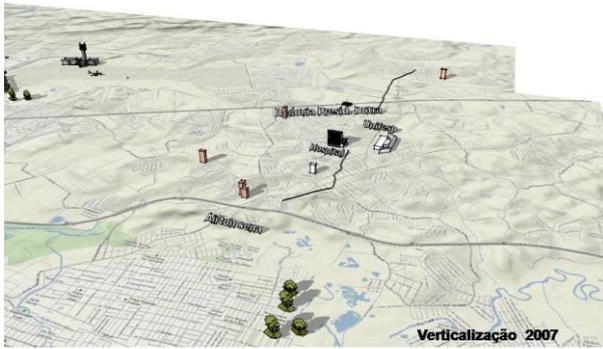
Ranking por Bairros x Unidades Habitacionais

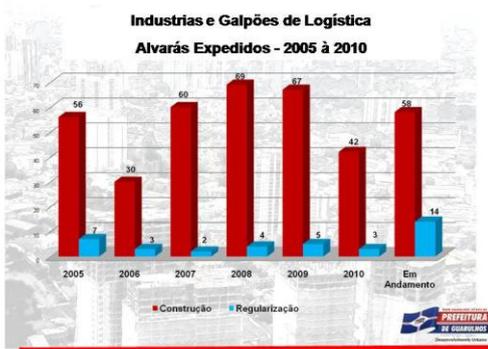
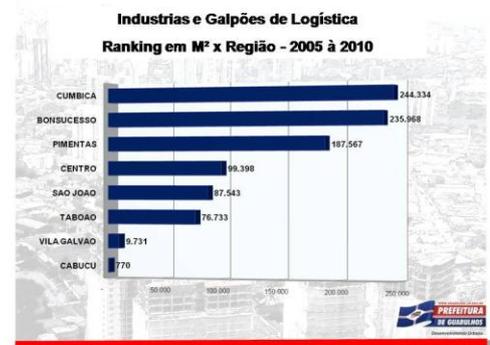
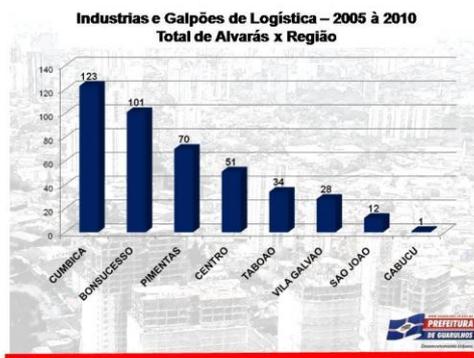
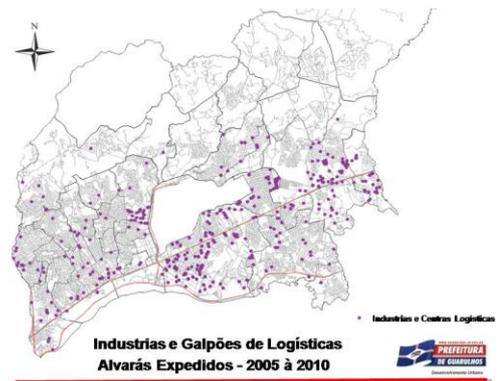
2007 - 2011*



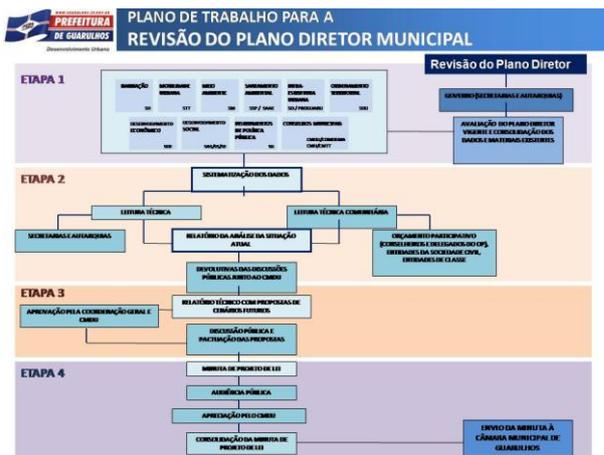








- Disciplinar a intensa dinâmica de crescimento urbano
- Viabilizar a implantação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade
- Buscar formas de garantir o financiamento da cidade. Implantação de infra-estrutura
- Rever o macrozoneamento adequando a leis de uso e ocupação do solo ao novo perfil de adensamento
- Garantir que a cidade cumpra a sua função social



PREFEITURA DE GUARULHOS

PLANO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ESTRUTURA DA PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

- ETAPAS:**
1. Planejamento, Consolidação e Pactuação do PLANO DE TRABALHO
 2. Análise da Situação Atual do Município
 3. Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão
 4. Elaboração da Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

3.3.3. Apresentação Secretaria de Habitação



Secretaria de Habitação



Secretaria de Habitação

ETAPAS DO PLHIS

- ETAPA 1 – PLANO METODOLÓGICO
- ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL
- ETAPA 3 – ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

EQUIPES DO PLHIS

- **EQUIPE TÉCNICA DO EXECUTIVO** – com 19 representantes da SH, SDU, STT, SAS, SSP, SAJ, SMA, SG, DIT e SAAE
- **EQUIPE TÉCNICA CONSULTIVA** – com 9 integrantes da empresa contratada – Integra
- **EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO** – com 33 representantes do CMH e FMH



Secretaria de Habitação

BASE DE DADOS DO PLHIS

- ◆ PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
- ◆ PMRR – PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCO
- ◆ PEMAS – PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL PARA ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
- ◆ CENSO IBGE 2000
- ◆ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
- ◆ PLANO DIRETOR DE DRENAGEM DE GUARULHOS
- ◆ LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL SOBRE QUESTÕES URBANAS E HABITACIONAIS
- ◆ BALANÇO GERAL DAS REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
- ◆ RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO ÁREAS DE RISCO DEFESA CIVIL
- ◆ MAPAS DIVERSOS SH, SMA, SDU, SAAE
- ◆ DADOS SOBRE PROJETOS DA SH
- ◆ BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SH, FMH, PMG



Secretaria de Habitação

DIAGNÓSTICO - ETAPA 2

- ◆ BASE NORMATIVA E INSTITUCIONAL
- ◆ ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO SETOR HABITACIONAL
- ◆ CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO – ETAPA 3

- ◆ CONTEXTO INSTITUCIONAL DE ELABORAÇÃO DO PLHIS
- ◆ PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
- ◆ CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DO SETOR HABITACIONAL
- ◆ PROGRAMAS HABITACIONAIS PROPOSTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLHIS
- ◆ METAS INSTITUCIONAIS E NORMATIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLHIS
- ◆ METAS FÍSICO-FINANCEIRAS, CENÁRIOS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLHIS
- ◆ MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLHIS



Secretaria de Habitação

CONCEITOS SOBRE AS AÇÕES NOS NÚCLEOS

■ URBANIZAÇÃO SIMPLES

Núcleos com alto grau de consolidação de domicílios

Necessidade de remoção de até 5% dos domicílios, por conta de obras de infra-estrutura, desadensamento, etc.

Não detectada situação de risco que envolva remoções

Infra-estrutura parcialmente implantada

■ URBANIZAÇÃO COMPLEXA

Núcleos com alto grau de remoções por questão de risco, ocupação de faixas de preservação ambiental

Necessidade de remoção de mais de 5% dos domicílios por risco, ou obras de urbanização

Condições gerais precárias das habitações

Infra-estrutura inexistente ou com alta demanda por obras



Secretaria de Habitação

■ REGULARIZAÇÃO JURÍDICA

Núcleos com características de consolidação de todos os domicílios

Não há ocupação de faixas ambientalmente protegidas

Não detectada situação de risco

Infra-estrutura urbana completa

Necessidade apenas de ação jurídica – parcelamento do solo, emissão de titulação, atos cartoriais

■ REMOÇÃO TOTAL

Núcleos que se inserem totalmente em áreas de risco

Núcleos que se inserem totalmente em faixas ambientalmente protegidas

■ REMOÇÃO PARCIAL

Possuem infra-estrutura e alto grau de consolidação em parte do núcleo

Necessidade de remoção de parte dos domicílios em faixa ambientalmente protegida

Após remoção, necessidade de regularização jurídica dos domicílios que permanecem



Secretaria de Habitação

CÁLCULO DO DÉFICIT HABITACIONAL - definições

FAIXA DE ATENDIMENTO: FAMILIAS COM RENDA ENTRE 0 E 5 SALÁRIOS MÍNIMOS

DEMANDA DISPERSA E NUCLEADA

NUCLEADA: restrito à núcleos habitacionais cadastrados pela PMG

DISPERSA: dispersa no município, e detectada apenas pelo Censo IBGE



Secretaria de Habitação

DÉFICIT QUALITATIVO – não demandam novas UHs , mas ações voltadas à melhoria habitacional

A demanda é nucleada

As ações previstas são **Urbanização Simples e Complexa, Assistência Técnica e Melhoria Habitacional e Regularização Jurídica**

Não computada projeção de crescimento para o período 2009-2025

Números:

Urbanização simples : 9.433 domicílios

Urbanização complexa: 32.953 domicílios

Regularização Jurídica : 48.464 domicílios (envolve os domicílios em urbanização + regularização jurídica apenas)



Secretaria de Habitação

DÉFICIT QUANTITATIVO – demandam a produção de novas UHs

A demanda é nucleada e dispersa

Na demanda nucleada envolve os domicílios com necessidade de remoção

A demanda dispersa envolve os dados do DHB (deficit habitacional básico) projetado para as famílias com faixa de renda entre 0 a 5 salários mínimos/mês, no período de 2000 a 2025.

O DHB abrange famílias em domicílios rústicos ou improvisados, conviventes e ônus excessivo com aluguel.

A ação prevista é produção habitacional em áreas livres e remanejamento em áreas nucleadas de urbanização.

Somente a demanda dispersa é projetada para 2025. A nucleada se baseia nos números atuais.

Números:

Nucleada por necessidade de remoção – 21.177 domicílios

Dispersa (com projeção no período 2000-2025) – 33.112 domicílios



Secretaria de Habitação

ESTIMATIVA DA DEMANDA NUCLEADA PARA O PLHIS

O método de cálculo do número de domicílios foi feita por:

- Dados sobre cadastro e titulação de CDRU pela SH
- Contagem por foto aérea até cerca de 50 domicílios
- Estimativa por caracterização e índice de adensamento

ZEIS L – 23 parcelamentos

NÚCLEOS – 269 núcleos

394 núcleos – número presente em estimativa anterior SH



Secretaria de Habitação

Composição dos núcleos que entraram no deficit do PLHIS:

49 saíram da demanda do déficit por terem menos de 20 domicílios, e por serem consolidados

60 saíram do déficit por estarem em programas habitacionais em curso

16 saíram porque já foram erradicados

269 ficaram no déficit

394 núcleos cadastrados

Atualmente, por conta da revisão do mapa de núcleos, com inclusão de novos e fusão de outros, temos cadastrados **365** núcleos.



Secretaria de Habitação

CENSO IBGE 2010

O Censo IBGE, nos dados sobre Aglomerados subnormais (AGSN) já disponibilizou informações sobre número de domicílios e população

Entretanto, pelo próprio método do Censo, núcleos com menos de 50 domicílios, ou perfeitamente integrados ao bairro, não foram computados.

As manchas que determinam os AGSN também diferem, em vários casos, do que a PMG tem cadastrado, o que geram distorções nos dados.

Porém, foi possível confrontar o que o PLHIS estimou e o que o Censo encontrou; exemplo:

Núcleo Jd. Paulista – PI-122-92 – setor AGSN 3518800094

Domicílios estimados no PLHIS: 128

Domicílios pelo Censo IBGE AGSN 2010: 108

A revisão de 2013 do PLHIS considerará os dados mais atualizados.



Secretaria de Habitação

PRODUÇÃO HABITACIONAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM GUARULHOS (QUADRO-RESUMO)

Agente/programa	Período	Nº Unidades Habitacionais produzidas
BNH	Década de 1960	300
INCOOP	Entre 1964 e 1986	2128
FAH	Entre 2003 e 2010	4638
Morar Melhor	Entre 2003 e 2006	348
Pro-Moradia		1336
CECOP		4650
CDHU	Entre 1998 e 2009	3682
CDHU	previstos	1342
MCMV (em Ago/2010)	previstos	8955
PAC 1		3397
Lotes urbanizados e matrícula construção SH	Entre 2003 e 2010	218
Regularização de rútilos e parcelamentos	Entre 2003 e 2010	4641
CDRU emitidos	Entre 2000 e 2008	8845

Obs: Os projetos do PAC 2 não foram computados no PLHIS, cuja data-base foi agosto/2010.



Secretaria de Habitação

PROGRAMAS HABITACIONAIS DO PLHIS, POR TIPO DE ATENDIMENTO DO DEFICIT

PROGRAMA	TIPO DE ATENDIMENTO	TIPO DE DEFICIT
I - Programa de Produção Pública de Novas Unidades Habitacionais em Áreas Livres	Novas Unidades Habitacionais	Quantitativo
II - Programa de Regularização Jurídica das Áreas Populares Ocupadas e de Loteamentos Particulares Irregulares e Clandestinos	Regularização Jurídica	Qualitativo
III - Programa de Regularização Fundiária Integrada de Assentamentos Precários	Urbanização Simples ou Complexa	Qualitativo
	Regularização Jurídica	
	Novas Unidades Habitacionais	Quantitativo
IV - Programa de Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento Institucional	-
V - Programa de Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais	Melhorias Habitacionais	Qualitativo
VI - Locação Social em Parque Público	Novas Unidades Habitacionais	Quantitativo
VII - Programa de Apoio à Produção Privada	Novas Unidades Habitacionais	Quantitativo



Secretaria de Habitação

PRÁTICA DE INVESTIMENTOS DA SH E METAS DE ATUAÇÃO

Prática da Secretaria de Habitação (2010/2011)	Meta de Atuação
• Produção de Novas Unidades 0,99%	Programa de Produção Pública de Novas Unidades Habitacionais em Áreas Livres 4% (atendimento da demanda dispersa)
• Regularização Jurídica 2,11%	Programa de Regularização Jurídica das Áreas Populares Ocupadas e de Loteamentos Irregulares e Clandestinos 1% (atendimento dos assentamentos precários que necessitam apenas de regularização jurídica)
• Regularização Fundiária Integrada 91,60%	Programa de Regularização Fundiária Integrada de Assentamentos Precários 89% (atendimento dos assentamentos precários)
• Desenvolvimento Institucional 5,33%	Programa de Desenvolvimento Institucional (atendimento de assentamentos precários) 3%
• Assistência Técnica -	Programa de Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais 2%



Secretaria de Habitação

METAS NORMATIVAS

- 1- Regularizar e grafar todas as ZEIS A, ZEIS L e ZEIS G
- 2- Regularizar os instrumentos de gestão urbana previstos no Plano Diretor e Estatuto das Cidades
- 3- Elaborar a Lei Municipal de Assistência Técnica
- 4- Revisar os programas municipais de Habitação de Interesse Social em vigor – lei 3676/91
- 5- Revisar a legislação referente à política Municipal de Habitação – lei 4704/95



Secretaria de Habitação

METAS INSTITUCIONAIS

- Realizar o estudo sobre os vazios urbanos aptos à HIS
- Realizar estudos para a identificação de loteamentos irregulares de Interesse social
- Realizar estudos para a identificação e caracterização dos núcleos de ocupação irregular
- Realizar estudos de viabilidade de implantação do parque público para locação social
- Criar estrutura de informação habitacional interna à SH
- Integrar este banco à estrutura de informação da PMG
- Realizar estudos de viabilidade da empresa pública de Habitação
- Articular a SH com as demais secretarias, nas questões sobre HIS
- Promover capacitação continuada das equipes técnicas municipais e sociedade civil
- Adequar recursos técnicos e físicos da SH
- Dar continuidade ao processo participativo das conferências municipais de Habitação e Cidade
- Rever as metas do PLHIS de acordo com os dados do IBGE 2010 e PPA



Secretaria de Habitação

CENÁRIOS

CENÁRIO A

100% da demanda por novas UHS – nucleada + dispersa atual
 100% da demanda por regularização jurídica - nucleada
 100% da demanda por urbanização - nucleada
 Custo estimado: R\$ 3,80 bilhões

CENÁRIO B

100% demanda por UHS – nucleada (remoções)
 100% da demanda por regularização jurídica - nucleada
 100% da demanda por urbanizações – nucleada
 Custo estimado: R\$ 3,42 bilhões

CENÁRIO C

2,15% da demanda por UHS – nucleada
 100,00% da demanda por regularização jurídica – nucleada
 52,04% da demanda por urbanização - nucleada
 Custo estimado: R\$ 987 milhões

As metas físico-financeiras para o período se basearam no cenário C.



Secretaria de Habitação

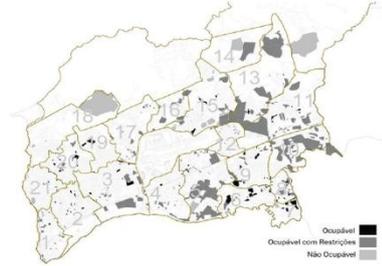
METAS DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS

AÇÕES E METAS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PROD. PÚBLICA NOVOS LOTES		0,47%		0,55%				0,55%						0,54%	
REGULARIZAÇÃO JURÍDICA		81,75%		18,25%											
REG. FUNDIÁRIA INTEGRADA		11,45%		14,00%				13,47%						13,04%	
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	ESTRUTURAR							AÇÃO CONTINUADA							
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	ESTRUTURAR							AÇÃO CONTINUADA							
LOCAÇÃO SOCIAL	IMPLANTAR PILOTO	AVALIAR						AÇÃO CONTINUADA							
PRODUÇÃO PRIVADA	ESTRUTURAR							AÇÃO CONTINUADA							



Secretaria de Habitação

ÁREAS LIVRES E CUSTO PARA PRODUÇÃO HABITACIONAL



3.3.4. Apresentação Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA
CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
Programa de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar.

Carlos Artur Salgado
Técnico Agrícola
Gerente do Programa de AUP



PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



Objetivos:

- **ressignificar espaços abertos e ociosos** por meio da sua transformação em hortas individuais ou comunitárias voltadas ao auto-consumo e ao abastecimento do entorno imediato.
- **gerar trabalho e renda** por meio do estímulo à comercialização dos excedentes (no caso dos produtores individuais) e à formação de associações e cooperativas de caráter solidário.
- **colaborar com a educação integral de crianças, adolescentes e jovens** de escolas e comunidades do entorno, por meio das hortas escolares incorporando a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica.

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



Público-Alvo e Público Prioritário, respectivamente:

- **Produtores Agrícolas e Criadores** sediados no município de Guarulhos
- **Beneficiários dos Programas de Transferência de Renda** residentes no entorno das áreas de implantação do Programa
 - **Bolsa Família**
 - **Bolsa Auxílio ao Desempregado**
 - **Renda Cidadã**

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



Ações:

- **Informar, inteirar, orientar e apoiar** os produtores quanto aos:
 - recursos (técnicos, financeiros, etc) disponíveis com vistas à regularização de suas atividades e melhoria da qualidade e da produtividade.
 - programas e projetos governamentais.

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



OPÇÃO POLITICA: PRODUÇÃO AGRICOLA SUSTENTÁVEL

(assistência técnica e extensionismo rural)

DIAGNÓSTICO	TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	AGROECOLOGIA
levantamento das características dos produtores urbanos e periurbanos	da produção predatória ao manejo ecológico	produção ecologicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



CONVÊNIO E PARCERIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

NACIONAIS

• UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos – Faculdade de Agroecologia

Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural

- Implantação da proposta Agroecológica na agricultura do município;
- Diagnóstico e mapeamento da agricultura municipal em seus aspectos produtivos, tecnológicos, ambientais e sócio econômicos, orientando a condução dos trabalhos junto aos agricultores;
- Capacitação da equipe técnica e dos agricultores sobre processos de conversão agroecológica e organização sócio-produtiva visando o associativismo e cooperativismo.

• EDP BANDEIRANTE – Produção em Área de Linhão

• Hortas de Geração de Renda e Comunitária

INTERNACIONAIS

- REDE MERCOCIDADES/PROJETO INNOVA – Guarulhos Semeando o Futuro (Rosário, Guarulhos e Belo Horizonte)

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Município com tradição agrícola;
- Terras com elevada aptidão agrícola;
- Desestruturação da produção pela expansão urbana e pelo modelo agrícola;
- Destruição das áreas florestais e de preservação permanente
 - Matas ciliares
 - Áreas de relevo acidentado
- Lei de zoneamento de uso do solo não contempla as áreas agrícolas.

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



- aptidão agrícola para a produção de alimentos; Preservação das áreas de
- Produção voltada ao abastecimento local e regional na perspectiva da segurança e na soberania alimentar;
- Incremento da biodiversidade dos agroecossistemas;
- Manejo sustentável dos recursos naturais geridos segundo as microbacias hidrográficas:
 - Solo
 - Água
 - Flora

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



- Aptidão agrícola para a produção de alimentos; Preservação das áreas de
- Produção voltada ao abastecimento local e regional na perspectiva da segurança e na soberania alimentar;
- Incremento da biodiversidade dos agroecossistemas;
- Manejo sustentável dos recursos naturais geridos segundo as microbacias hidrográficas:
 - Solo
 - Água
 - Flora

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



- Não uso de agrotóxicos e adubos concentrados solúveis
- Processamento e comercialização da produção pelos agricultores e suas organizações;
- Atendimento das políticas públicas
 - PAA
 - PNAE
 - Comercialização direta
- Equidade na apropriação dos benefícios

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE



DIMENSÃO POLÍTICA

- Lei de uso do solo que garanta a preservação das áreas com maior aptidão agrícola para a produção de alimentos;
- Recompôr e preservar as Áreas de Proteção Permanente
- Fomentar e consolidar a produção agrícola isenta de agroquímicos agressivos ao homem e ao meio ambiente;
- Orientar a produção para o abastecimento local;
- Criar canais de comercialização direta da produção local, in natura e processada.

PREFEITURA DE GUARULHOS – COORDENADORIA DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

3.4. Fotos



3.5. Lista de presença

LISTA DE PRESENÇA

	Email	NOME LEGÍVEL	Setor	Telefone
1		Márcia Ribeiro Rosa	SDU01	
2		Miriam R. Silva	SDU01	
3		JOSÉ CARLOS ALVES	Sociedade Civil	
4		chrisalvassabotommas@gmail.com	CFA	
5		J.S. ARQUITETURA UOL.COM.BR	SOCIEDADE CIVIL	
6		MARLENEA C. BR	MORADIA	
7		dieliano whan frook Polilo	SH	
8		Marcia Crescêncio Andrade	SH	
9		Dulcineia ARGÊLO DE MARCI	CAR	
10		ANDRÉ STACCA	SH	
11		Rodney Tomalito	SH	
12		nevalhataca@yaho.com.br	SH	
13		Erneste F. Abul	SH	
14		DUCARFUR@GMAIL.COM	SSP	
15		Edinaldo G. H. H. H. H.	C.P.M	
16		Christina Antônia Versado	C.P.M	
17		Kátia Lima	M.N.L.M	
18		Carlos Eduardo Bergo	SG-DOP	
19		VERA LUCIA BELLEZZI	SG-DOP	
20			AREG / ASSECMAG	
21				
22				

LISTA 02/10#

LISTA DE PRESENÇA

	Email	NOME LEGÍVEL	Sector	Telefone
1		Apresentado de Fatima Tenico Jancz	SDU03	
2		Fátima Regina Cantadeiro	SPU 03.07.01	
3		Levíl Fernandes dos Santos	SPU 03.06.03	
4		MARCUS HIRSE MOUTIS	SPU 01.08	
5		José Pires M. M.	SOU01.09.02	
6		DOMINGOS JESUINO DA SILVA	SOU01.09.02	
7		Helenez Amara Campos	CPFDM R	
8		FERNANDA MARQUEZ DA SILVA	CPPEDMR	
9		Suelly Akemi Fujiwara Siro	SPU 01.06.02	
10		Dr. Fernando de Oliveira Novaes	Su. Educação	
11		marinela.diasvato@terra.com.br	SH - DDH	
12		JOSE ROGERIO GALCIA	SH - DAC	
13		Kátia Fernanda Figueiredo	SH - DAF	
14		Carla Rozana B. P. Figueira	SH - DAC	
15		joaoaugusto.pereira@sigmal.com	SH - DDH	
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				

LISTA 03/07

LISTA DE PRESENÇA

	Email	NOME LEGÍVEL	Setor	Telefone
1		Ernestina Francisco da Silva	Nolo Roraima Caluças	
2		Vera Lucia da Silva	Novo Recreio Caluças	
3		ANGELA S. PIOTTO	Ambiens	
4		Josias Rocio Neto	Ambiens	
5		FERNANDO MIRANDA ROSSI	AMBIENS	
6		JULIANA CAVALHEIRO MORENO	PMG- SEMA	
7		THIAGO PEREZ SAVIO	PMG- SDU	
8		Renato Baccan da Costa	PMG- SDU	
9		ROBERTO DOS SANTOS MORENO	CMAD e IAB	
10		cartrindgado@gmail.com	CFSS - Agricultura	
11		seleto.pontabral@hotmail.com	Com. de acompanhamento	
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				

LISTA 04/04

CICLO DE PALESTRAS - 16/04/2011 - REVISÃO PLANO DIRETOR
 TEMA: "DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL"

LISTA DE PRESENÇA

	Email	NOME LEGÍVEL	Setor	Telefone
1				
2		RICARDO BARZOUZ	SDU	
3		15711 - TABLI Aguiar M. Barbosa	SAAE SM	
4		John John de Macedo	Sec do Trabalho	
5		spmembers@yahoo.com.br	JAF	
6		automa@maestro@netmail.com	Com. S. A	
7		BRUNO LAERCIO DA SILVA	S. A	
8		apostolito@qual.com	Fundo Social Agr. v. 1304	
9		hi@cinquabuzangas@net.com.br	SDU	
10		SWELY AGUIAR	SDU	
11		João das	CAA	
12		R. GUASSINI@UNIDOC.COM.BR	SDU	
13		GUILHERME D. S. VIANA	SA/Sind. Arg.	
14		amario_braz@yahoo.com.br	CIR	
15		EDUARDO PINA PESTANA	CONS. BONSUCESLO	
16		duciana.de.o.jantor	SDU	
17				
18				
19				
20				
21				
22				

LISTA 01/04

4. SANEAMENTO AMBIENTAL

Data: 17 de abril de 2012

Local: Adamastor

Secretarias Palestrantes: Sistema Autônomo de Água e Esgoto, Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria de Obras.

4.1. Relatório palestras

O Sr Álvaro (SDU) fez a abertura dos trabalhos falando da importância das discussões na construção da legislação do Plano Diretor; da relevância da questão ambiental quando se está pensando na ocupação do espaço. E que no dia de hoje serão realizadas as apresentações de quatro secretarias ligadas ao saneamento ambiental e meio ambiente.

4.1.1. Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

Nádia Brugnera Silva (SAAE): a Diretora do Departamento de Planejamento e Projetos fez uma explanação sobre o planejamento desenvolvido pelo SAAE, principalmente no que consiste a água e esgoto. Colocou em linhas gerais a situação do atendimento da água e coleta e tratamento do esgoto. Até o ano de 2002 o SAAE não tinha nenhum planejamento setorial, naquele ano foi elaborado o Plano Diretor de Água e em 2003 o Plano Diretor de Esgoto.

O Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água teve como objetivos: a) formular estratégias integradas para melhor aproveitamento dos recursos hídricos da região; b) planejar de forma adequada a produção, o recebimento e a distribuição da água; c) planejar as ações visando garantir qualidade ao abastecimento público; d) definir as etapas de obras e as prioridades; e d) atender às diretrizes legais e institucionais e aos aspectos da viabilidade econômica, financeira e ambiental nas propostas de intervenção.

A elaboração do instrumento teve duas etapas principais sendo que a primeira tratava dos estudos preliminares da situação do atendimento da água e a segunda a questão de proposição. Na fase inicial teve que se levar em conta que Guarulhos está localizada na região metropolitana de São Paulo, por este motivo há uma integração no sistema de saneamento regional, sendo que Guarulhos compra 90% da água que é distribuída no município, os outros 10% são coletados em mananciais superficiais no território municipal. Na época foi elaborado estudo demográfico para dar conta do entendimento das necessidades no saneamento, para isso o município foi dividido em várias áreas consideradas homogêneas, com a realização de um estudo demográfico obteve-se um panorama da quantidade e distribuição da população, assim como a projeção populacional para considerar o crescimento urbano municipal e o atendimento de água.

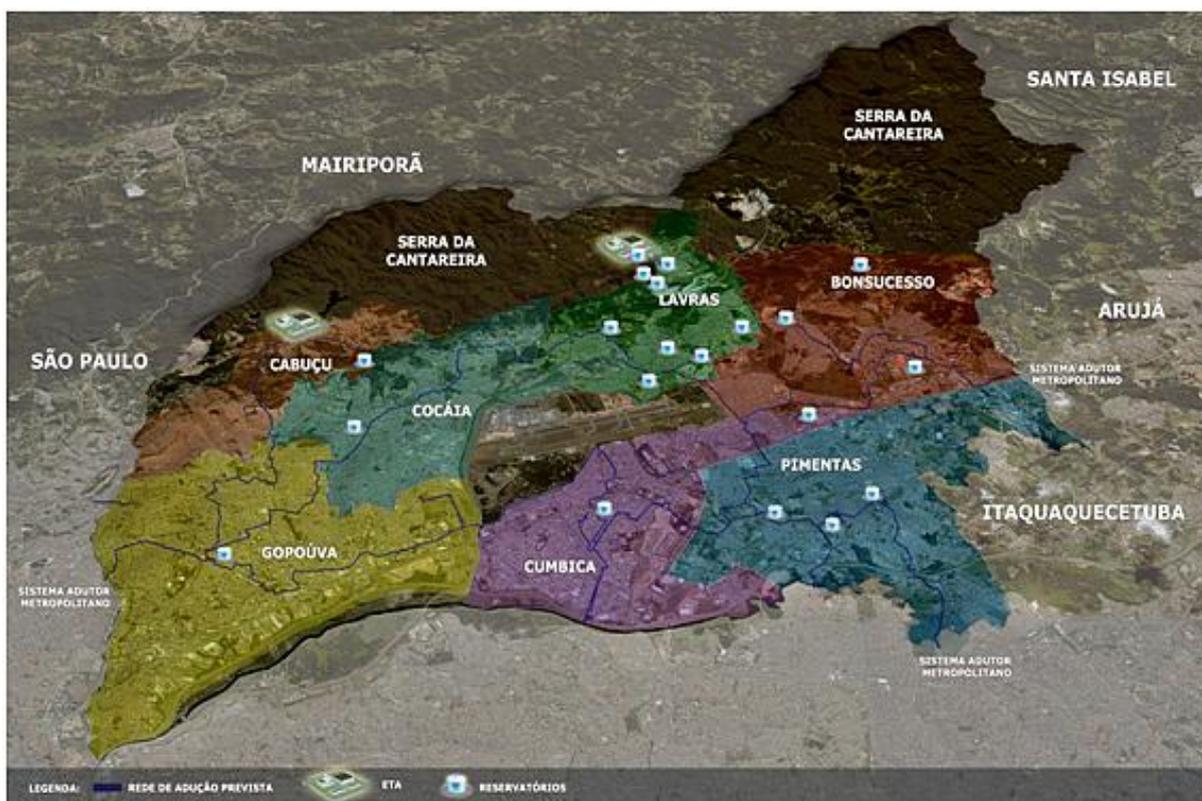
Diagnosticou-se que a produção e distribuição eram insuficientes não atendendo toda a demanda e, principalmente, não havia reservação. Identificado então que a produção era insuficiente, a adução o sistema estava desprovida de infraestrutura suficiente para permitir a transferência de água entre setores. Na reservação a distribuição espacial das unidades era inadequada e insuficiente e no tocante à distribuição, o sistema não apresentava divisões entre setores e zonas de pressão e a infraestrutura de redes e

estações pressurizadoras era incompatível com as necessidades. Tal situação criava um cenário preocupante para o atendimento da água no município.

Já na fase de proposição foram definidos critérios e parâmetros. O limite para área de estudo foi estabelecido como sendo o perímetro urbano. Foram definidas três etapas para execução e monitoramento: imediata 2005, primeira 2015 e segunda 2025. As demandas inicial e futura foram estabelecidas em função dos critérios e parâmetros adotados e ao longo do horizonte de projetos, enquanto que a oferta se mostra aquém das necessidades. Identificou-se na época que não havia possibilidade de atendimento de toda a demanda, havendo caso críticos de bairros que ficavam sem atendimento até cinco dias.

Uma condição importante no que se refere ao atendimento de água, é que o município está localizado em uma região de baixa disponibilidade hídrica, não somente Guarulhos, mas toda a região. Para a adequação da distribuição da água foram estudados os possíveis mananciais de atendimento superficiais: Engordador/Barrocada, Lavras/Água Azul, Jaguarí e Ururuquara. E enquanto mananciais subterrâneos, a possibilidade de uso de poços. Estudada esta questão da demanda, foi apontada uma série de infraestruturas necessárias para o sistema ser melhorado. A primeira questão a ser resolvida era a divisão do município em regiões menores, sempre atendidas a partir de um centro de reservação. A setorização proposta levou em conta a topografia e a disponibilidade hídrica, conforme a figura que segue:

FIGURA 1 - DIVISÃO DO MUNICÍPIO SEGUNDO TOPOGRAFIA E DISPONIBILIDADE HÍDRICA



Conclusivamente afirmou que, embora o sistema de abastecimento apresente uma infraestrutura bastante adequada - atualmente supre as necessidades da primeira etapa (ano 2015) - observa-se que a questão do equilíbrio entre a oferta e a demanda não é um item solucionado. Assim, empreendimentos que apresentem grande demanda por utilização

de água devem ser criteriosamente analisados quanto à viabilidade de instalação no município. Esta é uma condição que não se aplica somente a Guarulhos, mas que afeta toda a RMSP. Como condição futura, nota-se que os investimentos devem ser continuados com vistas à complementação da adequação da infraestrutura até o horizonte de projeto (ano de 2025).

O sistema de distribuição hoje está adequado ao que foi projetado no Plano Diretor do sistema de água. Entretanto, o principal problema é a baixa oferta, a qual não é possível ampliar já que é um fator natural.

Sobre o Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário explicou que teve como objetivo: a) formular estratégias integradas para definição do melhor arranjo para a disposição final dos esgotos gerados no município; b) planejar de forma adequada a coleta, o afastamento e o tratamento dos esgotos; c) planejar as ações visando garantir qualidade ao abastecimento público; d) definir as etapas de obras e as prioridades; e) atender às diretrizes legais e institucionais e aos aspectos da viabilidade econômica, financeira e ambiental nas propostas de intervenção. Da mesma forma que o anterior foi dividido em duas etapas: a) estudos preliminares e b) definição e proposição.

Na caracterização da área do estudo foram identificadas as principais características do município, como localização, meio físico, etc. Especial atenção foi dada ao contexto do município na RMSP uma vez que duas das cinco estações que compõe o sistema municipal fazem parte do sistema metropolitano (ETEs São Miguel e Parque Novo Mundo). Entretanto, nenhuma obra havia sido realizada até o momento do estudo.

Foram utilizados dados previamente definidos nos estudos do PDSA, que passaram por revisão e atualização em estudo posterior de Consolidação do PDSE, desenvolvido em 2005/2006; este novo estudo considerou a possibilidade de “verticalização”, não prevista no estudo demográfico desenvolvido no âmbito do PDSA. Apesar da utilização de critérios diferenciados, os resultados de ambos não apresentaram diferenças significativas nos números finais da projeção populacional.

O diagnóstico do sistema também era muito ruim, identificando que a rede coletora atendia cerca de 72% da população, o sistema não dispunha de infraestrutura de afastamento e transporte, como coletores-tronco, interceptores, emissários e estações elevatórias. Além disso, não havia disposição final, conseqüentemente, os esgotos coletados eram lançados “in natura” nos cursos d’água que cortam o município.

A pergunta que elaboraram naquele momento foi a seguinte: quanto de esgoto deveria ser tratado nas ETEs concebidas no sistema metropolitano? Entendendo que além de toda a obra de infraestrutura havia ainda uma taxa mensal. Foram feitos os estudos de viabilidade econômica e ambiental e com isso entendido que metade do esgoto gerado deveria ser tratado na rede metropolitana, o restante iria para estações próprias. Com as obras haveria a possibilidade de tratamento de 52% do esgoto gerado, e a rede de coleta também foi ampliada.

Com relação à interface com o Plano Diretor e o Plano de Água Esgoto, destacou que os coletores têm que ser instalados nos fundos de vale e, atualmente, grande parte destes estão ocupados ou em propriedade particular. Isso encarece demais o sistema e é necessário pensar em faixas de servidão. Frisou que deve haver diretrizes para que haja reserva destas áreas e, além disso, investimentos em mais infraestrutura para que possa existir atendimento do restante dos 50% necessários.

Em termos de conclusão, durante o desenvolvimento dos estudos e posterior detalhamento de projetos, observou-se que, em razão da forma com que se consolidou a urbanização da cidade, as áreas de “fundo de vale”, necessárias à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário, não foram preservadas. Como consequência, cerca de 130 processos de desapropriações ou instituição de faixas de servidão estão em

andamento, que darão atendimento às obras já em andamento. Como condição futura, nota-se que os investimentos devem ser continuados com vistas à complementação da adequação da infraestrutura até o horizonte de projeto (ano de 2025).

Por fim, explicou que recentemente o SAAE desenvolveu o Plano Municipal de Água e Esgoto, em atendimento aos requisitos impostos pela Lei Federal 11.445/07, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e pelo Decreto Federal 7.217/10, que a regulamentou. O estudo definiu os investimentos necessários para a universalização dos serviços.

4.1.2. Secretaria de Serviços Públicos (SSP)

Plano Diretor Funerário - Departamento de Serviços Funerários.

Rui Alencar (SSP): o Gestor do Departamento de Serviços Funerários iniciou comentando que foi elaborado o Plano Diretor Funerário em parceria com a SDU, Secretaria do Meio Ambiente e Saúde. Porém, há precariedade com relação aos estudos demográficos e projeções. Além disso, ainda não está aprovado.

O município tem cerca de 6200 óbitos por ano, mas a maior parte desse serviço é feito de forma irregular. As legislações produzidas na esfera municipal até então não resolveram tal problema e acabaram caindo em desuso. Em termos de concepção o serviço é considerado como de natureza pública e essencial, já que atende questões de saúde e também social, pois nem todos podem pagar. Entende que há necessidade de ter uma regulamentação adequada por tratar de um serviço público social, com relação à prestação do serviço, localização e valores, estando atualmente aberto à especulação.

Explicou que são oito cemitérios em Guarulhos, sendo quatro municipais e quatro particulares. Também são oito agências funerárias conhecidas que estão atuando no município, porém pode haver outras, mesmo de outros municípios que prestam serviço em Guarulhos.

Tem sido feito uma série de investimentos com obras e estruturação nos cemitérios municipais. Atualmente foi implantado um programa de gestão ambiental em parte dos cemitérios municipais, em que são recolhidos os resíduos e repassados para uma cooperativa. A coleta seletiva também está ocorrendo nos cemitérios municipais.

Entende que os serviços funerários devem ter um Plano Diretor para regulamentação e normatização do serviço, já que pela irregularidade o município pode se tornar uma região "cemiterial" da capital. O planejamento deve orientar, ordenar e regulamentar o adequado desenvolvimento do serviço funerário na cidade e garantir o cumprimento da função social do serviço funerário, promover a adequada distribuição dos equipamentos em relação ao espaço urbano e a população, e ainda garantir a ocupação adequada das áreas naturais dentro dos espaços cemiteriais.

Existe a questão de função social, saúde, justiça e segurança pública, pois são serviços que interessam a estas áreas todas. Tem caráter municipal em que deve ser regularizado o serviço funerário e também o espaço funerário, e a regulamentação deve legislar sobre a impossibilidade de uso indiscriminado dos cemitérios por município vizinhos.

Acredita que vai levar tempo ainda para que haja necessidade de se estabelecer um novo cemitério visando atender a demanda do município dentre os públicos e privados. Porém, é necessário haver critérios para novas instalações já que há uma dificuldade de aceitação da vizinhança. A instalação de cemitérios parques, verticais ou crematórios devem respeitar diretrizes para o meio ambiente e a aprovação deve passar pela CESTESB, SEMA e SDU.

Por fim, afirmou que o Plano Diretor Funerário está em processo de regulamentação, mas carece ainda da aprovação.

Plano Diretor de Resíduos Sólidos - Departamento de Limpeza Urbana.

Suzana Nogueira (SSP): a Gestora do Departamento de Limpeza Urbana abordou o processo de construção do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, que tem como propósito trabalhar a limpeza urbana municipal e o manejo dos resíduos entre o formato e as tecnologias utilizadas. São três os pilares que conduziram a construção do plano: a) modelo tecnológico eficiente e eficaz, b) mobilização e educação ambiental da população e c) formação dos técnicos envolvidos. Visando a redução da geração dos resíduos; segregação na origem; sustentabilidade econômica, social e ambiental; geração de trabalho e renda; reciclagem; e aterramento adequado dos rejeitos.

Explicou que este trabalho foi um setorial do Plano de Saneamento Básico do município. Guarulhos foi o primeiro município brasileiro a lançar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos um ano após de a regra ser estabelecida como necessidade pela união através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010). Com o PDRS e os Planos de Abastecimento de Água, de Esgotamento Sanitário e de Drenagem Urbana, Guarulhos conclui o Plano Municipal de Saneamento Básico.

O plano foi desenvolvido em um processo participativo realizado através de seis oficinas públicas. A discussão dos resíduos foi dividida em:

FIGURA 2 - TÓPICOS DA DISCUSSÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS



O principal ponto é a não geração, redução, reutilização e a reciclagem fazendo com que a menor parte dos resíduos possíveis seja levada até o aterro. Foi proposta uma premissa de que a pessoa torna-se responsável pelo resíduo que gera e atualmente tem sido feito um trabalho com os pequenos geradores no sentido de conscientização e adaptação ao sistema. Além disso, para resíduos de construção e demolição existem 16 pontos de entrega voluntária e pretende-se implantar mais 26 novos até 2020 atendendo todas as regiões da cidade. Os resíduos de construção são reciclados e totalmente

reutilizados na construção de obras públicas. A secretaria tem objetivo ainda de ampliação deste serviço.

Segundo Suzana, mais importante do que ter o instrumento é colocar em prática o que foi planejado, esta é uma reflexão importante para este momento. Elencou os principais investimentos previstos por tipo de resíduos e metas a serem alcançadas com a implantação do plano.

Além disso, comentou sobre a integração regional que foi prevista por meio do CONDEMAT, através da formalização de uma região de integração da gestão de resíduos sólidos, em que se pretende fazer um plano regional entre onze municípios da bacia do Alto Tietê. No momento está sendo feito termo de referência para a contratação da elaboração do plano.

Outras ações importantes que estão em processo de desenvolvimento dizem respeito à a) informação, capacitação e indicadores de desempenho; b) elaboração e implantação da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental; c) implantação do Plano de Comunicação; Capacitação de operadores públicos e privados; e d) indicadores de desempenho (para serviço público, grandes geradores, transportadores e receptores).

Controle e fiscalização tratam de todos os resíduos presentes no município, com uma proposta de fazer controle diferenciado e integrado com a implementação de Sala de Controle; Relatório de Ocorrência de Descargas Irregulares; e fiscalização dirigida. Propondo um sistema único juntamente com outros agentes que trabalham na fiscalização (outras secretarias).

Com relação à responsabilidade privada diferencia os geradores em pequenos e grandes. Os pequenos geradores são os que produzem até 200 litros dia, tratam dos que geram e os grandes geradores são os que produzem mais de 200 litros e precisam fazer o plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Ainda há necessidade de dar continuidade às reuniões setoriais; aos debates públicos sobre os resíduos; às atividades do GT Resíduos do CONDEMAT; formalizar as parcerias e dar reconhecimento público dos interlocutores prioritários na implantação do PDRS.

4.1.3. Secretaria de Obras (SO)

João Marques Luiz Neto (SO): o Senhor Secretário de Obras aludiu ao Plano Diretor de Drenagem e à preocupação com relação ao tema para o Município de Guarulhos, no sentido de que o desenvolvimento não venha a ampliar os impactos causados pelas águas. Destacou que a questão da drenagem vem sendo tratada com certa negligência no decorrer do tempo, e que em Guarulhos ainda há tempo de fazer a implementação do Plano Diretor antes de que os impactos cheguem no nível da capital.

O Município de Guarulhos está subdividido em cinco grandes bacias hidrográficas, sendo que quatro delas fazem parte da Bacia do Alto Tietê e a quinta, Jaguarí, contribui para a Bacia do Paraíba do Sul, quais sejam: Bacia Hidrográfica do Rio Baquirivú Guaçu – (BQ); Bacia Hidrográfica do Rio Cabuçu de Cima – (CB); Bacia Hidrográfica do Canal de Circunvalação– (CT); Bacia Hidrográfica do Rio Tietê – (TI); Bacia Hidrográfica do Rio Jaguarí – (JG).

As alterações dos ciclos hidrológicos têm se ampliado no município e as condições de escoamento têm sido prejudicadas. Afirmou que a canalização até pode acontecer, mas deve ter consigo a reservação (piscinão), que tem estudado vários modelos, mas ainda assim a reservação continua sendo o sistema mais interessante.

Com a ampliação do tratamento e a redução do lançamento de esgoto, as águas reservadas não terão tanta poluição concentrada, podendo ser reutilizadas em algum grau. A alteração do ciclo hidrológico pelo barramento da água através da construção urbana gerou inúmeros outros problemas como mudanças das chuvas, enchentes e clima. As alterações do ciclo hidrológico geram mudanças qualitativas e quantitativas muito intensas nos sistemas de drenagem das áreas urbanas, em que são ampliadas as condições de escoamento das águas superficiais com o objetivo de afastá-las dos espaços construídos. Com a urbanização das bacias hidrográficas, o aumento da impermeabilização do solo, as canalizações e toda a rede de drenagem podem gerar vazões máximas até sete vezes maiores daquelas propiciadas pelas condições naturais pré-existentes.

Em 2009 foram feitas quatro propostas de obras de macrodrenagem para o governo federal, para contensão de enchentes que tem grande êxito: 1) Iguaçu-Tietê, que está em obras; 2) Jacinto, que está em obras; 3) Japoneses e Cubas, em processo licitatório etapa final e; 4) Cocho Velho e Moinho Velho, em processo licitatório etapa final.

Explicou o status de cada um dos projetos no sentido de localização, impactação na macrodrenagem, benefícios, gastos e diminuição dos impactos. Afirmou que é o maior projeto de macrodrenagem da região metropolitana, com repercussão em todo Estado de São Paulo, sendo que representantes de várias cidades vieram conhecer os projetos e tentar levar para os seus municípios.

Está sendo avaliado o uso público das áreas de piscinões na época de estiagem, com equipamentos que possam ser utilizados pela população. Os projetos pretendem que não seja feita simplesmente a canalização, mas nas áreas onde for possível, deve ser mantida a forma natural dos leitos. Ainda sobre os piscinões, estão sendo analisados, principalmente em áreas não adensadas, para que não gerem especulação sobre a necessidade de desapropriações.

Em Guarulhos ainda existem áreas vazias as quais podem ser utilizadas para a infraestrutura de drenagem e, em parceria com a SDU, está sendo possível fazer obras de drenagem em locais que causem o menor impacto social possível.

Estas obras apresentadas são consideradas a primeira fase do PDD que estão na região menos adensada, na segunda fase do Plano ocorrerão nas regiões mais adensadas da cidade que é o centro expandido em direção à Fernão Dias.

Ressaltou também o caso de grandes intervenções recentes no município, como a avenida Jacu Pêssego que, além de ser uma obra de mobilidade, interferirá na questão de drenagem razoavelmente grande, havendo no projeto da avenida alguns locais de reservação de água.

Também nos programas de macrodrenagem desenvolvidos pelo governo federal contemplam toda a infraestrutura ao redor das obras.

Existem outras necessidades em relação à drenagem, porém, nas discussões com o governo estadual e os municípios do Alto Tietê, o Baquirivu-Guaçu não foi contemplado, o que é uma pena para o município.

Finalmente, falou sobre a importância da elaboração do Plano Diretor e como o município tem evoluído no planejamento.

4.2. Debate

Na sequência, o Sr Álvaro Garruzi passou a palavra para o público presente para os esclarecimentos necessários junto à mesa formada pelas secretarias que apresentaram os trabalhos.

Roberto Moreno (CMDU): perguntou sobre o período de elaboração do Plano Diretor de Água e Esgoto que foi elaborado na mesma época do Plano Diretor, e deseja saber se foi feito outro trabalho de atualização posterior que ajustasse os três planos.

Nádia Silva (SAAE): explicou que não foram realizadas atualizações, não foi feito outro estudo que reavaliou as demandas, pretende-se fazer uma revisão com os dados do censo 2010, com relação às outras interfaces não identificaram que pudesse haver uma contribuição efetiva do Plano Diretor de Água e Esgoto para o Plano Diretor Municipal, somente o contrário, já que o saneamento tem que ir para onde a cidade está crescendo.

Álvaro Garruzi (SDU): questionou se existem metas a serem contempladas no planejamento de infraestrutura de esgoto para até 2022.

Nádia Silva (SAAE): explicou que a infraestrutura está planejada para atender a demanda do município, os reservatórios estão localizados em pontos delimitados pela topografia com capacidade para atender àquela população localizada naquela região, se a rede ainda não está passando por algumas áreas o plano contempla o crescimento e a ligação dessas unidades.

Glauco Bellezzo (Ambtec e CMDU): apontou que as nascentes ainda estão prejudicadas, pois o SAAE faz a coleta do esgoto, mas libera dentro dos afluentes. Em algumas cidades, ao invés de grandes estações de tratamento, são implantadas pequenas estações, dinamizando as soluções. No caso das empresas, muitas vezes são obrigadas a fazer o tratamento dos resíduos gerados, isso já está acontecendo, pergunta por que isso não acontece no SAAE.

Nádia Silva (SAAE): afirmou que esta questão foi muito estudada no PDAE, com avaliação financeira e de funcionamento, e considerou-se que as alternativas propostas são as mais viáveis financeiramente. Além disso, explicou que ainda é lançado esgoto nos córregos, pois os investimentos são muito altos e eles estão fazendo gradativamente.

Roberto Moreno (CMDU): o Secretário de Obras apresentou um projeto estrutural, a Jacu Pêssego, e se deveria pensar que serão áreas de grande atração de investimentos e interesses. Afirmou que em São Paulo está sendo feita uma operação urbana consorciada na extremidade desta via, e que agora, com a Revisão do Plano Diretor, deve-se refletir sobre o que vai acontecer na região de Cumbica e a própria área industrial se houver essa atratividade de investimentos.

Edson Barros (SM): falou da possibilidade de fazer uma regularização de outorga da água para salvaguardar o meio ambiente na regularização fundiária. Com os projetos de macrodrenagem apresentados, pode-se convergir e focar na regularização fundiária.

Júlio Saavedra (CMDU): questionou sobre o Plano Diretor de Resíduos, que como arquiteto e engenheiro conhece a existência de um grande problema quando entrega para o contratante o planejamento do que se deve fazer com os resíduos da construção; perguntou se está se algum mecanismo está sendo avaliado para resolver este problema de conscientização. Disse que é necessário fazer a alteração da legislação, principalmente no que tange à capacitação e fiscalização.

Thiago Perez Sávio (SDU): propôs uma reflexão sobre se o município poderia perpetuar este mesmo modelo de adensamento e verticalização para os próximos 5 a 10 anos sem que houvesse um grande impacto nos serviços ambientais.

José Ailton Martins (CA): perguntou se está prevista alguma proposta no Plano Diretor para que grandes empreendimentos tenham sua própria estação de tratamento, não liberando os resíduos nos córregos e diminuindo os custos públicos. Perguntou também se está prevista a elevação para transporte dos resíduos até as áreas de tratamento.

José Luis Neto (SO): disse que é possível fazer o encaminhamento proposto da outorga. Que a partir do momento que o governo federal entendeu o licenciamento como uma atividade municipal houve um avanço, porém, o Ministério Público entende que não. Além disso, com relação ao que Tiago perguntou, afirmou que, do ponto de vista da drenagem, entende que sim, porém, as coisas não se resolvem tão matematicamente, mas acredita que com o planejamento executado atualmente pode-se conseguir a resolução dos serviços ambientais, mesmo com o adensamento urbano. Porém, com os outros serviços urbanos, pode haver carências. A verticalização hoje é preocupante pelo adensamento e atendimento dos serviços públicos, mas com a Revisão do Plano Diretor devem ser discutidas estas questões.

Suzana Nogueira (SSP): explicou que o PDRS propõe um plano de comunicação para multiplicar as informações, que existem várias ações de capacitação de professores e organizações sociais. Estão sendo utilizados alguns canais para multiplicação das informações. As primeiras ações foram feitas com o pessoal da prefeitura com o propósito de disseminar as informações.

Plínio Soares (SDU): explicou que a operação conhecida como Rio Verde-Jacu foi criada há algum tempo pela cidade de São Paulo, mas tem baixa adesão. Este projeto deve ser pensado de forma articulada, uma vez que existem vários outros projetos deste porte. A operação urbana, assim como outros instrumentos, deve ser pensada de forma benéfica e complementar, com atuação articulada na região metropolitana.

Nádia Silva (SAAE): afirmou que o SAAE está vinculado ao tratamento do sistema; quanto ao tratamento isolado do empreendimento, deve ser instituído no licenciamento junto ao estado. Entretanto, os empreendedores devem estar preparados para quando a rede chegue, estando prontos para fazer a ligação. Disse que a cidade tem um limite da ocupação que vai de encontro com a oferta de água. Deve-se avaliar até quando a cidade pode crescer.

Álvaro Garruzi (SDU): encerrou as atividades dizendo que a SDU faz uma série de avaliações na implantação de empreendimentos. Agradeceu a participação de todos e encerrou o segundo dia de debate.

4.3. Apresentação de Slides Power Point

4.3.1. Apresentação Sistema Autônomo de Água e Esgoto

ITEM	ÁGUA	ESGOTO
NÚMERO DE LIGAÇÕES (UNIDADE)	333.272	251.021
NÚMERO DE ECONOMIAS (UNIDADE)	367.307	306.033
EXTENSÃO DE REDE (KM)	2.193	1.619
COBERTURA POR REDE (%) (*)	96	80

(*) REFERÊNCIA: DEZ/2010; DEMAIS DEZ/2009

PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÃO

PLANO DIRETOR DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PDSA

PDSA

PDBE



PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÃO

OBJETIVOS

- FORMULAR ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO;
- PLANEJAR DE FORMA ADEQUADA A PRODUÇÃO, O RECEBIMENTO E A DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA;
- PLANEJAR AS AÇÕES VISANDO GARANTIR QUALIDADE AO ABASTECIMENTO PÚBLICO;
- DEFINIR AS ETAPAS DE OBRAS E AS PRIORIDADES;
- ATENDER ÀS DIRETRIZES LEGAIS E INSTITUCIONAIS E AOS ASPECTOS DA VIABILIDADE ECONÔMICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL NAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.

PDSA

ETAPAS

ESTUDOS PRELIMINARES

- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO;
- ESTUDO DEMOGRÁFICO;
- DIAGNÓSTICO DO SISTEMA.

DEFINIÇÕES E PROPOSIÇÕES

- DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS E PARÂMETROS;
- DEFINIÇÃO DAS DEMANDAS;
- PROPOSTAS PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA.

PDBE

PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS

PDSA

PDBE

NESTA FASE FORAM IDENTIFICADAS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO, COMO LOCALIZAÇÃO, MEIO FÍSICO, ETC, QUE, DE ALGUMA FORMA, APRESENTAVAM INTERFACE COM OS ESTUDOS DO PDSA. UM EXEMPLO DESTA ANÁLISE REFERE-SE A IMPORTÂNCIA DADA À CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO SE INTEGRAR A RMSP - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÃO

ESTUDO DEMOGRÁFICO DELIMITAÇÃO DE ZONAS HOMOGÊNEAS

PDSA

PDBE



PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÃO

ESTUDO DEMOGRÁFICO EVOLUÇÃO POPULACIONAL

PDSA

PDBE



Ano	População (mil)
1960	100.000
1970	200.000
1980	500.000
1991	800.000
1996	900.000
2000	1000.000
2005	1100.000
2010	1200.000
2015	1300.000
2020	1400.000
2025	1500.000

PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÃO

ESTUDO DEMOGRÁFICO DIAGNÓSTICO DO SISTEMA

PDSA

PDBE

PRODUÇÃO: INSUFICIENTE

ADUÇÃO: O SISTEMA DESPROVIA DE INFRAESTRUTURA SUFICIENTE PARA PERMITIR A TRANSFERÊNCIA DE ÁGUA ENTRE SETORES.

RESERVAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES ERA INADEQUADA E INSUFICIENTE.

DISTRIBUIÇÃO: O SISTEMA NÃO APRESENTAVA DIVISÕES ENTRE SETORES E ZONAS DE PRESSÃO E A INFRAESTRUTURA DE REDES E ESTAÇÕES PRESSURIZADORAS ERA INCOMPATÍVEL ÀS NECESSIDADES.

ESTUDO DEMOGRÁFICO
DIAGNÓSTICO DO SISTEMA

REDES COLETORAS: ATENDIAM A CERCA DE 72% DA POPULAÇÃO

AFASTAMENTO: O SISTEMA NÃO DISPUNHA DE INFRAESTRUTURA DE AFASTAMENTO E TRANSPORTE, COMO COLETORES-TRONCO, INTERCEPTORES, EMISSÁRIOS E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS.

TRATAMENTO: NÃO HAVIA DISPOSIÇÃO FINAL, CONSEQUENTEMENTE, OS ESGOTOS COLETADOS ERAM LANÇADOS "IN NATURA" NOS CURSOS D'ÁGUA QUE CORTAM O MUNICÍPIO.

PLANO DIRETOR
PDSEA
PDSE

DEFINIÇÕES E PROPOSIÇÕES
DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS E PARÂMETROS

LIMITE DA ÁREA DE ESTUDO:
FOI ESTABELECIDO COMO LIMITE O PERÍMETRO URBANO.

ETAPAS E ALCANÇE DE PROJETO:
IMEDIATA • 2008
PRIMEIRA • 2018
SEGUNDA • 2028

ATENDIMENTO ATUAL E FUTURO:
FORAM ESTABELECIDOS OS VALORES ATUAIS E FUTUROS UTILIZADOS PARA A DEFINIÇÃO E O PLANEJAMENTO DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS.

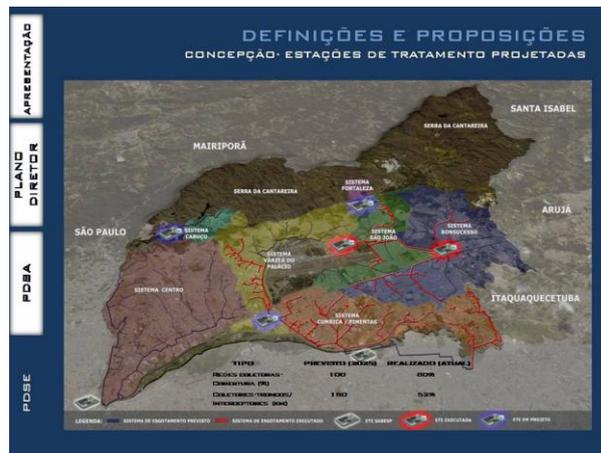
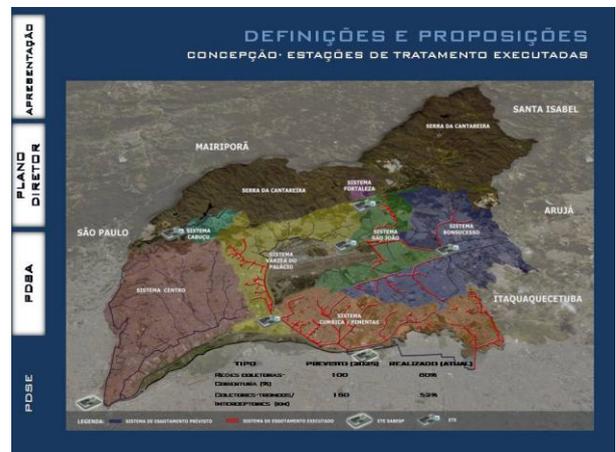
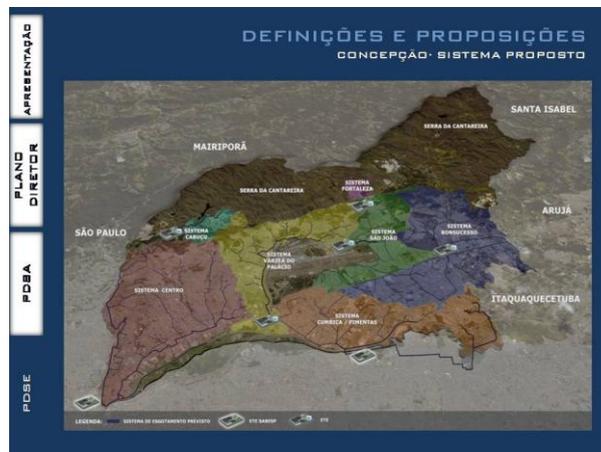
ESTUDO DE ALTERNATIVAS

NO ÂMBITO DOS ESTUDOS (PDSE E CONSOLIDAÇÃO) FORAM ANALISADAS ALTERNATIVAS PARA DISPOSIÇÃO FINAL EM DIFERENTES CENÁRIOS QUE CONSIDERAVAM DESDE O TRATAMENTO DOS ESGOTOS, EM SUA TOTALIDADE, NAS ESTAÇÕES PREVISAS DO SISTEMA METROPOLITANO ATÉ TOTAL INDEPENDÊNCIA EM UNIDADES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, COM VARIÁÇÕES ENTRE ESTAS EXTREMIDADES.

ASPECTOS IMPORTANTES

- *VALOR DA TARIFA A SER PAGA PARA SE TRATAR OS ESGOTOS NAS ETES DO SISTEMA METROPOLITANO;
- *DISPONIBILIDADE DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO;
- *QUALIDADE DO CORPO RECEPTOR DO EFLUENTE TRATADO;
- *A QUESTÃO ERA: QUANTO DE ESGOTO DEVERIA SER TRATADO NAS ETES DO SISTEMA METROPOLITANO?

PLANO DIRETOR
PDSEA
PDSE



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- * DURANTE O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS E POSTERIOR DETALHAMENTO DE PROJETOS, OBSERVOU-SE QUE, EM RAZÃO DA QUAL SE CONSOLIDOU A URBANIZAÇÃO DA CIDADE, AS ÁREAS DE "FUNDO DE VALE", NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NÃO FORAM PRESERVADAS. COMO CONSEQUÊNCIA, CERCA DE 130 PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÕES OU INSTITUIÇÃO DE FAIXAS DE SERVIÇÃO ESTÃO EM ANDAMENTO, QUE DARÃO ATENDIMENTO ÀS OBRAS JÁ EM ANDAMENTO.
- * COMO CONDIÇÃO FUTURA, NOTA-SE QUE OS INVESTIMENTOS DEVERIAM SER CONTINUADOS COM VISTAS À COMPLEMENTAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ATÉ O HORIZONTE DE PROJETO (ANO DE 2025).

PLANO DIRETOR
PDSEA
PDSE

PLAN
APRESENTAÇÃO

PLAN
DIRETOR

PDEA

PDBE

PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

RECENTEMENTE O SAAE DESENVOLVEU O PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, EM ATENDIMENTO AOS REQUISITOS IMPOSTOS PELA LEI FEDERAL 11.445/07, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO E PELO DECRETO FEDERAL 7.217/10, QUE A REGULAMENTOU.

O ESTUDO DEFINIU OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO.

PREFEITURA DE GUARULHOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

NADIA BRUGNERA SILVA

CONTATO: NADIASILVA@SAAEGUARULHOS.SP.GOV.BR

4.3.2. Apresentação Secretaria de Serviços Públicos - Plano Diretor Funerário

PLANO DIRETOR FUNERÁRIO

MELHORIAS – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

CEMITÉRIO V. RIO – VISTA GERAL



ENTADA DA AGÊNCIA VILA RIO



AGÊNCIA VILA RIO / Atendimento



AGÊNCIA BONSUCESSO



VELÓRIO VILA RIO



VELÓRIO BONSUCESSO



2003– Vestiário Vila Rio



Sanitários Públicos



MELHORIAS NOS VEÍCULOS FUNERÁRIOS



AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS



PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Galpão de Reciclagem



COLETA SELTIVA



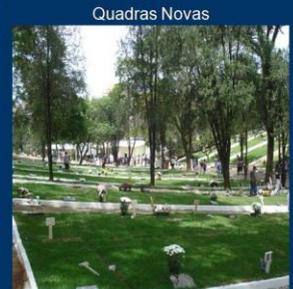
BONSUCESSO / Quadra Parque



CEMITÉRIO VILA RIO



Quadras antigas



Quadras Novas

O POR QUE DAS MELHORIAS

???



Agência
Bonsucesso



Agência Vila Rio



Agência Central

CEMITÉRIO V. RIO (campo)



Sistema de acondicionamento de lixo (Vila Rio)



Vestiário



Atende: Art. 175 e Parágrafo Único CF - Art. 165 a 169 LOM – Lei Federal 8987/95 Resolução 335/03 do CONAMA

Atende: Art. 175 e § único CF - Art. 165 a 169 LOM – Lei Federal 8987/95
Resolução 305/03 do CONAMA

- ❖ CF – Art. 175 – Incumbe ao Poder Público, na forma da Lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- ❖ Regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previstos neste art. 175: Lei nº 8.987/95.
- ❖ Parágrafo único – a Lei disporá sobre:
 - I. o regime das empresas **concessionárias e permissionárias de serviços públicos**, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
 - II. os direitos dos usuários;
 - III. política tarifária;
 - IV. a obrigação de manter serviço adequado

LOM – Art. 164 a 169 e incisos I a IV

- ❖ A realização de obras e **serviços públicos municipais** deverá adequar-se às diretrizes do plano diretor;
- ❖ **Os serviços públicos municipais serão prestados, preferencialmente, pela administração direta e indireta;**
- ❖ Parágrafo Único – A prestação de serviços por particulares dar-se-á através de licitação, quando restar demonstrada, por estudos de natureza técnica e econômica, a impossibilidade ou a inviabilidade de outra forma de realização desse;
- ❖ A concessão será outorgada mediante contrato, precedido de licitação, nos termos da autorização legislativa;

❖ Lei disporá sobre:

- I. o regime das empresas **concessionárias e permissionárias de serviços públicos** ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, e rescisão da concessão ou permissão;
- II. Os direitos dos usuários;
- III. A política tarifária;
- IV. A obrigação de manter serviço adequado;
- V. As reclamações relativas ao serviço;
- VI. **Fixação das tarifas, pelo Executivo**, tendo em vista a justa remuneração dos serviços e o poder aquisitivo da população.

DA FINALIDADE E OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR FUNERÁRIO

- ❖ São objetivos do Plano Diretor Funerário:
 - I. Orientar, ordenar e regulamentar o adequado desenvolvimento do serviço funerário na cidade.
 - II. Garantir o cumprimento da função social do serviço funerário na cidade.
 - III. Promover uma adequada distribuição dos equipamentos funerários na cidade em relação ao espaço urbano e à população.
 - IV. Garantir a utilização adequada e sustentável das áreas naturais dentro dos espaços funerários, cemitérios em especial, visando sua recuperação e preservação quando for o caso, de forma a propiciar a melhoria da qualidade do meio ambiente.

DA NATUREZA E DO CARÁTER DO SERVIÇO

- ❖ O “serviço funerário” compreende: contratação do funeral, fornecimento de produtos funerários, planos e convênios funerários, remoção ou recolhimento do cadáver, tanatopraxia, cerimonial, velório, inumação, cremação, exumação e os demais serviços relacionados.

DA FUNÇÃO SOCIAL, SAÚDE, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

- ❖ Função social:
 - I. atender a todos, sem distinção de condição social, raça ou etnia, opção religiosa, político-partidária ou ideológica.
 - I. dar tratamento igualitário e indiferenciado aos usuários e garantir um padrão mínimo de qualidade no atendimento à população.

- ❖ Os serviços funerários, o SVO e o IML estão sujeitos à fiscalização da autoridade sanitária e ambiental, em especial quanto à geração dos resíduos produzidos por estas atividades.

DA POLÍTICA FUNERÁRIA E DE SEUS OBJETIVOS

- ❖ As agências funerárias, parte integrante do serviço funerário, destinam-se à contratação, organização e execução do funeral, sejam elas operadoras da administração ou concessionárias, e obedecerão aos princípios de funcionamento já estabelecidos, ou que vierem a ser estabelecidos em lei regulamentar.

- ❖ O serviço funerário tem caráter municipal e opera no âmbito do município, devendo realizar fora de sua jurisdição apenas os casos que seguem:

- I. traslado para este município quando o óbito ocorrer em outra cidade, desde que o falecido fosse aqui residente;
- I. traslado para outro município quando o óbito ocorrer em Guarulhos e que por necessidade ou desejo, o contratante queira trasladar a outro município, e
- I. traslado de cadáver cujo óbito tenha ocorrido em outro município e que o contratante deseje trasladar para este município,

Parágrafo único - as funerárias com sede em outro município só poderão fazer traslado a partir de Guarulhos para o município em que estiver sediada, ou município onde não haja serviços de transporte funerário.

DOS CEMITÉRIOS, CREMATÓRIOS, VELÓRIOS E AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

- ❖ A administração municipal estimulará e incentivará a construção de crematórios municipais e promoverá campanhas de esclarecimento e conscientização quanto aos benefícios sociais e ambientais da cremação de cadáveres;
- ❖ A abertura de novos cemitérios e crematórios, ou novas agências funerárias, ficam condicionadas ao crescimento populacional da cidade, na proporção de um para cada 300 mil habitantes. As agências funerárias e crematórios deverão ser instaladas preferencialmente em cemitérios;
- ❖ Os novos cemitérios e crematórios a serem implantados na cidade deverão atender aos critérios de cemitério-parque ou jardim, cemitério vertical, contendo obrigatoriamente, velório e capela ecumênica;
- ❖ Os novos cemitérios deverão obedecer as restrições de zoneamento da cidade, a saber:

- ❖ Para os efeitos desta lei ficam estabelecidas as zonas de uso que permitem a implantação de cemitérios e crematórios:

- I. Zona Mista – ZM, subdividida em:
 - a) ZM-A;
 - b) ZM-B;
 - c) ZM-C.
- II. Zona de Comércio e Serviços - ZCS;
- III. Zona Industrial – ZI;
- IV. Zona de Projeto Especial ou Estratégico – ZPE, subdividida em:
 - a) ZPE-C;
 - b) ZPE-I.

O projeto será submetido às Diretrizes Urbanísticas e não será permitida sua implantação quando localizada nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

- ❖ Os cemitérios tipo parque ou jardim serão implantados em área de terreno superior a 50.000 m², devendo observar:

- I. 10% de da área total será reservada para bosque;
- I. 20% da área total será reservada para sistema viário incluindo estacionamento;
- I. Terá recuo mínimo de 8 metros em relação às divisas, com via de circulação periférica de 3 metros e 5 metros para cobertura vegetal;
- I. vias internas de circulação com 3 metros, e pelo menos 1 via principal com 6 metros, calçadas em bloco intertravado ou bloquete;
- I. divisão em quadras de inumação com área máxima de 4 mil m².

Parágrafo único - aplica-se ao caput o código de edificações do município:

❖ Os cemitérios verticais somente serão implantados em área de terreno superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) e os crematórios em área de terreno a partir de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), devendo observar:

I - 20% de da área total reservada para bosque;

II - 20% da área total reservada para sistema viário incluindo estacionamento;

III - recuo mínimo de 5 metros em relação às divisas, com via de circulação periférica de 3 (três) metros e 2 metros para cobertura vegetal;

IV - vias internas de circulação com 3 (três) metros, calçadas em bloco intertravado ou bloquete.

DAS DIRETRIZES PARA O MEIO AMBIENTE

❖ Os cemitérios e crematórios a serem implantados deverão manter ou implantar bosques ou maciços de vegetação arbórea de forma a atender à reposição florestal, contendo no mínimo 30 espécies nativas diferentes;

❖ As vias dos cemitérios deverão ser arborizadas com espécies de raízes pivotantes

❖ A arborização das vias deverá conter 80% de vegetação de espécies nativas e até 20% de espécies exóticas adaptadas à região; 30% deverão ser plantas produtoras de alimentos para fauna;

❖ O projeto será executado por um técnico habilitado e deverá ser submetido à apreciação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

DA IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

❖ O Projeto para implantação de cemitérios deverá atender as exigências da legislação federal, estadual e municipal – CESTESB, SEMA e SDU, conter os seguintes documentos:

I. termo de concessão ou permissão, expedido mediante licitação, para exploração dos serviços;

I. projeto do empreendimento, que deverá conter plantas, memoriais e documentos assinados por profissional habilitado; e

I. projeto executivo, contemplando as medidas de mitigação e de controle de impacto ambiental;

IV. caracterização da área na qual será implantado o empreendimento, compreendendo:

a) localização tecnicamente identificada no município, com indicação de acessos, sistema viário, ocupação e benfeitorias do seu entorno;

b) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, compreendendo o mapeamento de restrições contidas na legislação ambiental, incluindo o mapeamento e a caracterização da cobertura vegetal;

c) estudo demonstrando o nível máximo do lençol freático, ao final da estação de maior precipitação pluviométrica; e

d) sondagem mecânica para caracterização do subsolo em número adequado à área e características do terreno considerado.

V. plano de implantação e operação do empreendimento.

❖ Deverão ser atendidas, entre outras, as seguintes exigências para os cemitérios-parque:

I. o nível inferior das sepulturas deverá estar a uma distância de pelo menos um metro e meio acima do mais alto nível do lençol freático, medido no fim da estação das cheias.

I. nos terrenos onde a condição prevista no inciso anterior não puder ser atendida, as inumações devem ser feitos acima do nível natural do terreno;

I. adotar-se-ão técnicas e práticas que permitam a troca gasosa, proporcionando, assim, as condições adequadas à decomposição dos corpos, exceto nos casos específicos previstos na legislação;

I. documento comprobatório de averbação da Reserva Legal, prevista em Lei.

❖ É proibida a instalação de cemitérios em áreas de preservação permanente ou em outras que exijam desmatamento da mata atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de regeneração, em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos, em áreas de manancial, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente.

(Lei 4771 e resolução 335 do Conama).

DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, LÍQUIDOS E GASOSOS

❖ As instituições funerárias são estabelecimentos de interesse à saúde e sujeitos a legislação sanitária pertinente e devem apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, de acordo com a legislação vigente. (NR - Lei nº 6.442, de 24/11/2008);

❖ As atividades funerárias ficam obrigadas a exercer rigoroso controle de combate aos vetores de doença infecto contagiosas.

Os entes ou serviços mencionados no caput deste artigo, assim como aqueles instalados em cemitérios, devem apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, a ser submetido à aprovação dos órgãos de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, de acordo com a legislação vigente. (NR - Lei nº 6.442, de 24/11/2008).

Na elaboração do PGRSS devem ser considerados princípios que conduzam à reciclagem, bem como a soluções integradas ou consorciadas, para os sistemas de tratamento e disposição final, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de saúde e de meio ambiente.

❖ Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de esgotamento sanitários dos serviços funerários devem ser elaborados, executados e operados conforme regulamentos ou normas técnicas estabelecidas pela autoridade sanitária competente;

❖ Os responsáveis pelos serviços funerários são obrigados a exercer rigoroso controle de focos de epidemias, prevenindo o empoeamento ou acúmulo de água, nas áreas sob sua administração,

❖ Retirar quaisquer vasos ou recipientes de água, permitindo o uso, apenas, daqueles que contenham terra, areia, ou vasos de folhagens e flores artificiais.

DA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO FUNERÁRIO, SVO E IML

❖ O SF, o SVO e o IML, trabalharão em cooperação para garantir o efetivo cumprimento de sua destinação e das leis regulamentares, devendo em especial:

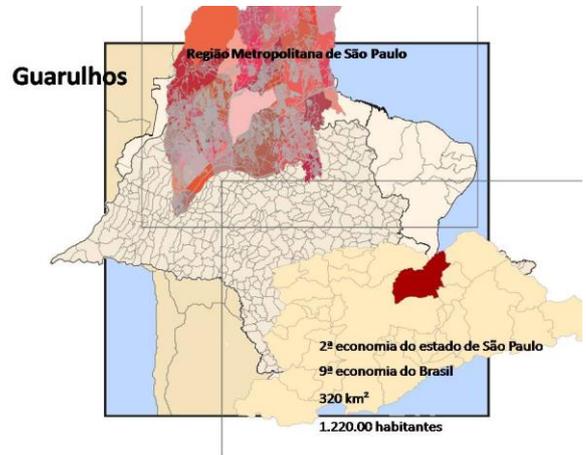
I. instituir as normas e os procedimentos de uso e destinação do espaço comum que compartilham;

I. coibir o agenciamento ou recomendação de serviços de terceiros e de serviços que não estejam dentro de suas atribuições.

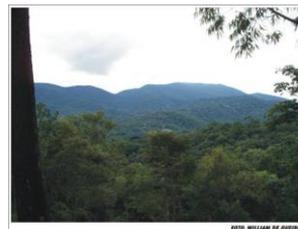
I. coibir a permanência de viaturas funerárias nas imediações das instalações o serviço conforme prescreve a lei estadual nº 10.762/2001.

Fim de papo

4.3.3. Apresentação Secretaria de Serviços Públicos - Plano Diretor de Resíduos Sólidos



Viaduto da Cidade de Guarulhos

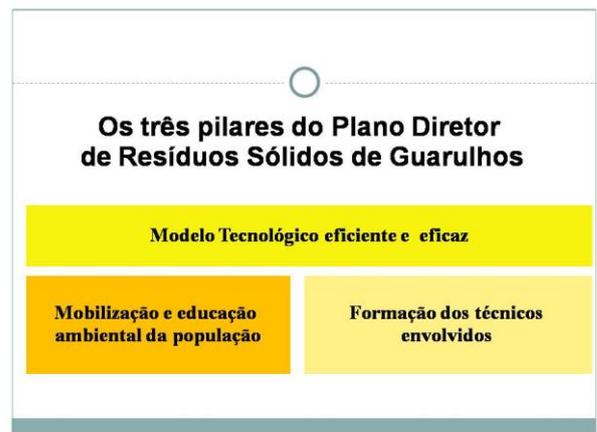


Região Central de Guarulhos

Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos — Governador André Franco Montoro



Bairro Morro Grande



Nosso compromisso com:



- Redução da geração dos resíduos
- Segregação na origem
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental
- Geração de trabalho e renda
- Reciclagem
- Aterramento adequado dos rejeitos

Plano Municipal de Saneamento



Com o PDRS e os Planos de Abastecimento de Água, de Esgotamento Sanitário e de Drenagem Urbana, Guarulhos conclui o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Base Legal



- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social;
- Política de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007);
- Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010).

1ª OFICINA DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS



Discussão do **Diagnóstico** dos Resíduos Sólidos de Guarulhos
- Abril / 2010 –

750 participantes



2ª OFICINA DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS



Discussão do **Prognóstico** dos Resíduos Sólidos de Guarulhos
- Dezembro / 2010 –

300 participantes





3ª OFICINA DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS



Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição
- Abril / 2011 -

240 participantes



4ª OFICINA DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS



Gestão dos Resíduos Secos Recicláveis
- Maio / 2011 -

250 participantes



5ª OFICINA DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS



Gestão dos Resíduos Úmidos
- Junho / 2011 -

170 participantes



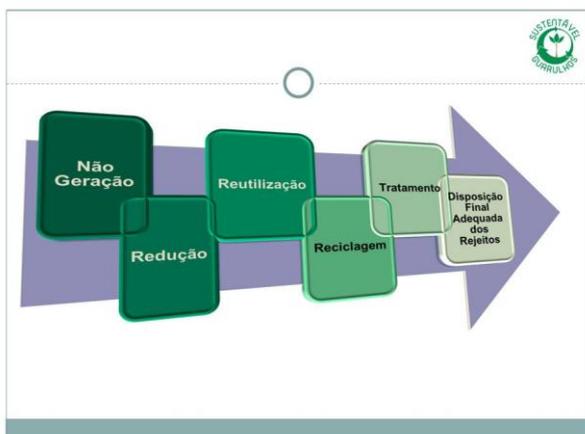


ENTREGA DO PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS



Apresentação Solene do PDRS
- Agosto / 2011 -

700 participantes



Responsabilidade Pública

Resíduos da Construção e Volumosos



Até 2012: Implantação de 05 novos PEVs;
Até 2020: Implantação de 26 novos

Custo Estimado: R\$ 4 milhões



Tratamento dos Resíduos da Construção



Incentivar a ampliação das unidades de processamento dos resíduos pela iniciativa privada.



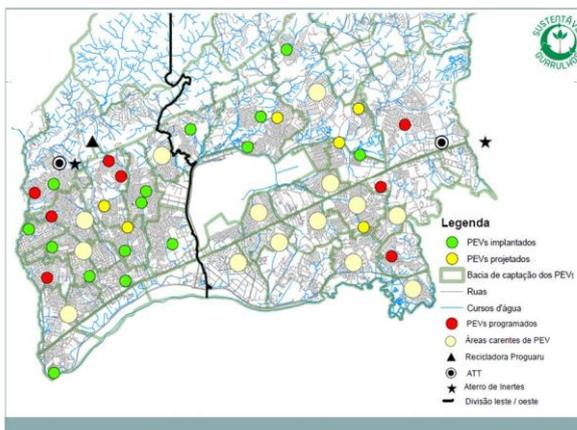
Resíduos Inertes



Até 2012 - Implantar 2 Áreas de Transbordo e Tratamento dos Resíduos – ATTs;

Até 2020 – Implantar 2 Aterros de Inertes;

Recuperação de 2 áreas degradadas;



Metas da Coleta Seletiva de Secos



Ampliação para 100% da população;

Ampliação para 100% os programas: "Nossa Secretaria Recicla e Nossa Escola Recicla";

Até 2012: Centros comerciais;

Até 2016: Bairros com maior densidade demográfica; (30% da população);

Até 2020: Demais bairros (70% da população).

Prioridade na parceria com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis

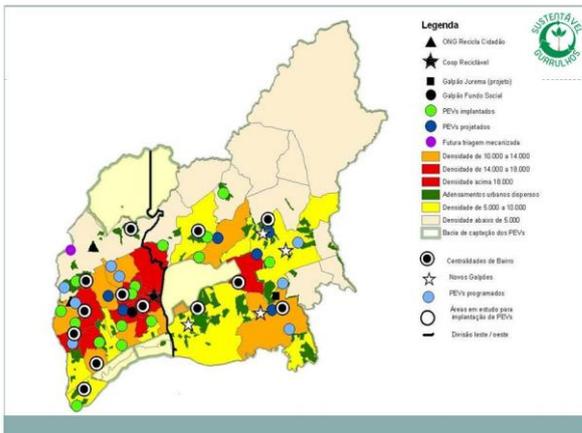
Metas Resíduos Secos



Ampliação da rede de LEVs nos próprios públicos;
2020: 5 Centrais de Triagem sendo uma totalmente mecanizada.



Custo estimado: R\$ 25 milhões



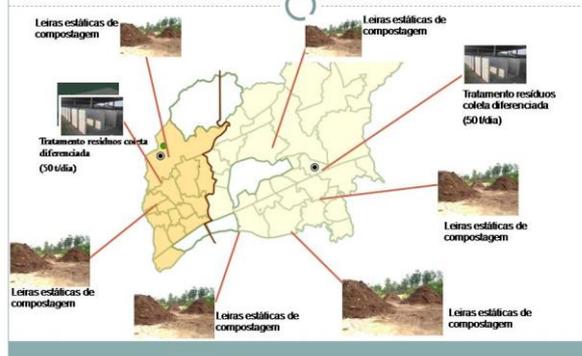
Metas para coleta dos Resíduos Úmidos

Até 2014: Condomínios;

Até 2020: Implantação da coleta por contêineres nos novos empreendimentos de grande porte;

Ampliação da coleta dos resíduos úmidos dos condomínios dos centros comerciais aos bairros com maior densidade demográfica e gradativamente para os de menor densidade.

Localização potencial das unidades de tratamento dos resíduos úmidos



Metas para Resíduos Úmidos

Até 2014: Compostagem em leiras;

Até 2020: Biodigestor e Compostagem acelerada



Custo Estimado: R\$ 10 milhões

Tratamento resíduos coleta convencional

Até 2020: Implantação de 2 biodigestores para o tratamento anaeróbico na redução de volumes e estabilização da matéria sólida, para a produção de composto orgânico, biogás (energia e calor).

Custo Estimado: R\$ 127 milhões

Disposição no Aterro Sanitário

Somente os rejeitos dos processos de tratamento dos resíduos serão dispostos no aterro.



Lixão até 1.998



1.999 Aterro Controlado
2001 Aterro Sanitário

Coordenação dos Estudos sobre Resíduos da CONDEMAT



Informação, capacitação e indicadores de desempenho



Elaboração e implantação da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental;

Implantação do Plano de Comunicação;

Capacitação de operadores públicos e privados;

Indicadores de desempenho (para serviço público, grandes geradores, transportadores e receptores).

Mecanismos de controle e fiscalização



Implementação de Sala de Controle;

Relatório de Ocorrência de Descargas Irregulares;

Fiscalização dirigida;

Responsabilidade Privada



Pequenos geradores – até 200 litros dia



Participar da mobilização social e da educação ambiental para a redução da geração dos resíduos;

Separar e destinar os resíduos para as coletas seletivas, os LEVs, PEVs, Centrais de Triagem e de Compostagem;

Fazer compostagem caseira;

Denunciar a disposição inadequada dos resíduos.

Grandes geradores – acima de 200 litros (ademais das responsabilidades dos pequenos)



Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

Fazer o manejo dos resíduos ou contratar transportadoras e processadoras cadastradas e licenciadas;

Implantar a logística reversa - Lei 12.305/2010.

Ampliar a rede de LEVs;

Licenciar as atividades de transporte e de processamento de resíduos gerados pelas instituições privadas;

Informar ao município os endereços dos PEVs (comerciantes de materiais de construção ou empresas de obras e reformas).

Estratégia de Implementação



Dar continuidade:

- . às reuniões setoriais;
- . aos debates públicos sobre os Resíduos;
- . às atividades do GT Resíduos do CONDEMAT;
- . Formalizar as parcerias;
- . Dar reconhecimento público dos interlocutores prioritários na implantação do PDRS.

Créditos pela elaboração do PDRS



Prefeitura por meio dos agentes de saúde, agentes ambientais, guarda municipal, do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, do Núcleo da Coleta Seletiva e do Núcleo da Construção e da Demolição, Fundo Social entre outros. Diversas representações sociais dentre as quais destacam-se as associações de moradores, associação de catadores de materiais recicláveis, dos feirantes, de atacadistas e distribuidores, de bares e restaurantes, da rede hoteleira, de supermercados, de engenheiros e arquitetos, dos empresários, representantes de outros municípios, ONGs e Institutos do Terceiro Setor, do setor bancário, BNDES, Banco do Brasil, CAIXA, Clubes de Serviços, SINCOMÉRCIO, SINDUSCON, CEMPRE, CREA, UNG, TORRICELLI, USP LESTE, FATEC, ENIAC, FIG-UNIMESP, SENAI, representantes do legislativo municipal, ACE, ASEC, CETESB, CIESP, FIESP, INFRAERO, MNCR, COOP RECICLÁVEL, CONDEMA, UNIMED, PFIZER, TENDA, EXTRA, QUITAUNA, INSTITUTO GEA, ECOFICINA, I&T, GUARULIX, RECICLA CIDADÃO, CONDEMAT e MMA. A consultoria para elaboração do PDRS foi da I&T – Informações e Técnicas em Construção Civil Ltda.

MUITO OBRIGADA!

Suzana Nogueira

**Departamento de Limpeza Urbana
Secretaria de Serviços Públicos
Prefeitura de Guarulhos**

limpezaurbana@guarulhos.sp.gov.br

4.3.4. Apresentação Secretaria de Obras



**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

-A análise dos problemas de drenagem urbana é um desafio para os planejadores e gestores atuais, o que requer o uso de ferramentas adequadas à estimativa das vazões de cheia, bem como propostas para o encaminhamento adequado das águas pluviais.

-Muitas vezes, a solução que apresenta maior eficiência para as áreas urbanas é a construção de reservatórios de retenção, que visam conter a onda de cheia momentaneamente, armazenando os volumes excessivos de água durante as chuvas, e liberando-os posteriormente, em condições condizentes com as capacidades dos canais da macrodrenagem.

**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

-O Município de Guarulhos está subdividido em 5 (cinco) grandes bacias hidrográficas, sendo que 4 (quatro) delas fazem parte da Bacia do Alto Tietê e a quinta (Jaguari) contribuindo para a Bacia do Paraíba do Sul.

- ✓ Bacia Hidrográfica do Rio Baquirivú Guaçu – (BQ);
- ✓ Bacia Hidrográfica do Rio Cabuçú de Cima – (CB);
- ✓ Bacia Hidrográfica do Canal de Circunvalação– (CT);
- ✓ Bacia Hidrográfica do Rio Tietê – (TI);
- ✓ Bacia Hidrográfica do Rio Jaguari – (JG);

**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

1-Baquirivú-Guaçu
2-Cabuçu de Cima
3-Canal de Circunvalação
4-Jaguari
5-Tietê

**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

As intervenções humanas e os seus efeitos no ciclo hidrológico:

As alterações do ciclo hidrológico geram mudanças qualitativas e quantitativas muito intensas nos sistemas de drenagem das áreas urbanas, onde são ampliadas as condições de escoamento das águas superficiais, com o objetivo de afastá-las dos espaços construídos. Com a urbanização das bacias hidrográficas, o aumento da impermeabilização do solo, as canalizações e toda a rede de drenagem podem gerar vazões máximas até sete vezes maiores daquelas propiciadas pelas condições naturais pré-existentes.

**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

As intervenções humanas no ciclo hidrológico:

- >a substituição da vegetação por solo exposto, além de movimentos de terra sem a devida proteção das superfícies.
- >a urbanização, no padrão que vem sendo efetuada, envolvendo diferentes intervenções diretas nos fluxos e no regime das águas, através da implantação de redes para escoamento, canalizações, retificações, obstruções e desvios, muitas executadas de forma inadequada.
- >o lançamento de esgotos domiciliares e efluentes industriais no solo e nos corpos d'água, além da disposição inadequada de resíduos sólidos e da lavagem das superfícies de áreas urbanas, transferindo para as águas, dentre todos os tipos de poluentes, substâncias tóxicas e perigosas para a saúde e a vida;



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

As intervenções humanas no ciclo hidrológico:

➤ a redução da infiltração no solo por sua intensa impermeabilização, que aumenta as vazões das cheias e provoca as inundações, ao mesmo tempo em que reduz as reservas de água subterrânea, que vêm sendo exploradas acima de sua capacidade de reposição; e

➤ as mudanças climáticas, que já ocorrem de forma crescente, alterando a distribuição, intensidade, duração das chuvas e evaporação, resultando no agravamento das inundações e da escassez de água.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

Plano de ação:

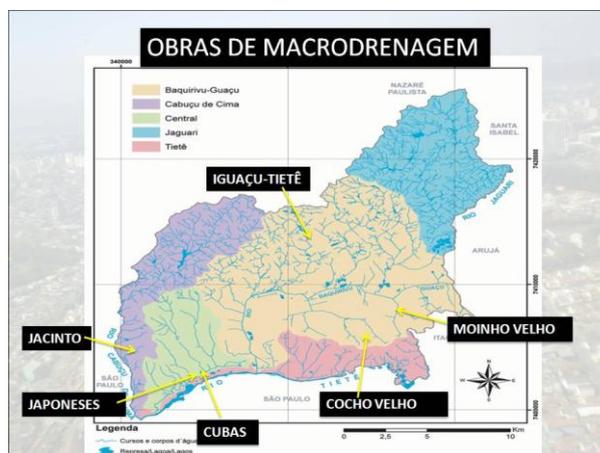
- Iguaçu-Tietê
▪Status: em Obras
- Jacinto
▪Status: em Obras
- Japoneses e Cubas
▪Status: em Processo Licitatório-etapa final
- Cocho Velho e Moinho Velho
▪Status: em Processo Licitatório-etapa final



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

Plano de ação:

- Trecho LESTE-OESTE
▪Status: Contrato Aprovado pela CAIXA
- Bambi / Água Azul
▪Status: Contrato Aprovado pela CAIXA
- Vila Rica
▪Status: Em análise na CAIXA



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

IGUAÇU-TIETÊ

Problema: A avenida Minas Gerais localiza-se no bairro da Cidade Soberana região nordeste do município, aonde ao longo dos anos vem sofrendo inundações freqüentes e intensas, devido à falta de capacidade dos sistemas de drenagem e insuficiência da seção de escoamento do canal existente.

Este canal é central à avenida apresentando-se sem revestimento e com dimensões muito irregulares, dificultando o escoamento devido inclusive a grandes locais de erosão.

Ao longo dos anos houve o crescente aumento da população e conseqüente urbanização da bacia, gerando um alto grau de impermeabilização e muita rapidez na chegada das águas no canal.

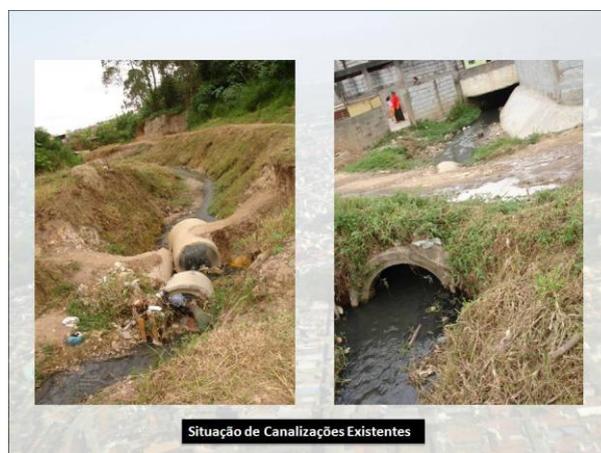


Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

IGUAÇU-TIETÊ

Proposta: O projeto de drenagem da Avenida Minas Gerais foi desenvolvido com o intuito de aproveitar ao máximo os sistemas existentes no local, incorporando novas redes a fim de disciplinar a vazão dos dispositivos de lançamento, bem como gerenciar a velocidade de escoamento ao longo do canal. Para isso foi proposto um revestimento com alto teor de rugosidade fazendo assim com que não tenhamos impactos a jusante deste ponto. Outro fator importante é a recuperação das vias marginais, recuperando os equipamentos públicos.

Desta forma a execução das obras de drenagem da Avenida Minas Gerais proporcionara um grande salto de qualidade de vida para os moradores da região evitando os transtornos causados pelas freqüentes enchentes que aterrorizam os moradores nos períodos de chuvas, bem como dando conforto e segurança aos moradores locais.



Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS

IGUAÇU-TIETÊ

Obra INICIADA financiada pelo Governo Federal – PAC2

Contrato: CR 0351012-55/2011

Fase Ambiental: Está sendo elaborado o RAP.

Valor MCIDADES: R\$ 20.915.834,36

Valor Município: R\$ 1.982.610,80

Valor Total do Investimento: R\$ 22.898.445,16

Prazo da Obra: 16 meses

Beneficiados: 5.285 pessoas

Área de construção: 10.000m²

Capacidade dos reservatórios: 33.000m³



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

IGUAÇÚ- TIETÊ

Outras Informações:

A Área do Reservatório é de propriedade particular em fase de desapropriação, não envolvendo remoção de famílias.

Na área de ligação entre o reservatório e a galeria existente sob a Praça Estrela haverá realocação das famílias na faixa da implantação da canalização, após todo o devido acompanhamento e execução do Trabalho Técnico Social.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

JACINTO

Problema: O sistema de drenagem nas vias citadas é insuficiente para atender o volume de águas pluviais. Trata-se de sistema de captação muito antigo e, em muitos trechos encontra-se soterrado. Com a execução de obras de controle de enchente na região, iremos sanar o déficit de vazão que é a causa de inundações ocorrentes e que tendem a se agravar com o incremento da urbanização. Vários transtornos causados pelas freqüentes enchentes que aterrorizam os moradores nos períodos de chuvas.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

JACINTO

Proposta: Construção de Reservatório de amortecimento de cheias e obras de adequação da drenagem da bacia do Córrego Jacinto, no trecho compreendido entre a rua campista e o Rio Cabuçu de Cima, no bairro de Vila Galvão.

Local: Rua Campista, Rua Gabriel Vasconcelos, Avenida Francisco Conde, a Praça Cícero Miranda (Lago dos Patos), Rua dos Coqueiros, Rua São Francisco e a Rua São Daniel - Vila Galvão.

Bacia do Córrego Jacinto

Os projetos desenvolvidos consideraram a bacia como um todo.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

ENCHENTE NA AV. FRANCISCO CONDE, NA VILA GALVÃO



Na Avenida Francisco Conde, na Vila Galvão, problema é crônico e antigo

Características do Reservatório

Reservatório Tamponado que permite o uso de sua superfície para as atividades de lazer e recreação.

Área: 7.000 m²

Volume de armazenamento: 30.000 m³

Formado por dois anéis de 45 m de diâmetro que se interpenetram, estruturado em paredes diafragma com altura média de 10,80 m e tamponado através do uso de lajes de concreto armado.

Com o reservatório instalado, a vazão de pico de 11,00 m³/s passará a ser de 2,4 m³/s, volume este proveniente de uma área de 70 hectares (700.000 m²).

•Uso do sistema de bombeamento.

Obras de Reforço

Reforços nas Galerias:

Foram analisados os dispositivos de drenagem existente nas ruas: Campista, Gabriel Vasconcelos, Avenida Francisco Conde, Praça Cicero Miranda (Lago dos Patos), Rua dos Coqueiros, Rua Francisco Gonzaga Vasconcelos e Rua São Daniel.

Contemplando readequação do sistema de drenagem e galerias de reforço com tubulação em concreto de 0,80 m e 1,50 metros e galerias de reforço com aduelas de concreto, com dimensões de 2,00 x 1,50 m, 2,50 x 2,00 m e 3,00 x 2,00 m.

Pavimentação:

•Restauração de todo o pavimento da Avenida Francisco Conde e as demais afetadas.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

JACINTO

Obra INICIADA financiada pelo Governo Federal – PAC2

Contrato: CR 0351011-40/2011

Fase Ambiental: Liberação pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal.

Valor MCIADAES: R\$ 22.364.522,50

Valor Município: R\$ 163.725,94

Valor Total do Investimento: R\$ 22.528.248,44

Prazo da Obra: 16 meses

Beneficiados: 17.343 pessoas

Área de construção: 7.000m²

Capacidade dos reservatórios: 30.000m³



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

JAPONÊSES e CUBAS.

Problema: As bacias dos córregos dos Japoneses e Cubas, contribuintes do Canal de Circunvalação da Margem Direita do Parque Ecológico do Tietê, quando sujeitas a chuvas de maior magnitude, são assoladas por inundações, que atingem as instalações industriais, depósitos e residências, além do sistema viário existente.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

JAPONÊSES e CUBAS.

Proposta: O relatório PDAT1-RT-HI-852, emitido pelo Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê, sob o título "Canal de Circunvalação – Margem Direita – Diagnóstico Geral e Ações Recomendadas", recomendou a implantação de diversos reservatórios de detenção, conjugados a obras de canalização.

Nestas bacias, face à frequência e magnitude das inundações ocorrentes, urge providências no sentido de se adaptar o sistema de drenagem como um todo, para as chuvas de curta duração, como as de 2 horas, com período de retorno de, no mínimo, 10 anos; recomenda-se, porém, como ideal, a adoção de chuvas com período de retorno de 25 anos.

Os estudos para controle de enchentes nesta porção do município de Guarulhos orientaram a setorização de três etapas de obras, a saber:

1ª Etapa: Bacia Japoneses;

2ª Etapa: Bacia Cubas;

3ª Etapa: Bacia Cocaia-Projeto apresentado ao Governo Federal, não contemplado nesta fase pelo PAC II.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

Características da Bacia:

O principal contribuinte ao Canal de Circunvalação, em seu trecho de montante, abrangendo a Várzea do Palácio, é o córrego dos Japoneses. A bacia hidrográfica deste córrego possui área total de 11,45km² incluindo o córrego Cocaia, principal afluente pela sua margem esquerda.



Fotografias dos locais de Implantação das Obras de Macro Drenagem

Córrego dos Japoneses – Recuperação da canalização aberta – (trecho entre a Rua Benvenuto Tolentino Neto e Avenida Tiradentes).

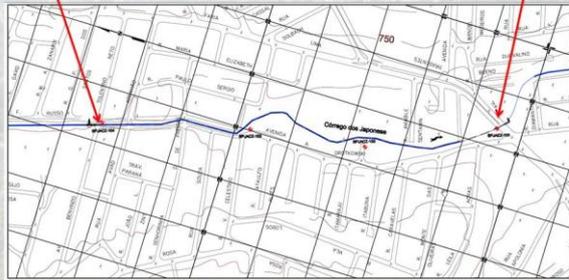


Projetos e Detalhes das Obras de Macro Drenagem

Córrego dos Japoneses – Recuperação da canalização aberta – (trecho entre a Rua Benvido Tolentino Neto Avenida Tiradentes).

Rua Benvido Neto

Av. Tiradentes



Fotografias dos locais de Implantação das Obras de Macro Drenagem

Córrego dos Japoneses – Área destinada ao Reservatório JA01 e JA02



**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

**Reservatórios
JA-01 e JA-02**

Av. Brig Faria Lima

Rua João Gomes



Fotografias dos locais de Implantação das Obras de Macro Drenagem

Córrego dos Japoneses – Área destinada ao Reservatório JA03



**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

**Reservatório
JA-03**

Rua Maria Antonieta

Av. Brig. Faria Lima

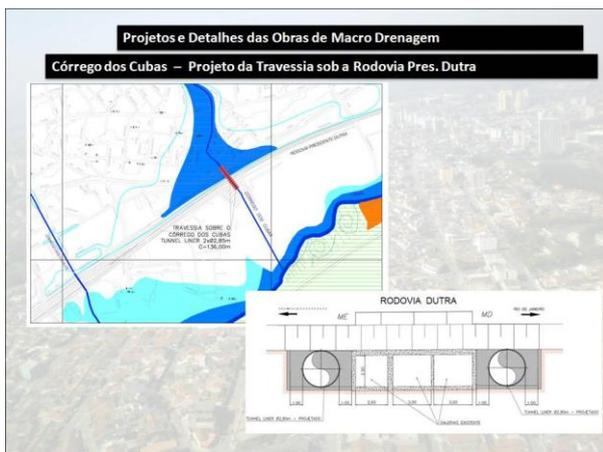


Fotografias dos locais de Implantação das Obras de Macro Drenagem

Córrego dos Japoneses – Área destinada ao Reservatório JA04







Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

JAPONESES e CUBAS

Em Processo Licitatório - etapa final – Prazo abril/2012

Contrato: CR 0347535-96/2010

Fase Ambiental: Levantamentos arqueológicos e vistorias foram concluídas.

Valor MCIDADES: R\$ 149.910.371,76

Valor Município: R\$ 7.890.019,57

Valor Total do Investimento: R\$157.800.391,33

Prazo da Obra: 16 meses

Beneficiados: 266.295 pessoas

Área de Construção: 195.300m²

Capacidade dos Reservatórios: 450.000m³



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

COCHO VELHO e MOINHO VELHO.

Problema: O córrego Cocho Velho e seu afluente o córrego Moinho Velho pertencem à Bacia do rio Baquirivu Guaçu e situam-se no município de Guarulhos – SP, e encontram-se com déficits de vazão consideráveis o que resulta nas inundações ocorrentes, o que tendem a se agravar com o incremento da urbanização.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS

COCHO VELHO e MOINHO VELHO.

Proposta: Implantação de um sistema de reservatórios para amortecimento de cheias, composto por 5 (cinco) reservatórios, totalizando 590.000m³ de volume armazenado para a condição de recorrência de 100 anos; Ampliação da canalização dos córregos de forma que a nova geometria atenda satisfatoriamente a veiculação das vazões de pico.

A totalidade das intervenções apresentadas foi dimensionada para atender aos períodos de retorno de TR= 25 e 100 anos, e condição futura de ocupação da bacia de drenagem dos córregos, ano de 2020, conforme recomendado do PDMAT.



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS



Prefeitura de Guarulhos SECRETARIA DE OBRAS





**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

Cocho Velho e Moinho Velho
Em Processo Licitatório - etapa final – Prazo abril/2012
Contrato: CR 0347669-12/2010
Fase ambiental: Levantamentos arqueológicos e vistorias forma concluídas.
Valor MCIDADES: R\$ 132.503.552,83
Valor Município: R\$ 6.975.293,09
Valor Total do Investimento: R\$ 139.478.845,92
Prazo da Obra: 16 meses
Beneficiados: 103.900 pessoas
Área de Construção: 210.200m²
Capacidade dos Reservatórios: 590.000m³

**Prefeitura de Guarulhos
SECRETARIA DE OBRAS**

**Avenida de Interligação da Rodovia Ayrton Senna
ao Aeroporto Internacional de Guarulhos**
**Implantação da Ligação da Av. Antonio Bardella
com Av. Papa João Paulo I**

Principais Características

FUNCIONAL

* Ligação Av. Antonio Bardella com Av. Papa João Paulo I:
- Comprimento = 8.000 m
- Largura da faixa = variável 33 à 35 m

* Ramos / Acessos / Ligações:
- Comprimento = 8.000 m
- Largura variável = 5,50 à 10,50 m

Obras de Arte Especiais:
- 7 viadutos
- 6 muros de arrimo

Av Antonio Bardella

Hugo Fumagali

Rod Pres. Dutra

Av Papa João Paulo I

Berinepe

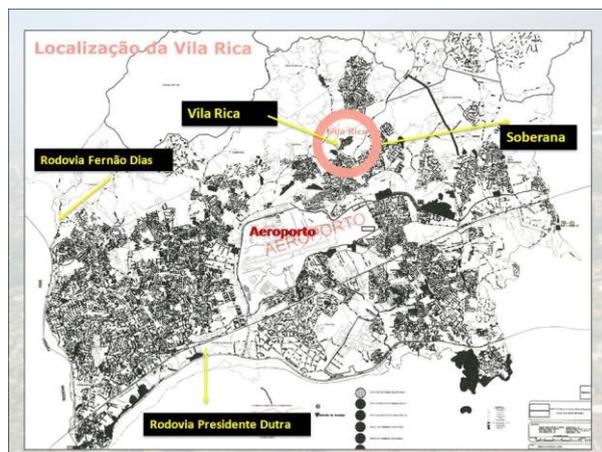
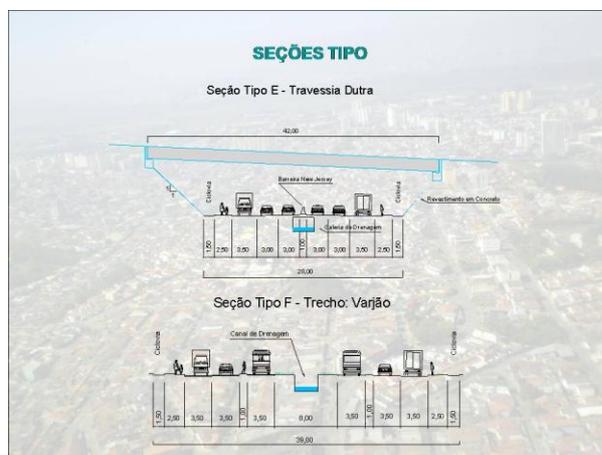
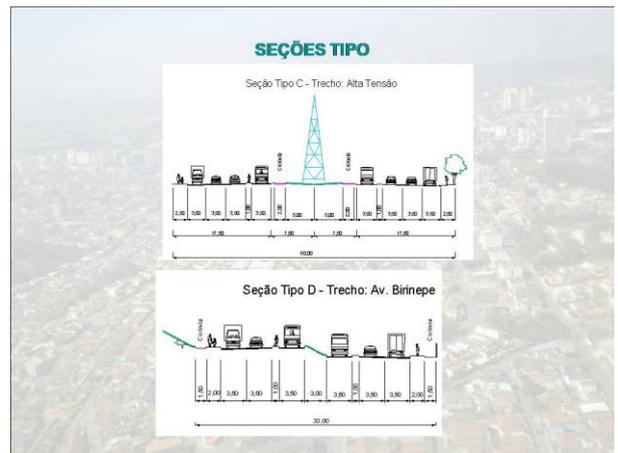
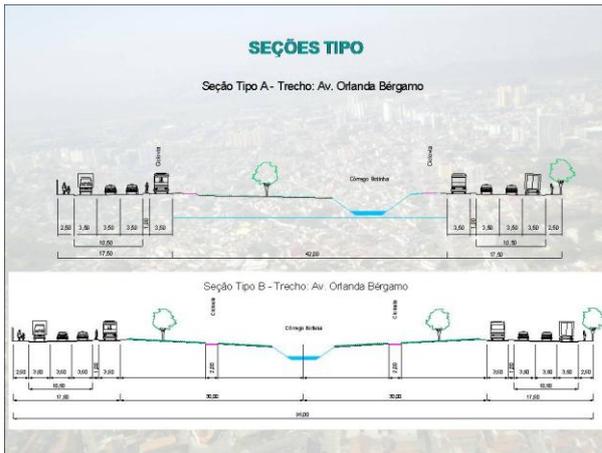
Orlanda Bergamo

Rod Ayrton Senna

PROJETO

LIGAÇÃO DA AV. ANTONIO BARDELLA / AV. PAPA JOÃO PAULO I

Trecho: Av. Orlanda Bergamo / Av. Birinepe / Av. Papa João Paulo I



Drenagem e Pavimentação no Bairro Vila Rica

Contrato: 0354.364-77/2011 – PAC2
 Fase de Implementação: Aguardando autorização da Caixa Econômica para Licitar
 Valor do Investimento: R\$ 5.598.036,10
 Valor em recursos Mcdidades: R\$ 5.318.134,30
 Valor em recursos PMG: R\$ 279.901,80

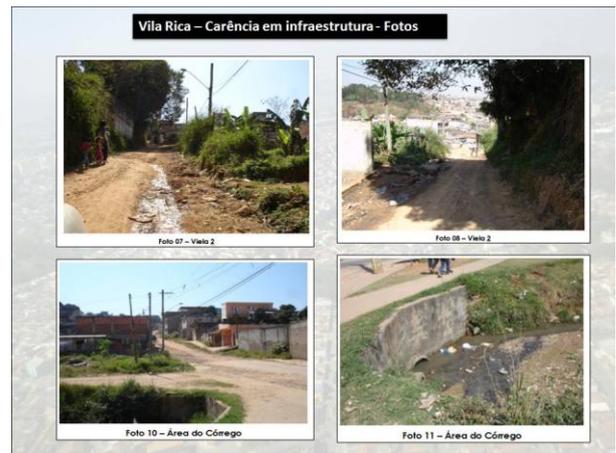
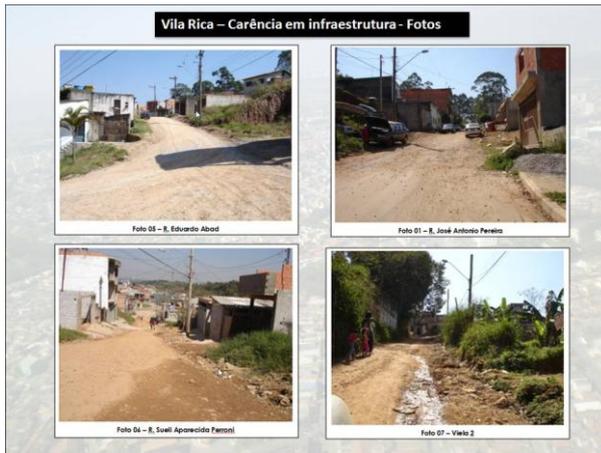
A intervenção consiste em 10.043,10 m² de pavimentação em vias e execução de calçadas em 2.088,00 metros quadrados pelo bairro.

Serão executadas a drenagem e a pavimentação com uso de blocos flexíveis em cinco ruas e uma Vial e ainda a execução de escadarias em 6 vias.

Serão plantadas 343 mudas de árvores nos passeios a serem construídos.

Haverá a implantação de esgoto na Rua Eduardo Abad.

Será implantada sinalização viária nas ruas beneficiadas.



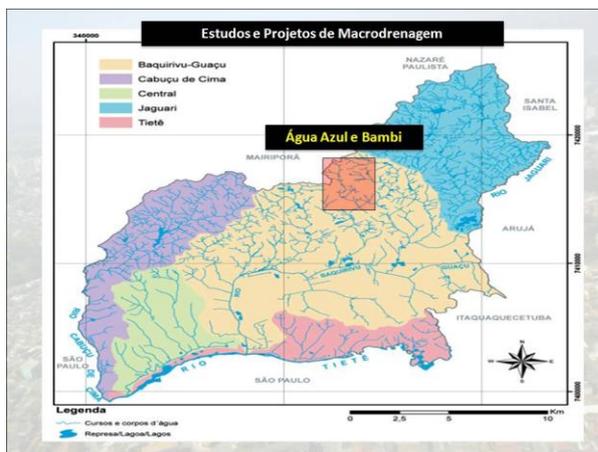
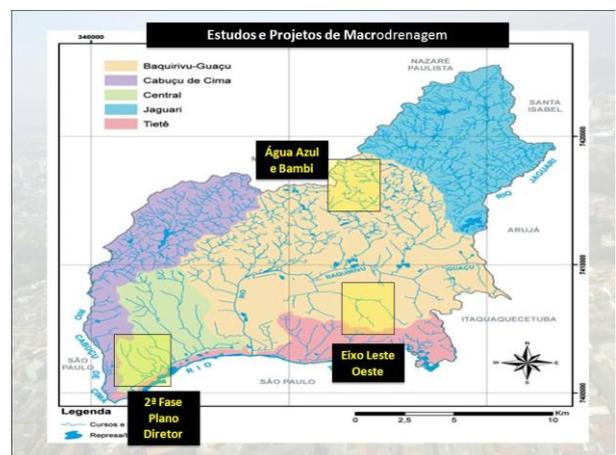
Estudos e Projetos de Macro drenagem

As obras de Macro drenagem nas Bacias dos Córregos dos Japoneses, Cubas, Cocho Velho, Moinho Velho, Iguapé-Tietê e Jacinto, foram anteriormente estudados e com soluções projetadas através do Plano Diretor de Drenagem.

A Secretaria de Obras está investindo em Projetos de Drenagem para outras regiões da Cidade:

- 1) Água Azul e Bambi
- 2) Eixo leste-oeste (Região dos Pimentas)
- 3) 2ª etapa do plano de Manejo de Águas Pluviais (região Vila Augusta, Itapegica, etc...)

Total de Investimento em Estudos e Projetos: R\$ 2.130.000,09
 Quantidade de Pessoas Beneficiadas: 232.048



Projeto Executivo de Drenagem e Pavimentação dos Bairros Água Azul e Bambi, inclusive para a Estrada do Morro Grande, permitindo a ligação entre os dois bairros.

Contrato: 0351.236-50/2011 – PAC2

Fase de Implementação: Aguardando autorização da Caixa Econômica para Licitar

Valor do Investimento: R\$ 850.000,05

Valor em recursos Midades: R\$ 850.000,00

Valor em recursos PMG: R\$ 0,05

Pessoas Beneficiadas: 50.000

Trata-se do Estudo dos Problemas de Drenagem, do Meio Ambiente, Aspectos Sociais e de Aproveitamento dos Recursos Naturais, propondo medidas estruturais e não-estruturais para o manejo das águas pluviais.

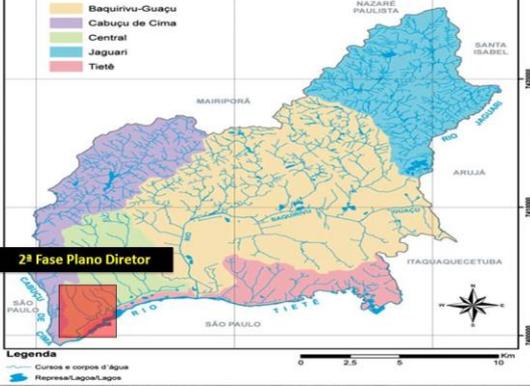
Ruas e Córregos a serem beneficiados com estudos e projetos:



Carência de Infraestrutura no Parque Bambi: Fotos



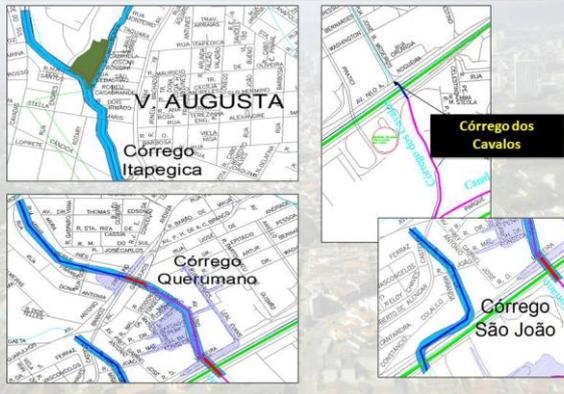
Estudos e Projetos de Macrodrenagem



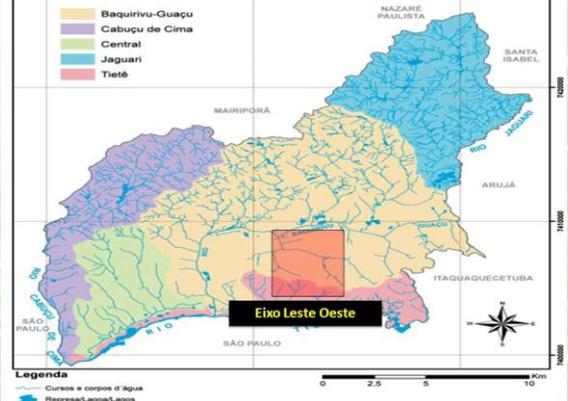
Elaboração de Estudos para o Desenvolvimento da Segunda Etapa do Plano de Manejo de Águas Pluviais de Guarulhos para as Sub-Bacias da Bacia Hidrográfica do Canal de Circunvalação.



Córregos a serem beneficiados com estudos e projetos:



Estudos e Projetos de Macrodrenagem



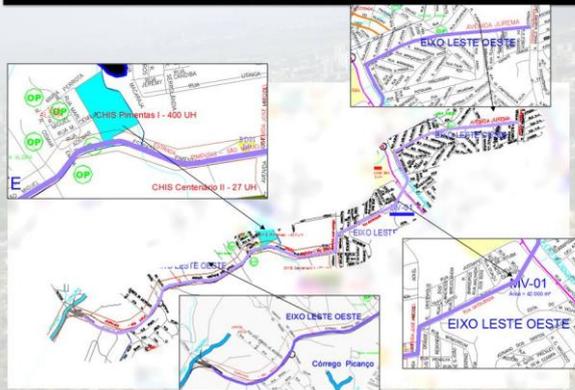
Elaboração de Estudos para o Desenvolvimento de projetos de Drenagem e Pavimentação na Ligação Eixo-Leste Oeste.

A ligação Leste-Oeste, compreende um circuito viário ligando as seguintes vias: estrada Presidente Juscelino K. de Oliveira, Avenida Jurema, Rua Jacutinga, Rua Gatolândia, Av. José Miguel Ackel, Estrada Pimentas-São Miguel e conexão com a futura obra de arte da Avenida Jacu-Pêssego – Pimentas.

Contrato: 0351.232-12/2011 – PAC 2
 Fase de Implementação: Aguardando autorização da Caixa Econômica para Licitar
 Valor do Investimento: R\$ 300.000,01
 Valor em recursos Mcdidades: R\$ 300.000,00
 Valor em recursos PMG: R\$ 0,01
 Pessoas Beneficiadas: 133.611

Trata-se do Estudo dos Problemas de Drenagem, do Meio Ambiente, Aspectos Sociais e de Aproveitamento dos Recursos Naturais, propondo medidas estruturais e não-estruturais para o manejo das águas pluviais.

Elaboração de Estudos para o Desenvolvimento de projetos de Drenagem e Pavimentação na Ligação Eixo-Leste Oeste.



Elaboração de Estudos para o Desenvolvimento de projetos de Drenagem e Pavimentação na Ligação Eixo-Leste Oeste.

Córregos a serem estudados na região:



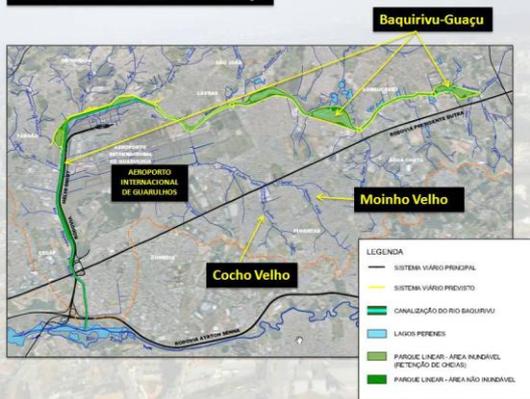
BAQUIRIVU-GUAÇU

OBRA: Canalização - Barragens, Reservatórios, Parque Linear e Sistema Viário
 CURSO D'ÁGUA: Rio Baquirivu Guaçu

➤ O projeto aqui apresentado parte do princípio de agregar as intervenções de controle de enchentes previstas no Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto Tietê (PDMAT) e as necessárias ligações viárias no sentido Leste-Oeste entre o Aeroporto de Guarulhos (Rodovia Hélio Smidt) e Arujá (Rod. Pres. Dutra), criando-se nessa faixa, um amplo parque linear com áreas de retenção de cheias envolto pelo sistema viário proposto.

➤ A bacia do Rio Baquirivu Guaçu, definida com prioridade pelos estudos do PDMAT, é uma das áreas mais vulneráveis da Região Metropolitana. Recentemente, diversos projetos viários, de saneamento e drenagem financiados pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) estão sendo implantados em diversos afluentes do rio Baquirivu Guaçu. Este, por sua vez, ainda não recebeu melhorias significativas além das retificações e canalizações ocorridas a jusante e a montante do trecho de melhorias proposto.

PARQUE LINEAR BAQUIRIVU-GUAÇU



ARTICULAÇÃO 1

Ampliação do Canal do Rio Baquirivu
 - AMPLIAÇÃO DO LEITO MAIOR
 - RESTAURAÇÃO DA MATA CILIAR
 - IMPLANTAÇÃO DE PARQUE LINEAR COM CICLOVIA E PASSEIO.

Foz do Córrego da Cachoeirinha
 - ÁREA DE RETENÇÃO (LAGO PERENE)
 - REBAIXAMENTO DA VÁRZEA ATERRADA
 - RESTAURAÇÃO DA MATA CILIAR





SISTEMA DE DRENAGEM DA VÁRZEA DO RIO BAQUIRIVU GUAÇU
ESTUDO PRELIMINAR
RESUMO DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS

OBRA: Canalização - Barragens, Reservatórios, Parque Linear e Sistema Viário
MUNICÍPIO: Guarulhos
CURSO D'ÁGUA: Rio Baquirivú Guaçu

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1	CANALIZAÇÃO DO RIO BAQUIRIVU GUAÇU	72.600.019,82
2	PARQUE LINEAR VÁRZEA DO RIO BAQUIRIVU GUAÇU	44.937.149,32
3	SISTEMA VIÁRIO E MICRODRENAGEM	270.014.443,79
4	RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO NO RIO BAQUIRIVU GUAÇU	184.368.150,46
5	BARRAGENS DOS RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO NO RIO BAQUIRIVU GUAÇU	65.656.135,08
TOTAL		637.575.898,47

PREFEITURA DE GUARULHOS

SECRETARIA DE OBRAS

Rua Atílio Trevisan, 120 – CEP 07013-010 – Jd Sta Francisca
Guarulhos - SP

4.4. Fotos



4.5. Lista de presença



PREFEITURA DE GUARULHOS
Desenvolvimento Urbano

revisão plano diretor de guarulhos



ambiens
COOPERATIVA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Reunião / Oficina
CICLO DE PAUÉSTRAS

Data 17/04/2017

	Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
1	Marcia Cristina B. Absentin	SDU 02.27		
2	Martim Fernandes dos Santos	SDU 01.06.03		
3	Paulo Narcizinho	C.A.A		
4	Polina Alex	SNG		
5	Thiago G.S. Santim	SAAE		
6	Edson Edson Loui de Barros	SM		
7	Dorge Paulo de Andrade	SM		
8	Dulcinea Arcele de Mar.	CAN		
9	EDUARDO PINO PEREIRA	CONSELHO-CANDEG		
10	ALDO GORRIZ	SPU		
11	GRANU GUEZDO	AM BTEC		
12	SUZANA L.N. KAPAGIANIDIS	ESP. Debufo		
13	Maria Helena Ribeiro	SSP		
14	Angela Seixas Puyette	Ambiens		
15	Flávia Soares Gaudin	SDU		
16	Manoel Caspiano	SDU		
17	ANA ROSA N. METRAM	SMU		
18	Renato Baccelar da Costa	SBU		
19	Vera Sylvia de Silva	M. AM		
20	Walter José de Almeida	M. M. P. C. G. A. A.		
21	Emerson Facundes de Silva	M. M. P. C. G. A. A.		

A/A

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 4 ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Reunião / Oficina
CICLO DE PALESTRAS
 Data 17/04/2012

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
22	Zaoreg Costa	Secid. Civil		
23	Jose Ailton Martins	Assessoria		
24	Henrique Utine	Habitapós		
25	Levi Q. Alves	SAE		
26	Luigi C. Bigondi	SAE		
27	Thiago G. S. Santin	SAE		
28	JULIANA CAVALHEIRO MORENO	SEMA - PM9		
29	ROBERTO DOS SANTOS MORENO	INSTITUTO AGRUIT. BRASIL		
30	STAVRO J. BELLEZZO	APEG		
31	J. Carlos	SEOP		
32	Roberto N. Carcondes	Edu Amb. - SEMG		
33	Ana Carolina Amaral Kretz	SEMA		
34	Luciana A. C. Tassoni	SEMA		
35	Luciana Amorim Dal Corso	SEMA		
36	Paulo Sérgio	SEMA		
37	JOSS CARLOS MULLER	SOCIOLOGIA CIVIL		
38	Paulo Sérgio Lucas Cunha	EDU - GAB.		
39	Paulo Sérgio Lucas Cunha	SEOP - DSF		
40	Paulo Sérgio Lucas Cunha	SEOP - DSF		
41	Emilson Kaani	SEOP - DPP		
42	ELISABETE O. PRADO	SEOP - DPP		
43	Maria Luiza Obayca	SEOP - DPP		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Reunião / Oficina
 CICLO DE PAUSTRAS
 Data 17/04/2012

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
44	Moises Neto Augusto	Sec. obras		
45	MARCELO GULZ	SEC. OBRAS		
46	José Carlos Gasparim	SAAE / Projeto		
47	Cláudia da enciação da Silva	C.A		
48	Guilherme D.S. Vianna	SH		
49	Henrique Utiro	SH		
50	CRUZSA SAUTIE O. MORAIS	SSP		
51	Regina de los Manguos Barbosa	SAAE		
52	José Carlos da Silva	Coma comp. plano diretor		
53	Rogério Luiz Fenício	SAAE		
54	Luciana de O. Santos	SUDDI		
55	Giselle Cassiana S. Merli	SPO 01.08.03		
56	Fátima Regina Cantabene	SDU 01.07.01		
57	Márcia Ribeiro Rosa	SDU 01.09		
58	Sueli Akemi Fujimura Siro	SPO 01.06.02		
59	FABIANA S. FORTATO F. LEIS	SPO 01.06.01		
60	FRANCISCA D. VIANA	SC		
61	Valmir F. S. Rodrigues	SPO 01.08.09		
62	Arnaldo Oliveira Nascimento	GCM		
63	ROSELENE S. MELANDE	GCM		
64	Mauro Bugnere Silva	SAAE		
65	CRISTINA P. MARINIS	SAAE		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Reunião / Oficina
CICLO DE PALESTRAS
Data 17/04/2012

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
66	Luana de S. M. P. +	SSP - DEURB		
67	ADRIANA FUSA	SSP		
68	Miguel Chaves	CAA		
69	João Mandrus Luiz Neto	SO		
70	JUNIO SOTO S. V. E. P. R. A.	SECRETARIA DE C. U. R. B.		
71	GUILETANE BAGATTINI	SM - DMG		
72	COLANGE DUARTE	SEMA		
73	RICARDO ZARZUR	SDU		
74	APARECIDA DE FATIMA PEREIRA SAMPEZ	SDU OF		
75	Kátia Lima	SG - JOP		
76	FERNANDA DIMIRANDA BASTI	AMBENS		
77	ANJOSA STRECH	SA		
78	MARIA HILMA MOREIRA	SDU		
79	Jeziel Ricci Neto	AMBENS		
80	KÁTIA AYUMI TANI	SDU		

5. MOBILIDADE URBANA E POLÍTICAS SOCIAIS

Data: 18 de abril de 2012

Local: Paço Municipal

Secretarias Palestrantes: Secretaria de Transporte e Trânsito, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria para Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer.

5.1. Relatório palestras

O terceiro dia do ciclo foi iniciado pelo Sr. Plínio Soares, com um relato sobre o conteúdo geral e resultados dos dias anteriores. Em seguida, explicou a metodologia aplicada ao ciclo, seus desdobramentos e enquadramento no cronograma geral da Revisão do Plano Diretor de Guarulhos.

Durante a apresentação da metodologia da revisão do Plano, destacou o ciclo como parte da leitura da realidade: “Coroando a leitura da cidade, com a exposição dos diferentes setores da prefeitura”.

5.1.1. Secretaria de Educação (SE)

Luiz Fernando Sapun (SE): a exposição do Gestor do Departamento de Manutenção de Próprios da Educação foi focada nos aspectos concretos da rede de educação, com ênfase no quadro atual, avanços e nas necessidades de expansão da rede municipal, para “ampliar o número de vagas, o tempo de permanência do aluno na escola, encurtar a distância entre a casa do aluno e a unidade escolar e eliminar o período intermediário (das 11h às 15h)”.

A eliminação do período intermediário visa facilitar, simultaneamente, a vida das famílias e dos profissionais da educação. Outro objetivo colocado é a ampliação da rede CEU, visando a qualidade social na Educação.

Durante o período entre 2009 e 2012 foram entregues 20 novas escolas, conforme distribuição a seguir:

- 2009 - 01 Escola da Prefeitura de Guarulhos;
- 2010 - 06 Escolas da Prefeitura de Guarulhos;
- 2011 - 05 Escolas da Prefeitura de Guarulhos;
- 2012 - 08 Escolas da Prefeitura de Guarulhos.

Em 2001 existiam 61 escolas, hoje são 136 escolas com cerca de 115.000 alunos.

Na administração atual a principal inovação é o CEU – que conta com telecentro, biblioteca, piscina, campo futebol entre outros espaços de educação. Até o momento foram entregues 3 unidades. Até o final da gestão serão mais 7, somando 10 CEUs.

Segundo o expositor, deve ser reconhecido o avanço, embora exista demanda reprimida, em especial, vinculada à necessidade de creches. Para este caso estima-se a necessidade de vagas para 30.000 crianças.

Foram apresentadas informações gerais e por UPR, contrapondo população atual de crianças de 0 a 3 anos e 4 a 5 anos, frente ao número de matrículas da rede pública e privada. No caso do centro, por exemplo, a demanda reprimida é de 8.000 crianças.

Para a próxima gestão - de 2013 a 2017 – estão planejadas 27 creches financiadas via PAC2 e 25 novas escolas e creches através de orçamento próprio.

Em síntese, conforme estudo da demanda potencial são necessárias 98 novas unidades, sendo:

- 13 para pré-escolas, no intuito de eliminar o período intermediário, aumentando o tempo de permanência;
- 75 para creches em face da demanda reprimida;
- 10 unidades para ensino fundamental para eliminação do período intermediário, aumentando o tempo de permanência do aluno para 5 horas.

O CEU, além de possuir escola, atende as demais escolas próximas como uma espécie de potencializador da rede de ensino.

Uma das principais debilidades para realização da política de educação é a falta de áreas para novos equipamentos. Um dos exemplos é Cumbica, onde não foi encontrada até o momento área para esta finalidade.

5.1.2. Secretaria para Assuntos de Segurança Pública (SN)

Sr. José João Bezerra Bicudo (SN): o Gestor do Departamento da Guarda Civil Municipal inicialmente apresentou as ações em andamento:

- Promovendo a integração do município com os órgãos de segurança pública atuantes na cidade (exemplo: Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M);
- Viabilizando a execução dos diversos serviços municipais em apoio a outras secretarias (Assuntos Jurídicos, Habitação, Desenvolvimento Urbano, Esportes, Assistência Social, Defesa Civil, Cultura, entre outras);
- A gestão da Guarda Civil Municipal (junto ao Comando da GCM);
- Integração com a comunidade através da integração entre a Secretaria e os CONSEGs e ações da GCM;

Em seguida, apresentou o organograma:

FIGURA 3 - ORGANOGRAMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E QUADRO GERAL DA EQUIPE



Cargo/Função	Ocupadas	Vagas	Total
Inspetor Regional*	0	10	10
GCM 1º Inspetor	4	12	16
GCM 2º Inspetor	13	17	30
GCM Classe Distinta	24	11	35
GCM 1ª Classe	144	66	210
GCM 2ª Classe	195	65	260
GCM 3ª Classe	369	231	600
GCM Aluno	125	0	125
Total:	874		

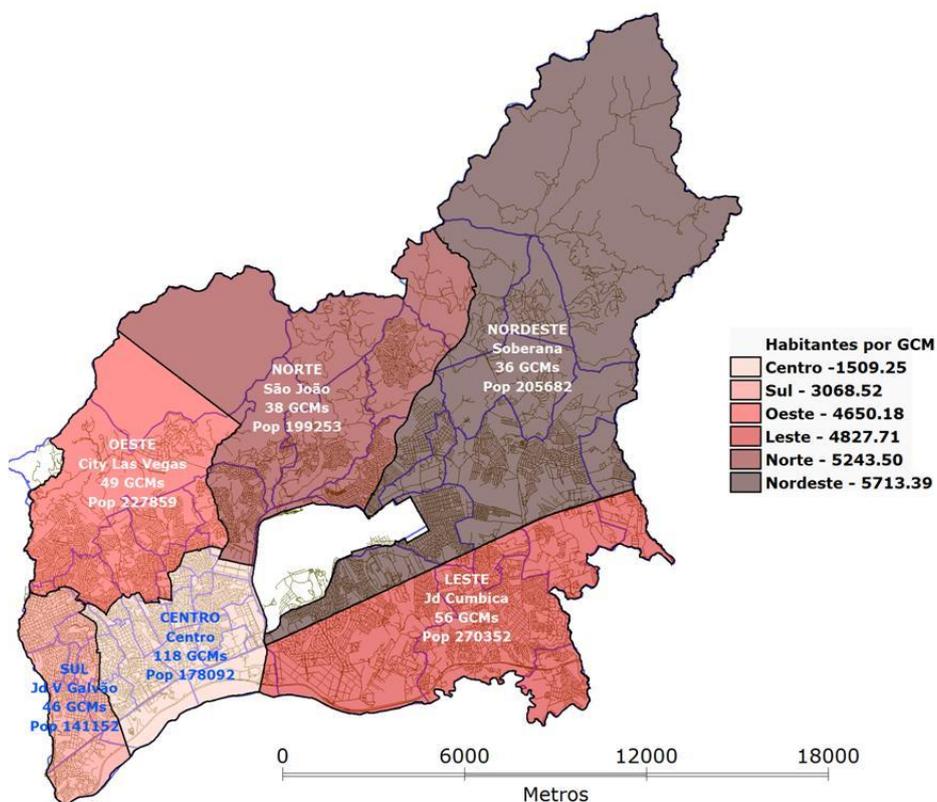
O destaque das operações em andamento cabe a integração entre as diferentes esferas de governo – polícia civil, militar, federal, rodoviária federal. Integração que ocorre por meio do gabinete de gestão integrada, a partir das diretrizes do Ministério da Justiça. O Sistema informações integradas também teve destaque.

A principal debilidade enfrentada, segundo o expositor, é a “falta de poder de polícia” para guardas municipais, devido ao atual enquadramento constitucional, o qual precisaria de alteração legislativa.

Uma das ações frequentes da secretaria é o apoio em processos de realojamento, entre outras ações conduzidas pela Secretaria de Habitação, bem como ações de fiscalização, apoio a eventos locais e apoio a ações da Secretaria de Assistência Social.

A Secretaria adota uma divisão territorial, por meio da instalação de Inspetorias Regionais, diferente das UPRs, conforme mapa a seguir:

FIGURA 4 - DIVISÃO TERRITORIAL POR INSPETORIAS REGIONAIS

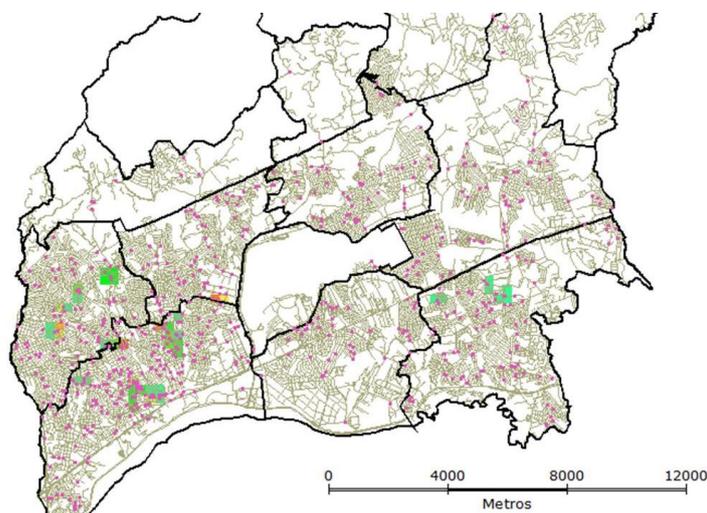


Em seguida apresentou as Unidades Especializadas da Guarda Civil Municipal:

- Grupamento de Trânsito
- Grupamento de Ronda Bike
- Inspetoria da Guarda Ambiental
- Central de Atendimento e Despacho
- Central de Monitoramento Eletrônico
- Canil da GCM
- GUARD – Grupo Unido na Ação de Resistência às Drogas
- Banda Musical
- Grupo de Operações Táticas e Especiais

Também foram espacializadas as rondas durante o ano de 2010:

FIGURA 5 - RONDAS 2010



Foram apresentados índices de Guarulhos relativos ao tipo de ocorrências, os quais revelam situação preocupante, embora em determinadas ocorrências o município apareça em situação proporcionalmente similar aos municípios da região.

Um dos problemas levantados em todos os Conselhos de Segurança Pública – CONSEGs de Guarulhos é a baixa qualidade, insuficiência ou inexistência de iluminação pública.

Para o processo de Revisão do Plano Diretor, o expositor indica os seguintes aspectos relevantes:

- Regionalização da GCM – Instalação de uma Inspetoria da GCM por unidade regional;
- Aumento do efetivo da GCM;
- Monitoramento eletrônico – Expansão do vídeo monitoramento da Guarda Civil Municipal.

5.1.3. Secretaria de Saúde (SS)

Carlos Derman (SS): o Secretário Municipal de Saúde expôs o quadro atual com as regiões administrativas da Saúde e equipamentos existentes, destacando o número reduzido de equipamentos de saúde estaduais se comparado aos demais municípios paulistas. Em São Paulo, por exemplo, 80% das internações ocorrem nos hospitais do estado. Em Mogi 100% das internações são estaduais. Em Guarulhos, 50% são internações estaduais e 50% municipais, decrescendo a cada ano a participação do estado nesta composição.

Durante a atual gestão, a prioridade foi para atenção básica, com destaques para prevenção, promoção da saúde, acompanhamento dos casos crônicos, buscando evitar os casos agudos.

Em relação ao Plano Diretor, um dos principais problemas levantados são debilidades da ação pública em face da desintegração institucional, isto é, a falta de ações interinstitucionais. Neste aspecto foram apontados alguns avanços com a Secretaria de Meio Ambiente, mas a integração ainda ocorre de forma insuficiente.

Uma demonstração disto é “a nossa incapacidade de fazer uma divisão administrativa única”. Na saúde utilizam quatro regiões de saúde, recentemente alteradas, buscando maior aproximação com as UPRs oficiais.

São quatro regiões:

- 1 - Cumbica, Pimentas;
- 2 - São João, Bonsucesso;
- 3 - Centro;
- 4 - Cantareira (que inclui Taboão, Cabuçu, Cocaia, Continental).

A divisão foi pensada abrangendo população aproximada de 300.000 a 350.000 habitantes, com acessos viários e características similares. Para os distritos foi pensada uma população de referência com aproximadamente 100.000 habitantes.

A Secretaria conta com um geógrafo que qualifica este ordenamento/divisão segundo unidades de gestão. Entretanto, afirmou que não tem sentido uma regionalização para cada política setorial.

A rede é composta por 110 equipamentos de saúde: 68 UBS (Unidade Básica de Saúde), 3 hospitais municipais (HMU, hospital da criança, hospital de Pimentas/Bonsucesso), policlínicas, UPA, centro de especialidade e CAPS.

Atualmente existe em média uma UBS para cada 20.000 habitantes. O ideal seria 10 a 15 mil habitantes por UBS.

Entre os principais problemas levantados foram destacados:

- O tamanho dos equipamentos;
- O aluguel de prédios, inadequados sem acessibilidade (com escadas);
- Equipamentos mal distribuídos, com regiões sem UBS ou com acesso dificultado. Em contrapartida, existem outras regiões com excesso de UBS, segundo critério populacional.

Um dos casos levantados é a UBS Tranquilidade, que atende uma população de aproximadamente 60.000 habitantes.

Em síntese, os equipamentos estão em ponto de esgotamento. Além da falta de médicos, embora este problema tenha sido parcialmente resolvido com novas contratações, a infraestrutura existente está ultrapassada. A demanda atual exige implantação de novas UBS e qualificação das existentes. Para exemplificar, Um dos piores casos é a UBS da Vila Rio, com atendimento extremamente precário frente a demanda excessiva.

Como resposta elaborou-se um plano de expansão a ser realizado parcialmente com recursos federais e parte com orçamento municipal. A título de referência, são necessários

R\$ 2.000.000,00 para construção de uma UBS. O governo federal entra com parte do recurso, atingindo, no máximo, R\$ 500.000,00.

A grande questão é, além da edificação, a manutenção e contratação de pessoal, isto é, custo fixo, equipamentos, insumos, entre outros investimentos.

No orçamento atual, aproximadamente 30% são gastos com a política de saúde. Entretanto, ainda são necessárias novas fontes de financiamento, tema de debate em todas as esferas de governo.

Entre as ações de ampliação, qualificação e implantação de novas UBS se destacam as seguintes situações, considerados “projetos mais avançados, embora existam outros em estudo”:

- Recurso já reservado para UBS Vila Barros, substituindo a atual edificação inadequada. A sugestão da comunidade é uma praça;
- No Macedo, incluindo Vila Augusta existe uma demanda urgente a ser atendida porque atualmente utilizam a UBS Vila Fátima e UBS Tranquilidade. Para este caso já existe um terreno programado para ação, numa praça;
- No Jardim América, já tem projeto e já pode ser licitada, dentro do Bosque Jose de Alencar. Atende Vila Florida, na Rua Hungria que não tem UBS próxima;
- Centro de fisioterapia infantil, na área central.
- Casa de acolhimento transitório para dependentes químicos, parte do plano nacional que trata do tema.

A principal questão da secretaria remete a necessidade de uma única divisão administrativa para integração entre instituições municipais.

Para finalizar apresentou o projeto das “academias da saúde” a serem implantadas em galpões para prática física, mas também para artesanato e reuniões públicas. Trata-se de espaço público para múltiplo uso. Tem recurso federal para realização e integra o programa de promoção da saúde preventiva, sempre próximos as UBS.

5.1.4. Secretaria de Transporte e Trânsito (STT)

Atílio André Pereira (STT): o Secretário Municipal apresentou a situação geral das últimas intervenções viárias, como por exemplo, a conclusão da marginal da Rodovia Dutra até o km 214, logo após Cumbica. Segundo o secretário, o prefeito já solicitou sua expansão até o km 209 (próximo da comunidade do Bonsucesso).

No caso do trevo do Bonsucesso, já existe obra prevista para curto prazo, mas também outras melhorias previstas para médio e longo prazo.

Em relação ao trem urbano, projeto para chegar até o aeroporto, com estação intermediária no CECAP, a prefeitura reivindica sua extensão até São João.

Outra questão relevante refere-se à falta de retornos na Rodovia Dutra entre o aeroporto e Bonsucesso. Existe a proposta, em negociação, de um novo retorno intermediário.

Foi apresentado o anel viário formado pelas vias ao redor do aeroporto, em discussão com a nova concessionária e que deve conter um corredor exclusivo de cargas, além de duas pistas para veículos comuns.

Parte do fundamento para estes novos corredores que constituem o anel está no próprio Plano Diretor do Aeroporto, conectando a Avenida Jacu Pêssego com o Rodoanel .

Em relação ao plano de transporte foram apresentadas as melhorias em andamento, como terminais e redefinição geométrica para implantação dos corredores de ônibus, sendo destacada na apresentação o caso da Avenida Otavio Braga, constituindo um corredor semafórico, com plataformas elevadas.

Outras tecnologias foram apresentadas, parcialmente implantadas, como é o caso dos painéis de indicação do tempo de chegada dos ônibus.

Em relação às linhas de transporte, comentou sobre a implantação de uma linha noturna, em processo licitatório, além de uma nova linha de transporte “seletivo” com ônibus menores, com ar condicionado, buscando atingir outro segmento social.

Outras ações pontuais foram apresentadas como é o caso das 100 lombadas ou piso elevado para segurança dos pedestres e instalação de painéis eletrônicos de informação. Os demais projetos e ações da secretaria foram listados de forma sucinta e constam na apresentação a seguir.

5.1.5. Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer (SD)

Juliano Scatena (SD - Esporte): o Gestor do Departamento de Desporto Amador apresentou a composição da Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer - funcionários administrativos, professores de educação física e operacionais, distribuídos no Departamento de Desporto Amador – SD01 e no Departamento de Administração de Centros Desportivos – SD02 – e elencou os objetivos da política setorial:

- Promover a inclusão social através do esporte;
- Institucionalizar as ações na sua área de atuação, conforme previstas na legislação municipal;
- Integrar ações entre os setores públicos e privados, na promoção e gestão de competições, atividades lúdicas e eventos desenvolvidos com intuito de levar o bem estar à população;
- Implantar, articular e potencializar políticas públicas destinadas ao surgimento de aptidões esportivas;
- Estimular Projetos de Esporte, Recreação e Lazer que atendam às necessidades das Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Promover Programas de Educação Esportiva;
- Cuidar da correta utilização dos espaços públicos destinados a prática esportiva.

No caso da Divisão Técnica de Esportes foram apontados objetivos específicos, como o desenvolvimento e aprimoramento do esporte amador e das ações de continuidade do trabalho de massificação e base até o alto rendimento na cidade de Guarulhos, através da criação e manutenção de núcleos de iniciação esportiva e equipes aptas à representação do município em eventos promovidos pela Secretaria Estadual de Juventude, Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo e/ou pelo Ministério do Esporte, além dos demais eventos esportivos promovidos no âmbito nacional e internacional.

Apresentou também o Programa Segundo Tempo que constitui numa iniciativa conjunta com o Ministério do Esporte objetivando democratizar o acesso à prática esportiva. O programa oferece atividades esportivas no contraturno escolar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes residentes no município.

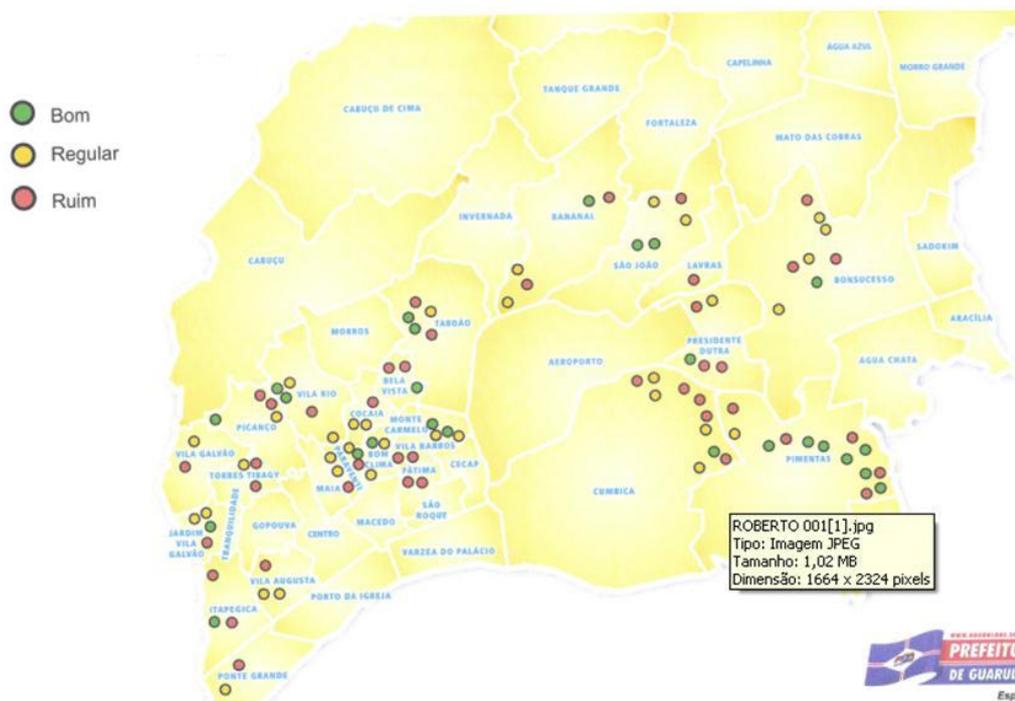
Já a Divisão Técnica de Qualidade de Vida através do Esporte tem como objetivos, otimizar espaços públicos em parceria com associações de bairros, clubes, entidades, entre outras organizações, para promover a prática de atividade física sob orientação de Professores de Educação Física. O público alvo é composto por cidadãos com idade a partir dos 18 anos. O programa busca incentivar em conjunto com a prática da atividade física a adoção de hábitos saudáveis por meio de festivais, dinâmicas, palestras e jogos esportivos visando, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida, prevenção de doenças e promoção de saúde.

Em seguida foram apresentadas as reformas e demais obras de melhoria realizadas durante a gestão atual, como, por exemplo:

- 40 Quadras Reformadas (Parcial);
- 16 Quadras Reformadas (Geral)
- Construção da Arena Municipal Prefeito Oswaldo De Carlos;
- Reparo da estrutura metálica do João do Pulo;
- Reforma Completa da Pista de Skate do Bosque Maia;
- Implantação de 05 Academias Populares;
- Licenças de Funcionamento e A.V.C.Bs, do próprios Esportivos.

Alem de avaliar as metas estabelecidas para 2011, o expositor demonstrou a avaliação das condições físicas dos equipamentos esportivos, conforme demonstra o mapa a seguir.

FIGURA 6 - AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS



A apresentação projetada durante a fala consta do presente relatório e traz informações complementares, como fotos das realizações e lista de metas elaboradas para os anos de 2010 e 2011.

Uma dos alertas realizados durante a apresentação coube às academias públicas, programa que se sobrepõe as propostas da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Esportes, o que demonstra uma possibilidade de integração ou risco de sobreposição de investimentos em localidades excessivamente próximas.

No momento a equipe concentra esforços na escolha de áreas para implantação, provavelmente com a mesma dificuldade encontrada pelas demais secretarias.

Outro destaque foi dado ao alto custo de manutenção dos equipamentos. Em geral, a cada 6 meses ocorre o retorno aos equipamentos para realização de reformas.

Uma das principais metas é a ampliação do centro integrado de atividades esportivas. Atualmente existe um centro na região do Rosa de França, mas a equipe entende que é necessário um centro para cada região da cidade.

5.2. Debate

Ao final das apresentações foi aberto para perguntas, conforme o que segue.

Vera Lúcia Bellezzo (APEG): Em relação à mobilidade, comentou os problemas em Pimentas e sugeriu a necessidade de um Plano Diretor de Pimentas, que contemple questões viárias e econômicas. Foi questionada a situação das obras do trevo de Bonsucesso, na Rodovia Dutra.

Em relação aos pontos de ônibus e horários de linha, foram atendidas as reivindicações da comunidade. No entanto, em relação ao transporte de cargas a situação continua muito complicada.

Glauco Bellezzo (APEG e CMDU): Comentou que Guarulhos está em transformação contínua, e conta com mais prestadores de serviço do que indústrias atualmente. Em seguida questionou sobre o estágio das discussões sobre acesso ao Rodoanel e demais eixos que compõe o complexo de interesse metropolitano. Principalmente em relação à região de São João e acesso ao aeroporto.

Roberto Moreno (IAB e CMDU): Defendeu a necessidade de planejamento de longo prazo. Perguntou se tanto para saúde quanto para segurança pública existe alguma ação para elaborar plano municipal, com horizonte de 10 anos. Comentou que para a política setorial de educação existe um plano municipal e que, para política de esporte conhece, mas não sabe a situação atual.

Em seguida, perguntou sobre a situação do plano de mobilidade de 2004, que apresentava uma ideia de estruturação urbana, e reforçou que o plano de mobilidade deve trabalhar associado com uso e ocupação do solo.

Thiago Perez Sávio (SDU): Questionou se, considerando os vários empreendimentos que mudaram recentemente o padrão de Guarulhos para maior verticalização e mantido o mesmo ritmo de crescimento destes empreendimentos, podemos manter o ritmo de obras/intervenções no sistema viário e de transporte ou temos que buscar outras medidas/projetos?

Vera Lúcia da Silva (MM e CA): Em relação à apresentação realizada pela Secretaria Municipal de Educação, perguntou sobre os projetos de CEU. Segundo a participante, onde são encontradas áreas livres, se estão muito longe da demanda.

Comentou que existem áreas vazias identificadas que podem atender, como por exemplo, na região do Cabuçu, Vila Operaria, entre outras.

Em relação ao Rodoanel - no Cabuçu - demonstrou preocupação quanto ao isolamento da comunidade e solicitou a posição dos expositores em relação ao tema.

Miguel Choueri (CAA): Em comentário direcionado ao Sr. Atilio André Pereira, da Secretaria Municipal de Transporte e Transito, destacou a situação do aeroporto como imensa barreira e concordou com a ideia de que o anel viário do aeroporto é fundamental. Em seguida solicitou maiores informações, em especial relativas ao traçado do VLT comentado na apresentação.

Eduardo Pestana (CONSEG/Bonsucesso e CA): Comentou que os projetos recentes de avenidas e terminais contribuem para o estrangulamento do transito atual. Perguntou se nos projetos de avenidas e demais obras viárias e de transporte projetadas existe a preocupação de ampliar a capacidade de fluxo. Um dos exemplos é a intervenção junto ao CECAP, em que o “cotovelo” existente na Monteiro Lobato já é extremamente limitado.

Os palestrantes responderam:

Juliano Scatena (SD - Esporte): A proposta da secretaria foi cumprir as ações que já vinham acontecendo e que a secretaria fosse adequada e os espaços esportivos reocupados. Entre outras estratégias, foi descentralizado o atendimento e fortalecida uma equipe de gestores para colocar isto em prática.

Além do fortalecimento da base de gestão, foi trabalhada a lei municipal de incentivo, fundo municipal e demais regulamentações. O fundo prevê captação de novos recursos sem competir com recursos próprios da secretaria. Existe um processo de intercâmbio entre gestores de esporte de outros municípios para qualificar os instrumentos do município.

Em relação ao Cabuçu, explicou que estão em parceria com o CEU Presidente Dutra, Vila Paraíso e do Pimentas, com atividades esportivas em andamento. No Cabuçu deve ocorrer da mesma forma.

Luiz Fernando Sapun (SE): Confirmou que existiram as conferências de educação em 2011 e o plano de educação já foi elaborado, com horizonte de 10 anos e aguarda aprovação em formato de lei.

Existem regiões com maior dificuldade de encontrar áreas para implantação de equipamentos, principalmente nas áreas mais densas. No caso do Cabuçu já existe área escolhida e o edital para CEU Continental já foi publicado para execução. Para o CEU Cabuçu já existe projeto em andamento.

Plínio Soares (SDU): A SDU tem operado como articuladora de projetos, na figura de uma secretaria de desenvolvimento. Procura trabalhar a sinergia dos projetos e a indução do mercado imobiliário como principal indutor do uso e ocupação do solo. Para isto é necessário compreender cada um destes agentes e faces desta transformação para construir os cenários.

Alguns instrumentos como estudos de impacto de vizinhança, operações urbanas e outorga onerosa devem ser analisados e melhor aproveitados para o caso de Guarulhos. Isto porque o processo de valorização dos terrenos afeta a capacidade de aquisição e gestão de terras para equipamentos.

Além disto, afirmou que é necessária uma gestão integrada para fortalecimento institucional da prefeitura, com adoção de regiões homogêneas ou unidades de planejamento unificadas para todas as secretarias e políticas setoriais.

Atílio André Pereira (STT): informou que as obras apresentadas, da avenida marginal a Rodovia Dutra, iniciam ainda este ano e devem ser concluídas no próximo ano (2013). Junto ao trevo de Bonsucesso existe um viário local complementar, por cujo projeto a prefeitura é responsável e a execução se inicia neste ano.

5.3. Apresentação de Slides Power Point

5.3.1. Apresentação Secretaria de Educação



Secretaria da Educação

Plano Diretor SE 2012



Expansão da Rede Municipal

Objetivo: Para ampliar o número de vagas, o tempo de permanência do aluno na Escola, encurtar a distância entre a casa do aluno e a unidade escolar, e, eliminar o período intermediário (das 11h às 15h). Ampliação da rede CEU visando a qualidade social na Educação.



Expansão da Rede Municipal Plano de Obras

Construção de 20 novas escolas até 2012.

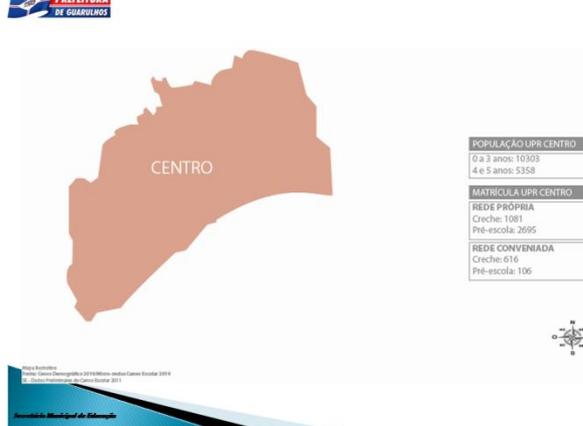
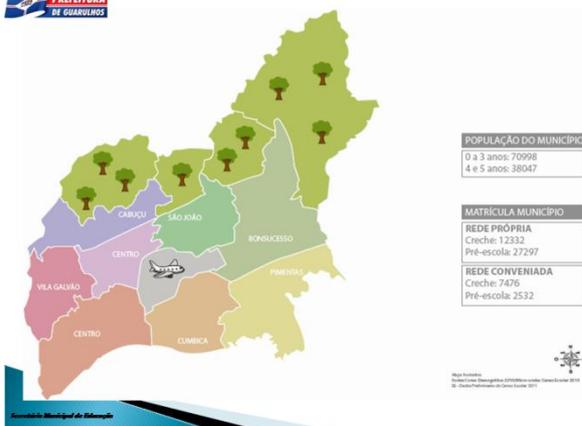
- ▶ 2009 - 01 Escola da Prefeitura de Guarulhos;
- ▶ 2010 - 06 Escolas da Prefeitura de Guarulhos;
- ▶ 2011 - 05 Escolas da Prefeitura de Guarulhos;
- ▶ 2012 - 08 Escolas da Prefeitura de Guarulhos;

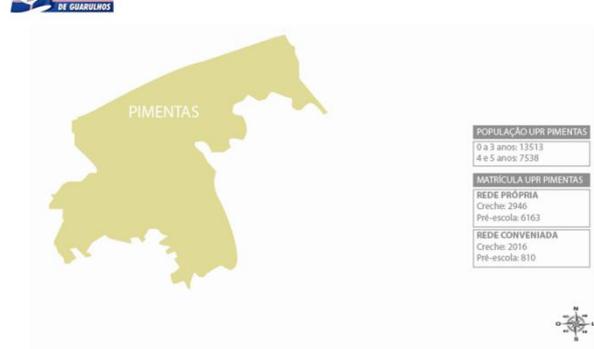


Expansão da Rede Municipal Plano de Obras – 2009 a 2012

Construção de 10 CEUS:

- ▶ 03 Unidades entregues;
- ▶ 03 novas Unidades até junho de 2012;
- ▶ 04 outras unidades até final de 2012.







CUMBICA

POPULAÇÃO UPR CUMBICA

0 a 3 anos:	5932
4 a 5 anos:	3121

MATRICULA UPR CUMBICA

REDE PRÓPRIA	
Creche:	1014
Pré-escola:	2012

REDE CONVENIADA	
Creche:	561
Pré-escola:	484



Plano Municipal
de Desenvolvimento Urbano 2013-2016 e Plano Diretor 2014
e Plano de Desenvolvimento Urbano 2013-2016

**Expansão da Rede Municipal Plano de Obras
– 2013 a 2016**

Construções futuras e Demanda Potencial:

- ▶ 27 creches financiadas pelo PAC2;
- ▶ 25 novas Escolas e Creches plano de obras da SE;

**Expansão da Rede Municipal Plano de Obras
– 2013 a 2016**

Estudo da Demanda Potencial:

Necessárias 98 novas Unidades, sendo:

- ▶ 13 para pré-escolas, no intuito de eliminar o período intermediário, aumentando o tempo de permanência;
- ▶ 75 para creches, demanda reprimida;
- ▶ 10 ensino fundamental para eliminação do período intermediário, aumentando o tempo de permanência do aluno para 5 horas.

Secretaria de Educação

5.3.2. Apresentação Secretaria para Assuntos de Segurança Pública



O que em Segurança Pública estamos fazendo?:

- Promovendo a integração do Município com os órgãos de Segurança Pública atuantes na cidade (exemplo: Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M)
- Viabilizando a execução dos diversos serviços municipais em apoio a outras secretarias (Assuntos Jurídicos, Habitação, Desenvolvimento Urbano, Esportes, Assistência Social, Defesa Civil, Cultura, entre outras)
- A gestão da Guarda Civil Municipal (junto ao Comando da GCM)
- Integração com a comunidade através da integração entre a Secretaria e os CONSEGS e ações da GCM

Plano Diretor



Organograma:



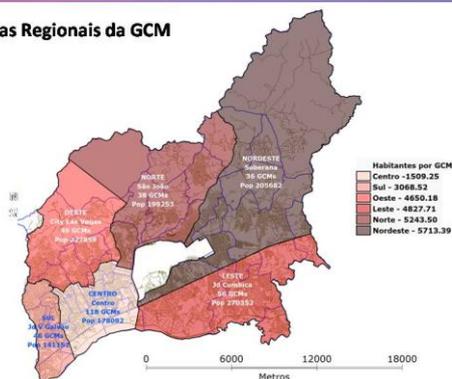
Quadro de Guardas Civis Municipais:

Cargo/Função	Ocupadas	Vagas	Total
Inspetor Regional*	0	10	10
GCM 1º Inspetor	4	12	16
GCM 2º Inspetor	13	17	30
GCM Classe Distinta	24	11	35
GCM 1ª Classe	144	66	210
GCM 2ª Classe	195	65	260
GCM 3ª Classe	369	231	600
GCM Aluno	125	0	125
Total:	874		

(*) Inspetores Regionais ainda não nomeados; aguardando promoção e curso superior. Percentuais estabelecidos de acordo com o novo Plano de Carreira da GCM

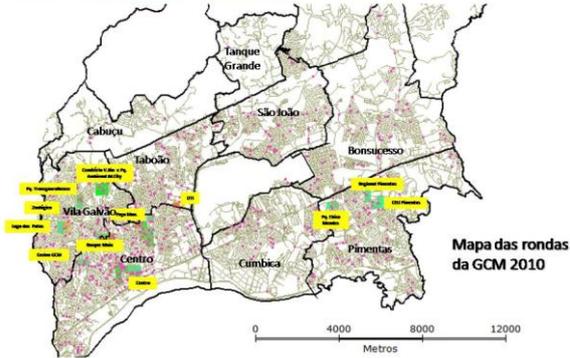


Inspetorias Regionais da GCM

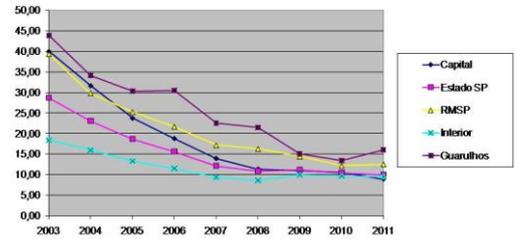


Unidades Especializadas da Guarda Civil Municipal

- Grupamento de Trânsito
- Grupamento de Ronda Bike
- Inspetoria da Guarda Ambiental
- Central de Atendimento e Despacho
- Central de Monitoramento Eletrônico
- Canil da GCM
- GUARD – Grupo Unido na Ação de Resistência às Drogas
- Banda Musical
- Grupo de Operações Táticas e Especiais

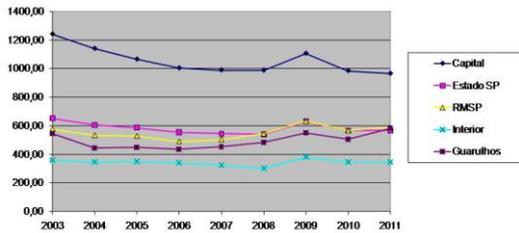


Homicídio doloso - Taxa por 100 mil hab.



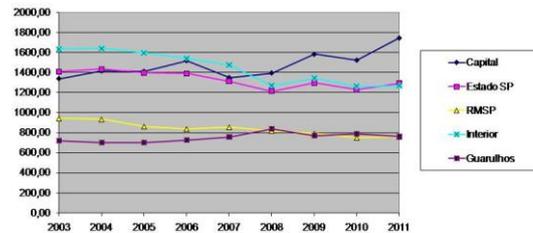
Fonte - SSP-SP

Roubo - Taxa por 100 mil hab.



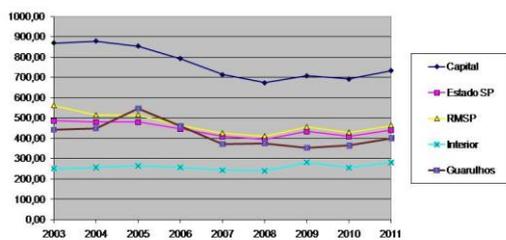
Fonte - SSP-SP

Furto - Taxa por 100 mil hab.



Fonte - SSP-SP

Furto e Roubo de Veículo - Taxa por 100 mil hab.



Fonte - SSP-SP

O que é importante para o Plano Diretor

- Regionalização da GCM - Instalação de uma Inspecoria da GCM por unidade regional
- Aumento do efetivo da GCM
- Monitoramento eletrônico - Expansão do videomonitoramento da Guarda Civil Municipal

**Secretaria para Assuntos de
Segurança Pública**



Secretaria para Assuntos de Segurança Pública

MARCELO FERNANDO PAVÃO CHARABA
Secretário Municipal

JOSÉ JOÃO BEZERRA BICUDO
Gestor do Departamento da Guarda Civil Municipal

LUIZ CARLOS BARRETO DE OLIVEIRA
Comandante da Guarda Civil Municipal

Tel: (11) 2463-6700

Administração Municipal:

SEBASTIÃO ALMEIDA
Prefeito

5.3.3. Apresentação Secretaria de Saúde



Proposta de expansão da Rede Municipal de Saúde

Região Centro

- UBS Vila Barros
- UBS Macedo
- UBS Jardim América
- Centro de Fisioterapia Infantil
- Casa de Acolhimento Transitório para Dependentes Químicos

Logo: PREFEITURA DE GUARULHOS

Proposta de expansão da Rede Municipal de Saúde

Região Cantareira

- UPA PAULISTA – 24 horas
- UBS Primavera
- UBS Parque Continental
- UBS Jovaia II
- UBS Vila Rio II

Logo: PREFEITURA DE GUARULHOS

Proposta de expansão da Rede Municipal de Saúde

Região São João Bonsucesso

- UBS Jardim Lenise
- UBS Nova Bonsucesso
- UBS Santa Paula
- UBS Bananal
- UBS Lavras
- UBS SOINCO

Logo: PREFEITURA DE GUARULHOS

Proposta de expansão da Rede Municipal de Saúde

Região Pimentas Cumbica

- UPA CUMBICA – 24 horas
- UBS Jardim das Olivas
- UBS Sítio São Francisco
- UBS Araçongas
- UBS Parque São Miguel
- UBS CAIC/CEU
- CAPS AD III

Logo: PREFEITURA DE GUARULHOS

Proposta de expansão da Rede Municipal de Saúde

Academias da Saúde

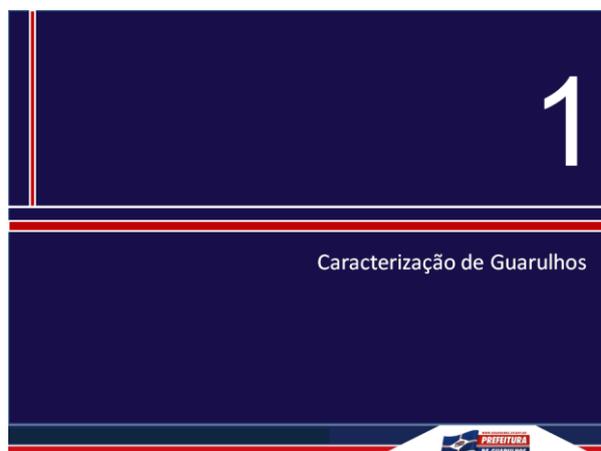
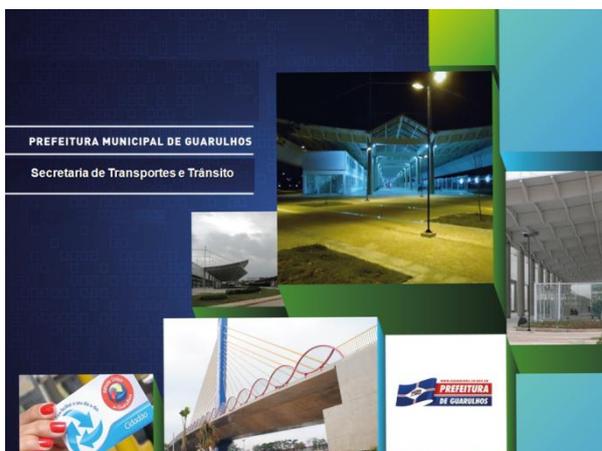
- Pólo São Rafael
- Pólo Palmira
- Pólo Inocoop
- Pólo Carmela
- Pólo Marinópolis
- Pólo Jacy
- Pólo Jurema
- Pólo Uirapuru



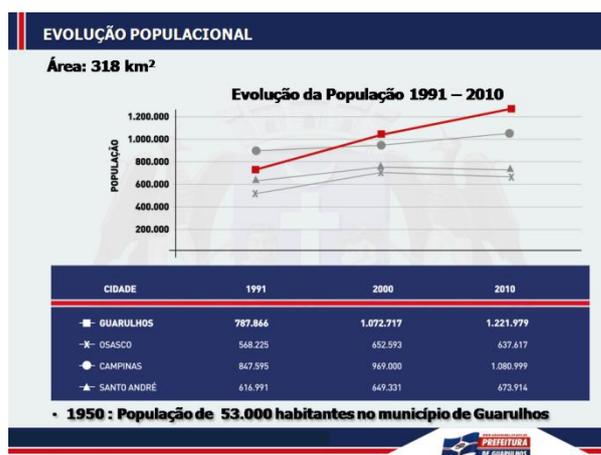
Secretaria da Saúde

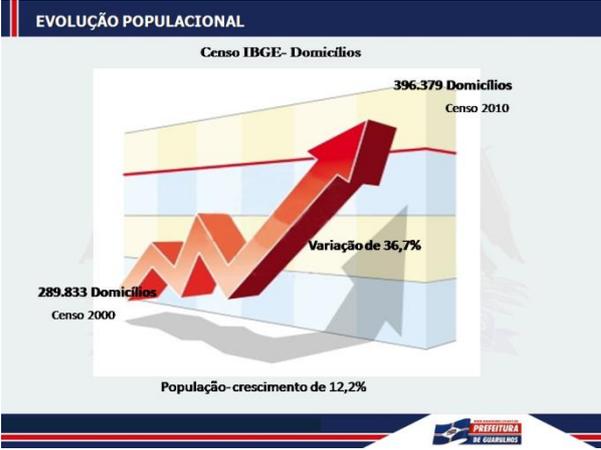
Carlos Chnaiderman
Secretário da Saúde
Vice Prefeito
carlosderman@guarulhos.sp.gov.br

5.3.4. Apresentação Secretaria de Transportes



- #### 70 ANOS DE HISTÓRIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA
- 1915 – Inauguração do ramal do trem de Jaçanã até o centro de Guarulhos
 - 1928 – Inauguração da Rodovia Rio - São Paulo, atual Via Dutra
 - 1942 – Prolongamento do ramal do trem até a base aérea de Cumbica
 - 1960 – Inauguração da Rodovia Fernão Dias
 - 1982 – Inauguração da Rodovia Ayrton Sena
 - 1985 – Inauguração do Aeroporto Internacional de Guarulhos





EVOLUÇÃO MERCADO IMOBILIÁRIO

MERCADO IMOBILIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SP

Ano	São Paulo	Região metropolitana
2004	83,9 %	16,1 %
2009	57,6 %	42,4 %
2010	49,9 %	50,1 %

PREFEITURA DE GUARULHOS





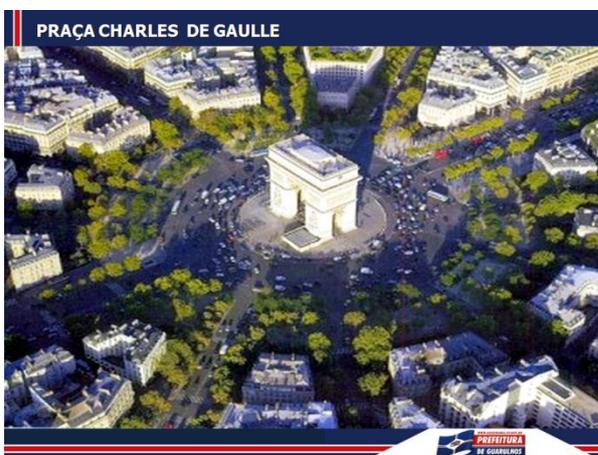
PARIS
Praça Charles de Gaulle

PREFEITURA DE GUARULHOS

PARIS - PRAÇA CHARLES DE GAULLE

- O monumento domina a Praça Charles de Gaulle, que era conhecida como Place de l'Étoile (do francês "praça da estrela") em razão de seu formato de estrela.
- Após o movimento revolucionário de 1848 e a ascensão de **Napoleão III** ao poder, esse ordenou a prática de um amplo e soberbo projeto modernizador da capital francesa.
- Encabeçado pelo **barão Georges-Eugène Haussmann** adicionou em 1854 sete novas ruas às cinco que já iam ao encontro do arco como parte da renovação feita em Paris no século 19.
- Radiando do arco, as 12 avenidas se espalham para todas as esquinas de Paris.
- Os carros se movem como em um turbilhão e giram ao redor da Praça Charles de Gaulle como se estivessem sendo carregados por um redemoinho. A característica notória e importante : uma passagem para pedestres, embaixo da rua, que leva ao centro da Praça junto base do arco.

PREFEITURA DE GUARULHOS



2

Plano de Transporte Integrado
Bilhete Único

PREFEITURA DE GUARULHOS

PLANO DE TRANSPORTE INTEGRADO – BILHETE ÚNICO

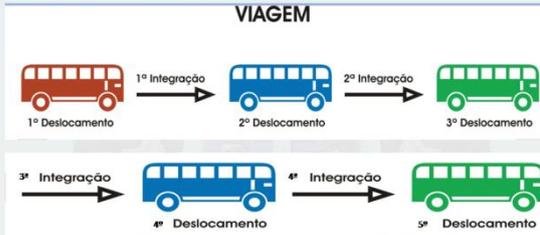
Concepção Funcional

- ❖ Rede Integrada
- ❖ Implantação de tarifa temporal com integração gratuita- Bilhete Único
- ❖ Racionalização e estruturação das linhas com serviço estrutural e alimentador
- ❖ Consolidação de uma malha viária arterial

PREFEITURA DE GUARULHOS

Plano de Transporte Integrado – Bilhete Único

Integração Temporal



BILHETE
E
ÚNICO

Até 4 Integrações
5 Veículos

Tempo de integração:
2 horas



PLANO DE TRANSPORTE INTEGRADO – BILHETE ÚNICO

Concepção Funcional

- ❖ Priorizar a circulação do transporte coletivo através de tratamentos físicos e operacionais no viário (corredores).
- ❖ Implantação de terminais e estações de transferência.
- ❖ Utilização de tecnologias para monitorar e operar o serviço de transporte coletivo em tempo real (GPS).



PLANO DE TRANSPORTE INTEGRADO – BILHETE ÚNICO

Diretrizes

- ❖ Rede Integrada
 - ❖ Integração Física e Tarifária com Bilhete Único
 - ❖ Infraestrutura de Corredores e Terminais
 - ❖ Acessibilidade Universal
 - ❖ Respeito ao Meio Ambiente
 - ❖ Democracia e Participação



PLANO DE TRANSPORTE INTEGRADO – BILHETE ÚNICO

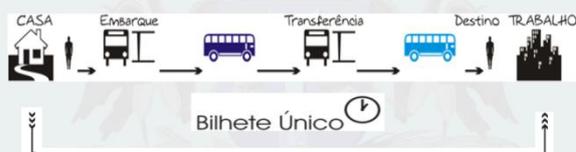
Vantagens

- ❖ Mais Seguro
- ❖ Mais Prático
- ❖ Mais Barato
- ❖ Mais Eficiente
- ❖ **Menos Poluente**
- ❖ **Mais Rápido**



TARIFA

Bilhete Único em Guarulhos → integração temporal = até 4 integrações com intervalo mínimo de 15min em 2h com só uma tarifa.



O Bilhete Único garante economia ao usuário!



TERMINAL URBANO CECAP

- ❖ Maior acessibilidade às regiões da cidade
- ❖ Com 729m² de área coberta e 150m de baía



TERMINAL PIMENTAS (Entregue em / / 2012)



- ❖ Integração das linhas ao Sul da Rod. Dutra, no Pimentas
- ❖ Área: 10.900m²
- ❖ Localização: Av. Juscelino Kubistchek x Caminho Velho



TERMINAL SÃO JOÃO (Entregue em 18/03/2012)



- ❖ Integração de linhas da região Nordeste do Município
- ❖ Área: 14.000m²
- ❖ Localização: Estrada de Guarulhos-Nazaré (próx. à Lourenço Seródio).



TERMINAL TABOÃO (Metropolitano)



- ❖ Integração de linhas da Região Nordeste do Município
- ❖ Área: 12.000m² - Plataforma: 480m
- ❖ Localização: Marginal Baquirivú (próximo à Joaquina de Jesus)



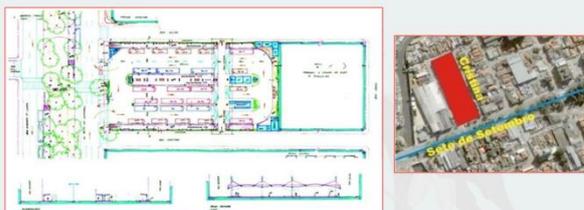
TERMINAL CECAP – VAREJÃO (Metropolitano)



- ❖ Integração de linhas das Regiões Leste-Sudeste
- ❖ Área: 6.000m² - Plataforma: 420m
- ❖ Localização: Av. Tancredo Neves x Av. Monteiro Lobato



TERMINAL VILA GALVÃO



- ❖ Integração de linhas da Vila Galvão e da região central
- ❖ Área: 6.000m² - Plataforma: 215m
- ❖ Localização: R. 7 de Setembro, entre Ruas Cristina e Gilda.



Inovações Operacionais a serem implantadas

Transporte Noturno

Transporte Seletivo

PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS





DADOS OPERACIONAIS DE TRANSPORTE

Dados do mês de dezembro /2011

Quantidade de Linhas:	108
Extensão Média da Linha:	27,7km
Nº de Viagens:	72.729
Quilometragem:	4.609.544
Concessão:	3.277.807
Permissão:	1.331.737
Frota:	882
Concessão:	611
Permissão:	271

PREFEITURA DE GUARULHOS

DADOS OPERACIONAIS DE TRANSPORTE

Dados do mês de dezembro /2011

Total de Passageiros Transportados

10.915.632

Economia Acumulada dos Usuários
De 08.01.2011 a 29/02/2012

R\$ 62.292.252,05

PREFEITURA DE GUARULHOS

Implantação de canal de comunicação direta com município

Linha direta para o Bilhete Único e o Trânsito

2475-6996

Para informações, solicitações e reclamações sobre o Bilhete Único, o Transporte e o Trânsito de Guaru- lus, ligue para o Disque Transporte e Trânsito, uma linha direta com atendimento personalizado e de qualidade para esclarecer dúvidas e resolver problemas. Ligue a qualquer hora, todos os dias, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. A Prefeitura está sempre pronta para o transporte de Guaru- lus.

PREFEITURA DE GUARULHOS



PLANO DE ORIENTAÇÃO DE TRÁFEGO POT.



SINALIZAÇÃO VIÁRIA

1. Modernização Semaforica →
2. Ampliação da Ciclovia Operacional de Lazer (Sentido Cecap ou sentido Vila Galvão)
3. Revitalização da Área Central →
4. Projeto Escola →



5

Ações de Engenharia

Focos com tecnologia à LED



310 cruzamentos semaforizados com tecnologia a LED

Fiscalização Eletrônica



Semáforos para Fiscalização Avanço Sinal Vermelho



Radares para Fiscalização Velocidade

Rotas de Fiscalização



Secretário de Transportes e Trânsito

ATÍLIO ANDRÉ PEREIRA

A cidade cresce, o volume veicular aumenta e temos que ser criativos para atendê-la satisfatoriamente, garantindo uma mobilidade acessível, segura e confortável para todos.

(11) 2402-6202

atiliopereira@guarulhos.sp.gov.br



5.3.5. Apresentação Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer

SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER



SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER

A Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer é composta por funcionários Administrativos, Professores de Educação Física e Operacionais, distribuídos no Departamento de Desporto Amador – SD01 e no Departamento de Administração de Centros Desportivos – SD02.

Objetivos:

- Promover a inclusão social através do esporte;
- Institucionalizar as ações na sua área de atuação, conforme previstas na legislação municipal;
- Integrar ações entre os setores públicos e privados, na promoção e gestão de competições, atividades lúdicas e eventos desenvolvidas com intuito de levar o bem estar à população;
- Implantar, articular e potencializar políticas públicas destinadas ao surgimento de aptidões esportivas;
- Estimular Projetos de Esporte, Recreação e Lazer que atendam as necessidades das Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Promover Programas de Educação Esportiva;
- Cuidar da correta utilização dos espaços públicos destinados a prática esportiva.

DEPARTAMENTO DE DESPORTO AMADOR – SD01



DEPARTAMENTO DE DESPORTO AMADOR – SD01



Departamento de Desporto Amador Divisão Técnica de Esportes

A Divisão Técnica de Esportes tem por objetivo o desenvolvimento e aprimoramento do Esporte Amador e das ações de continuidade do trabalho de massificação e base até o alto rendimento na Cidade de Guarulhos, através da criação e manutenção de núcleos de iniciação esportiva e equipes aptas à representação do município, em eventos promovidos pela Secretaria Estadual de Juventude, Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo e/ou pelo Ministério do Esporte, além dos demais eventos esportivos promovidos no âmbito nacional e internacional.

- Competições esportivas, integrantes do sistema Federativo e Confederativo;
- Campeonato Paulista;
- Jogos Abertos do Interior;
- Jogos Regionais;
- Torneios e Campeonatos de ligas;
- Competições Internacionais – Ginástica;
- Campeonato Brasileiro (Algumas modalidades);
- Jogos da Juventude.

Departamento de Desporto Amador Divisão Técnica de Esportes

INICIAÇÃO ESPORTIVA (CATEGORIAS DE

O Programa Segundo Tempo - conf BISEN é uma iniciativa conjunta com o Ministério do Esporte objetivando democratizar o acesso à prática esportiva efetivando o preceito constitucional que define o esporte como direito de cada um.

O Programa oferece atividades esportivas no contra-turno escolar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes residentes no nosso município.

2009
35 Núcleos

2010
35 Núcleos

08 iniciação esportiva

Programa Viva Vôlei CEU
Pimentas

10 iniciação esportiva

Programa Viva Vôlei CEU
Pimentas

Departamento de Desporto Amador
Divisão Técnica de Qualidade de Vida através do Esporte



Objetivo:

Otimizar os espaços públicos em parceria com associações de bairros, clubes, entidades entre outros para promover a prática de atividade física sob orientação de Professores de Educação Física aos munícipes, com idade a partir dos 18 anos. Incentivar em conjunto com a prática da atividade física a adoção de hábitos saudáveis como alimentação e higiene, profilaxia do uso de tabaco, álcool entre outras drogas, festivais, dinâmicas, palestras e jogos esportivos visando sobretudo a melhoria da qualidade de vida, prevenção de doenças e promoção de



Departamento de Desporto Amador
Divisão Técnica de Qualidade de Vida através do Esporte
I – AFO - ATIVIDADE FÍSICA ORIENTADA

67 – Núcleos

Dança, Yoga, Ginástica Geral, Caminhada, Alongamento, Hidroginástica, Vôlei 3ª Idade, Natação, Dança de Salão, Pilates, Acupuntura, Laboral.

Jogos do Idoso – JORI / JEI

Alunos atendidos em 2009	Alunos atendidos em 2010
4.160 alunos	9.254 alunos

II – PROMOÇÃO DA SAÚDE DESPORTIVA
 Medicina Desportiva, Reabilitação, Odontologia
 Fisioterapia, Terapia Desportiva, Psicoterapia Desportiva.



Departamento de Desporto Amador
Divisão Técnica de Qualidade de Vida através do Esporte

III - O Projeto AMEA (Atividade Motora Esportiva Adaptada), desenvolve atividades com pessoas portadoras de deficiência e está diretamente ligado a “AFO”, todo trabalho existente é desenvolvido nos núcleos de atividade física orientada, com o objetivo de incluir o aluno na sociedade e estabelecer um padrão de respeito e dignidade dos demais cidadãos.



Departamento de Desporto Amador
Divisão Técnica de Qualidade de Vida através do Esporte

IV - ACADEMIA POPULAR - Propiciar aos usuários dos parques e áreas livres do município, o acesso a avaliações diversas, a atividades físicas orientadas e outras ações de saúde que interfiram na mudanças de hábitos e na qualidade de vida desses usuários.

06 unidades instaladas



Departamento de Desporto Amador
Divisão Técnica de Eventos, Recreação e Lazer

Objetivo – Organizar e realizar os eventos do Calendário Anual da Secretária de Esporte, Recreação e Lazer, para a comunidade bem como para os alunos matriculados nas atividades esportivas desenvolvidas pela Secretária, das diversas faixas etárias, buscando parcerias público/privado.

CALENDÁRIO

OSMG – Olimpíada da Secretaria Municipal de Guarulhos;
 OMOG – Olimpíada da Melhor Idade de Guarulhos;
 Copa Fútenas (Futsal);
 Corça e Movimento;
 Párcos Cênicos;
 Festival de Piques;
 Caminhada da 3ª Idade;
 JAG – Jogos Adaptados de Guarulhos;
 Festival de Mulheres;
 Corrida Internacional de Guarulhos;
 Corrida e Caminhada de Baitens;
 OCG – Olimpíada Colégio Guarulhos;
 Copa Basquete (Futsal);
 Tênis ADEVEG;
 Dia da Dança;
 Copa São Paulo de Futebol Júnior;
 Copa 88 de Dezembro de Futebol;
 Copa Mantana de Futebol;
 Paulista e Brasileiro de Esportes;
 Aquas e Carapintadas e Tênis de Lige de Futebol e Futebol de Campo;
 Bata de Escola Bata de Bola;
 Aquas e eventos diversos;



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS – SD02



Cabe ao Departamento de Administração de Centros Desportivos gerenciar, reformar e equipar as estruturas públicas destinadas ao esporte, otimizando sua utilização.



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS
Ações realizadas em 2009

- 08 Vestiários construídos;
- 10 Reformas de Alambrado;
- 09 Pisos reformados (Parcial);
- 01 Cobertura de Quadra;
- Reforma da Gaiola de Proteção do arremesso de
- Recuperação parcial da estrutura do piso, e reforma do vestiário do João do Pulo;
- Substituição do Piso no Estádio Arnaldo J. Celeste;

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS
Ações Realizadas em 2010

- Reformas de Quadra:
- 16 Quadras Reformadas (Parcial);
 - 16 Quadras Reformadas (Geral)
 - Construção da Arena Municipal Prefeito Oswaldo De Carlos;
 - Reparo da estrutura metálica do João do Pulo;
 - Reforma Completa da Pista de Skate do Bosque Maia;
 - Implantação de 05 Academias Populares;
 - Licenças de Funcionamento e A.V.C.Bs, dos próprios Esportivos;

Quadra Vila São Jorge - antes



Quadra Vila São Jorge - depois



Quadra Jd. Palmira - antes



Quadra Jd. Palmira - depois



Quadra Jd.Cumbica - antes



Quadra Jd.Cumbica - depois



Quadra – Vila Augusta- antes



Quadra – Vila Augusta- depois



Quadra – Jd. Albertina- antes



Quadra – Jd. Albertina- depois



Quadra Jd. Paraventi- antes



Quadra Jd.Paraventi - depois



Quadra I Jd. Almeida Prado - antes



Quadra I Jd. Almeida Prado - depois



Quadra II Jd. Almeida Prado- antes



Quadra II Jd. Almeida Prado - depois



Quadra Jd. Elizabete - antes



Quadra Jd. Elizabete - depois



Quadra Vila Rio - antes



Quadra Vila Rio - depois



Quadra Jd. Santa Clara - antes



Quadra Jd. Santa Clara - depois



Quadra Jd. Angélica- antes



Quadra Jd. Angélica - depois



Quadra Jd. Santa Lúcia - antes



Quadra Jd. Santa Lúcia - depois



Quadra Jd. Sta. Barbara-antes



Quadra Jd. Sta. Barbara-depois



Quadra Jd. Triunfo - antes



Quadra Jd. Triunfo - depois



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS Metas 2011

ETA Cumbica:
Reforma das Piscinas (Troca do vinil)
Reformar vestiários;

Estádio Municipal Arnaldo José Celeste (Ponte Grande):
Reforma da Pista de Atletismo;
Concluir reforma do ginásio;
Construir sala para a 3ª idade;
Construir vestiários externos (campo e quadra)

Arma Municipal Prefeito Oswaldo de Carlos:
Implantar iluminação;
Implantar Gramado Sintético – LICITADO;
Construção de banheiros públicos;
Construção de cantina;

Estádio Municipal Cícero Miranda:
Demolição de parte das arquibancadas;
Implantar Gramado Sintético – LICITADO;

CEMMDEROC:
Reforma completa;



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS Metas 2011

Ginásio Poliesportivo Paschoal Thomeo - Thomeozão:
Readaptações

CSF João Carlos de Oliveira - João do Palo:
Concluir a reforma da antiga sede;
Trocar piso do Ginásio;
Construir vestiários externos (campo e quadras);
Reforma da Cabine de Força;

Ginásio de Ginástica Olímpica Benfácio Carlense:
Ampliar complexo;

Estádio Municipal Fioravante Iervolino:
Concluir 1ª fase (Ginásio);
Grama Sintética e construção de Campo:
Grama sintética do Campo do Palmira; - LICITADO
Grama sintética no Jd. Santa Emília; - HÁ EMENDA
Grama sintética no Distrital São João; - HÁ EMENDA
Construção de Campo de Futebol no Jd. Alamo; - COMPROMISSO DE GOVERNO



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS Metas 2011

Revitalização da Casa do Atleta;
Revitalização da quadra do CSU;
Reformar quadra no Pq. Uirapurú;
Cobertura da quadra da Vila Isabel;
Cobertura da quadra do Jd. Angélica II;
Reformar as 11 pistas de Skates da cidade;

Implantar NOVAS ACADEMIAS POPULARES.
Concluir a construção do Complexo da Vila Carioca (CIAD);

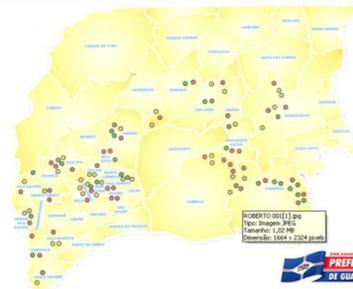
- Reavaliar as Permissões de Uso;
- Viabilizar a segurança dos próprios.



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS

ESTUDO DAS CONDIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE GUARULHOS

- Bom
- Regular
- Ruim



Próprios Públicos

140 Próprios
Quadras, Campos, Ginásios.

11 Praças de Skate



Ações Realizadas em 2010

LEI 6743/2010 – (em fase de regulamentação)

- Altera a denominação da Secretaria de Esportes para **Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer**;
- Cria o **Fundo Municipal de Esporte, Recreação e Lazer**
- Cria o **Conselho Municipal de Esporte, Recreação e Lazer**

LEI 6744/2010

- **Incentivo Fiscal** – Concede Incentivo Fiscal para a realização de Projetos Esportivos não Profissionais
- Aquisição de um Micro Ônibus para transporte das equipes esportivas;
- Aquisição de uma Máquina Tobata;
- Aquisição de cadeira para Dentista;
- Convênios com entidades para representarem Guarulhos em Competições de alto rendimento;
- Convênio com a UNG (Bolsa Atleta e eventos);
- Uniformização dos atletas e funcionários;
- Guarulhos é candidata a cidade sub-sede para a Copa 2014 conforme COESP - Comitê Executivo de São Paulo da Copa do Mundo FIFA 2014.

MICRO-ÔNIBUS



EDIVALDO MOREIRA DE BARROS (VADINHO)
SECRETÁRIO DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER – SD
ROBERTO MARTINS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER
JULIANO SCATENA DOS SANTOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE AMADOR – SD01
ADALBERTO MORATTO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS DESPORTIVOS – SD02



5.4. Fotos



5.5. Lista de presença



Reunião / Oficina
Ciclo de Palestras
Data 18.04.2012

revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 02 Análise Situação Atual

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
1	Aparecida de Fatima Venio Janchug	SDUC 1		
2	Paula de Barros	SDU.01.08.02		
3	Zebimio Jemino da Silva	SDU.01.09.02		
4	JOSE CARLOS MARIZ	SOCIEDADE CIVIL		
5	GISELE C. S. MORAIS	SDU.01.08.03		
6	ELIZABETE A. C. TUNES	CHA		
7	Fajmê Rocha	S.D.C		
8	Amélie Ferreira Lopes	Educação		
9	CARLA ANGELENI LAZAR	SIT		
10	Edenilson Lima Brito	CONSELHO SEI-MUNICÍPIO		
11	Luiza G. S. Silva	OP.Com.occup. plano diretor		
12	Leana Ribeiro de Almeida	SMS		
13	Ulisses DERMAN	SMS		
14	Suelly Akemi Fuminata Sir	SDU.01.06.02		
15	Luciana de O. Jantoy	SDU.01.06		
16	FABIO AUGUSTO PARADINHA	DIT-GEOPROCESS.		
17	Monica de Jesus Salomão	SDU.01.03		
18	Guilherme D.S. Vianna	SDU.01.03.04/Sind. Arq.		
19	Francineide Almeida	Se		
20	Paulo Sérgio Lucas Cunha	SDU - GAB		
21	Fátima Regina Cantabeira	SDU 01.07.01		
22	Yalesca T. S. Rodrigues	SDU 01.08.01		

1/3

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 02 Análise Set. Atual

Reunião / Oficina
Ciclo de Palestras
Data 18.04.2012

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Setor/Instituição	Tel	Email
23	Ruqia Julia Pereira	JAAE		
24	Maria Cristina B. Albertin	SDU0207		
25	Mauricio Carlos pereira	SDU		
26	Pauloana Amorim Dal Corso	SEMA		
27	Levi Rodrigues Saito	SEMA		
28	Sulcinea Angelina de Marci	CAF		
29	AUA ROSA NEVES METRAM	CDU		
30	Amorim Ribemir Romo	SDU01		
31	Olivia Juliana Martins Santos	SDU		
32	Isackia Hissael Moreira	SDU		
33	Viviane Jung Bulhões	Apog. Assomogy		
34	GLAUCO JUNQUEIRA BELEZZO	APEG		
35	ROBERTO DOS SANTOS MORENO	INSTITUTO DE ARQUITETOS		
36	Atílio A. Pereira	STT		
37	João Biscudo	SSP		
38	WILSON SUTERA	SD SPBTE		
39	MIGUEL CHOVERI	CAIA		
40	Thiago Pereira Sano	SDU		
41	Van Lúcia da Silva	M. M		
42	Carolina Faria Costa de Siqueira	M - M + OP		
43	FRANCO DIMIRANDA BOADA	AMBIENS		
44	Amilcar Antonio M. Pizik	Sec. Segurancas		

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

Data: 19 de abril de 2012

Local: Paço Municipal

Secretarias Palestrantes: Secretaria do Trabalho, Secretaria de Finanças, Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Administração e Modernização.

6.1. Relatório palestras

O quarto dia do ciclo foi iniciado com abertura do Sr. Plínio Soares, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Foi feito relato inicial sobre o conteúdo e resultados dos dias anteriores e explicada a metodologia do ciclo e seus desdobramentos.

Em seguida, foi feita apresentação da metodologia da Revisão do Plano Diretor, com breve relato sobre o processo em curso, com o enquadramento do ciclo, como parte da leitura da realidade.

6.1.1. Secretaria do Trabalho (STT)

José João de Macedo (ST): o Secretário Municipal iniciou a apresentação explicando que o CIET é o núcleo central de quase a totalidade dos programas, para cadastramento no sistema geral de qualificação e reinserção profissional. Sua principal função é a informação dos trabalhadores formais e informais de mais baixa renda. Além destes, alguns programas são promovidos e realizados diretamente na base das comunidades, próximos da demanda que não acessa diretamente a publicidade oficial, com apoio de igrejas e outras instituições comunitárias.

Foram realizadas parcerias com o SENAC e SENAI, por meio das quais são compartilhados espaços da prefeitura para realização dos cursos (construção civil, etc.).

Um dos trabalhos considerado com ótimos resultados foi realizado em parceria com a equipe da Saúde da Família e contou com investigações que orientaram programas especiais da secretaria. A Secretaria do Trabalho também contou com apoio da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, além de parcerias com outras instituições.

Um dos casos em que a investigação socioeconômica orientou trabalhos da secretaria foi a região do Recreio São Jorge e Primavera onde foi identificado um número significativo de ocorrência de violência contra a mulher. Nestas localidades a Secretaria focou suas atividades na formação para mulheres. As aulas práticas de obras civis, por exemplo, ocorreram nas próprias casas, jardins das escolas estaduais e praças. O resultado foi o atendimento, na sequência, de uma demanda das próprias localidades, com parte das mulheres formadas, prestando serviço nos bairros. A secretaria agora monitora os desdobramentos destes cursos.

Os slides da apresentação demonstram com maior detalhamento os objetivos, atividades e resultados da secretaria municipal durante a presente gestão.

6.1.2. Secretaria de Finanças (SF)

Yutaka Kanbe (SF): o Secretário Adjunto, após situar a posição de Guarulhos, segundo PIB, em relação aos demais municípios brasileiros, descreveu o quadro geral, da distribuição dos diferentes segmentos da economia ao longo dos anos, a partir do número total de empreendimentos de comércio, serviço e indústria.

Destacou o setor de transporte que conta com 1200 empresas (cadastradas desta forma no CNAE), sendo que 715 demonstram valor adicionado fiscal.

Também foi destacada a importância do aeroporto em relação ao consumo de serviços como, por exemplo, o diesel para aviação, que representa aproximadamente 90% do consumo do estado de SP.

Em seguida realizou breve análise tributária do município que, embora apresente um alto valor de receita própria, a principal fração do orçamento refere-se as transferências federais e estaduais.

FIGURA 7 - ANÁLISE TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

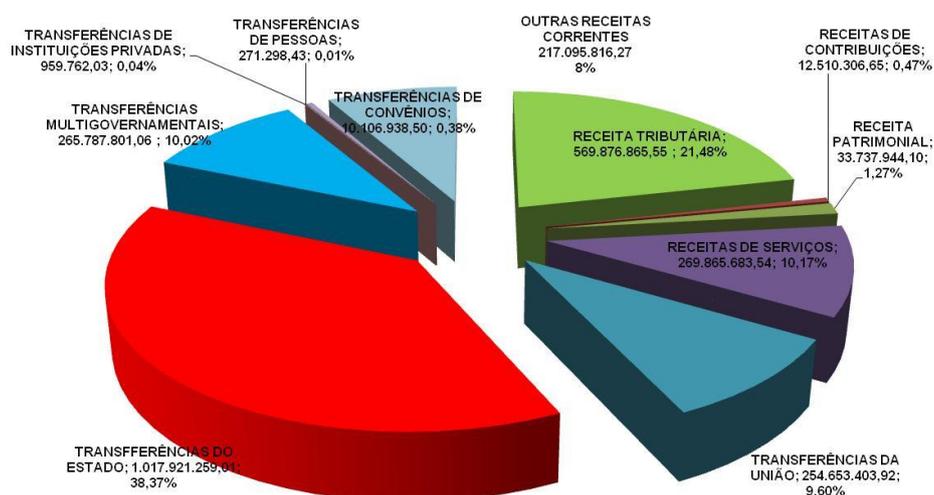
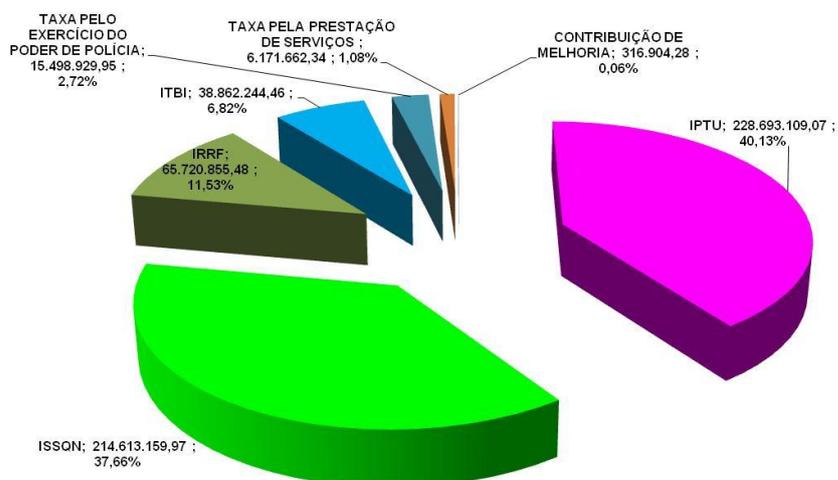


FIGURA 8 - DIVISÃO DE ARRECAÇÃO SEGUNDO TRIBUTAÇÃO PRÓPRIA



6.1.3. Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários (CAA)

Miguel Nelson Choueri (CAA): o Coordenador apresentou o conceito de “Aerotrópolis” como proposta para orientar a relação do município com as atividades aeroportuárias em seu território. Segundo exposição, além de reconhecer e tratar seus problemas, Guarulhos deve focar nos riscos e oportunidades relativas ao aeroporto no seu território.

Após apresentar a origem do conceito e o autor de referência, com diversas publicações relativas a cidades aeroportuárias, John D. Kasarda, o expositor, deu continuidade ao enquadramento de Guarulhos no âmbito das teorias defendidas.

Uma das teses defende uma linha histórica de modo predominante de mobilidade e logística denominado “5 ondas”, que condicionaria o desenvolvimento das cidades:

- Portos marítimos
- Portos fluviais
- Ferrovias
- Rodovias
- Aeroportos

Argumentou que no Brasil os dados populacionais respondem esta lógica, demonstrando concentração populacional nas cidades que detinham os principais nós modais do período, como por exemplo, em 1800, Belém, com população maior que São Paulo e assim por diante.

Segundo o expositor, é pouco conhecido e investigado o efeito do aeroporto sobre a economia municipal. Somado a esta debilidade encontram-se dois riscos significativos para Guarulhos: (i) da passividade, pois, as demandas históricas acumuladas impedem um

pensamento estratégico de longo prazo; e (ii) da sujeição ao mercado privado que produz a cidade.

Em seguida apresentou cidades aeroportuárias que seriam enquadradas no conceito defendido de "Aerotrópolis" e reforçou a ideia de considerar Guarulhos como caso potencial a ser trabalhado conforme conceito do autor John D. Kasarda:

- Panamá
- Memphis
- Portela
- Chicago
- Shenzhen
- Nova songdo
- Haiderabad
- Confins

Com base no conceito defendido, o plano de longo prazo é essencial, e no âmbito deste planejamento, a configuração espacial, isto é, o desenho de inserção do aeroporto na malha e sua integração com os demais modais. Este longo prazo deve considerar cenários para 30, 50 anos. Com estratégias que extrapolem os prazos do Plano Diretor, por exemplo.

6.1.4. Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)

Antonio Carlos de Almeida (SDE): O Secretário iniciou a apresentação com a premissa relativa ao conceito de "desenvolvimento econômico", destacando que, na condução das políticas públicas, a terminologia deve compreender o desenvolvimento social sustentado, isto é, crescimento com distribuição da riqueza produzida. Segue a apresentação utilizando conceitos fundamentais para o desenvolvimento econômico a partir de Adam Smith e Celso Furtado entre outros autores.

Na elaboração do Plano Diretor, defendeu que é fundamental o alinhamento de estratégias, compreendendo as diferentes ideias e forças complementares e/ou antagônicas que compõe a sociedade: movimento social x governo; ambientalistas x empresários; etc.

A aderência aos diferentes planos nas diferentes esferas de governo é fundamental. Lembrou que Guarulhos mantém, especialmente, maior relação com o futuro estádio da copa do que a capital paulista, fato que deve ser melhor aproveitado, como oportunidade de negócios.

Defendeu a necessidade de pensar de forma ousada, como por exemplo, sistemas de transporte entre os bairros, sem necessariamente estarem vinculados a rede de São Paulo. Exemplo: VLT entre Pimentas e Bonsucesso.

Uma das críticas levantadas pelo expositor diz respeito a lei vigente de incentivos fiscais, de 1999, que merece um fim ou reformulação frente as demandas atuais. Segundo o expositor, a lei vigente:

- É bastante rígida;
- É muito detalhista;
- É desatualizada;

- Foi se descaracterizando ao longo do tempo;
- Está muito restritiva; e
- Precisa interligar-se a um planejamento macro de desenvolvimento da cidade, que considere todos os aspectos relativos a um desenvolvimento econômico, social e sustentável.

No âmbito do conselho de desenvolvimento econômico, devem ser trabalhados os temas fundamentais:

- Mobilidade Urbana (Pessoas e Cargas);
- Capacitação de pessoas para o trabalho e para empreender;
- Aeroporto de Guarulhos;
- Pólo ou Parque Tecnológico de Guarulhos;
- Cadeias Produtivas
- Turismo (PDITS);
- Apoio ao EI, Micro, Pequena e Média Empresa;
- Comércio Exterior;
- Lei de Incentivos Fiscais;
- Revitalização de CIS Cumbica;
- Rodoanel, Ferroanel e Hidroanel, e suas conexões com a cidade;
- TAV;
- Outros trens.

Como tema central e conclusão questionou a possibilidade de estabelecer um pacto social, que envolva o maior número de atores possíveis e que consiga evitar que a política urbana do município continue sendo conduzida de forma pontual, descontínua e casuística.

Em seguida argumentou que, se a resposta for sim e acreditarmos nisso, então teremos a construção de um Plano Diretor que deverá balizar e apontar os caminhos corretos a seguir rumo a um efetivo desenvolvimento econômico para a cidade de Guarulhos.

Finalizou sua exposição com um exemplo concreto. O secretário foi procurado pelo gerente da Cetesb. Disse que a cidade precisa saber “o que ela quer”. Houve mudança no zoneamento, na Água Chata, por exemplo. A esquerda de uma via está definida uma zona industrial, e a direita, uma área que era industrial foi transformada em zona mista. Nesta zona mista foram licenciadas obras residenciais. Frente ao caso, a Cetesb está impedindo a continuidade de um dos empreendimentos residenciais no local, justificando a condição de risco atual.

Esta mudança do perfil da área, orientada pelo poder público, deve forçar as indústrias a sair da região, devido à incompatibilidade de usos e risco para população. Neste sentido, defendeu a necessidade de estabelecer claramente quais são as áreas industriais, pois, sem esta definição objetiva, “estamos correndo o risco de perder esta fatia da economia e ficar como cidade dormitório ou com bairros dormitórios”.

6.1.5. Secretaria de Administração e Modernização (SAM)

Departamento de Informática e Telecomunicações(DIT)

Andrea Crosoweick (DIT): A apresentação fez referência ao cadastro corporativo do território em oposição ao sistema e condição atual da prefeitura. Segundo a expositora, hoje a prefeitura utiliza modelo ultrapassado. As informações do território estão distribuídas conforme tema e secretaria específica. Não existe compartilhamento estruturado do conteúdo e os trabalhos e alimentação de banco de dados ocorrem de forma fragmentada.

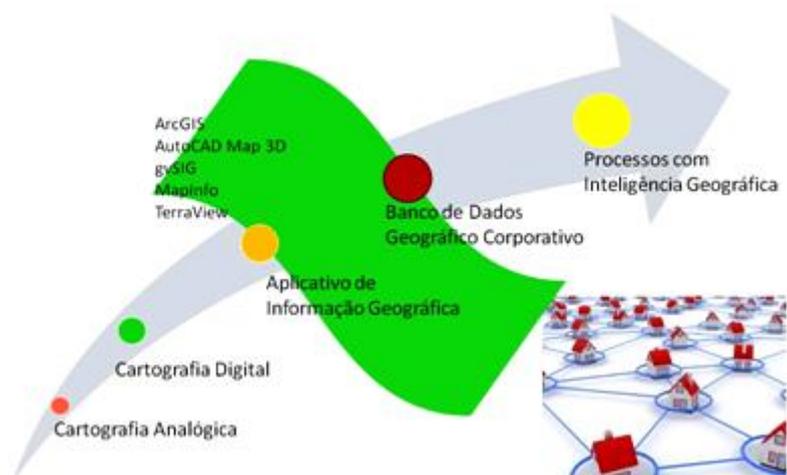
Na continuidade alertou para a situação atual, na qual a troca de informações ocorre de forma desorganizada e conforme demanda de projetos, ações, etc. As bases de dados não dialogam entre si, cartograficamente ou no tempo. As atualizações são diacrônicas e realizadas por vários agentes sem comunicação contínua.

FIGURA 9 - ATUAL MODELO UTILIZADO PELA PREFEITURA



Se considerarmos o processo de evolução da geotecnologia, conforme imagem que segue, cada departamento se encontra num período específico.

FIGURA 10 - VISÃO DA EVOLUÇÃO DA GEOTECNOLOGIA



Este quadro preocupa ainda mais se comparado a momentos anteriores, quando Guarulhos, na década de 90, foi considerada pioneira em cartografia digital. Atualmente, cada secretaria ou usuário utiliza um dos softwares segundo levantamento realizado recentemente: *autocad map 3d*, *arcgis*, *mapinfo*, *terraview*, *gvSIG*.

Em síntese, considerada a evolução de geotecnologia representada pela imagem acima, Guarulhos se encontra numa transição entre aplicativos de informação geográfica e banco de dados geográfico corporativo, conforme demonstra a faixa verde.

A equipe, no momento, desenvolve um sistema geo corporativo, como demonstra a imagem a seguir.

FIGURA 11 - SISTEMA GEO CORPORATIVO DESENVOLVIDO



Como parte deste conjunto de atividades em andamento, a equipe desenvolve um cadastro único de endereçamento, buscando atualizar a cartografia de 2008.

Em relação a parte fiscal/imobiliária ("coração do cadastro técnico multifinalitário") os produtos estão em elaboração e/ou atualização e já estão preparados para dialogar com os demais componentes, conforme imagem esquemática a seguir.

FIGURA 12 - BASE ÚNICA E DE USO COMUM PARA INTERESSES DIVERSOS



Do processo em curso, que pretende estabelecer um sistema padrão e integrado de geoprocessamento, esperam os seguintes resultados:

- Manter atualizado o conjunto de informações temáticas, cartográficas e fiscais dos imóveis e logradouros do município;
- Unificação das informações do município;
- Mudança para uma nova cultura organizacional de informações territoriais, baseada em tecnologias de geoprocessamento;
- Implantar instrumentos mais eficientes de respostas às solicitações dos contribuintes;
- Interoperabilidade com base de dados externos, possibilitando o consumo das informações corporativas através de *web services*;
- Disponibilizar uma base de dados estruturada, única e confiável para uso dos gestores públicos;
- Democratizar o acesso às informações básicas do município.
- Novo padrão de informações geográficas através da internet em tempo real.

6.2. Debate

Ao final das apresentações abriu-se espaço para questionamentos, conforme conteúdo a seguir. Inicialmente os Sr. Plínio Soares, coordenador dos trabalhos, destacou alguns aspectos das exposições:

Plínio Soares (SDU): No âmbito da economia e trabalho, ressaltou o perfil socioeconômico da população de Guarulhos e a importância e necessidade de continuidade das ações de qualificação profissional. Boa parte dos trabalhadores em Guarulhos vem de outros municípios. Chamou atenção para necessidade de manter uma visão estratégica além do prazo colocado no âmbito da Revisão do Plano Diretor. Lembrando o caso de São Paulo que debate o plano São Paulo 2040, que contempla o debate metropolitano. Com relação ao caso da CETESB, sugere ao município um amplo debate relativo às modificações de uso e ocupação do solo, conforme problema levantado em uma das exposições.

A partir deste destaque inicial, foi aberto o debate geral.

Alexandre Pedrozo (Ambiens): elaborou um conjunto de questões. Solicitou da equipe da prefeitura, caso existam, os demais estudos que demonstram ocorrências significativas no território, como por exemplo, o caso apontado de bairros onde predominam ocorrências de violência contra a mulher, e que possam demandar estratégias ou instrumentos específicos na Revisão do Plano Diretor.

Também destacou a situação dos tributos imobiliários, provavelmente regressivos e seu efeito perverso no território. Questionou se este tema baliza a revisão cadastral e tributária em curso, pois isto afeta significativamente decisões relativas a instrumentos de recuperação de valores para coletividade, com base nos princípios do Estatuto da Cidade. Ainda sobre tributos, perguntou sobre a utilização ou subutilização do instrumento Contribuição de Melhoria. Quais os entraves para qualificação e melhor utilização deste instrumento?

Em relação ao aeroporto, comentou que, apesar de haver um efeito econômico interessante, na sua relação espacial o aeroporto permanece mais como entrave de mobilidade do que nó de integração. Embora a proposta de anel ao redor do aeroporto inicie uma melhor compatibilização de modos de transporte e integração viária.

Apontou preocupação em relação à compreensão do tema “desindustrialização” de Guarulhos. Justificou sua posição por entender que este processo é muito mais complexo e foge da gestão e dos domínios econômicos locais. Além disto, a mudança de perfil de empreendimentos para um número cada vez maior de prestadores de serviço não pode ser entendido como um problema, mas compreendido e potencializado como empreendimentos geradores de trabalho e renda.

Sugeriu ainda a ampliação do conceito de segurança da propriedade privada como fator de segurança dos negócios, para função social da propriedade pública e privada, tema central do Plano Diretor.

Questionou ainda quais são os problemas com a lei de incentivo. E, por fim, sobre a exposição relativa ao cadastro corporativo, perguntou se existe uma programação de adoção de software livre, como ação governamental ou política contínua?

Thiago Perez Sávio (SDU): Em relação ao aeroporto, perguntou quais as implicações para Guarulhos, frente a este processo de concessão em andamento e da execução da 3ª pista, principalmente no que diz respeito ao impacto econômico/tributário e desenho da cidade. Sobre as Finanças, perguntou sobre a projeção de arrecadação do IPTU, estimada neste processo de modernização cadastral. Como última questão, lembrou que o Plano Diretor previu um conjunto de conselhos e fundos. Solicitou considerações sobre o modelo proposto pelo plano vigente frente a administração financeira no município.

Guilherme Viana (SH): Quanto ao modelo de cadastro corporativo proposto, perguntou se acesso ao banco de dados para alimentar e buscar informações pode ser realizado por qualquer um dos softwares/plataformas (ex. database da *autodesk*, entre outras)?

Edna Roland (CIR): questionou se a variável cor/raça foi utilizada e se está disponível no banco de dados do DIT.

Yutaka Kanbe (SF): Em função da nova Lei da RMSP, como encarar a cidade metropolitana de Guarulhos? É impossível analisar os diferentes temas sem integrá-los com a metrópole. Em que dimensão teríamos que formular nossas questões contemplando a região metropolitana? Guarulhos do ponto de vista econômico não tem fronteira. Na prática esta fronteira administrativa não existe. Um dos exemplos são os micro dados de trabalho, que pode identificar a trajetória geográfica do trabalhador de Guarulhos e em Guarulhos. Este movimento não é solucionado por pesquisas origem/destino.

Luis Carlos (SDE): Notamos um crescimento do município em relação aos números apresentados. Em função disto temos as despesas públicas e privadas. No âmbito privado temos nossas controladorias privadas, não seria o momento de implantar o tribunal de contas do município, aproveitando o momento do Plano Diretor?

Os palestrantes responderam da seguinte forma:

José de Macedo (ST): Afirmou que não tem indicadores e isto dificulta avaliar todos os programas executados pela secretaria. "Pensei que esta angústia era só minha". Para demais análises precisamos de profissionais na equipe da secretaria. Frisou que o importante no âmbito da economia é humanizá-la. Qualquer investimento deve considerar o resultado para o homem, para comunidade.

Antonio Carlos (SDE): Respondeu que "função social sim, de acordo", mas questionou o caso do terreno da Klabin na Dutra, que até hoje ninguém "foi pra cima".

Em relação à lei de incentivos fiscais explicou que é uma lei de 1999, tratando da evasão de empresas. "qualquer indústria em qualquer lugar da cidade é bem vinda", esta é a falha central da lei.

Sobre a desindustrialização, afirmou que ela acontece, mas o que não pode é o Brasil se desindustrializar, com saída de indústrias para China. Do ponto de vista da saída de Guarulhos, realmente tem que sair? Mas tem que vir outra coisa no lugar. E outro fato é que as administrações (sedes das empresas) vão para as novas centralidades da capital, como a região da Berrini, etc. Todas as contas bancárias estão em São Paulo, não nas agências de Guarulhos, ou seja, Avenida Paulista e Berrini concentram o comando das empresas.

Sobre a dimensão metropolitana, afirmou que temos que arrumar a casa inteira sim, mas temos que começar por algum lado. Vamos iniciar por aqui, antes de falar com o vizinho.

Miguel Nelson Choueri (CAA): Sobre a criação do Tribunal de Contas, explicou que se trata de decisão constitucional, não cabe proposta em âmbito municipal. A constituição acolheu tribunais existentes, todos os demais devem ser fiscalizados pelo Estado.

Com relação à questão da cancela na região norte do aeroporto, explicou que aquele viário não faz parte do sistema viário urbano. Foi uma abertura precária. Com o avanço do aeroporto aquelas vias serão eliminadas. É área operacional.

A principal questão é que a cidade de Guarulhos "nunca fez a sua parte". No Plano Diretor de 1971, um dos objetivos era assegurar a vinda do aeroporto de Guarulhos e já previa a construção de um viário que deveria circundar o aeroporto, que não foi executado.

A STT tem projetos para resolver a malha urbana, como por exemplo, substituir a utilização da Dutra por vias urbanas compatíveis. O anel viário do aeroporto e a relação com o Rodoanel vão permitir novas integrações e benefícios.

Além disso, afirmou que a terceira pista é uma questão “menor”. A decisão importante é aumentar ou parar a capacidade do aeroporto. Neste sentido, o terceiro terminal tem como capacidade o dobro da soma dos dois primeiros terminais.

Foram comentados durante o ciclo os grandes projetos de drenagem coordenados pelo governo estadual, além do anel viário ligado ao Rodoanel e a marginal Baquirivu. Com estes projetos, não seria necessária desapropriação para terceira pista.

Em relação ao zoneamento x aeroporto, cabe ao município “acolher” o zoneamento aeroportuário que já existe, em vigor e impondo limitações.

Yutaka Kanbe (SF): afirmou que o aeroporto já agrega muito valor. A sociedade não se apropriou deste conhecimento. O resultado das atividades não está claro. Só as questões de importação e exportação operadas no espaço aeroportuário afetam positivamente a economia de Guarulhos.

Ainda temos resquícios do pensamento liberal na economia. Entretanto, o saudável é considerar que a atividade econômica vem encontrar um ambiente favorável. Neste sentido, o município deve ser protagonista para além da guerra fiscal. Isto joga a carga do IPTU isentado para os demais que pagam.

O debate da isenção e demais temas de educação fiscal deve ser feito com a cidade. Isenções x cobranças progressivas. Estamos num cenário diferente do passado. Isto não é equação matemática, mas política.

Sobre a contribuição de melhoria, explicou que não conhece profundamente e que parece que foi vetado na legislação de Guarulhos, embora a secretaria tenha interesse de aplicar. No caso de ITBI também existe um potencial para qualificar cadastro e instrumentos de fiscalização, lançamento e cobrança.

Sobre os fundos municipais, estes contribuem para diminuir despesas correntes, mas o modelo de financiamento da cidade deve ser revisto em sua totalidade. Muitos dos investimentos que estão ocorrendo, com muitas linhas de financiamento externo, ocorrem sem uma ampliação gradativa de fontes próprias.

Sobre incentivos, afirmou que temos que determinar regras de atração empresarial sem perder o controle sobre seus efeitos. Particularmente, no momento em que foi aprovada, havia uma mudança de modelo industrial e não uma evasão de empresas (como o caso da Olivetti que parou de produzir máquinas de escrever, etc.). Não é por causa do IPTU que a empresa não vai para frente.

Andrea Crosoweick (DIT): respondeu que a política essencial é de promoção do software livre. Embora a plataforma base possa ser paga, na ponta o incentivo é de *software* livre. Afirmou também que ainda não é possível a manutenção online do sistema, embora este seja o objetivo. E sobre dados de raça/cor, a única informação disponível é a base do IBGE.

Plínio Soares (SDU): afirmou que o Rodoanel e outras intervenções viárias servem para integração dos demais municípios em relação a Guarulhos. Os efeitos desta integração vão além das oportunidades locais.

A discussão trabalhada pela equipe de finanças remete a discussão específica de instrumentos de financiamento urbano que devem ser tratados na Revisão do Plano Diretor.

6.3. Apresentação de Slides Power Point

6.3.1. Apresentação Secretaria de Trabalho



REVISÃO DO PLANO DIRETOR

“Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda”

Secretaria do Trabalho

Guarulhos - 2012

Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR)

- ✓ Foco no Desenvolvimento Econômico e Produtivo
- ✓ Ações integradas

Programas e Ações Integrantes do SPETR

- 1) CIET – Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda
- 2) Cursos de Qualificação Profissional
- 3) Programas para Segmentos mais Vulneráveis: Mulheres e Jovens
- 4) Orientação para o trabalho
- 5) Apoio às iniciativas de Geração de Renda
- 6) Microcrédito
- 7) Observatório do Trabalho
- 8) Telecentros - BR
- 9) Dia Municipal da Educação e Selo da Empresa Parceira da Formação Profissional
- 10) Programa da Aprendizagem – Parceira com SENAI e SENAC

CIET – Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda

Intermediação de Mão de Obra

Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego

Postos de atendimento
Centro, Cumbica, Pimentas e Vila Augusta

Resultados (2006 a 2012)				
Vagas	Encaminhados	Colocados	Carteira de Trabalho	Hab. Seguro Desemprego
213.335	467.881	63.187	23.861	44.542

Cursos de Qualificação Profissional

CTMO – Qualificação Social e Profissional

(2005 a 2012)

- ✓ Melhorias nos espaços de formação
- ✓ Ampliação de cursos e vagas
- ✓ Ampliação da carga horária dos cursos para 160 horas
- ✓ Parceria com SENAI: Construção Civil e Curso de Elétrica

Resultados			
Vagas	Matriculados	Concluintes	Inseridos
31.405	28.568	17.815	1.940

(Obs: Os inseridos são referentes ao período de 2009 a 2011)

Cursos de Qualificação Profissional

Parceria com o SENAI para cursos da Construção Civil

(2011 - 2012)

Resultados			
Vagas	Matriculados	Concluintes	Inseridos
3.400	3.297	2.071	379 (11,5%)

Cursos de Qualificação Profissional

Plano Nacional de Qualificação – PNQ
(2005 a 2012)

Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego desde 2005

- ✓ Cursos em vários setores e anualmente

Resultados			
Vagas	Matriculados	Concluintes	Inseridos
2.091	4.576	4.045	625

(Obs: Os inseridos são referentes ao período de 2008 a 2010)

Cursos de Qualificação Profissional

PNQ - PLANSEQ - Próximo Passo
(2009 a 2010)

Convênio com o MTE e MDS

Cursos na Área da Construção Civil

Resultados		
Vagas	Concluintes	Inseridos
1.354	1.171	272(23%)

Mulheres Guarulhenses Construindo o Futuro (2011)

Convênio com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres

Parcerias: Coordenadorias da Mulher e Igualdade Racial, as Secretarias da Educação, de Serviços Públicos, Saúde, DIT(Gabinete) e UNIFESP

Resultados			
Vagas	Matriculados	Concluintes	Inseridos
250	242	225	27 (11%)

(Obs: Os inseridos são referentes ao período de set/2011 a mar/2012)

Programas para Segmentos mais Vulneráveis Mulheres

Bolsa Auxílio ao Desempregado
(2005 a 2012)

- ✓ Início em 2001
- ✓ Atendimento de 1.200 pessoas desempregadas por ano

Implementação

- ✓ Projeto de alfabetização e de elevação de escolaridade
- ✓ Projeto de inclusão digital
- ✓ Plano de formação profissional com foco no empreendedorismo

Resultados		
Vagas	Atendidos	Inseridos
9.600	7.503	474

(Obs: Os inseridos são referentes ao período de 2009 a 2011)

Programas para Segmentos mais Vulneráveis

Programa Oportunidade ao Jovem

- ✓ Faixa etária de 16 a 21 anos
- ✓ Início em 2002

Implementação

- ✓ Plano de Formação Profissional
- ✓ Lei de Parceria
- ✓ Turmas pela Lei da Aprendizagem - Parceria com SENAC e Empresas

Resultados		
Matriculados	Concluintes	Inseridos
6.900	3.021	470

(Obs: Dados dos inseridos referentes ao período de 2009 a 2011);

Apoio às iniciativas de Geração de Renda (2005 a 2012)

- ✓ Participou da elaboração do plano de funcionamento da GUARUSOL

- ✓ Acompanhou 190 cooperados de várias cooperativas, que geraram renda anual de R\$ 742.000,00

- ✓ Em parceria com o Sincomércio, capacitou 150 trabalhadores em diversas áreas

- ✓ Atendeu 121 trabalhadores nos postos do CIET para o planejamento e organização do próprio negócio

- ✓ Realizou palestras sobre o MEI (Micro Empreendedor Individual) para 760 empreendedores autônomo

Microcrédito

Banco do Povo Paulista
(2005 a 2012)

Parceria com a Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo

Resultados	
Contratos	Empréstimos
719	R\$ 2.770.243,43

Telecentros

(2006 a 2012)

- ✓ Parceria Banco do Brasil e Governo Federal
- ✓ Mais de 141 mil acessos livres
- ✓ 2.084 beneficiadas pelos cursos de informática

12 unidades distribuídas em vários bairros

- Vila Augusta
- Centro
- Pimentas
- Cumbica
- São João
- Fortaleza
- Bonsucesso
- Uirapuru
- Jd. Santa Maria
- Taboão
- Jd. Bela Vista
- Ponte Grande

Outras ações

- ✓ Participou do processo da rede CERTIFIC junto com o IFSP
- ✓ Viabilizou a nova sede da Av. Salgado Filho
- ✓ I Conferência Municipal do Emprego e Trabalho Decente
- ✓ Ampliou Parcerias com iniciativa privada local para potencializar a qualificação e requalificação de mão de obra, ampliando a geração de emprego e renda, incluindo setores específicos (UNG, GIRARD, SENAI, SENAC, SAINT GOBAIN, PIAL e outras).
- ✓ Participou do Fórum de Formação Profissional
- ✓ Mês do Trabalhador e Trabalhadora

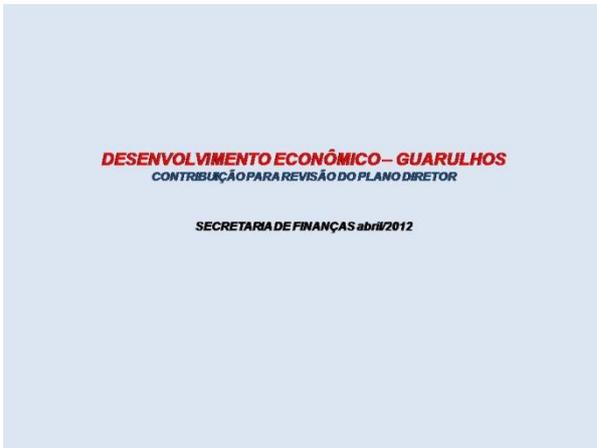
Desafios para o futuro

- ✓ Viabilizar a construção do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda – Vila Augusta
- ✓ Ampliar os cursos para aprendizes
- ✓ Instalar o 5º posto do CIET – São João
- ✓ Implantar novas unidades do Telecentro-BR
- ✓ Expandir as parcerias para aumentar o número de vagas e cursos de qualificação social e profissional
- ✓ Continuar implementando melhorias nos programas e ações atuais
- ✓ Participar da implementação da Guarusol
- ✓ Implantar Pró Renda
- ✓ Implantar o programa de Intermediação do trabalho autônomo



José João de Macedo
Secretário do Trabalho - 2012

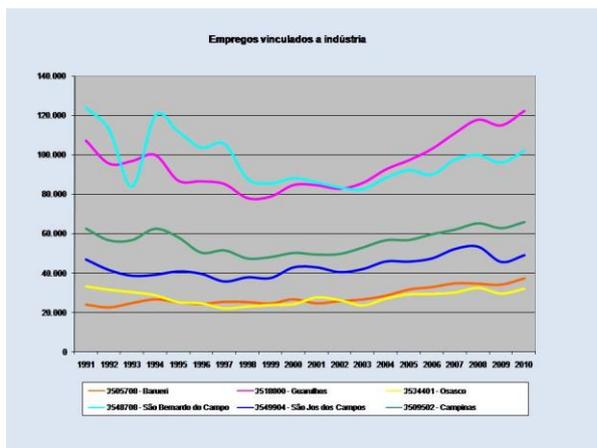
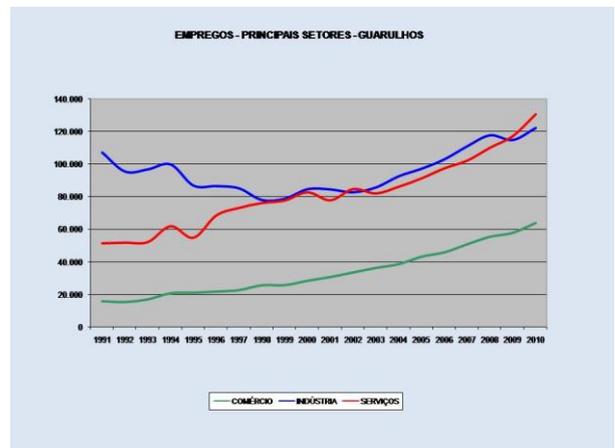
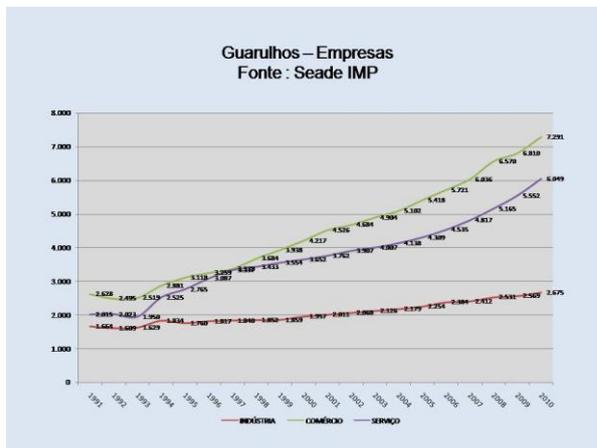
6.3.2. Apresentação Secretaria de Finanças



Quadro 1
Trinta municípios mais bem situados no ranking do PIB municipal Brasil - 2009

Municípios	2009	Municípios	2009
São Paulo	1	Betim	16
Rio de Janeiro	2	Recife	17
Brasília	3	Santos	18
Curitiba	4	São José dos Campos	19
Belo Horizonte	5	Goiânia	20
Manaus	6	Vitória	21
Porto Alegre	7	Campos dos Goytacazes	22
Salvador	8	Jundiaí	23
Guarulhos	9	Belém	24
Fortaleza	10	Canoas	25
Campinas	11	Uberlândia	26
Osasco	12	Contagem	27
São Bernardo do Campo	13	São Luís	28
Barueri	14	Santo André	29
Duque de Caxias	15	Ribeirão Preto	30

Fonte: Fundação Seade, IBGE.



- ANALISANDO O DIPAM 2009...**
- 1) O número total de empresas é de **15.719** (considerado os que apresentaram VA>0);
 - 2) **15 maiores** (0,10%) agregam 30%;
 - 3) **58 maiores** (0,37%) agregam 50%;
 - 4) **231 maiores** (1,47%) agregam 70%;
 - 5) **1043 maiores** (6,64%) agregam 90%.

**COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL
CARBURANTE, BIODIESEL, GASOLINA E DEMAIS DERIVADOS DE
PETRÓLEO, EXCETO LUBRIFICANTES, NÃO REALIZADO POR
TRANSPORTADOR RETALHISTA (T.R.R.)**

R\$ 2.946.655.636,00

PETROBRAS S/A
PETROBRAS DISTRIB S/A
FAS PETROBRAS LTDA
ASTER PETRO LTDA
SHELL BRASILIA
PETROBRAS DISTRIB S/A
CIA BRASILEIRA PETROLEO SPRANGA
PETROSUL DISTRIB PETR LTDA
PETROSUL DISTRIB TRAL COM DE COM LTDA
CIBRASIL PETROBRAS LTDA
COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S/A
FIC DISTRIB DE DER DE PETROLEO LTDA
IBRA PETR LTDA
RUFFICI DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
TRANSAO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LT
ALASAT COMBUSTIVEIS S/A
CAPRETO DISTRIB COMBUSTIVEIS LTDA
PETROLINA DISTRIB PETR LTDA
PETROLIZ DISTRIB LTDA
PETRONOVA DISTRIB PETROLEO LTDA
FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
VEGA DISTRIB PETR LTDA
CARBORPETRO DISTRIB PETR LTDA
TOWER BRASIL PETR LTDA

24 Empresas

SETOR AUTOMOTIVO

De acordo com o DIPAM 2009, Guarulhos tem cerca de 100 empresas que se classificam no CNAEs relacionados à Indústria Automotilística agregando cerca de R\$ 1,6 bilhões a valores correntes

O setor automotivo é considerado estratégico para o Governo Federal e consta no PDP e PITCE

293911 FABRICAÇÃO DE CABINES, CARROCERIAS E SEDECOES PARA CAMINHÕES
294190 FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA O SISTEMA MOTOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
294199 FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA O SISTEMA DE DIREÇÃO E SUSPENSÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
294200 FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, EXCETO BATERIAS
294299 FABRICAÇÃO DE OUTRAS PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

SETOR FARMACÊUTICO

Guarulhos tem 6 indústrias de medicamentos para uso humano e 5 atacadistas do mesmo ramo que segundo os dados do DIPAM 2009 as indústrias e os atacadistas que são 11 ao total agregam cerca de 2,7 bilhões de reais.

Este setor é considerado estratégico na Política Industrial e Tecnológica do Governo Federal (PDP e PITCE)

SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

FONTE: DIPAM 2009

CNAE	ESTABELECIMENTOS
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	715
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	30
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, MUNICIPAL	63
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	4

FROTA DE VEÍCULOS – GUARULHOS

FONTE: SEADE IMP

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Frota Total de Veículos	229.341	245.928	265.147	287.171	313.448	345.495	376.729	404.651	443.651	487.789
Frota de Automóveis	167.815	178.490	190.574	205.160	223.434	241.862	259.368	277.084	300.008	325.866
Frota de Caminhões e Motocicletas	12.322	12.931	13.760	14.750	15.787	17.188	18.691	19.867	22.229	25.096
Frota de Assemehl os e Microônibus e Camionetas	18.805	22.348	26.129	30.485	36.936	44.222	51.490	56.322	63.376	70.505
Frota de Veículos de Outro tipo	22.579	23.741	25.299	26.927	29.205	31.798	35.064	38.355	43.547	50.073
	252	259	268	264	267	274	279	280	416	478

ENERGIA EM GUARULHOS:

QUEROZENE DE AVIAÇÃO

MUNICÍPIOS	CONSUMO DE QUEROZENE DE AVIAÇÃO - 2009
1-GUARULHOS	1.779.596,063
2-SÃO PAULO	286.832,925
3-CAMPINAS	165.370,520
4-PARULINA	18.558,768
5-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	7.709,710
6-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	5.154,625
7-RIBEIRÃO PRETO	4.195,506
8-GAVIÃO PEQUENO	3.562,087
9-PRESIDENTE PRUDENTE	3.280,560
10-RUNDIAI	3.024,945
11-ARAÇATUBA	178,001
TOTAL CONSUMIDO em	2.277.564,730

ENERGIA EM GUARULHOS:

CONSUMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ETANOL BASE 2010

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo

- Gasolina Automotiva 189.833.873 litros
- Óleo Diesel 286.303.962 litros
- Óleo Combustível 7.364.195 quilos
- Querosene de Aviação 2.009.800.272 litros
- Querosene de Iluminação 313.000 litros
- GLP 62.823.861 quilos
- Etanol 167.609.827 litros
- Asfalto 7.968.304 litros

2º maior município consumidor de Derivados de Petróleo do Estado

GUARULHOS:

NÚMERO DE CONSUMIDORES E CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA BASE 2010

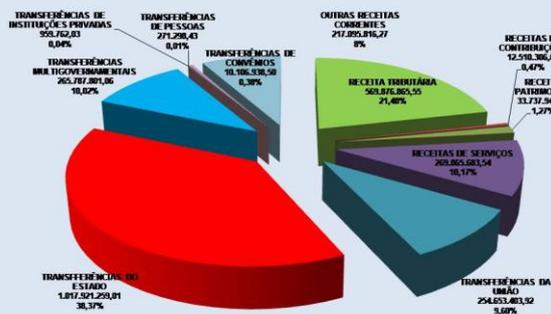
Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo

Consumidores		kWh
Residencial	337.423	760.934.794
Comercial	21.175	599.967.686
Rural	72	821.149
Industrial	2.585	1.554.091.437
Iluminação Pública	382	46.475.032
Poder Público	1.397	65.297.860
Serviço Público	134	43.168.238
Consumo Próprio	22	562.819
Total	363.190	3.071.319.015

Guarulhos é o 4º município consumidor do Estado

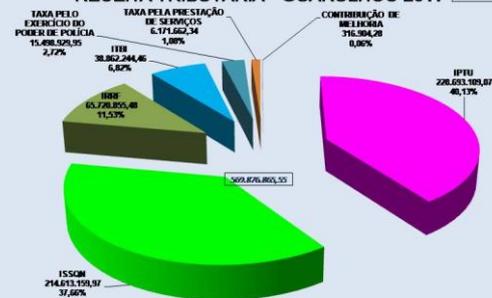
RECEITAS CORRENTES - GUARULHOS 2011

2.652.787.079,06



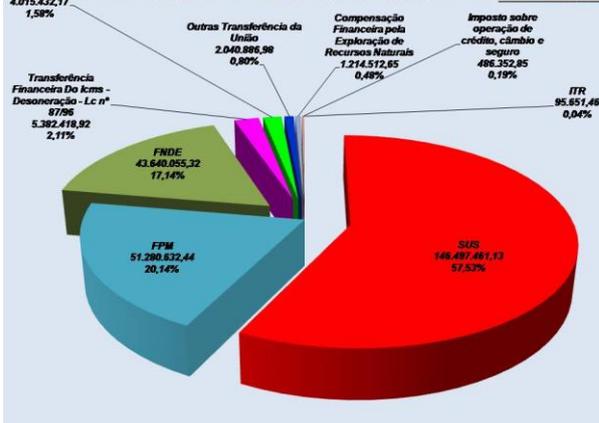
RECEITA TRIBUTÁRIA - GUARULHOS 2011

569.876.893,55



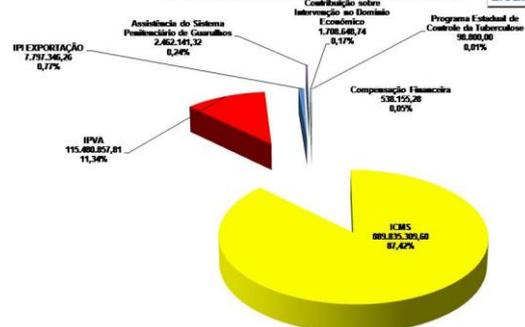
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS 2011 - GUARULHOS

254.653.403,92



TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO GUARULHOS 2011

1.017.921.259,01



6.3.3. Apresentação Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários

AEROTRÓPOLIS

UMA PROPOSTA PARA
GUARULHOS

- VAMOS FALAR MENOS DE PROBLEMAS E MAIS DE RISCOS E OPORTUNIDADES
- CONCEITOS
- VALIDADE DA ANÁLISE
- RISCOS E OPORTUNIDADES
- PROPOSTAS

AEROTRÓPOLIS

John D. Kasarda PhD
é professor de Estratégia e Empreendedorismo e Diretor do Instituto Kenan das Empresas Privadas, na Universidade de Carolina do Norte, e também integra o Instituto de Comércio Aéreo.

Publicou mais de 100 artigos e nove livros sobre cidades aeroportuárias, infra-estrutura aeronáutica, desenvolvimento econômico e competitividade.
É frequentemente citado no The Wall Street Journal, The New York Times, Business Week, e mídia internacional em geral.

Em 2005 esteve no Brasil ministrando palestras e prestando consultoria à Infraero e ao Governo de Minas Gerais

CINCO ONDAS

PORTOS MARÍTIMOS
PORTOS FLUVIAIS
FERROVIAS
RODOVIAS
AEROPORTOS

1872 29.334 61.997 31.604 31.385 35.987

BELEM
CUIABÁ
MANAUS
SÃO LUIZ
SÃO PAULO

ANO	MANAUS	BELEM	SÃO LUIZ	SÃO PAULO	CUIABÁ
1872	29.334	61.997	31.604	31.385	35.987
1890	38.720	50.064	29.308	64.934	17.815
1900	50.300	96.560	36.798	239.820	34.393
1920	75.704	236.402	52.929	579.033	33.678
1940	106.399	206.331	85.583	1.326.261	54.394
1950	139.620	254.949	119.785	2.198.096	56.204
1960	175.343	402.170	159.628	3.825.351	57.860
1970	314.197	642.514	270.651	5.978.977	103.427
1980	642.492	949.545	460.320	8.587.665	219.477
1991	1.010.544	1.244.688	695.199	9.626.894	401.303
2000	1.403.796	1.279.861	868.047	10.405.867	483.044
2010	1.802.014	1.393.399	1.014.837	11.253.503	551.098

GUARULHOS	
1872	3.000 hab
1940	13.000 hab
1950	35.000 hab
1960	100.000 hab

Receita total municipal - 2009

Localidade	1980	1985	1990
Guarulhos	439.163.364	403.261.866	853.549.947
Santo André	631.644.378	497.462.418	770.733.434
Campinas	477.013.519	676.629.062	752.358.853

Fonte: SEADE

PASSIVO ACUMULADO
O HORIZONTE DE PLANEJAMENTO
CURTO
VISÃO FRAGMENTADA
SUJEIÇÃO AO MERCADO

A CIDADE QUE O MERCADO
 PROJETA É A CIDADE QUE
 QUEREMOS?

AEROTRÓPOLIS
 UMA PROPOSTA PARA
 GUARULHOS

PANATRÓPOLIS
MENPHIS
PORTELA
CHICAGO
SHENZHEN
NOVA SONGDO
HAIDERABAD
CONFINS

CONFINS

2005	2.893.299 PAX
2011	9.534.987 PAX
2015	15.000.000 PAX

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

CONFIGURAÇÃO FINAL DA
URBANIZAÇÃO

AEROTRÓPOLIS

Prefeitura Municipal de Guarulhos

Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários

miguelchoueri@uol.com.br

6.3.4. Apresentação Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Contribuições para Plano Diretor

Equipe SDE RESUMO



Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Premissas

Desenvolvimento Econômico (Social e Sustentável)

- Caracteriza-se por um crescimento *contínuo e real da renda nacional* (bens e serviços), *superior ao aumento da população*.
- Aumento do Produto Interno Bruto, aumento da renda per capita, melhoria dos indicadores sociais e possibilidade de se manter ao longo do tempo, são características inerentes ao conceito moderno de desenvolvimento econômico.
- Portanto, aumento da renda, aumento da produtividade e divisão equânime desses ganhos caracterizam uma sociedade em desenvolvimento

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Premissas

Desenvolvimento Econômico (Social e Sustentável)

- Caracteriza-se por um crescimento *contínuo e real da renda nacional* (bens e serviços), *superior ao aumento da população*.
- Aumento do Produto Interno Bruto, aumento da renda per capita, melhoria dos indicadores sociais e possibilidade de se manter ao longo do tempo, são características inerentes ao conceito moderno de desenvolvimento econômico.
- Portanto, aumento da renda, aumento da produtividade e divisão equânime desses ganhos caracterizam uma sociedade em desenvolvimento

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Premissas

Desenvolvimento Econômico (Social e Sustentável)

Adam Smith em "A Riqueza das Nações" ressaltou que os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento econômico seriam a acumulação do capital, o crescimento populacional e o aumento da produtividade da mão de obra.

Liberdade dos mercados, instituições sólidas, direito a propriedade privada, segurança e ambiente político estável seriam pré-condições ao desenvolvimento econômico.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Premissas

Desenvolvimento Econômico (Social e Sustentável)

"...um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas." (FURTADO, 1964).

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico - Guarulhos

A luz deste "conceito" de desenvolvimento econômico, das variáveis inerentes a ele e das condições necessárias para sua ocorrência, passamos a analisar o desenvolvimento econômico em Guarulhos.

Quanto às pré-condições e os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento econômico elencados por Adam Smith, acredito que os temos relativamente satisfeitos.

- O aumento real e contínuo da produção e aumento da renda superior ao crescimento da população tem sido verificado nos últimos 11 anos, conforme gráficos 1 e 2.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Desenvolvimento Econômico - Guarulhos

Do ponto de vista da “extensão social” dos benefícios oriundos da junção das variáveis acima, temos uma dificuldade maior, tanto do ponto de vista da mensuração, pois não há indicadores municipais que identifiquem com segurança esse “transbordo”, tampouco podemos observar empiricamente isso na qualidade de vida do cidadão guarulhense.

Em relação à sustentabilidade, investimentos em pesquisa e inovação tecnológica são essenciais para que **NÃO** haja, ou para que seja superada a dicotomia entre crescimento econômico e sustentabilidade.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

Nesta revisão do Plano Diretor da Cidade de Guarulhos, forças e idéias antagônicas ou complementares estão se relacionando: Ambientalistas e Desenvolvimentistas; Empresários e Trabalhadores; Sociedade Civil Organizada e Governo; entre outros.

Na construção de um plano diretor é necessário o vislumbre ou o sonho, da cidade que se quer construir, qual o futuro que planejamos encontrar e relacionar isso com o presente e com os planos futuros do mundo (ONU e Organismos Internacionais), do Brasil (Governo Federal) e do Estado de São Paulo (Governo do Estado).

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

Assim é necessário que o novo Plano Diretor seja, aderente aos:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM/2015 (Erradicar a extrema pobreza e a fome, Atingir o ensino básico universal, Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, Reduzir a mortalidade na infância, Melhorar a saúde materna, Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, Garantir a sustentabilidade ambiental e Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento);
- ao Plano Brasil 2022 e a PDP – Brasil Maior;
- aos projetos do Governo Estadual, principalmente aqueles referentes à mobilidade urbana (Rodoanel, Ferroanel, Hidroanel entre outros);
- a aderência a esses planos pode potencializar a capacidade de investimento do município, aumentar a viabilidade de projetos e a captação de recursos.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

Infra-Estrutura Logística Privilegiada

- ✓ Maior município não capital do Brasil
- ✓ 2ª População do Estado de São Paulo
1.221.979 habitantes (IBGE-2010)
- ✓ Rodovias (Pres. Dutra, Fernão Dias e Ayrton Senna)
- ✓ Aeroporto Internacional
- ✓ 17 Km do centro da capital
- ✓ 108 Km do Porto de Santos
- ✓ **17 Km do futuro estádio do Corinthians (3 km a menos que o centro da capital)**

** Variáveis importantíssimas que aliadas ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), podem alavancar fortemente o desenvolvimento do Turismo na cidade

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

Pensar Guarulhos+10, a cidade que queremos ter em 2022, pode ser um exercício de futurologia, mas também pode não ser.

- Será que seria sonhar demais se pensarmos numa cidade com uma linha de metrô interligada a capital? A expansão do Metrô na capital até 2022 passa necessariamente por incluir outras cidades no sistema.
- Uma linha de VLP ligando bairros como Pimentas e Bonsucesso ao Centro e quem sabe a linha de Metrô?
- Pensar em empresas altamente produtivas que gerem empregos com alta remuneração e que elevem o rendimento médio da população?
- Empresas desenvolvendo pesquisas, gerando conhecimento e aumentando o número de Patentes Registradas?

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

Pensar Guarulhos+10, a cidade que queremos ter em 2022, pode ser um exercício de futurologia, mas também pode não ser.

- Seria pensar muito alto, se pensarmos em atrair o investimento de uma grande montadora na cidade?
- E a terceira pista do aeroporto deve ou não ser construída?
- Um aeroporto com o porte a movimentação de Cumbica com duas pistas que não pode ser utilizada simultaneamente é suficiente para o Estado de São Paulo?
- O que seria melhor para Guarulhos, ampliar Cumbica ou construir um novo aeroporto internacional em outra cidade? Certamente até 2022 algo deverá ser feito.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

Pensar Guarulhos+10, a cidade que queremos ter em 2022, pode ser um exercício de futurologia, mas também pode não ser.

- Que tipo de empresas queremos ver operando na cidade em 2022? Como elaborar uma lei que incentive empresas com esse perfil a se estabelecer na cidade? Quais os locais reservaremos para a instalação de novas empresas na cidade?
- Guarulhos pode se transformar numa alternativa ao caos urbano já instalado na capital e do qual sentimos alguns reflexos, ainda temos tempo para nos planejar e viabilizarmos essa transformação de forma inteligente.
- O planejamento hoje é fundamental, para conseguirmos a alocação e a destinação de recursos necessários para não sermos "atropelados" pela conurbação e ficarmos a "reboque" das decisões de outras esferas do poder.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Econômico e a Revisão do Plano Diretor

- ✓ Mobilidade Urbana (Pessoas e Cargas);
- ✓ Capacitação de pessoas para o trabalho e para empreender;
- ✓ Aeroporto de Guarulhos;
- ✓ Pólo ou Parque Tecnológico de Guarulhos;
- ✓ Cadeias Produtivas
- ✓ Turismo (PDITS);
- ✓ Apoio ao EI, Micro, Pequena e Média Empresa;
- ✓ Comércio Exterior;
- ✓ Lei de Incentivos Fiscais;
- ✓ Revitalização de CIS Cumbica;
- ✓ Rodoanel, Ferroanel e Hidroanel, e suas conexões com a cidade;
- ✓ TAV;
- ✓ Outros trens.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Analisando o modelo da atual lei de zoneamento e parcelamento do solo em relação ao Desenvolvimento Econômico da Cidade, identificamos que ela é:

- a) bastante rígida;
- b) muito detalhista;
- c) permanentemente desatualizada;
- d) foi se descaracterizando ao longo do tempo;
- e) está muito restritiva;
- f) precisa interligar-se a um planejamento macro de desenvolvimento da cidade, que considere todos os aspectos relativo a um Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Conclusão

Será possível estabelecer um pacto social, que envolva o maior número de atores possível e que consiga evitar que a política urbana do município continue sendo conduzida de forma pontual, descontínua e casuística?

Se a resposta for sim e acreditamos nisso, então teremos a construção de um Plano Diretor que deverá balizar e apontar os caminhos corretos a seguir rumo a um efetivo DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA A CIDADE DE GUARULHOS.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Prefeitura Municipal de Guarulhos
www.guarulhos.sp.gov.br

AV. DR. EMÍLIO RIBAS, 1120 – GOPOÚVA
antonioalmeida@guarulhos.sp.gov.br

☎ (11) 2475-7920

6.3.5. Apresentação da Secretaria de Administração e Modernização

PREFEITURA DE GUARULHOS *Tecnologia Cidadã*

CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

Chefia de Gabinete
Departamento de Informática e Telecomunicações

1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

PREFEITURA DE GUARULHOS *Tecnologia Cidadã*

MODELO ULTRAPASSADO

COMPARTILHAMENTO ATRAVÉS DE CONTEÚDO NÃO ESTRUTURADO

NÃO EXISTE PROCEDIMENTO PARA ATUALIZAÇÃO DE FORMA CORPORATIVA

1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

PREFEITURA DE GUARULHOS *Tecnologia Cidadã*

VISÃO DA EVOLUÇÃO DA GEOTECNOLOGIA

ArcGIS
AutoCAD Map 3D
gvSIG
MapInfo
TerraView

Processos com Inteligência Geográfica

Banco de Dados Geográfico Corporativo

Aplicativo de Informação Geográfica

Cartografia Digital

Cartografia Analógica

1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

PREFEITURA DE GUARULHOS *Tecnologia Cidadã*

OBJETIVOS

- * Disponibilizar, em um Banco de Dados único e corporativo, informações territoriais, cartográficas e temáticas, permitindo o aproveitamento da informação como subsídio para gestão estratégica.
- * Permitir a construção de diversas bases temáticas e disponibilizá-las para áreas de interesse, podendo ser acessadas e mantidas por diferentes ferramentas de geoprocessamento como: ArcGIS, AutoCAD Map 3D, gvSIG, MapInfo e TerraView.
- * Implementar e manter atualizado o Sistema Cartográfico Municipal.
- * Oferecer mecanismos que permitam captar, modelar, manipular, recuperar, consultar, analisar e apresentar soluções com dados geograficamente referenciados.

1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

PREFEITURA DE GUARULHOS *Tecnologia Cidadã*

FACILITAR A VIDA DAS PESSOAS

BASE ÚNICA E DE USO COMUM PARA INTERESSES DIVERSOS

CADASTRO CORPORATIVO

URBENIZAÇÃO | CARTOGRAFIA
IMOBILIÁRIO | TEMÁTICOS

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS | CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS
CORREIOS | PRESTADORAS DE SERVIÇOS

1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

PREFEITURA DE GUARULHOS *Tecnologia Cidadã*

O QUE ESTÁ IMPLANTADO

MODELO ATUAL APLICADO PARA CONSULTA CORPORATIVA

COMPARTILHAMENTO ATRAVÉS DE CONTEÚDO ESTRUTURADO

Desenho A DWG | Mapa v1 SHP

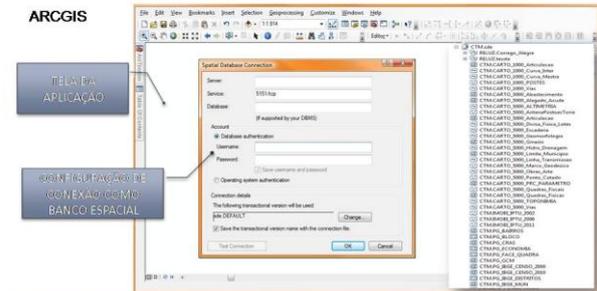
REDE CORPORATIVA

SERVIDOR ORACLE | SERVIDOR SDE

ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA ATUALIZAÇÃO CORPORATIVA

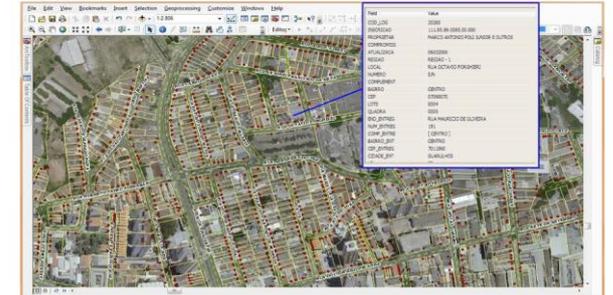
1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

ACESSANDO INFORMAÇÕES ESPACIAIS



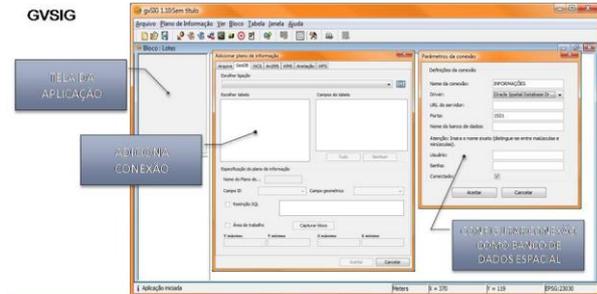
1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

ARCGIS



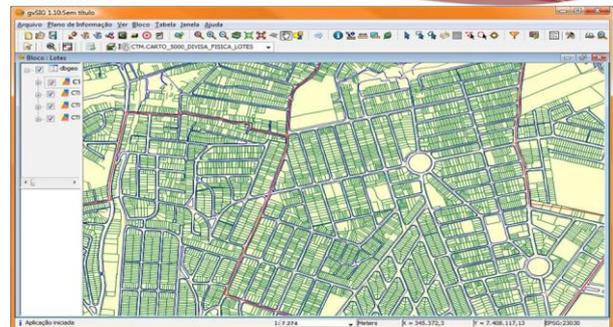
1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

ACESSANDO INFORMAÇÕES ESPACIAIS



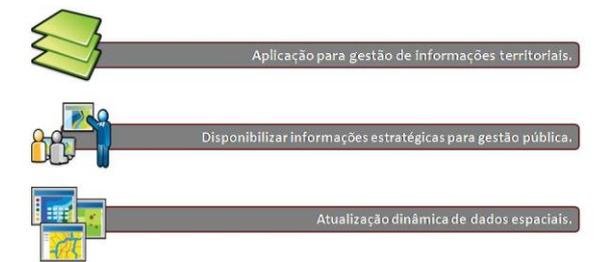
1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

GVSIG



1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO

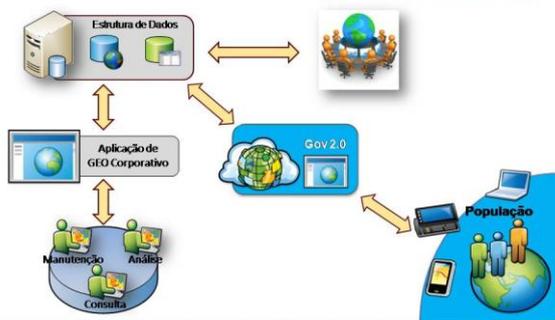
GEO CORPORATIVO



1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO



1º Encontro Técnico Tecnologia Cidadã – SERVIÇO ONLINE DE CADASTRO CORPORATIVO DE TERRITÓRIO



RESULTADOS ESPERADOS

- * Manter atualizado o conjunto de informações temáticas, cartográficas e fiscais dos imóveis e logradouros do município;
- * Unificação das informações do município;
- * Mudança para uma nova cultura organizacional de informações territoriais, baseada em tecnologias de geoprocessamento;
- * Implantar instrumentos mais eficientes de respostas às solicitações dos contribuintes;
- * Interoperabilidade com base de dados externos, possibilitando o consumo das informações corporativas através de WebServices;
- * Disponibilizar uma base de dados estruturada, única e confiável para uso dos gestores públicos;
- * Democratizar o acesso às informações básicas do município.
- * **NOVO PADRÃO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS ATRAVÉS DA INTERNET EM TEMPO REAL.**

OBRIGADO!

Coordenação do Projeto:
 Andréa Croso Weick
 Hussein Marcelo Mouazzem

Equipe Técnica:
 Fabio Augusto Paradinha
 Marcelo de Oliveira Vieira
 Márcia Regina Cardoso Soares de la Cruz
 Rogério Vilas Boas Arantes

Parceiros Internos:
 Secretária de Desenvolvimento Urbano
 Secretária de Finanças
 Secretária do Meio Ambiente

Prefeitura de Guarulhos:
www.guarulhos.sp.gov.br

Tecnologia Cidadã:
www.tecnologiacidada.com.br

WebSite:
webSite.guarulhos.sp.gov.br

Departamento de Informática e Telecomunicações

O Departamento de Informática e telecomunicações (DIT) é responsável pelo estudo, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento dos recursos de tecnologia da informação e comunicação da Prefeitura de Guarulhos.

Nossa missão é desenvolver ferramentas que facilitem a vida das pessoas e usar a tecnologia para transformar a vida e o trabalho dentro de nosso município.

- * Hélio Arantes - Chefe de Gabinete
- * Luiz Lacometti Pinheiro - Gestor do DIT

Tel.: (11) 2475-8610 / Fax: (11) 2475-8681
 Av. Bom Clima, 49 - Bom Clima
 CEP: 07196-220
 Guarulhos - SP



6.4. Fotos



6.5. Lista de presença



PREFEITURA DE GUARULHOS
Desenvolvimento Urbano

revisão plano diretor de guarulhos



ambiens
COOPERATIVO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 02 ANÁLISE SITUAÇÃO ATUAL

Reunião / Oficina
CICLO DE PALESTRAS

Data 19.09.12

	Nome	Setor/Instituição	Tel	Email	
1	Felix José de Melo	Soc. Trabalho			
2	Paulo C. Romero	Sec. Trabalho			
3	Luiz Carlos Bonfai	SDF			
4	Guilherme P. S. Viana	SA			
5	Fabio Perez SAVIO	SDU			
6	Chayna de Souza Pires Santos	SDU			
7	Matheus Ribeiro Rosa	SDU01			
8	Suely Akemi Fujiwara Siro	SN 01.06.02			
9	Marcelo de Oliveira Moreira	SDE			
10	Fabiana S. Fritado F. Reis	SDU			
11	Amelia Hysse Morita	SDU			
12	Francisco de Sales Penna Junior	SDU01			
13	Mauri de Barros	SDU01.09.02			
14	Paulo R. Galvão	SEMA			
15	Luciana Almeida Dal Couro	SEMA			
16	Luciana Barbosa da Silva	Sec. de Habitação			
17	Thayana de Oliveira Santos	GAU01			
18	Luiz de J. Santos Leoni	SDE			
19	Paulo Nascimento	SDE-DRIC			
20	Roberto de Souza	Opção a comp. Plano Diretor			
21	CARLOS SOBRAL	SA HABITAC			
22	MIGUEL CHOUER	SA			

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 02 Análise Situação Atual

Reunião / Oficina

Ciob de Palestras

Data 13.4.12

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
23	YUTAKA KANBE	FINANÇAS		
24	ANDREA CROSO WEICK	DIT		
25	FABIO A. PARADINHA	DIT		
26	JOSE CARLOS MUNIZ	Sociedade Civil		
27	Quirinele A. A. Nunes	CAA		
28	Dulcinea Angela de Mouri	CAA		
29	ROBERTO DOS SANTOS MORENO	MUSEU ARQUEOLÓGICO		
30	Paula da A. Rodrigues	CDU		
31	Maria Cristina B. Albertin	SDU 02.07		
32	BISELLE, C. S. MORAIS	SDU 01.08.03		
33	Paulo José de Carvalho	PAULO CARVALHO		
34	FRANCISCO GILBERTO RAMOS MENDES	COOPERCID		
35	ROGÊNIO DOS SANTOS SILVA	CAA		
36	PAULO MARCELO FERREIRA	CAA		
37	ADALBERTO P. M. PINTO	CAA		
38	CELSONY G. GUCHI	CAA		
39	ANTONIO TABACCHI	GOVERNO-CRF		
40	Edson de Lima Iabstana	CONSEGO-NORDESTE-GRU		
41	PAULO SERGIO LUKS CUNHA	SDU - GAB		
42	FERNANDA DIMIRANDA BOARI	AMBIENS		
43	Angela S. Pilotto	"		
44	SOFY AYLVA	SAB		

7. INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Data: 20 de abril de 2012

Local: Paço Municipal

Secretarias Palestrantes: Coordenadoria da Juventude, Coordenadoria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Coordenadoria de Políticas para Mulheres, Secretaria de desenvolvimento e assistência social, Secretaria de Cultura, Coordenadoria de igualdade racial.

7.1. Relatório palestras

O último dia do ciclo foi iniciado com abertura do Sr. Plínio Soares dos Santos, que apresentou o Ciclo de Palestras e os envolvidos: as Secretarias e Coordenadorias presentes, CA e CMDU. Também mencionou sobre os planos setoriais desenvolvidos pela Prefeitura e que serão apresentados nas palestras. Contextualizou a Revisão do Plano Diretor de Guarulhos, a partir do Fluxograma Metodológico da Revisão do Plano Diretor com as etapas para a revisão. Destacou o momento na qual se encontra a revisão, Análise da Situação Atual, e as diversas atividades envolvidas nesta etapa: Leitura Técnica, Leitura Comunitária e Leitura Jurídica. Afirmou que esses encontros do Ciclo de Palestras coroam esse momento de Análise da Situação Atual e como oportunidade de diálogo entre Secretarias e como forma de dar conhecimento dos planos setoriais desenvolvidos por cada uma.

Em seguida, foi realizada apresentação pelo Sr. Firmino Manuel da Silva, coordenador da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

7.1.1. Coordenadoria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida (CIPPD)

Firmino Manuel da Silva (CIPPD): o Coordenador exaltou a importância do reconhecimento da Coordenadoria no Ciclo de Palestras. Explicou que estão à frente da coordenadoria há dois anos e que a política para pessoas com deficiência deve envolver todas as secretarias, portanto, necessita de um trabalho transversal.

Fez uma contextualização geral do compromisso do Estado brasileiro em relação ao tema a partir da ratificação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporado na constituição brasileira. Existem inúmeras leis que proporcionam a inclusão das pessoas com deficiência, contudo a aplicação dessa legislação ainda é bastante deficiente.

A coordenadoria foi criada enquanto exigência política a partir da luta das pessoas com deficiência num contexto de inclusão, principalmente a partir da redemocratização do país. Destacou que a ideia da acessibilidade não se restringe às questões de acesso à edifícios ou ruas e mobilidade, mas também das possibilidades e oportunidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na cidade. Possibilidade e oportunidade de participar e ter autonomia em todos os setores da sociedade e da cidade.

Apontou que 24% da população brasileira, segundo os dados do IBGE de 2010, têm algum tipo de deficiência. Em Guarulhos, 300.000 pessoas sofrem de algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida; aproximadamente 25% da população total.

O envelhecimento da população, dinâmica populacional que vem ocorrendo no país, faz com que nos últimos dez anos tenha ocorrido o aumento no número de pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Em Guarulhos houve a terceira conferência para pessoas com deficiência para conscientização das leis e das necessidades de implantação dessas leis.

Destacou a necessidade de incluir o tema das pessoas com deficiência no Plano Diretor, com a necessidade de revisão do código de obras e de revisão e regulamentação de legislações para pessoas com deficiência.

Com relação à mobilidade e infraestrutura urbana, a necessidade é de 100% dos ônibus adaptados (hoje são 97%), acessibilidade universal em órgãos públicos, calçada acessível, semáforos sonoros, piso tátil nas calçadas, áreas de lazer (equipamentos acessíveis).

Reafirmou que a acessibilidade universal é para todos os tipos de deficiência. Não se restringe apenas às questões de mobilidade. A importância de regulamentação da legislação para pessoas com deficiência se dá também para possibilidade de fiscalização do cumprimento das normas.

Tendo em vista que o Sr. Firmino precisava sair antes do final das atividades, abriu-se para o debate sobre o tema após sua fala, conforme o que segue.

Eduardo Pestana (CA): questionou qual o canal de divulgação das questões apresentadas como, por exemplo, a redução de IPTU para quem tem a calçada adaptada.

Plínio Soares (SDU): afirmou ser importante ressaltar que no debate da Revisão do Plano Diretor, as questões referentes à acessibilidade e, portanto, o direito de ir e vir extrapolam a questão da mobilidade na cidade em termos de transporte, mas incluem a mobilidade para pessoas com deficiências, o pedestre, ciclistas, etc.

7.1.2. Secretaria de desenvolvimento e assistência social (SAS)

Sandra Santos (SAS): explicou que a secretaria é responsável pela gestão da política de assistência social, propõe e executa as ações voltadas para o tema e seguiu com a exposição da estrutura da secretaria a partir da atuação da mesma.

As ações dividem-se em proteção social básica e especial, esta última destinada às famílias com toda ordem de problemas que podem ocorrer quando se cortam todos os vínculos familiares.

A secretaria mantém Centros de Referência da Assistência Social, os CRAS; 11 no total. A localização desses centros foi apontada em mapa na apresentação com as regiões atendidas: Acácio, Centenário, Cumbica, Nova Cidade, Pimentas, Ponte Alta, Presidente Dutra e Santos Dumont, São João, Itapegica e Centro. Além disso, apresentou gráfico com os territórios dos CRAS e a vulnerabilidade social de cada um deles.

A seguir apresentou os programas no qual a secretaria tem atuação e alguns números do atendimento social, além das entidades conveniadas financiadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e outras entidades financiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD). Apresentou também os Conselhos de Direito que visam o controle social das políticas públicas dos serviços socioassistenciais no município.

Abriu-se para debate, como segue.

Plínio Soares (SDU): lembrou que o Plano Diretor de Guarulhos, pelo próprio nome, visa ao desenvolvimento urbano, econômico e social e por isso a importância dessa

discussão dentre outras que tangem esse aspecto como, por exemplo, a função social da cidade e da propriedade.

Thiago Perez Sávio (SDU): perguntou se as UPRs são levadas em conta na implantação dos equipamentos de auxílio (CRAS). A Revisão do PD é um momento de discutir as utilizações das Unidades de Planejamento com outras secretarias.

As questões foram assim respondidas:

Valneide Silva (SAS): na época em que foram estabelecidas as localizações dos CRAS, considerou-se as divisões da OP, mas na maior parte dos casos esses CRAS e os demais equipamentos da Secretaria estão relacionados às áreas mais centrais. Nem todas as regiões mais vulneráveis do território estão contempladas com o serviço.

Salete Silva (CA): perguntou sobre os programas de distribuição de renda para a população e fiscalização do mesmo para que o benefício seja distribuído a quem realmente necessita.

Ivaldo Araújo (CMDU): afirmou que esse momento não é de prestação de contas. Nesse momento de Revisão do PD é necessário trazer propostas para serem incorporadas ao Plano Diretor. Apontou também a necessidade da empresa de consultoria para a revisão do PD fazer um trabalho centrado com os parlamentares, pois nem sempre as propostas apresentadas são votadas na câmara. Além de muitas vezes se alterarem as leis já estabelecidas, como o zoneamento, em favor de interesses privados. Ressaltou a importância dos parlamentares estarem comprometidos com este momento de revisão do PD.

As respostas foram:

Valneide Silva (SAS): a busca do benefício vem através do CRAS. O benefício vem a partir do critério do INSS e a lei exige que a cada dois anos seja feita uma avaliação dos beneficiários.

Ednilza Barreto (SAS): faz parte da luta da categoria dos assistentes sociais que essa avaliação seja feita pelos próprios assistentes.

7.1.3. Coordenadoria de Políticas para Mulheres (CPM)

Mavi Rocha (CPM): Apresentou que a política pública de atenção às mulheres corresponde a uma das prioridades do plano de governo atual. A coordenadoria surge como política apresentada pela Conferência Municipal das Mulheres.

A ação da coordenadoria tem que ser transversal em relação às secretarias e outras coordenadorias. Porém, as parcerias são bastante dificultadas. Foram criados os centros de referência para atendimento das mulheres vítimas de violência, no qual as mulheres recebem atendimento psicológico, social e jurídico. Esses centros fazem parte da rede de não violência contra a mulher, que envolve outras instituições públicas.

A cidade de Guarulhos ainda não tem IML sexológico e juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher. Esses são alguns dos entraves, sendo essas ações correspondentes à esfera estadual. Apresentou alguns dos projetos e ações que são desenvolvidas nos centros de referência, conforme a apresentação disponibilizada neste relatório.

7.1.4. Secretaria de Cultura (SC)

Marcelo Pereira Gomes Mendonça (SC): o Secretário Adjunto explicou que a secretaria de Cultura tem como atuação o conjunto de equipamentos culturais e também as ações culturais que ocorrem no município.

Hoje, em Guarulhos, ocorre uma abertura maior no diálogo com os artistas da cidade. Há pouco tempo aconteceu a Conferência Municipal de Cultura, seguindo as diretrizes do Ministério da Cultura. Foi eleito o Conselho de Cultura da cidade. O Conselho determina quais projetos culturais serão subsidiados pelo Funcultura.

Existe uma política de descentralização das ações culturais para outros locais da cidade tendo em vista as manifestações culturais particulares de cada região.

7.1.5. Coordenadoria da Juventude (CJ)

Érica Gomes (CJ): a coordenadora iniciou a apresentação falando que devemos pensar Guarulhos como uma cidade de e para a juventude. Contextualizou a questão das demandas da juventude no âmbito nacional. Afirmou que na maior parte das vezes o poder público lida com a questão de duas maneiras: "jovem problema e juventude 'desamparada'". Nenhuma dessas ações estava de acordo com as demandas dos movimentos sociais.

Em 2005 o governo federal criou uma série de instâncias de ação em relação à juventude. A Coordenadoria da Juventude foi criada em 2009 com objetivos de criar e gerenciar programas, atualização de dados, diálogo com movimento de juventude, etc.

A seguir apresentou algumas ações da coordenadoria como a Semana do Estudante, o projeto Grafite Cidadania, entre outros presentes na apresentação que consta deste relatório. A Secretaria elaborou o Plano Municipal da Juventude incorporando as questões da Conferência Municipal de Juventude e estabelecendo os eixos para a política para os jovens. Algumas pautas, como o passe livre, apareceram nesta conferência.

Além disso, a Secretaria desenvolveu o centro de referência da juventude.

O programa "Grafite é Cidadania" utilizou como recorte territorial os lugares com maior vulnerabilidade social.

Apresentou as propostas da Coordenadoria para a Revisão do Plano Diretor:

- Inserção do grafite como vocação da cidade e potencialidade para o turismo.
- Questão das ciclovias tanto para lazer e como para o trabalho.
- Discussão pública desenvolvida para a formulação do plano da juventude pode subsidiar a discussão neste momento de Revisão do PD.

7.1.6. Coordenadoria de igualdade racial (CIR)

Edna Roland (CIR): a coordenadora iniciou destacando que na Lei do Plano Diretor aparecem duas referências à questão étnica ou negra. No capítulo 2, em relação à atuação da saúde e no capítulo da assistência social, a questão da vulnerabilidade social, no qual se afirma a utilização dos mapas de inclusão e exclusão social como instrumentos de planejamento e gestão.

No material da Revisão do Plano que foi disponibilizado para a coordenadoria antes do Ciclo de Palestras não existe referência a essa questão e afirmou que “não podemos recuar em relação a lei de 2004”.

Destacou a necessidade de produção de informações e de uso das informações referentes aos indicadores de desigualdades raciais no Brasil. Os dados do IBGE do último censo apontam que pode estar ocorrendo, tanto em Guarulhos como no restante do país, mudança de auto percepção da cor. A política municipal que vem ocorrendo ao longo dos últimos dez anos no município associada a outras ações contribuíram para isso.

Apresentou dados que indicam a desigualdade social em relação aos aspectos de cor e gênero no que tange ao mercado de trabalho, níveis de escolaridade, renda, desemprego e saúde, contextualizando o Município de Guarulhos.

Explicou que a coordenadoria tem o objetivo de enfrentar as causas e efeitos do racismo. Apresentou os eixos de ação da CIR e ações, serviços e projetos desenvolvidos. Os eixos se referem principalmente ao enfrentamento do racismo, desconstrução de estereótipos e preconceitos; valorização das culturas negras, indígena e cigana; preparação para o mercado de trabalho e geração de renda.

Apontou como os desafios para o momento de Revisão do Plano Diretor: dialogar com o Estatuto da Igualdade Racial, enfrentamento da invisibilidade da questão racial, ou seja, que se faça possível desagregar variáveis referentes à cor e raça nos bancos de dados e indicadores municipais; necessidade de criar órgãos específicos para enfrentamento da questão nas principais secretarias do governo.

7.2. Debate

Abriu-se então para debate, como segue.

Thiago Savio (SDU): formulou uma questão referente ao patrimônio histórico, indagando se o que ocorre hoje está adequado, como isso pode ser revisto no Plano Diretor e quais as demandas.

Suely Akemi (SDU): apresentou duas questões. A primeira para a COM. Pediu para que falassem sobre o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, quais as demandas e como se articula com o Plano Diretor enfocando no fato de que a mulher convive na cidade de forma diferente dos homens. A segunda questão considerou importante destacar que os mapeamentos da população por cor e por renda coincidem na periferia. O enfrentamento dessa realidade passa pela superação do racismo.

Angela Pilotto (Ambiens): fez consideração de que uma das questões que chama atenção neste dia do ciclo é a necessidade de se conhecer a realidade dos indicadores sociais no território para possibilitar a gestão e direcionamento da política pública. Necessidade de base de dados comuns para as secretarias.

Salette Silva (CA): perguntou para a COM se no IML sexológico seria feito o exame de conjunção carnal, para esclarecer crimes de origem sexual, apoiado pela delegacia das mulheres. Também para acompanhamento psicológico e psicossocial.

Plínio Soares (SDU): afirmou que duas das questões foram dirigidas à Mavi Rocha que está ausente e por isso as dúvidas serão encaminhadas para ela.

Os palestrantes responderam da seguinte forma:

Erica Gomes (CJ): reiterou algumas das falas já feitas na apresentação e coloca a Coordenadoria a disposição neste processo de Revisão do Plano Diretor.

Marcelo Mendonça (SC): o Plano Diretor deve incluir algum direcionamento para a questão do patrimônio histórico e também se colocou a disposição para o processo de Revisão.

Edna Roland (CIR): os gestores devem aprender a acessar os dados. "Alfabetização" dos gestores e servidores no acesso, análise e uso de dados. Em relação ao patrimônio histórico, dois importantes patrimônios para serem preservados são a Casa da Candinha e a região do Parque do Ciclo do Ouro. Em relação ao IML sexológico, considerou que não é necessário ter IML específico se existem médicos capacitados para a produção de laudos sobre violência em relação à mulher.

7.3. Apresentação de Slides Power Point

7.3.1. Apresentação Coordenadoria das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida



Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência



Coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida

Coordenadoria de políticas para
a Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Direitos da Pessoas com Deficiência são direitos previstos na Constituição Federal.

Em 30/03/2007, em Nova York, o Brasil assina o protocolo Facultativo da Convenção.

No ano de 2008 publicou o Decreto Legislativo nº186/2008 ratificando o Acordo Internacional (Convenção)

O ano de 2009 por força do Decreto de Lei nº 6949/2009 o Brasil sancionou o acordo, passando a figurar como emenda constitucional (Convenção)

Portanto hoje a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é parte integrante da CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL nossa carta magna



Coordenadoria de políticas para
a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Nesse sentido (como direito constitucional) a Convenção, impõe a todos, sociedade e Estado, em seus poderes constituídos, a obrigação de adotar medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na Convenção (Artigo 4). Caso contrário, a persistência de políticas de exclusão deve ser questionada no sistema de justiça nacional e internacional.

Qualquer legislação infra constitucional contrária é nula



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Assim, qualquer medida de legislação, de políticas públicas e programas ou qualquer outro processo de decisão, desde a elaboração até a implementação, deve passar por consulta prévia e de forma direta às organizações representativas de pessoas com deficiência.

Cabe às organizações, por sua vez, estabelecer mecanismos de participação ativa das decisões às consultas postas pelo Estado (Artigo 4.3).

Nada Sobre Nós
Sem Nós.



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

A Convenção exige que o Estado tenha um mecanismo de coordenação na sua estrutura institucional que a coloque em prática, o que pode ocorrer por meio de um ou mais órgãos do governo responsáveis, com recursos de pessoal e financeiro definidos – a Convenção trata-os por "ponto focal". A coordenação assim constituída poderá apoiar, orientar e aconselhar sobre questões relacionadas à implementação da Convenção, sobretudo em relação às políticas e programas governamentais.



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

A Convenção reconhece que para a pessoa com deficiência poder gozar plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais é vital que haja acessibilidade aos meios físico, social, econômico, cultural, à saúde, à educação, ao trabalho, à informação e comunicação



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência fundamenta-se nos princípios da igualdade de oportunidades e da não-discriminação, dos quais decorrem os demais princípios.

Além de eixos como: saúde, educação, trabalho, habilitação e reabilitação, acessibilidade, assistência e outros direitos de ordem social como cultura, lazer e esporte,



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

No Brasil, os dados do Censo de 2000, realizado pelo IBGE, indicaram um percentual de 14,5% da população total, em 2010 o que equivale a 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com OMS (Organização Mundial de Saúde)



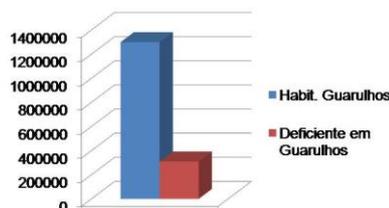
Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Censo IBGE Brasil – 2010- Resultado Preliminar – Oficial ainda não concluído – previsão junho/2012
População total: 190.755.799 (100,0%)
Pelo menos uma das deficiências investigadas (1): 45.623.910 (23,9%)

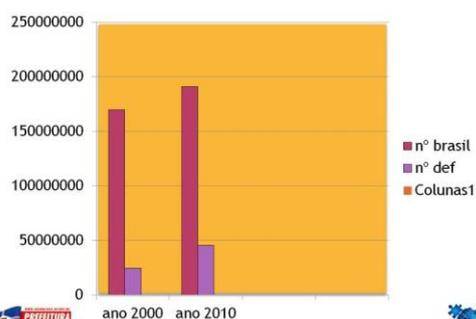
Em Guarulhos conforme IBGE existem aproximadamente cerca de 310.700 Pessoas com alguma Deficiência



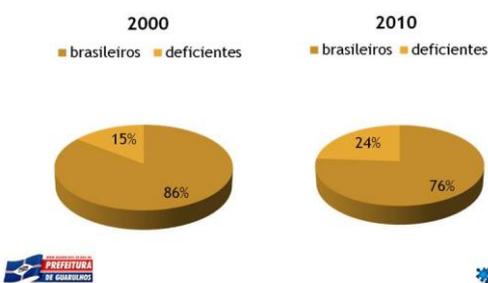
Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Censo 2000	Censo 2011
169.799.170 brasileiros	190.755.799 brasileiros
24.600.000 deficientes	45.623.910 deficientes

Guarulhos
1.300.000 habitantes
310.700 deficientes

Obs:
O número de deficientes aumenta com o aumento da faixa etária



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

O que há hoje no Município para Acessibilidade?

- Dezenas de Leis voltadas a Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida que estão sendo revisadas, regulamentadas e posteriormente fiscalizadas;
- Encontros, palestras sobre o tema acessibilidade voltadas a população;
- Realização da Conferência Municipal;
- Poucas ações Governamentais: como ex. rebaixamento de guias, vagas reservadas. Porém ainda em situação deficitária.



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

METAS A SEREM ATINGIDAS:

- 1) Revisão do plano diretor no sentido de incluir o tema acessibilidade;

Com a Revisão do Plano Diretor da Cidade de Guarulhos acreditamos que a Coordenadoria de Políticas para Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida poderá colaborar com as informações necessárias com o objetivo de implantar novas políticas voltadas as pessoas com deficiência na cidade.

Com o trabalho transversal junto as **Secretarias** Municipal



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

METAS A SEREM ATINGIDAS:

- 2) Revisão código de obras incluindo normas de acessibilidade;
- 3) Revisão, regulamentação , das legislações já existentes e acompanhamento do seu cumprimento;
- 4)Elaboração de novos projetos de lei;
- 5)Identificação precisa do nº de deficientes no Município;



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

METAS:
Área

Modalidade e Infraestrutura Urbana e Social.

100% Ônibus Acessível.

- a) Formação continua dos motoristas, cobradores e fiscais do sistema de transporte da cidade.
- b) Acessibilidade Universal em rodoviárias , terminais e pontos de transferências de transporte.
- c) Implantar o sistema transporte para as pessoas com deficiência porta a porta. (lei AGIL)



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

- d) Calçada Acessível.
- e) Rebaixamento de guias nos cruzamentos.
- f) Semáforo sonoro.
- g) Piso tátil nas calçadas dos pontos comerciais da cidade.



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

METAS

Área:
Distribuição e Infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários.

- 1) Descentralizar os serviços e atendimentos a PcD.
- 2) Garantir nas áreas de lazer da cidade equipamentos acessível e acessibilidade para a pessoa com deficiência
- 3) Acessibilidade Universal nos equipamentos de serviço público como: UBS, CRAS, CEUs e TELECENTROS



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Garantir que a PcD tenha **autonomia** na cidade,
nos equipamentos e nos Serviços Públicos



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e Mobilidade Reduzida



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

As Leis que regem a “produção) uso, ocupação de solo, etc...da cidade.

As inúmeras Leis municipais voltadas para a pessoa com deficiência por falta de regulamentação e conhecimento se tornaram leis mortas.



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Necessidade de formação contínua da Legislação que se refere a PcD para efetivação de uma fiscalização adequada.

Número de fiscais insuficientes frente ao crescimento populacional e ao tamanho da cidade.



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Metas

para Saúde:

Destinação de órteses e próteses
Garantir acessibilidades em seus equipamentos.

para a Educação:

Transporte adaptado para alunos com deficiência.
Atendente pessoal nas escolas onde tem aluno com Deficiência.



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



Coordenadoria de políticas para
pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



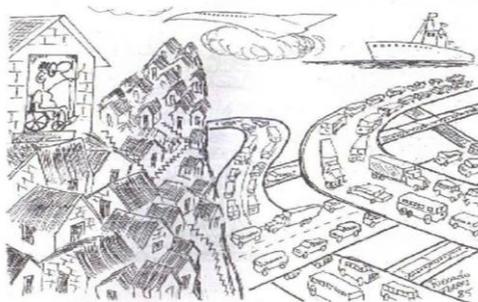
Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Nada sobre nós
Sem nós

(Lema internacional das pessoas com deficiência)



Coordenadoria de políticas para
Pessoa com deficiência e mobilidade reduzida



7.3.2. Apresentação Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Abril/2012



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Apresentação

A Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social é responsável pela gestão da política de assistência social:

- coordena e executa serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais diretamente em equipamentos e espaços próprios;
- indiretamente, por meio de parcerias estabelecidas em convênios com organizações não governamentais (entidades parceiras conveniadas).



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Estrutura

As ofertas da assistência social organizam-se em dois tipos de proteção

Proteção Social Básica

As ofertas da proteção social básica têm como objetivos prevenir situações de risco social através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Proteção Social Especial

É o atendimento assistencial destinado às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infanto-juvenil, dentre outras.

Subdivide-se em proteção social especial de média complexidade e de alta complexidade.



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Mapa das regiões atendidas



CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Gestão dos Serviços

Proteção Social Básica

- **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF** : é um conjunto de ações continuadas desenvolvidas nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social. A ação principal do Programa é o acompanhamento sociofamiliar.

Nº. de atendidos: **8.064 famílias**

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Vulnerabilidades – Territórios dos CRAS



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Programa Renda Cidadã

Visa propiciar a autossustentação, melhoria na qualidade de vida, o acesso à rede de serviços públicos existentes, através de apoio financeiro temporário, mediante a transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar de até meio salário mínimo nacional e de ações complementares.

Nº de atendidos: 6.535

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Programa Ação Jovem

Proporciona apoio financeiro temporário, através da transferência de R\$ 80,00 por mês, aos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental ou médio e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a inclusão social e estimular a conclusão da escolaridade básica.

Nº de atendidos: 892

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Inclusão Produtiva

O objetivo é proporcionar alternativas de geração de renda e assim, autonomizar e emancipar famílias com precariedade de rendimentos, promovendo a qualificação e requalificação profissional com vistas ao associativismo e cooperativismo, permitindo assim a inclusão e garantia dos direitos à cidadania e inserção no mercado.

Nº de participantes: 622

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Projovem Adolescente

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Realizado nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social; em sua maioria, aos jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social.

Nº de atendidos: 633

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Benefício de Prestação Continuada – BPC

Visa garantir um salário mínimo de benefício mensal às pessoas idosas e/ou com deficiência, incapacitada para o trabalho e para a vida independente, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

Nº Atendidos BPC: 3.177
(BPC idoso = 1.112/BPC PPD = 2.065)

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



• **Carteira do Idoso**

Visa possibilitar o acesso a vagas gratuitas e desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais (rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias), para o idoso (idade igual ou superior a 60 anos), cuja renda mensal seja igual ou inferior a dois salários mínimos nacional, e que não tenha meios de comprovação de renda.

Nº. de atendidos: 509

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



• **Cartão Alimentação**

É uma iniciativa que faz parte do Programa de Segurança Alimentar atendendo famílias de baixa renda e visa garantir a autonomia na escolha dos itens do cardápio alimentar, substituindo a entrega da cesta básica nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social.

Nº. de famílias: 1.017

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



• **Recâmbio**

Mediante avaliação técnica e visita domiciliar, em prol do desejo de retornar para o estado de origem, o usuário tem a possibilidade de obter a passagem gratuita.

Nº. de atendidos: 42

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



• **Segunda Via de Documentos**

Atende famílias de baixa renda na obtenção de 2ª via de Certidões de Nascimento e Casamento, em outros municípios e estados brasileiros.

Nº. de atendidos: 242

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



• **Centro de Referência do Idoso**

Socioeducativo em meio aberto para idosos com idade igual ou superior à 60 anos, que visa promover o autoconhecimento quanto a sua condição de idoso; incentiva a participação em atividades físicas, esportivas e culturais; oferece informações e reflexões sobre o processo de envelhecimento e facilita o acesso aos serviços públicos disponíveis.

Nº de atendidos: 754

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Proteção Social Especial de Média Complexidade

• **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI**

Oferece ações de orientação, proteção e acompanhamento psicossocial individualizado às crianças, adolescentes e suas famílias.

Nº. de atendidos: 383 - Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



- **Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias**

Realiza atendimento social aos idosos vítimas de violência, negligência e abandono e pessoas com deficiência. Desenvolvido no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Nº. Atendidos: 240 – Idoso
30 - PCD Vitimizadas

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



- **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade**

O LA (Liberdade Assistida) e a PSC (Prestação de Serviços à Comunidade) oferece atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, determinada judicialmente.

Nº. de atendidos: 304

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



- **PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**

É um programa de transferência direta de renda do Governo Federal para famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, adicionado à oferta de ações sócio-educativas e de convivência, manutenção da criança/adolescente na escola e articulação dos demais serviços da rede de proteção básica e especial.

Nº. de atendidos: 301

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



- **Posto Avançado de Atendimento Humanizado**

Oferece acolhimento e atendimento humanizado para brasileiros e estrangeiros deportados, repatriados, não admitidos em países estrangeiros e vítimas de tráfico de pessoas.

Nº de atendidos: 363

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**

Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e onze meses e vinte e nove dias. Semelhantes a residência e amparado por uma equipe de educadores que garantem a estabilidade de uma rotina diária.

Nº de atendidos: 231

Fonte: Direção de Proteção Social Especial

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



- **Albergue**

Serviço de acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua visa proporcionar às famílias e indivíduos em situação de rua: abrigo temporário, alimentação, higienização e pernoite. Viabilizando acesso aos serviços essenciais de saúde e documentação.

Nº de atendidos: 564

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Consultório de Rua

Objetiva o atendimento da população que vive na rua em situação de vulnerabilidade, oferecendo ações de prevenções e cuidados básicos em saúde e especialmente aos usuários de álcool e drogas.

Nº de atendidos: 183

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Entidades Conveniadas – FMAS

São entidades parceiras que executam planos de trabalho financiados pelo Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS e aprovados através de resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social.

Nº de Atendidos: 3.990 (exercício de 2011)

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Entidades Conveniadas – FUMCAD

São entidades parceiras que executam planos de trabalho financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD e, aprovados através de resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nº de Atendidos: 5.238 (exercício 2011)

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Mapa das regiões atendidas



ENTIDADES PARCEIRAS

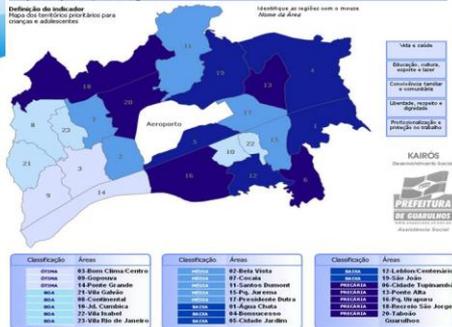
Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Mapa da proteção integral

Definição do indicador para os territórios de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes

Identificação de regiões com o nome da Área



Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FUMCAD 2012 - Previsão Conforme Publicação Resolução 396/11 - OFICINA DO 20.02.2011				
FUMCAD 2012				
Serviço de Convênios e Fomento de serviços	CONVENIADO	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto	
144	ACRIS ASSOC. CIVIL DE BRINQUEDOS DE GUARULHOS		Crescendo para Futuro	
129	AGARRÉ ASSOC. GUARULHENSE DE AMPARO AO MENOR		Enfrentando o Risco	
90	ASSOC. CULTURAL DA PARTICIPAÇÃO NAZCA S/A DA FÁBICA		Pequeno Cidadão	
60	ASSOC. CULTURAL e COMUNITARIO SANTA EMILIA -		Canômbur	
100	ASSOC. SENSATEIS DE AMARALÁ		Mundo Mulher	
50	ASSOC. SOS S/A GERALDO		Projeto NGA	
350	Centro Social Brasil Vivo		Construindo um Futuro Melhor	
Distrito Social (DS) + PI	Instituto Criança Cidadã		Círculo Escola	
		100	Instituição Alícia e Alice Pereira	Expressão
		150	Instituto de Promoção Social "Água e Vida"	Cantinho Feliz
		200	Lar Inimã - Colêctre	Ser Criança
		114	Nossa Sra. Rainha da Paz	Terra sem Favelas
		200	Núcleo Baharia	Projeto BAHIA
		60	Obra Social Niza, De Lourdes	Oficinas para Futuro
		100	Clube de Mães Novo Recreio	Sonhando o Futuro
		110	Assoc. Caribêira da Participação São Cruz Trabalho	Jornal do Futuro
		120	ONG Ação Vida	Crescendo
		2.598	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FUMCAD 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 396/11 - CMAS D.O. de 22/12/2011			FMAS 2012		
RECURSO FUMCAD 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 396/11 - CMAS D.O. de 22/12/2011			RECURSO FMAS 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
RECURSO FUMCAD 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 396/11 - CMAS D.O. de 22/12/2011			RECURSO FMAS 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
serviços especializados para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto	Serviço de Atendimento à Família	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
PCD - Habilitação Psiquiátrica	75	APAE - Assoc. de Pais e Amigos do Excepcional	41	Associação Cristã de Moços de S.P. Ges	Tecendo Arte
	50	Centro Espírita Ilmar Casaz André Luiz	250	Associação Sra de Fátima	Geração de Renda
			40	Associação do Amanhã	Construindo o Futuro
			45	Instituição All in Paradise - Alice Pereira	Oficina de Artes
			100	Instituto Criança Cidadã	Nossa Comunidade
			75	Lar Imã Celso	Grande no Lar do Imã Celso
			222	Núcleo Batista	Sessão Batista
			25	Assoc. Nossa Sra. Pazinha da Paz	Vida Plena Inclusão Produtiva
			200	Clube de Mães Nívea Recreio	Família Acollida
			895	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FUMCAD 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011			RECURSO FMAS 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
RECURSO FUMCAD 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011			RECURSO FMAS 2012 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
Centro de Convalescença	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto	PAEFI	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
50	Associação Sra. Genivaldo	Reabilitação Progressiva	120	ACRIBAD	Família e Família
30	Instituto de Proteção Social "Apas João"	Mãe e Filho	120	TOTAL	
30	Clube Nossa Sra. Lourdes	Unicef	120	TOTAL	
150	TOTAL		120	TOTAL	
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto	Serviço especializado para pessoas com deficiência e idosos	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
50			114	Associação SOS São Gerardo	Bom Luminário
115	APAE	Oficina Técnica	114	TOTAL	
165	TOTAL		114	TOTAL	
Serviço de Atendimento Institucional para Pessoas com Deficiência	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto	Serviço de Atendimento Institucional para Pessoas com Deficiência	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
100			6	Associação SOS São Gerardo	República
100	TOTAL		6	TOTAL	
Serviço de Atendimento Institucional para Idosos	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto	Serviço de Atendimento Institucional para Idosos	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
50			11	ASSISTENTE SOCIAL DO PCD	Emprego na Vida
50			44	Centro de Apoio à Pessoa Socialmente Excluída	Atendimento Psicossocial e Jurídico
100			40	Comunidade das Fátimas Maria da Graça e Maria	Resgate da Dignidade em Melhor Idade
100	TOTAL		95	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FUMCAD 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
RECURSO FUMCAD 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
Serviço Proteção social especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - PAIF/PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
113	ACRIBAD - Assoc. Brs. de Defesa do Mulher de Indiferença e da Juventude	Grav - L.A
22		
222	ACRIBAD - Assoc. Brs. de Defesa do Mulher de Indiferença e da Juventude	PCD
40	PCD - Centro de Apoio à Pessoa Socialmente Excluída	
260	TOTAL	
Serviço especializado para pessoas em situação de risco	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
208	Projeto Meninas e Meninos da Paz	
235	TOTAL	
Serviço de Atendimento Institucional para Idosos e suas Famílias	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
100	Núcleo Batista	Osoli
20	CASA AMOR AO PRÓXIMO	Acollida
120	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FEDERAL 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
RECURSO FEDERAL 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
Serviço Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - PAIF/PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
1000	Sr. João	
1000	Fabrizio Augusto	
1000	Centro	
1000	Famílias	
1000	PAIF/PCD	
1000	Projeto Alta	
1000	Presidente Dutra	
1000	Centenario	
1000	Nova Cidade	
1000	Santos Dumont	
1000	Comunidade	
11000	TOTAL	
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - PAIF/PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
30	DAIS/CREAS	Fortalecimento Institucional USG 2014
30	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FEDERAL 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
RECURSO FEDERAL 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
Serviço Proteção social especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
35	APAE	seja
35	TOTAL	
Serviço de Atendimento Institucional para Idosos	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
24	Núcleo Batista	APR 2010
30	Aloio São Vicente de Paulo	Idoso Cidadão em situação de exclusão social
49	Nosso Lar	atendimento Psicossocial
20	Casa dos Velhos Imã Alice	Atuação em situação de vulnerabilidade
123	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO FEDERAL 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
RECURSO FEDERAL 2011 - Previsão conforme Publicação Resolução 313 - CMAS D.O. de 16/12/2011		
Serviço Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - PAIF/PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
100	DAIS/CREAS	PETI
100	Família da Paz	De bem com a vida
200	TOTAL	
Serviço de Atendimento Institucional para Idosos	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
450	DAIS/CREAS	CRP 2010
450	TOTAL	
Serviço especializado para pessoas em situação de risco	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
100	DAIS/ALBERGUE	Albergue 2010
100	TOTAL	
Serviço de Atendimento Institucional para Idosos e suas Famílias - PAIF/PCD	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
950	PRO JOVEM	PRO JOVEM
950	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

RECURSO ESTADUAL 2011 - Pedido Confirmação Publicação Resolução SIA - CMAS D.O. de 16.12.2011 Edital de Prestação nº 05/2012 - CMAS D.O. de 06.01.12 Resolução SIA - CMAS 13/03/2012			
ESTADUAL 2012			
Serviço Condições e Parâmetros de Serviço	18	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
Centro da Comunidade	30	Núcleo Botucara	Centro de Convívio dos Idosos
	30	SOS São Geraldo	Colgando Flores
	60	TOTAL	
Serviço de Assistência Individualizada para Idosos	18	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
	50	Núcleo Botucara	API
	25	Asilo São Vicente de Paulo	Dependo da Vida
	100	Núcleo LOP	Instituição Residencial
	23	Stella Maris	Resgate da Dignidade na Melhor Idade
	20	Casa dos Velhos Irene Alice	Atenção ao Idoso em situação de vulnerabilidade
	218	TOTAL	
PAPI	18	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
CREAS	600	SAG/SAG	CREAS
	600	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Planos de Trabalho – FUMCAD/FMAS

Serviço Social a ser realizado, em complemento de serviços condicionados à LA	ID Atendidos	INSTITUIÇÃO	Nome do Projeto
Liberdade assistida LA	183	ASBPAD- Assoc. Bras. de Defesa do Mulher da Infância e do Adolescente, Gália - LA	Gália - LA
	183	TOTAL	

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Conselhos de Direito

Visam o controle social da política pública dos serviços socioassistenciais no município.

- Conselho Municipal do Idoso – CMI
- Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMAD
- Conselho Municipal para Assuntos da Pessoa com Deficiência – CMAPD
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



Conselhos Tutelares

Visam garantir os direitos da criança e do adolescente, requisitar serviços públicos, atender e aconselhar pais ou responsáveis e auxiliar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária.

Nº de atendidos por cada Conselho Tutelar:

Centro: 3.664
Cumbica: 3.222
Pimentas: 3.035
São João: 3.327
Taboão: 5.357

Fonte: Conselhos Tutelares do Município de Guarulhos

Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social



7.3.3. Apresentação Coordenadoria de Políticas para Mulheres



Política de Atenção à Mulher

- A **Política Pública de Atenção à Mulher** é uma das prioridades do Plano de Governo do prefeito **SEBASTIÃO ALMEIDA**, que colocou a mulher como um dos focos de maior atenção social do seu governo.
- A necessidade da criação da implementação de uma **Política Pública de Atenção à Mulher** fez parte desde o primeiro Plano de Governo do Prefeito **Elói Pietá** (2001-2008).

Programa “Mulher Prioridade Absoluta”

- Foi criado em 08 de março de 2001, com a inauguração na cidade da primeira Casa da Mulher Clara Maria, inaugurada na região do Centro, pela Presidenta do Fundo Social de Solidariedade e Coordenadora da Ação Social na época, hoje a representação da cidade na Câmara Federal, a Deputada Federal Janete Pietá, que junto com a sua equipe, pode elaborar e implementar essa ação específica.
- A iniciativa surgiu para atender mulheres em situação de exclusão social, de baixa renda e baixa escolaridade.
- Vale ressaltar que o primeiro atendimento feito na Casa da Mulher do Centro foi o de uma mulher vítima de violência.

Coordenadoria de Políticas para as Mulheres

- Em 2006, acatando uma reivindicação das principais políticas apresentadas na Conferência Municipal de Mulheres, realizada em Guarulhos no ano de 2004, o Governo Elói Pietá criou a Coordenadoria da Mulher e da Igualdade Racial.
- Em 2009, o prefeito **Sebastião Almeida**, concretizando um dos itens do seu Programa de Governo, sanciona a lei de desmembramento da Coordenadoria da Igualdade Racial e da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres.

Posse com a vinda da Ministra Nilcéa Freire



Transversalidade das ações

- A **Coordenadoria de Políticas para as Mulheres** tem o papel de atuar junto a outras Secretarias e Coordenadorias, de forma transversal, fomentando e implementando as políticas públicas integradas para a construção e a promoção da igualdade de gênero nas ações diárias no município de Guarulhos.

Casa das Rosas, Margaridas e Beths Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência

- Para atender mulheres vítimas de Violência Física, Psicológica, Sexual e Patrimonial, foi inaugurada em 25 de novembro de 2002 a **Casa das Rosas, Margaridas e Beths** que é o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência.

Casa das Rosas, Margaridas e Beths



Homenageadas

- O nome escolhido para a Casa é uma homenagem da Prefeitura para três grandes mulheres que dedicaram suas vidas à luta pela transformação política, econômica e social das mulheres:
- **Rosa** de Luxemburgo – liderança feminista alemã - assassinada em 1919.
- **Margarida** Alves – sindicalista brasileira - assassinada em 1983
- **Beth** Lobo – Militante do PT e advogada - assassinada em 1991.

Serviços da Casa das Rosas, Margaridas e Beths

- As usuárias recebem atendimento psicológico, social e jurídico, visando o rompimento efetivo do ciclo da violência doméstica, favorecendo a reorganização de suas vidas de forma autônoma e o pleno exercício da sua cidadania.
- De 2009 até março de 2012 foram feitos **3781** atendimentos de casos de violência contra a mulher.

Rede de não Violência a Mulher

- É composta por:
- Coordenadoria de Políticas para as Mulheres: Casa das Rosas, Margaridas e Beths;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Segurança Pública: Guarda Civil Municipal;
- Secretaria de Assistência Social e Cidadania;
- Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria do Trabalho;
- Delegacia de Defesa da Mulher (DDM);
- Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal;
- Polícia Militar;
- Ordem dos Advogados do Brasil/ Comissão da Mulher Advogada (OAB)
- Clínica Psicológica Nair Fortes (Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos)
- Hospital e Maternidade JIM e
- Clínica Psicológica da Universidade de Guarulhos – UNG;
- Movimento de Ação e Inclusão Social (Mais);
- Centro de Integração da Mulher (CIM);
- Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD);
- União Brasileira de Mulheres (UBM).

Protocolo de Atendimento

O atendimento às vítimas de violência sexual compõem o conjunto de medidas que visa reduzir os agravos decorrentes deste tipo de violência, através do acesso imediato aos cuidados de saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ao acompanhamento psicossocial.

Este protocolo tem por objetivo apresentar de forma clara e sucinta os procedimentos necessários para o desenvolvimento de uma assistência qualificada.

Em Guarulhos há 09 Unidades de Referência de saúde que funcionam 24 horas por dia, para realizar o primeiro atendimento às vítimas de violência sexual. Todas se encontram capacitadas e equipadas para garantir o acolhimento e o atendimento necessário, bem como orientar quanto ao seguimento do caso.

Considera-se Primeiro Atendimento os casos atendidos em até 72 horas do fato ocorrido.

Principais dificuldades da Rede

- o A Cidade de Guarulhos ainda **não** tem:
- o IML Sexológico;
- o Juizados de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher

Escolha dos Nomes

- Homenagem a **Clara Zetckin** (1857-1933), feminista alemã, socialista e uma das grandes responsáveis pela criação, em 1910, do Dia Internacional da Mulher.



Projeto Casas da Mulher Clara Maria

- o O Projeto criado em 8 de março de 2001 é único no Brasil. São espaços destinados a promover a autonomia da mulher, inclusive a financeira, visando o empoderamento das mulheres, assim como fomentar a formação de gênero, propiciando espaços de discussões, além da inclusão digital como caminho para a inclusão social. Os Objetivos se juntam aos do Milênio na promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
- o A iniciativa surgiu para atender mulheres em situação de exclusão social, de baixa renda e baixa escolaridade.

MARIA é de cada uma de nós, as Professoras, Camponesas, Sindicalistas, Políticas, Domésticas, Filósofas, Médicas, Advogadas, Engenheiras, Moradoras de Rua, Operárias e Trabalhadoras!



A Coordenadoria de Políticas para as Mulheres administra seis espaços das Casas da Mulher Clara Maria, que funcionam nos seguintes endereços:

- **Casa da Mulher Clara Maria I – inaugurada em 2001**
Endereço: Rua Francisco Antonio de Miranda, 65 - Centro
F: (11) 2468-3569
- **Casa da Mulher Clara Maria II - inaugurada em 2002**
Endereço: Rua Alberto de Mello Seabra, 292 - Jd. Angélica
F: (11) 2480-1060
- **Casa da Mulher Clara Maria III - inaugurada em 2004**
Endereço: Rua Agostinho dos Santos, 17 - Conjunto Habitacional Haroldo Veloso
F: (11) 2467-6445
- **Casa da Mulher Clara Maria IV - inaugurada em 2006- 2010 /reinaugurada em 2010**
Endereço: Rua Brigadeiro Lima e Silva, 480- V. São Rafael
F: (11) 2452-7366
- **Casa da Mulher Clara Maria V – inaugurada em 2010**
Endereço: Rua das Margaridas, s/nº - Recreio São Jorge
F: (11) 2446-1756
- **Casa da Mulher Clara Maria VI – inaugurada em 2012**
Endereço: Rua Mário Luiz Macca, 781 - Recreio São Jorge
F: (11) 2087-2788

Casa da Mulher Clara Maria I



Casa da Mulher Clara Maria II



Casa da Mulher Clara Maria II



Casa da Mulher Clara Maria III



Casa da Mulher Clara Maria IV



Casa da Mulher Clara Maria V



Casa da Mulher Clara Maria VI



Nas Casas da Mulher Clara Maria:

- o Em 2009 foram realizados **3482** atendimentos;
 - o Em 2010 foram realizados **9223** atendimentos;
 - o Em 2011 foram realizados **21977** atendimentos.
- No total, de 2009 até março de 2012 foram feitos **40583** atendimentos.

Ser Gestante: projeto desenvolvido nas Casas da Mulher Clara Maria

- Atende especificamente mulheres grávidas e nutrizes com orientações sobre Gênero; direitos sociais, sexuais, reprodutivos e nutricionais; Amamentação; Planejamento Familiar; Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis / Aids; Acolhimento e encaminhamento de mulheres que vivem em situação de violência.
- Atende mensalmente 385 (trezentos e oitenta e cinco) mulheres gestantes (Em parceria com a Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade), com repasse de um kit de apoio alimentar. Além das trezentas e oitenta e cinco mulheres que tem garantido o kit de apoio alimentar, participam também mulheres que não o recebem por estar com a renda per capita acima do critério estabelecido (1/4 do salário mínimo).

Ser Gestante: projeto desenvolvido nas Casas da Mulher Clara Maria

- o Desenvolver espaço de reflexão e discussão das relações de gênero e violência doméstica;
- o Oferecer informações a respeito dos direitos reprodutivos e planejamento familiar;
- o Orientar e encaminhar para rede de recursos existentes no município;
- o Encaminhar situações de violência doméstica ao Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência Doméstica – Casa das Rosas Margaridas e Beths;
- o Estimular a escolarização e/ou alfabetização das mulheres atendidas;
- o Possibilitar a participação em outras atividades, como: palestras, oficinas sócio-educativas e culturais;
- o Favorecer a inserção das usuárias em outras atividades existentes na Casa da Mulher e nos demais órgãos do município.
- o Elas também, com as mulheres da comunidade local, participam de festas, palestras e fóruns de discussão sobre os mais variados temas relativos a questão de gênero, política, meio ambiente, qualidade de vida, entre outros assuntos.

Projeto SER GESTANTE Cuidados com o Bebê - Shantala



Projeto SER GESTANTE Cuidados com o Bebê - Shantala



Cursos de Capacitação

- As Casas da Mulher Clara Maria também oferecem às suas usuárias cursos de capacitação nas áreas de artesanato, panificação, chocolate, kit festa, manicure, corte costura, além de ginástica terapêutica, terapia corporal, entre outros em parceria com a Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade, com a Secretaria de Esportes.

**Modelagem Corte e Costura
Casa da Mulher Clara Maria II**



**Modelagem Corte e Costura
Casa da Mulher Clara Maria III**



**Curso kit festa
Casa da Mulher Clara Maria II**



**Curso kit festa
Casa da Mulher Clara Maria III**



**Projeto Inclusão Digital/Inclusão Social
Centro de Inclusão Digital**

- o Nas Casas da Mulher Clara Maria II e III (Pimentas e Haroldo Veloso) foram implantados os Centros de Inclusão Digital, que são espaços para as mulheres criarem seus próprios e-mails e aprenderem a navegar na Internet, para se incluírem socialmente e também no mundo atual. No ano de 2012, as outras unidades das Casas da Mulher Clara Maria, também terão o Centro de Inclusão Digital.

**Inauguração Centro de Inclusão Digital
Casa da Mulher Clara Maria III**



Centro Inclusão Digital Casa da Mulher Clara Maria III



Inauguração Centro de Inclusão Digital Casa da Mulher Clara Maria II



Centro Inclusão Digital Casa da Mulher Clara Maria II



CERTIFICADOS DE INCLUSÃO DIGITAL

- o Em dezembro de 2010 a Coordenadoria da Mulher entregou os primeiros certificados para 36 mulheres em cerimônia na sub- prefeitura do São João.
- o Os depoimentos foram emocionantes. Mulheres que nunca tinham tido acesso ao computador, e conheceram a Internet através de seus e-mails.

ENTREGA DOS CERTIFICADOS



Projeto Brinquedoteca

- o São espaços para as crianças das mães que frequentam os cursos, palestras, ou outras atividades nas Casas da Mulher Clara Maria.
- o Foram inauguradas em setembro de 2010 nas Casas da Mulher Clara Maria II e III.
- o Parceria com a Secretaria de Educação e Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade.
- o No ano de 2012, as outras unidades das Casas da Mulher Clara Maria, também terão suas brinquedotecas.

Brinquedoteca Casa da Mulher Clara Maria II



Brinquedoteca Casa da Mulher Clara Maria II



Brinquedoteca Casa da Mulher Clara Maria III



ProMuNe Programa Mulheres de Negócios

- o Programa para ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e promover a autonomia econômica e financeira, por meio do empreendedorismo, associativismo, acesso ao micro crédito, beneficiando as mulheres principalmente, as que se encontram em situação de risco social e aquelas que necessitam de apoio institucional para serem incluídas no mundo dos negócios a partir de seus empreendimentos. Com iniciativa da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Guarulhos e em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Caixa Econômica Federal foi lançado o Programa Mulheres de Negócios – ProMuNe, com a ferramenta do micro crédito.

ProMuNe Programa Mulheres de Negócios

Para a realização plena deste Programa o município de Guarulhos contou com a edição da Lei municipal de número 6684 que

“Institui o Programa Municipal de Microcrédito Produtivo Orientado à Mulher.” – de autoria das vereadoras Profª Eneide, Profª Marisa de Sá e Otávia Tenório.

ProMune Programa Mulheres de Negócios

- o O 1º contrato para concessão de micro crédito a empreendedores populares voltado ao público feminino foi assinado pela Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho . A cabeleireira Cilene Oliveira foi a primeira beneficiária, e contou que vai investir na sua loja de aluguel de roupas para casamento e em produtos para seu salão de beleza.

ProMuNe Programa Mulheres de Negócios

- o Este programa foi pioneiro na cidade de Guarulhos. Foi apresentado à Presidenta Dilma e transformado em programa nacional com o convênio entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Caixa Econômica Federal.

ProMuNe Programa Mulheres de Negócios



Aula inaugural ProMuNe

- o Em 5 de março de 2012 foi realizada a aula inaugural do Curso de Gestão de Negócios e Educação Financeira.

Festa Junina das Casas da Mulher Clara Maria



23 a 27 de novembro de 2009
8ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher

- Mais de 700 pessoas estiveram na solenidade de abertura da *8ª Semana Guarulhense de Não-Violência à Mulher*.
- A *8ª Semana Guarulhense de Não-Violência à Mulher* foi organizada pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, Secretarias e Coordenadorias e teve apoio da Rede Guarulhense de Não-Violência à Mulher.
- Foram realizados mais de 50 eventos;
- O mote da programação foi:
"Lei Maria da Penha: Direito Adquirido deve ser Mantido!"

8ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher



22 a 26 de novembro de 2010

9ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher Direito Adquirido deve ser Garantido!

- Cerca de 800 pessoas prestigiaram a abertura da 9ª Semana Guarulhense de Não-Violência à Mulher.
- O evento é uma iniciativa da Coordenadoria de políticas para as Mulheres e em parceria com as Secretarias e Coordenadorias da Prefeitura, apoio da Rede Guarulhense de Não-Violência à Mulher e sociedade civil, e para tal foram promovidas uma série de eventos, palestras e oficinas descentralizadas e em várias localidades da cidade.
- Neste ano também comemoramos os **16 dias de ativismo**

9ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher



9ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher



9ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher



9ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher



23 a 27 de novembro de 2011

10ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher

- Para celebrar o 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, com apoio das Secretarias e Coordenadorias do Governo e a Rede de não Violência promoveu uma série de eventos, palestras e oficinas descentralizadas e em várias localidades da cidade.
- Neste ano também comemoramos os **16 dias de ativismo**

26 de novembro de 2009

Campanha do Laço Branco é lançada em Guarulhos

- A cerimônia fez parte da 8ª Semana Guarulhense de Não Violência à Mulher.
- Objetivou divulgar e lançar em Guarulhos a **Campanha do Laço Branco, Homens Unidos contra a Violência à Mulher**, que teve origem no Canadá por conta de um crime de ódio contra 14 mulheres que estremeceu o país.
- Em Guarulhos, o **prefeito Sebastião Almeida** foi a **primeira autoridade** da cidade a aderir a Campanha do Laço Branco.

Campanha do Laço Branco



Prefeito Sebastião Almeida adere à Campanha do Laço Branco



Campanha Guarulhense do Laço Branco - 2012

- Foi lançado no site da Prefeitura o Blog do Laço Branco, para que os homens façam adesão e sejam unidos pelo fim da violência contra a mulher.
- Os homens das várias unidades da Administração Direta e Indireta estão aderindo, assim como os vereadores e funcionários da Câmara Municipal, além de profissionais da segurança pública, da saúde e de setores da Sociedade Civil.

Unidade Temática de Gênero y Municipio da Rede de Merco cidades

- Em agosto de 2009 a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres assumiu em Rosário/Argentina, a Subcoordenação da Rede Temática de Gênero y Municipio da Rede de Merco cidades, organização que reúne cidades pertencentes aos países que compõem o Mercosul e que busca promover a integração em vários aspectos, entre os quais, o econômico, o tecnológico, o cultural e o social.
- O Brasil é o país que conta com o maior número de participantes, 28, seguido da Argentina, com 21 municípios.
- A Coordenadoria de políticas para as Mulheres com o apoio da Coordenadoria de Relações Internacionais e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania organizou em dezembro de 2009 um Seminário Nacional sobre Tráfico de Mulheres.

Dias 14 e 15 de dezembro de 2009

Seminário Nacional sobre Tráfico de Mulheres

- A Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, com apoio da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e da Coordenadoria de Relações Internacionais, promoveu o *"Seminário Nacional Sobre Tráfico de Mulheres com vistas à Exploração Sexual"*.
- A atividade foi organizada no âmbito da Unidade Temática de Gênero e Municipio, da Rede de Merco cidades (UTGM), coordenada pela cidade de Morón (Argentina).
- A cidade de Guarulhos, por meio da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, ocupou desde agosto de 2009, a posição de subcoordenadora, juntamente com a cidade de Maldonado (Uruguai).

Seminário Nacional sobre Tráfico de Mulheres



Mês de Gênero

- Uma das ações mais importantes realizadas pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, demais Secretarias e Coordenadorias, Rede Guarulhense de Não Violência e sociedade civil é o **Mês de Gênero**, que acontece em março, como uma **Homenagem ao 08 de Março, Dia Internacional da Mulher**.

100 anos de Oito de Março

- Em 2010, uma das mais importantes ações que a Coordenadoria de políticas para as Mulheres articulou com as Secretarias, Coordenadorias, a Rede de Não Violência contra a Mulher e a Sociedade Civil foi a organização dos eventos em homenagem aos **cem** anos do Dia Internacional da Mulher, que foi comemorado em 08 de março de 2010, com os eventos do 10º mês de Gênero da Cidade de Guarulhos.

8 de março de 2010 Dia Internacional da Mulher



- **Celebração dos Cem Anos do Dia Internacional da Mulher.**
- **A atividade foi organizada durante todo o mês de março de 2010, conjuntamente com as Coordenadorias e Secretarias de Governo, Rede Guarulhense de Não Violência à Mulher, representações parlamentares e organizações da sociedade civil.**
- **Ao todo foram realizadas mais de 60 atividades em vários espaços da Prefeitura e sociedade civil.**

Abertura 10º Mês Especial de Gênero celebração dos 100 Anos de Luta da Mulher



10º Mês Especial de Gênero celebração dos 100 Anos de Luta da Mulher



**10º Mês Especial de Gênero
celebração dos 100 Anos de Luta da
Mulher**



**10º Mês Especial de Gênero
celebração dos 100 Anos de Luta da
Mulher**



**10º Mês Especial de Gênero
celebração dos 100 Anos de Luta da
Mulher**



**10º Mês Especial de Gênero
celebração dos 100 Anos de Luta da
Mulher**



Outros Projetos

- A Coordenadoria de Políticas para as Mulheres está presente em projetos como:
- Programa Prefeitura nos Bairros;
- Mulheres Construindo o Futuro;
- Programas da Secretaria da Saúde, como a Semana da Amamentação;

**Programa Selo Pró Equidade de
Gênero 2009/2010**

- Criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, pactuado pela Coordenadoria de políticas para as Mulheres e com a adesão do Prefeito Sebastião Almeida em 2009, foram, durante 2010, realizadas várias ações junto às Secretarias e Coordenadorias da Prefeitura voltadas à questão de gênero nas relações de trabalho.
- O prêmio é um incentivo da SPM/PR para que Prefeituras e empresas privadas tenham este olhar específico nas suas relações cotidianas, visando assim reduzir as desigualdades entre homens e mulheres nas relações de trabalho.

19 de março de 2010

Lançamento Programa Selo Pró-Equidade de Gênero

- o Aconteceu no Salão de Artes do Adamastor e reuniu mais de 200 funcionários e funcionárias da Prefeitura.
- o Rosana Maria Pires Barbato Schwartz, doutora em história e representante do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, participou do evento e fez palestra sobre Gênero nas Relações de Trabalho.
- o O Programa tem por objetivo estimular a equidade de gênero no mundo do trabalho, valorizando o compromisso de organizações públicas e privadas com a igualdade entre mulheres e homens. A iniciativa é da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo federal.

Lançamento Programa Selo Pró-Equidade de Gênero



Lançamento Programa Selo Pró-Equidade de Gênero



Lançamento Programa Selo Pró-Equidade de Gênero



Lançamento Programa Selo Pró-Equidade de Gênero



Comitê Pró-Equidade de Gênero

- Foi criado em maio de 2010, por meio de Portaria assinada pelo Prefeito.
- É composto por representações das Secretarias e Coordenadorias.
- Por meio de reuniões mensais, este Comitê foi o grande responsável pela execução das metas propostas no Plano de Ação enviado a SPM e pela conquista do Selo Pró-Equidade de Gênero/ edição 2009/2010 com aprovação de "muito satisfatório".

Comitê Pró-Equidade de Gênero



Comitê Pró-Equidade de Gênero



**Programa Selo Pró-Equidade de Gênero
O selo é nosso!**



**Programa Selo Pró-Equidade de Gênero
O selo é nosso!**



**Programa Selo Pró-Equidade de Gênero
O selo é nosso!**



**Programa Selo Pró-Equidade de Gênero
O selo é nosso!**



Lançamento do Programa Mulheres da Paz

Projeto Mulheres da Paz

- O Projeto Mulheres da Paz do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - do Ministério da Justiça está sendo executado pela Coordenadoria de políticas para as Mulheres e é em parceria com a Secretaria de Segurança Pública
- O objetivo do projeto é construir e fortalecer as redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens e adolescentes expostos à violência doméstica e/ou urbana nas regiões conflagradas do território do PRONASCI.
- São 200 Mulheres da Paz em Guarulhos.

- O projeto Mulheres da Paz quer usar a sensibilidade e a força femininas para identificar jovens em situação de conflito, com idade entre 15 e 24 anos, para reintegrá-los à sociedade por meio de ações sociais.
- Resultado de uma parceria entre a Prefeitura e o Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a iniciativa começou com força total. Seleccionadas nas Casas da Mulher Clara Maria do Pimentas e do Haroldo Veloso, 200 líderes femininas receberão, durante um ano, formação em cidadania e serão capacitadas nas áreas de direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, inclusão digital, mediação de conflito e relações de gênero e de igualdade.



Lançamento do Programa Mulheres da Paz



Lançamento do Programa Mulheres da Paz



Projeto Mulheres da Paz



1ª Semana Guarulhense da Lei Maria da Penha

- Em agosto de 2010 foi realizada a 1ª Semana Guarulhense da Lei Maria da Penha em conjunto com as Unidades da Prefeitura, a Rede de Não Violência e a Sociedade Civil, para divulgar, discutir, marcar essa Lei em que passa a ser crime todo caso de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher.

1ª Semana Guarulhense da Lei Maria da Penha



Projeto de Telecentros

- Através do Ministério da Justiça a Coordenadoria de políticas para as Mulheres implantará um Telecentro na Casa da Mulher Clara Maria III (Haroldo Veloso) e outro na Casa da Mulher Clara Maria IV (Vila São Rafael).

Conferências da Mulher

- Com o apoio da sociedade civil, a Prefeitura de Guarulhos promoveu, em 2004 e 2007, a I e a II Conferências Municipais de Mulheres.
- Delegadas da cidade estiveram nas duas Conferências Estaduais e Nacionais.
- Guarulhos foi uma das primeiras cidades do país a assinar, em 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
- É uma das cidades signatárias do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

- Realizamos a 3ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres com 23 conferências temáticas atingindo por volta de 4200 pessoas.

Conquista do Voto Feminino

- Para marcar os 80 anos da conquista do voto feminino no Brasil, realizamos um evento com palestras, em 26 de fevereiro de 2012.

Dedicação às causas da mulher

- Os avanços obtidos e conquistados na área da mulher em Guarulhos, teve direta ou indiretamente o apoio e a determinação da Deputada Federal Janete Pietá, junto a várias outras representações femininas no espaço de poder da cidade na garantia dos direitos da mulher pela igualdade.



7.3.4. Apresentação Coordenadoria de Políticas da Juventude

COORDENADORIA DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE

PREFEITURA DE GUARULHOS



GUARULHOS
Cidade da Juventude



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - Início



No final da década de 90 e início dos anos 2000, o Brasil conta com uma das maiores populações jovens do planeta e com um número significativo de jovens.

- Movimentos sociais apontam a necessidade de políticas públicas específicas,
- Ações começam a ser pensadas para esta população



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - Visões



- Juventude problema

- Juventude desprotegida



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - PPJs



2003 Prefeitura de Guarulhos lança o Programa Oportunidade ao Jovem

2004 Governo Federal cria Grupo Interministerial da Juventude que indica parâmetros para uma política pública de juventude.

Principal foco: jovens com baixa escolaridade e desempregados



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - PPJs



2005 Governo Federal cria:

- Política Pública da Juventude
- Secretaria Nacional da Juventude
- Conselho Nacional da Juventude
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Participação Cidadã – **Projovem.**

2008 Governo Federal cria Projovem integrado com 4 modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Urbano e Projovem Campo, por meio da Lei 11.692/2008 e Decreto 6.629/2008



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - PPJs



O governo federal passa a utilizar a classificação da ONU, em que jovens são todos/as aqueles/as com idade entre 15 e 29 anos, sendo:

- 15 a 17 anos – jovem adolescente
- 18 a 24 anos – jovem jovem
- 25 a 29 anos – jovem adulto



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - Guarulhos



- Serviços e comércio concentram o maior número de contratações, 67 mil jovens, recebendo 1 e ½ salário mínimo.

- Significa que o emprego tem caráter temporário, onde o jovem acumula recursos para estudos e outras oportunidades de trabalho.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - Guarulhos



- O número de jovens (15 aos 29 anos), que morrem por causas externas (acidentes de trânsito, homicídios ou outros fatores de risco) é de 88 mortes a cada 100 mil habitantes (IBGE 2007)

- Mães adolescentes chega a 12% (IBGE 2007)

- Muitas abandonam os estudos e 30% nunca mais retomam sua trajetória escolar



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



JUVENTUDE - Guarulhos



DESAFIOS

- Dialogar com o segmento jovem é oferecer opções de busca permanente por mudanças ou oportunidades

- o sentimento de rebeldia contra os modelos culturais, morais ou injustiças sociais desta sociedade são marcas da juventude de tempos em tempos marcam sua presença na história da humanidade.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Coordenadoria de Juventude



Criado pela LEI Nº 6.507, DE 8 DE JUNHO DE 2009, de autoria do Prefeito Municipal. Tem nos seus objetivos: (Art. 53-C)

I - promover o diálogo entre a administração municipal e os movimentos jovens;

II - articular parcerias com a entidade civil, com as diversas organizações e expressões da juventude e segmentos da sociedade para a construção de políticas públicas;



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Coordenadoria de Juventude



III - formular, elaborar, gerenciar e acompanhar programas em conjunto com as demais secretarias e contribuir com o desenvolvimento da identidade e da autonomia dos jovens;

IV - articular a obtenção e atualização permanente de banco de dados municipal, dos números, realidades, situações relativamente aos jovens; e

VI - articular a participação da cidade de Guarulhos nos fóruns de governo e da sociedade civil organizada, de âmbito regional, estadual, nacional e internacional de cidades pela promoção da juventude."



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



AÇÕES DA COORDENADORIA Segundo Semestre/2010

1ª. Semana do Estudante (de 11 a 15/agosto).

Tema "Juventude, o futuro é agora. Educação, trabalho e direitos".

Edição do projeto "Graffiti é cidadania" – realizada na comunidade do Anita Garibaldi com grafiteiros/as, grupos musicais formado por jovens e integração com os moradores.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Coordenadoria Municipal da Juventude. O espaço institucional da realização da PPI



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



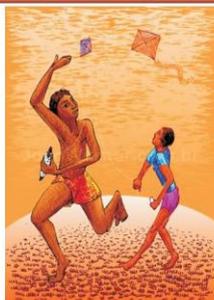
AÇÕES DA COORDENADORIA Segundo Semestre/2010

Lançamento da campanha
"A Juventude Negra quer Viver!"

- Ações de formação e propostas para o enfrentamento da violência cometida contra jovens negros/as

- Apoio da campanha Nacional contra o genocídio da juventude negra que tem suporte da Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal.

- E é realizada em parceria com a Coordenadoria da Igualdade Racial.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



AÇÕES DA COORDENADORIA Primeiro Semestre/2011

- 1º Bicicletada da Juventude – Chamar atenção para a ampliação de ciclofaixas, apoio ao uso de bicicletas, o direito dos ciclistas e incentivo a formas sustentáveis de locomoção

- Em parceria com a Secretaria de Transportes e Trânsito (STT), foi realizada no dia 1º de maio e percorreu cerca de 6 km do Bosque Maia ao Cecap.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



AÇÕES DA COORDENADORIA Segundo Semestre/2011



2ª. Conferência Municipal da Juventude

- Participação de mais de 1000 jovens entre delegados(as), e convidados(as)

- Presença da Secretária Nacional da Juventude do governo federal, Severine Macedo.

- o governo proporcionou o diálogo das várias organizações e movimentos.

- entre os itens aprovados está a assinatura do Pacto pela Bicicleta pelo Exmo. Prefeito, Almeida.

- foi feita a nova representação do Conselho Municipal pela sociedade civil.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



AÇÕES DA COORDENADORIA Segundo Semestre/2011



2ª. Feira do Estudante (10h às 18h) (dos setores acadêmicos)

- Superou as expectativas com cerca de 7 mil pessoas, que vieram de todos os bairros da cidade

- Os visitantes obtiveram informações sobre carreiras, fizeram testes vocacionais e participaram de sorteios para concorrer a bolsas de estudos de diversas instituições como a FIG (Faculdades Integradas de Guarulhos), a UNG (Universidade de Guarulhos), a Torricelli, o Eniac e a ESPM (Escola Superior Paulista de Administração).

- Puderam tirar várias dúvidas sobre vestibulares para universidades públicas e privadas, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e de como estudar fora do país.

Parceria estratégica: Secr. Educação; Transportes e trânsito; Chefe de Gabinete; DI; Saúde; equipe da Biblioteca Monteiro Lobato; CFSS; Cultura; CIR; equipe do Adamastor.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!





2012 – Primeiro Trimestre

PLANO MUNICIPAL PARTICIPATIVO
REUNIU MAIS DE 1.300 JOVENS

A 2ª Conferência Municipal da Juventude, APROVOU uma grande pauta de propostas da juventude guarulhense.

É importante que a juventude indique para o prefeito quais devem ser as prioridades para os jovens da cidade.

- Consulta considerando as regiões Picanço / Continental, São João, Recreio / Cabuçú, Pimentas
- Construção Participativa com objetivo de ouvir, propor e aprovar os itens mais importantes.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Inauguração do Primeiro CRJ 30/03/12 (Centro de Referência da Juventude)



Espaço de integração de ações, programas e projetos para a juventude em sua diversidade e para manifestação de diversas formas de expressão.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



GRAFFITI É CIDADANIA Especial Mulheres

Este projeto acontece nos bairros. Participam grafiteiros e grupos musicais e o objetivo é a interação desses artistas com a comunidade. O projeto também busca parcerias para promover ações de educação e cidadania.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



GUARULHOS Cidade da Juventude

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade.

- Identificar e analisa características físicas, atividades predominantes, vocações da cidade, problemas e potencialidades,
- É um conjunto de regras básicas que determinam o que pode e o que não pode ser feito em cada parte de cidade
- É um processo de discussão pública que analisa e avalia a cidade
- Direcionar forma de crescimento, a partir de discussão coletivamente como princípios uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais.



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



GUARULHOS Cidade da Juventude – Plano Diretor

- Deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito
- O resultado é a expressão do pacto firmado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo
- A juventude, como segmento importante deve participar do processo de construção do Plano Diretor e apontar suas demandas para a cidade
- A juventude é sujeito e não objeto do planejamento da cidade



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Coordenadoria de Juventude



"Para nascer um novo Brasil, humano, solidário democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado."

[Herbert José de Souza, o Betinho]



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



Coordenadoria de Juventude



Érika Gomes de Oliveira

*Coordenadora Municipal de Juventude
Prefeitura de Guarulhos*



Prefeitura Municipal de Guarulhos
Juventude, o futuro é agora!



7.3.5. Apresentação Coordenadoria de Igualdade Racial

Coordenadoria da Igualdade Racial

**Revisão do Plano Diretor de Guarulhos
Ciclo de Debates**

Eixo : Inclusão Social

População % por raça/cor

Cor/Raça	Guarulhos	Estado São Paulo
Branca	53,5	63,9
Parda	38,8	29,1
Preta	6,3	5,5
Negra	45,1	34,6
Amarela	1,3	1,4
Índigena	0,1	0,1

Posição na ocupação dos negros no trabalho principal
Região Metropolitana e Distrito Federal 2008 (em %)

Tabela Z1

Posição na ocupação	Negros					
	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Distrito Federal
Total de assalariados do setor privado ⁽¹⁾	60,5	58,5	52,8	50,1	47,9	47,0
Com carteira assinada	46,9	48,7	48,1	39,6	37,0	37,8
Sem carteira assinada	13,7	9,8	7,6	10,5	10,9	9,2
Total de assalariados ⁽²⁾	66,5	70,1	56,5	63,0	59,8	65,8
Autônomos	18,0	15,3	20,1	22,9	24,3	16,6
Empregador	1,6	(3)	2,6	2,5	2,0	3,4
Empregado doméstico	11,4	11,0	10,0	9,3	10,1	11,4
Empregado familiar sem remuneração salarial	0,7	(3)	(3)	(3)	2,2	(3)
Outros	1,8	(3)	0,7	1,8	1,7	2,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/PAT e consórcios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.
Obs.: (1) Não incluem os empregados domésticos, inclui o setor público.
(2) Não incluem os empregados domésticos, inclui o setor público.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Obs.: Não negro = brancos + pardos.

Posição na ocupação dos não negros no trabalho principal
Região Metropolitana e Distrito Federal 2008 (em %)

Tabela Z2

Posição na ocupação	Não negros					
	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Distrito Federal
Total de assalariados do setor privado ⁽¹⁾	60,1	54,9	51,9	48,9	46,7	43,5
Com carteira assinada	47,1	45,7	44,2	40,0	37,9	35,1
Sem carteira assinada	13,0	9,2	7,7	8,9	8,8	8,5
Total de assalariados ⁽²⁾	68,9	67,2	68,0	69,4	63,4	71,3
Autônomos	15,9	16,4	18,5	17,2	22,1	14,2
Empregador	4,8	5,3	6,4	7,5	3,8	5,4
Empregado doméstico	5,7	5,3	4,2	(3)	4,9	5,6
Empregado familiar sem remuneração salarial	0,9	0,7	(3)	(3)	2,8	(3)
Outros	3,9	5,2	2,8	(3)	3,0	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/PAT e consórcios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.
Obs.: (1) Não incluem os empregados domésticos.
(2) Não incluem os empregados domésticos, inclui o setor público.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Obs.: Não negro = brancos + pardos.

Emprego e Educação

Tabela 18
Rendimento médio real dos ocupados segundo cor, sexo e escolaridade
Região Metropolitana de São Paulo 2001/2002
(em R\$ de janeiro de 2005)

	Negra				Não-negra					
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	
São Paulo										
Analfabeto	416	406	304	485	429	304	516			
Ensino Fundamental Incompleto (1)	573	514	363	630	624	410	767			
Ensino Fundamental Completo	730	625	446	755	796	534	954			
Ensino Médio Incompleto	628	558	423	655	670	487	801			
Ensino Médio Completo	955	757	595	922	1.037	771	1.277			
Ensino Superior (2)	2.406	1.653	1.375	1.981	2.507	1.882	3.137			

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.
Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.
Infatores utilizados: IPCA-BH/PEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RM/IBGE/PE, IPC-SE/BA, ICV-DIEESE/SP.
Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mercenários que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores

Desemprego

Tabela 7
Taxas de desemprego total da população negra e não-negra, segundo sexo e idade
Região Metropolitana - 2001/2002

	Cor e Sexo					
	Negra			Não-Negra		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
São Paulo						
Total	18,3	22,8	26,2	19,9	15,8	18,8
10 a 17 anos	49,1	53,2	57,8	49,7	45,8	51,4
18 a 24 anos	26,7	31,4	37,5	25,3	23,8	27,3
25 a 39 anos	14,3	17,8	22,0	14,3	12,2	15,2
40 anos e mais	11,7	14,8	15,1	14,6	10,3	11,7

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.
Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Saúde

Saúde	Negros	Não negros
Indicador		
Mortalidade infantil	17,45	17,36
Mortalidade neonatal precoce	8,96	7,19
Mortalidade neonatal tardia	3,07	4,11
Mortalidade pós neonatal	5,42	6,06
Baixo peso ao nascer	10,17	7,76
Pré-natal insuficiente	42,95	28,33
Infecção respiratória aguda	n/d	n/d
Doença diarreica aguda	n/d	n/d
Morte por causa circulatória	n/d	n/d
Morte com causa mal definida	n/d	n/d

A Coordenadoria

A Coordenadoria da Igualdade Racial – **CIR** é o órgão criado pela Lei 6.507, em 08 junho de 2009, conforme diretriz do Plano de Governo Municipal, que tem por objetivo o enfrentamento das causas e efeitos do Racismo.

Centro de Referência

O Centro de Referência da Cultura Negra e Igualdade Racial **Xikelela**, criado em junho de 2008, é um órgão executivo da Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos.

COMPIR

O **Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial** é órgão, consultivo e deliberativo, vinculado à Coordenadoria da Igualdade Racial.

Tem por finalidade propor, em âmbito municipal, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra, povos indígenas e outros segmentos étnicos da população com o objetivo de combater o racismo e a discriminação racial, desconstruir preconceitos e reduzir as desigualdades raciais inclusive, nos aspectos econômico, financeiro, social, político, cultural e educacional, exercendo a função de controle social sobre as políticas de igualdade racial no Município.

Eixos Principais de Ação:

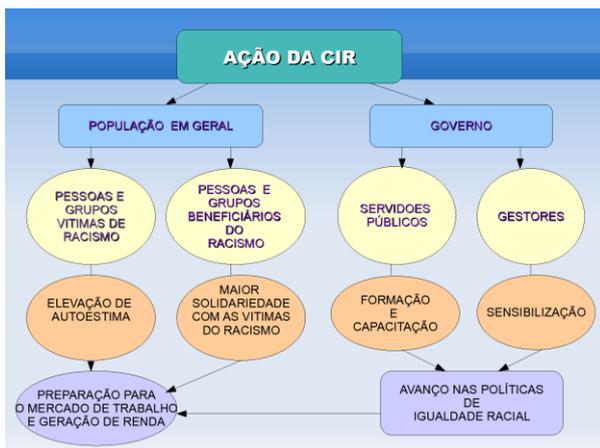
- I) Enfrentamento do Racismo, desconstrução de estereótipos e preconceitos;
- II) Valorização das Culturas Negras, Indígenas e Ciganas;
- III) Preparação para o Mercado de Trabalho e Geração de Renda

DIAGNÓSTICO Rendimentos Salarial

População residente - cor ou raça classes de rendimento nominal mensal GUARULHOS	BRANCA A	PRETA	AMARELA A	PARDA	INDIGENA A
População mais de 3 a 5 salários mínimos	46019	3856	1460	17463	77
População mais de 5 a 10 salários mínimos	29707	1544	1261	6954	41
População mais de 10 a 15 salários mínimos	4155	153	245	652	6
População mais de 15 a 20 salários mínimos	2832	74	169	374	1
População mais de 20 a 30 salários mínimos	1027	23	81	117	-
População mais de 30 salários mínimos	455	10	35	73	2
População Sem Rendimento	212704	25295	5122	174000	479

DIAGNÓSTICO Rendimentos Salarial – ate 3 salários min.

População residente - cor ou raça classes de rendimento nominal mensal GUARULHOS	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDIGENA
Total da População	549559	69204	13981	400265	1313
População Até 1/4 de salário mínimo	5656	890	142	5302	18
População de 1/4 a 1/2 salário mínimo	5083	1177	69	6359	24
População de 1/2 a 1 salário mínimo	58004	10070	1484	52423	204
População residente 1 a 2 salários mínimos	130019	20040	2627	106982	345
População residente de 2 a 3 salários mínimos	53898	6072	1286	29566	116



Ações Desenvolvidas

I - Enfrentamento do Racismo, desconstrução de estereótipos e preconceitos;

Serviços Oferecidos:

- Oficinas de Promoção da Igualdade Racial e Valorização das Culturas.
- Cursos, Seminários e Palestras para Servidoras e Servidores e Sociedade Civil.
- Oficinas de sensibilização acerca do quesito raça/cor realizadas/programadas com diversos órgãos visando a criação de condições para a coleta de informações nos diversos serviços do governo municipal (Saúde, Assistência Social, Trabalho, Habitação).
- Atendimento psicológico e social.

II - Valorização das Culturas Negras, Indígenas e Ciganas.

Oficinas de Artesanato, Arte e Culturas Africanas e Indígenas, OFICINAS DE COMUNICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.

Visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil.

Oficinas de Formação e preparação para o Trabalho

- Anos de 2010 - 2011
- Total de oficinas 655
- Total de pessoas 6.817

Projetos

Projeto É Tudo Nosso: Garantindo Direitos e Promovendo Talentos

Objetivos:

Prevenir a violência através da formação de adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa nas áreas de cultura, educação e profissionalização;
 Promover a preparação para o trabalho de 60 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, nas áreas de informática e hotelaria;
 Incentivar fortalecimento dos vínculos familiares e prevenir o uso e abuso de álcool e drogas.

Outros Projetos:

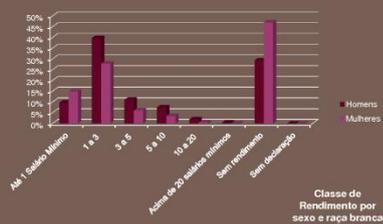
- Projeto de Formação Política para a Cidadania, voltado às Mulheres Jovens Negra atendendo 14 cidades do Estado de São Paulo.
- Projeto de Qualificação e Capacitação dos Servidores (as) sobre Quesito Raça/Cor.
- Projeto de Comunicação Étnica e Projeto Guarulhos Construindo a Igualdade Racial, são projetos que tem por finalidade a formação e construção de publicações e materiais áudio visuais específico sobre a Igualdade Racial.
- Projetos de Formação dos Profissionais da Saúde de Guarulhos

Coordenadoria da Igualdade Racial

Coordenadora Edna Roland

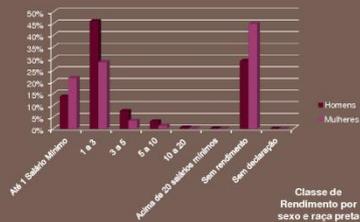
Rua Luis Turri, nº 75 – Jd Zaira - Guarulhos – SP- CEP 07095-060
fone: (11) 2408-5597 / 2409-6843
igualdade racial@guarulhos.sp.gov.br

CLASSE DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA



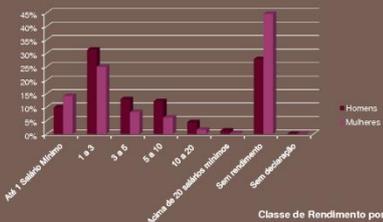
Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA



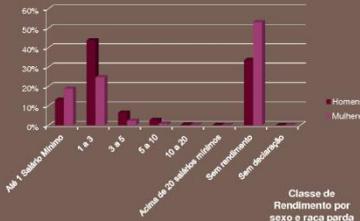
Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA



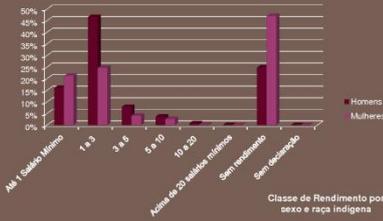
Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA



Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA



Coordenadoria da Igualdade Racial

PESSOAS DE MAIS DE 5 ANOS POR SEXO E RAÇA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO



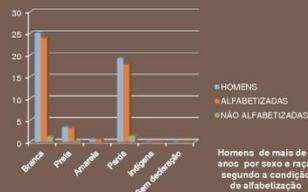
Coordenadoria da Igualdade Racial

PESSOAS DE MAIS DE 5 ANOS POR SEXO E RAÇA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO



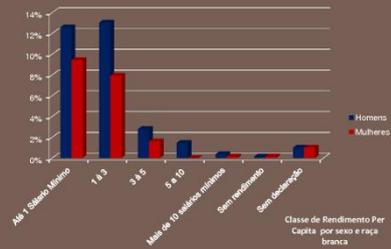
Coordenadoria da Igualdade Racial

PESSOAS DE MAIS DE 5 ANOS POR SEXO E RAÇA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO



Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA POR SEXO E RAÇA



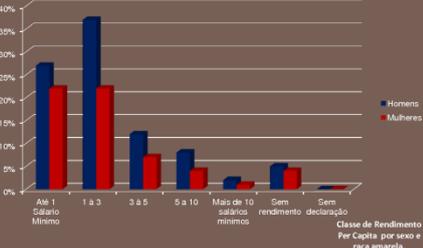
Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA POR SEXO E RAÇA



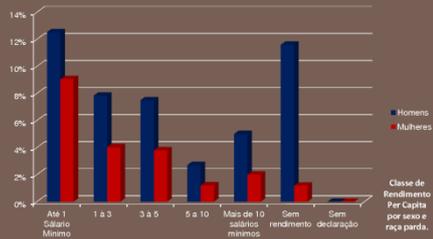
Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA POR SEXO E RAÇA



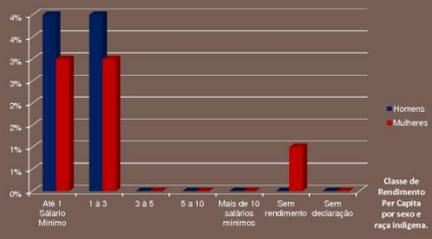
Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA POR SEXO E RAÇA



Coordenadoria da Igualdade Racial

CLASSE DE RENDIMENTOS NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA POR SEXO E RAÇA



Coordenadoria da Igualdade Racial

7.4. Fotos



7.5. Lista de presença



revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 02 Análise da Situação Atual

Reunião / Oficina
Ciclo de Debates
Data 20.04.12

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
<u>Apresentado de Felício P. Junior</u>	<u>SDU03</u>		
<u>Ruben de Almeida Rodrigues</u>	<u>SDU 01</u>		
<u>MIRIAM R. SILVA</u>	<u>SDU01</u>		
<u>Suelly Akemi F. Zito</u>	<u>SDU01</u>		
<u>Mônica Inezoni A. Junior</u>	<u>CPM</u>		
<u>LUCIANO BATISTA BARROS</u>	<u>SH</u>		
<u>Isaura Silva Chacim</u>	<u>SH</u>		
<u>Guilherme de Oliveira Jordani</u>	<u>SE</u>		
<u>Volúde C. T. L. W.</u>	<u>SOAS</u>		
<u>Andréa Azeites</u>	<u>SUAS</u>		
<u>Sônia A. Oliveira</u>	<u>SDAS</u>		
<u>Maria Viana Silve (MARI)</u>	<u>CPM</u>		
<u>Guilherme D.S. Vianna</u>	<u>SH</u>		
<u>FABIO A. PARADINHA</u>	<u>DIT - GEO</u>		
<u>Tiago Carlos Soares</u>	<u>COORD PERM D</u>		
<u>Henrique Almeida</u>	<u>COORD. P. P. Dm. R.</u>		
<u>Simone Inácio da Silva</u>	<u>COORD. PCD</u>		
<u>Regiane Eda Silva</u>	<u>MM. + O P</u>		
<u>Lea Suain da Silva</u>	<u>M. M.</u>		
<u>Dr. Valdo José de Carvalho</u>	<u>M. M. P. C. A. N. A. B. A. R. I. A.</u>		
<u>Angella Pilotto</u>	<u>AMBREM</u>		
<u>Wilton Alves da Silva</u>	<u>DIT - GEO</u>		

8. MEIO AMBIENTE E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Data: 04 de maio de 2012

Local: Adamastor

Secretarias Palestrantes: Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Governo.

8.1. Relatório palestras

O último dia do ciclo foi iniciado com abertura do Sr. Álvaro Garruzi, Secretário de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, que esclareceu os motivos que levaram a agendar novo dia para estas apresentações, já que na data em que estava prevista apresentação da Secretaria do Meio Ambiente não houve tempo e, portanto, agendou-se para outro dia.

8.1.1. Secretaria de Meio Ambiente (SM)

Guilherme Bagattini (SM): explicou que o objetivo da apresentação é expor um diagnóstico ambiental no Município de Guarulhos sem esgotar a temática.

Apresentou Guarulhos inserido na região metropolitana e no limite da Reserva do Cinturão Verde da Biosfera, bem como no âmbito dos mananciais da RMSP.

Contextualizou a ocupação e uso dos solos a partir da morfologia do território. A ocupação ocorre inicialmente nas regiões mais planas. Enquanto nas zonas mais altas e com maior declividade preserva-se a cobertura vegetal. Dessa forma o uso e a ocupação do solo relacionam-se diretamente com a morfologia do território. Contudo, frente à expansão urbana esse limite ambiental passa a ser também ocupado. Comentou sobre a relação entre cobertura vegetal, o uso do solo e a temperatura.

Apresentou as unidades de conservação verificadas em Guarulhos nas diversas instâncias: federal, estadual e municipal, este último caso representado pela Reserva Biológica Burle Marx, Parque Natural Municipal da Cultura Negra Sítio da Candinha (este com um edifício de patrimônio histórico), Estação Ecológica do Tanque Grande e APA Cabuçu – Tanque Grande. Esta apresenta os conflitos decorrentes do uso do solo e as áreas de preservação.

Indicou que porção considerável de Guarulhos está inserida num contexto de preservação e questionou de que maneira a Revisão do Plano Diretor irá discutir a questão. Alertou que parte do território tem unidades de conservação estaduais ou federais, sobre as quais o município possui menos autonomia. Destacou a Floresta Estadual de Guarulhos na qual os únicos fins previstos e possíveis são pesquisa, lazer e turismo.

Indicou um relatório do Ministério do Meio Ambiente com Ações Prioritárias para Conservação e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, que deveria estar contemplado no Plano Diretor. Também apresentou o projeto Biota da FAPESP. A secretaria considera importante este estudo estar contemplado na Revisão, bem como o Relatório Bases Geoambientais da UNG.

Apresentou um mapa com avaliação da cobertura vegetal e índice de massa arbórea por habitante. Também apontou indicadores de recomendação mínima de área verde por habitante, desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde e Protocolo Município Verde e

Azul. A meta do município é atingir 25m² de área verde por habitante, considerando área verde como área permeável com cobertura vegetal.

Apresentou uma proposta de criação de um sistema de áreas verdes e integração com Programas de Ilhas Verdes. Outra estratégia sugerida seria a consolidação de áreas verdes nos projetos de urbanização e habitação ou obras de impacto, como o Rodoanel .

Fez uma proposta para discussão de um grupo permanente de regularização fundiária sustentável e de desenvolvimento de uma política municipal de meio ambiente, regulamentada por lei. Apresentou o que poderiam ser os objetivos e diretrizes para esta política. Dentre os objetivos, destacam-se: combater poluição visual e sonora, destinação dos resíduos, incentivar posturas de modo a preservar o meio ambiente. Dentre as diretrizes: ampliar os instrumentos de gestão ambiental, controle do uso e ocupação de áreas ambientalmente frágeis e de risco, ampliação das áreas permeáveis, educação ambiental.

Reiterou que os remanescentes arbóreos, que em Guarulhos correspondem a 1/3 do município, devem ser colocados dentro de um sistema municipal de áreas verdes.

Apresentou os principais problemas ambientais e os eixos estratégicos para a gestão do meio ambiente no município, sendo que um dos eixos corresponde a um suporte institucional a partir de um sistema de informações geo corporativo. Apresentou também os programas propostos, dentre eles um Sistema de Avaliação, Monitoramento e Diagnósticos Ambientais (SIA) e zoneamento ecológico econômico.

Finalizou reiterando que a temática ambiental seja transversal em todas as discussões e propõe o nome Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-Ambiental.

Ao final da apresentação perguntas foram elaboradas, conforme segue.

Plínio Soares (SDU): afirmou a importância do debate sobre o meio ambiente e ressaltou o final da apresentação no qual o Sr. Guilherme Bagattini falou da transversalidade do trabalho do meio ambiente em relação aos temas das outras secretarias. Afirmou que outros assuntos também são transversais, não somente o meio ambiente.

Contextualizou o Plano Diretor de 2002 e as transformações pelas quais o município passa relacionadas, principalmente, ao crescimento urbano. Ressaltou que não necessariamente esse crescimento urbano aponta para um crescimento demográfico, mas que existe um desafio para prefeitura de pensar como trabalhar essa questão: como lidar e gerir os diversos conflitos como, por exemplo, aqueles decorrentes da habitação e meio ambiente.

Álvaro Garuzzi (SDU): afirmou a necessidade de revisão da legislação municipal ambiental no contexto de revisão do código florestal federal, que dá atribuição ao Plano Diretor na gestão das áreas verdes.

Ivaldo Araújo (CMDU): ressaltou mais uma vez a questão de envolver os vereadores nas questões referentes à Revisão do Plano Diretor uma vez que são eles que aprovam as leis no município. Muitas vezes alteram o zoneamento de acordo com interesses próprios ou de terceiros. Destacou que o envolvimento dos vereadores é essencial no sentido de garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor. A pressão em cima dos que tem menos recursos é maior e que a fiscalização é deficiente na conservação de áreas verdes.

Edison José de Barros (SM): considerou necessário distinguir área verde de cobertura vegetal, de modo a não incorrer em falsas percepções, pois se dividir a área verde municipal entre o número de habitantes chega-se num valor de 1000m² por habitante, valor muito superior à meta apresentada de 25m². Também fez referência ao saneamento ambiental. Diz que é necessário diferenciar a tutela do bem difuso de serviço ambiental,

sendo que a tutela do bem difuso (água, rios, etc.) está acima da população. É necessário demarcar as áreas de tutela do bem difuso no território.

Vera Lúcia da Silva (CA): apontou que a APA do Cabuçu é uma questão muito delicada, com ocupações majoritariamente irregulares e moradias em áreas de risco. A questão do banco de terras do município, ainda inexistente, deve ser destacada no Plano Diretor necessariamente. Afirmou que devemos pensar os conflitos decorrentes da questão habitacional, inclusive com a necessidade de regulamentação das ZEIS G.

Suely Akemi (SDU): apontou a questão de como integrar o meio ambiente natural e ambiente urbano. Pergunta se a macrozona de amortecimento atendeu às diretrizes estabelecidas. Também questionou sobre a questão habitacional e as áreas de conservação, na porção norte do município, e como garantir a sustentabilidade urbana nas regiões do município já consolidadas e ou que estão se consolidando?

Roberto Moreno (IAB e CMDU): apontou que o primeiro Plano Diretor do município, desenvolvido em 1969, só relacionou a questão ambiental no sentido de fazer áreas arborizadas em zonas industriais. Posteriormente, a única ação do plano foi fazer um conjunto de parques municipais.

No Plano Diretor de 2004 sugeriu-se uma política municipal de meio ambiente, que precisa avançar: não está tão completo como o apresentado pela Secretaria de Meio Ambiente. O Plano Diretor prevê uma série de planos setoriais, sendo este momento de revisão uma oportunidade de integrar esses planos.

Perguntou se em algum momento a secretaria pensou em fazer uma proposta um plano municipal de meio ambiente.

José Ailton (CA): afirmou que o mapa apresentado transmite a sensação de que a cidade está mais bem servida de áreas verdes do que realmente está. Devemos nos preocupar com um sistema três vezes maior e faz referência à questão fundiária. Questionou como lidar com a chegada de famílias, que passam a ser problema do município. Outra questão é que o Rodoanel está fazendo diversos latifundiários, que procuram terrenos grandes para especulação imobiliária. Também apontou os conflitos das famílias que estão em situação de irregularidade com relação à questão ambiental.

O palestrante respondeu da seguinte forma:

Guilherme Bagattini (SM): afirmou que a ideia não é esgotar todos os assuntos e que existe uma luta diária no sentido de resolver esses conflitos que são muito dificultados.

Em resposta ao Sr. Ailton, disse que a proporção de áreas verdes existentes na cidade é maior do que muitos outros municípios da região metropolitana, contudo está fragmentado e por isso a necessidade de se pensar num sistema de áreas verdes.

Na própria legislação municipal existem conflitos que uma política integrada do meio ambiente poderia resolvê-los.

Em relação à questão ambiental e habitacional, ainda não existem respostas de como resolver os conflitos. Contudo algumas ações poderiam ser feitas, como chamar a atenção sobre o assunto no PLHIS, de forma a contemplar a proteção dos atributos ambientais inclusive nos projetos desenvolvidos para provisão habitacional.

Em relação ao macrozoneamento, afirmou que de fato existem algumas incompatibilidades e faz parte do exercício do poder público pensar como resolvê-las. Apesar de previsto no Plano Diretor, o plano setorial de meio ambiente ainda não foi desenvolvido.

Plínio Soares (SDU): A transversalidade proposta deve ser desenvolvida no sentido de uma construção coletiva e não por um decreto ou a partir de uma lei. Deve sim vir a partir de algumas mudanças de rotina e de hábitos dentro das Secretarias.

Existe a perspectiva de lidar com o Plano Diretor como algo gerenciável e não em determinações muito genéricas e sem mecanismos para gestão. Fica o desafio de como incorporar a questão ambiental no Plano Diretor.

Andrea Straccia (SH): Falou que a estrutura do Plano Diretor de 2004 previa uma complementação em relação aos planos setoriais que não ocorreu e que precisa acontecer neste atual momento.

Álvaro Garruzi (SDU): informou que o expositor da Secretaria de Assuntos Jurídicos não poderá comparecer neste dia do ciclo e abriu a apresentação para Sr. Kátia Lima.

8.1.2. Secretaria de Governo (SG)

Kátia Lima (SG): a Gestora do Orçamento Participativo ressaltou que é fundamental o Orçamento Participativo estar nessa reunião. Acredita que o Plano Diretor pode garantir uma cidade sustentável e mais justa para todos. Agradeceu o empenho que a SDU tem disposto a eles e justificou a ausência do secretário de governo.

O OP tem uma função transversal, assim como a secretaria de meio ambiente. Para isso deve-se promover metodologia própria de desenvolvimento do OP e não necessariamente utilizar modelos de outros municípios, por exemplo, o de Porto Alegre.

Afirmou que Guarulhos desenvolveu uma metodologia própria, a qual foi explicada: nos anos ímpares se discute novo método de como o OP vai se desenvolver e mobilizam-se as plenárias; nos anos pares, inicia-se processo de apresentação do que foi discutido no conselho do OP, com fóruns regionais.

A cidade é dividida em 23 regiões, pois é necessário garantir a acessibilidade da população às reuniões e plenárias. O fato de cada secretária utilizar uma divisão regional dificulta a criação de uma série de coisas, dentre as quais os indicadores.

Apresentou algumas das demandas surgidas nas plenárias para reflexão de modo a ilustrar as propostas que surgem nas plenárias. O coletivo no qual se constitui o OP é uma maneira de construir a participação e imaginar uma cidade possível, que é objeto do Plano Diretor.

Apontou a pertinência de envolver esse coletivo na construção do Plano Diretor, de forma que este possa refletir a cidade e a população. Essa participação e identificação são importantes para a população defender o plano.

8.2. Debate

Ao final da apresentação perguntas foram elaboradas, conforme o que segue.

Ivaldo Araújo (CMDU): ressaltou a importância do que foi apresentado pela Sr. Kátia Lima. Afirmou também que o OP é uma escola, tem uma função de construção do conhecimento coletivo.

Vera Lúcia da Silva (CA): apresentou os seus cargos nos conselhos e sua atuação na política do município enquanto sociedade civil, ressaltando também o OP como um espaço de aprendizagem.

Plínio Soares (SDU): afirmou não ser possível fazer a Revisão do Plano sem envolver a questão do processo participativo, de forma a extrapolar o processo de planejamento daquele tradicionalmente feito pelo técnico de gabinete.

Ressaltou a presença de militantes da sociedade civil que também estavam presentes nas oficinas territoriais para esta Revisão do Plano Diretor, sendo muitos deles membros dos Conselhos ou do Orçamento Participativo.

Apontou que no momento em que o OP se reúne, o campo de atuação é local, mas o pensamento sobre a cidade é global, sendo essa articulação fundamental. Também afirmou que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano não conseguiu atuar no sentido de um desenho urbano para as centralidades.

Enedina Francisca da Silva (Movimento de Moradia e OP): também afirmou que o OP é uma escola, sendo possível aprender bastante nesse órgão institucional.

Roberto Moreno (CMDU): contextualizou que nas primeiras reuniões do OP a questão da água estava muito presente. No segundo OP a discussão já havia mudado uma vez que a pressão popular envolvida no primeiro já havia trazido resultados para o município. O OP teve também uma participação importante no sentido de balizar as discussões do Plano Diretor de 2004, na definição de unidades de planejamento regional e no desenvolvimento de planos regionais.

A palestrante respondeu da seguinte forma:

Kátia Lima (SG): afirmou que o desenvolvimento do OP é um exercício diário para uma cidade do porte de Guarulhos e com os indicadores de exclusão social que o município apresenta. Existe ainda um desafio grande neste trabalho, sendo importante o envolvimento da população neste processo.

Em relação à transversalidade, o OP e o Plano Diretor promovem o encontro dessas possibilidades e olhares para garantir a cidade que queremos. O OP é mais que uma escola, uma vez que possibilita a criação de uma política pública. Esse é um desafio que pressupõe o desmantelamento de diversos processos históricos. Os resultados esperados não são imediatos, mas construídos. Também afirmou ser importante a discussão em relação as ações e impactos no contexto metropolitanos.

Álvaro Garruzi (SDU): Fez o encerramento deste dia do ciclo.

8.3. Apresentação de Slides Power Point

8.3.1. Apresentação Secretaria de Meio Ambiente

Objetivo



Revisão do Plano Diretor Municipal

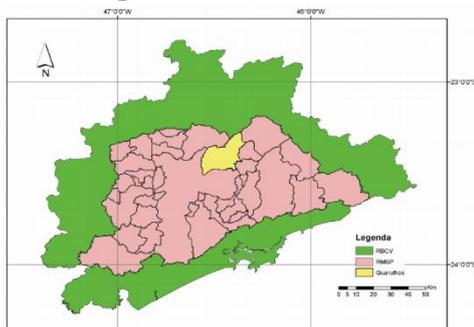
•Apresentar um breve Diagnóstico Ambiental

Secretaria de Meio Ambiente

•Introduzir alguns temas relevantes discutidos na Secretaria de Meio Ambiente

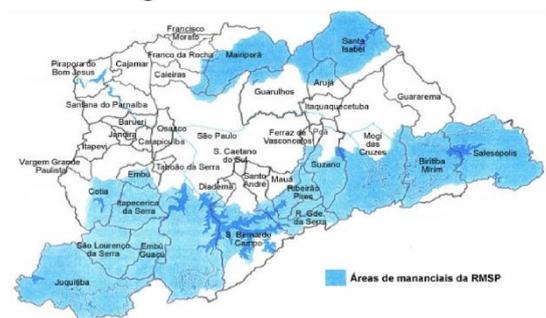


Diagnóstico Ambiental



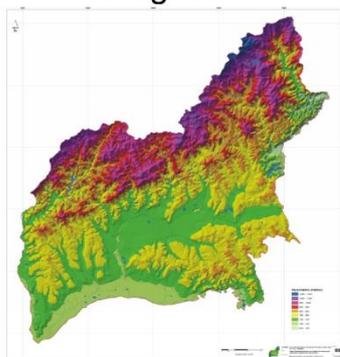
Guarulhos nas Regiões RMSP e RBCV
Fonte Bases Geoambientais - UNG/Fapesp

Diagnóstico Ambiental



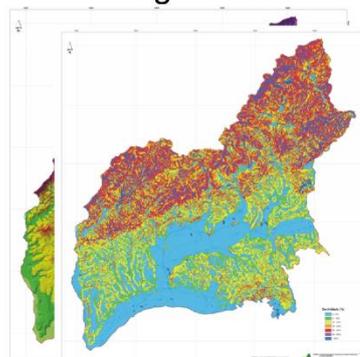
Guarulhos nas Regiões RMSP e RBCV
Fonte Cetesb/Sigam

Diagnóstico Ambiental



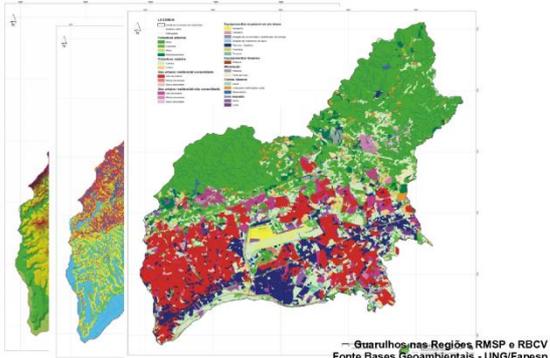
Guarulhos nas Regiões RMSP e RBCV
Fonte Bases Geoambientais - UNG/Fapesp

Diagnóstico Ambiental



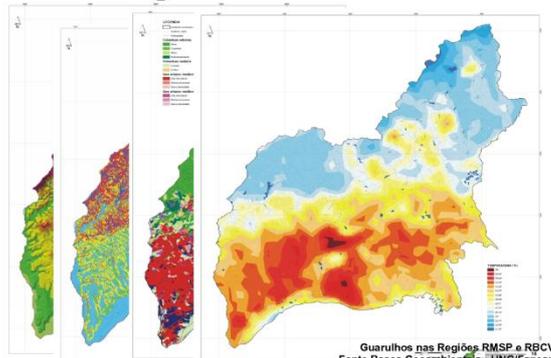
Guarulhos nas Regiões RMSP e RBCV
Fonte Bases Geoambientais - UNG/Fapesp

Diagnóstico Ambiental

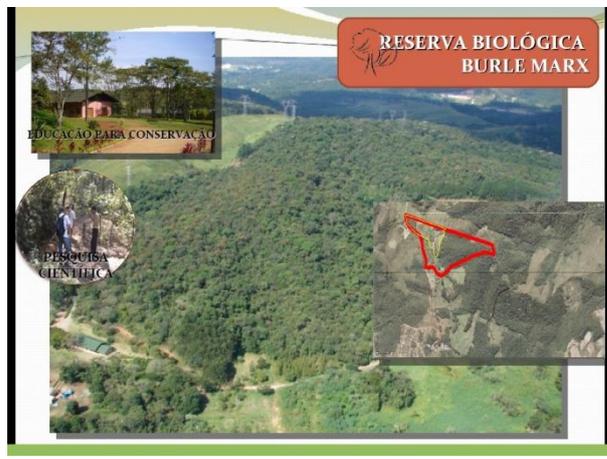


Guarulhos nas Regiões RMBSP e RBCV
Fonte Bases Geoambientais - UNG/Fapesp

Diagnóstico Ambiental



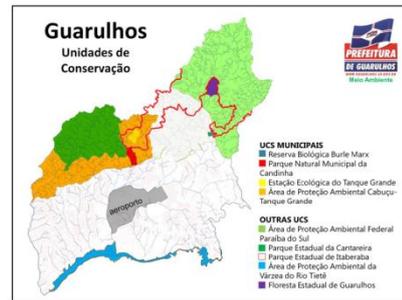
Guarulhos nas Regiões RMBSP e RBCV
Fonte Bases Geoambientais - UNG/Fapesp



(ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL)
APA CABUÇU-
TANQUE GRANDE

Área: 32,2 Km²
Muitos conflitos, Biodiversidade e Sítios Geológicos.

Diagnóstico Ambiental



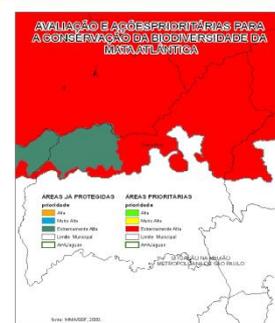
Diagnóstico Ambiental



Porção considerável do território com Unidades de Conservação Estadual/Federal

Diagnóstico Ambiental

Ações Prioritárias para Conservação e repartição dos Benefícios da Biodiversidade MMA;



Diagnóstico Ambiental

•Projeto BIOTA – Fapesp;



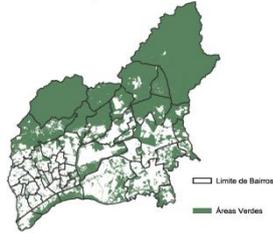
Diagnóstico Ambiental

Relatório Bases Geoambientais para o Município de Guarulhos – UNG/Fapesp



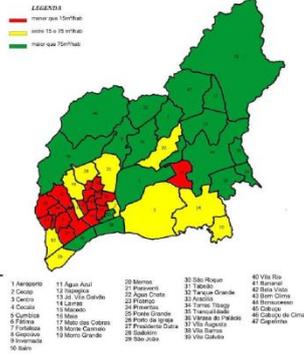
Diagnóstico Ambiental

Avaliação da Cobertura Vegetal do Município de Guarulhos



Diagnóstico Ambiental

Avaliação da Cobertura Vegetal do Município de Guarulhos



8.3.2. Apresentação Secretaria de Governo



- Secretaria de Governo**
- Demandas surgidas nas plenárias para reflexão**
- Transposição da Avenida Guarulhos para a Rodovia Ayrton Senna;
 - Corredores de ônibus e vias expressas;
 - Construção de uma nova entrada para o Jardim Fortaleza;
 - Elaboração de plano diretor regionalizado;
 - Canalização de diversos córregos
 - Tratamento de esgoto;
 - Construção de hospital especializado em oncologia.



8.4. Fotos



8.5. Lista de presença



Reunião / Oficina

Ata de Trabalho
Data *04/05/12*

revisão plano diretor de guarulhos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

ETAPA DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Sector/Instituição	Tel	Email
1	Falmiana Fuchato	SOU 010601		
2	SUELY ALLARA	SOU02		
3	marcelo Caspary	SOU02		
4	SERENIO B. B. JUNIOR	PAULO CANALIZ		
5	JOÃO MARISTIA DE MOURA	SOU0109		
6	Marcinho Mendonça	CULTURA		
7	Aureli Filho	SOU		
8	Pedro CEZARIO DA SILVA	SOU 0109.03		
9	Giselle C. S. Moraes	SOU 0108.03		
10	Regina Filipe Pereira	SAAE		
11	Guilherme T. Martins	SAAE		
12	Jeimne Rocha	S DC		
13	Luciana de Oliveira Junior	SOU		
14	Suelly Akira Nakagawa	SOU		
15	GLAUCO JUNQUEIRA BELLEIRO	APÊG		
16	ROBERTO DOS SANTOS MORENO	INSTITUTO DE ARQUITETAS		
17	João Danielson	IAB/GUARULHOS		
18	Juliana F. S. Koshimizu	SOU		
19	APR DE FÁTIMA PEREIRA SANCHEZ	SOU03		
20	Mrs. Cristina B. Almeida	SOU0102		
21	Luiz Carlos A. D. Nunes	C.A.F.		
22	EDUINI BELTRAN	SOU 03		

9. DESTAQUES DO CICLO DE PALESTRAS

Destacam-se a seguir alguns dos temas e questões apontados durante o ciclo que podem ter maior impacto no processo de Revisão do Plano Diretor:

- Foram apresentadas diversas obras em desenvolvimento e projetadas como, por exemplo, as obras para rede de água e esgoto do SAAE, os projetos de macrodrenagem, as propostas de viário, corredores e terminais da STT, entre outras. A Revisão do Plano Diretor necessita considerar estes projetos e compatibilizar estas obras no território;
- Diversas secretarias apontaram demandas por áreas livres para desenvolvimento de suas políticas, seja para instalação de equipamentos comunitários ou realização de obras, com destaque para a Secretaria de Habitação, para o programa de agricultura urbana, para a Secretaria de Obras, de Educação, de Saúde e de Esportes. Houve proposição no sentido de se refazer o levantamento de vazios urbanos e de ter instrumentos para garantir os terrenos frente à pressão do mercado imobiliário;
- Houve uma série de constatações sobre a fragmentação das políticas setoriais e a dificuldade para integração entre as secretarias, apontando a necessidade de um processo de integração e interação para fortalecimento institucional e melhores resultados. Neste âmbito também se apontou a dificuldade de acesso a dados integrados da Prefeitura Municipal e a necessidade desses dados estarem territorializados de forma a direcionar melhor as políticas públicas, com a padronização das unidades de planejamento que as secretarias e coordenadorias utilizam no desenvolvimento de suas ações;
- O projeto do cadastro corporativo do território apresentado procura responder uma demanda urgente de diálogo e qualificação das políticas setoriais, em oposição ao sistema e condição atual da prefeitura, com bases pouco integradas;
- Destacam-se as atividades realizadas, e em realização, para integração e qualificação de trabalhadores, que buscam responder indicadores de significativa vulnerabilidade social. Estas políticas resultaram, em grande parte, de uma parceria entre instituições da Prefeitura Municipal, garantido fundamento, por meio da análise de indicadores socioeconômicos para elaboração dos programas, com obtenção de melhores resultados;
- Destacou-se o papel do aeroporto na estruturação espacial e econômica de Guarulhos, compreendido como um equipamento relevante, do ponto de vista da tributação e desdobramento de um conjunto expressivo de atividades econômicas, de potencial impacto positivo, embora subaproveitado em vários aspectos;
- Ainda no âmbito econômico, foram apontados temas de referência que devem ser trabalhados durante o processo de Revisão do Plano Diretor: a lei de incentivos para empresas, que se encontra defasada e com poucos resultados concretos; a mobilidade urbana (de pessoas e cargas); a capacitação de pessoas para o trabalho e para empreender; o polo ou parque tecnológico de Guarulhos; as cadeias produtivas;

o turismo (PDITS); o apoio ao e.i., micro, pequena e média empresa; o comércio exterior; a revitalização de CIS Cumbica; o Rodoanel , Ferroanel e Hidroanel, e suas conexões com a cidade; o TAV e demais ferrovias;

- A atualização do cadastro de IPTU foi mencionada e é um importante subsídio para a gestão urbana;

- Importância da criação de um sistema de áreas verdes, além de consolidação de áreas verdes em projetos de urbanização e de habitação ou obras de impacto como o Rodoanel. Necessidade de criação de uma política municipal de meio ambiente regulamentada por lei e de se considerar as unidades de conservação na Revisão do Plano Diretor;

- Com relação ao zoneamento atual foram apontados alguns conflitos, com destaque para aqueles que envolvem o licenciamento de atividades industriais, dificultado a partir do estabelecimento das Zonas Mistas. Outro conflito se refere ao enquadramento de toda área municipal como perímetro urbano, o que dificulta o desenvolvimento de atividades agrícolas que ainda existem no território municipal.